

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO

VINICIUS MAIA CARDOSO

FAZENDA DO COLÉGIO: FAMÍLIA, FORTUNA E ESCRAVISMO NO VALE DO  
MACACU SÉCULOS XVIII e XIX

NITERÓI  
2009

VINICIUS MAIA CARDOSO

FAZENDA DO COLÉGIO: FAMÍLIA, FORTUNA E ESCRAVISMO NO VALE DO  
MACACU SÉCULOS XVIII e XIX

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História, da Universidade Salgado de  
Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói,  
como parte dos requisitos para a obtenção  
do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Amantino

Pesquisa desenvolvida com recursos  
oriundos de Bolsa da FAPERJ

NITERÓI  
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

P376t Cardoso, Vinícius Maia.

Fazenda do colégio: Fortuna, família e escravidão  
no Vale do Macacu – Séculos XVIII e XIX/ Vinicius  
Maia Cardoso - Niterói, 2009.

275p.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de  
Mestre em História do Brasil - Universidade Salgado  
de Oliveira, 2009.

Orientador: Dra. Marcia Sueli Amantino.

1. Fazenda do colégio. 2. Vale do Macacu -  
História - Séc. XVIII e XIX. 3. Escravidão -  
História -Séc.XVIII e XIX. 4.Fortuna. 5. Família

CDD 981.53

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

VINICIUS MAIA CARDOSO

FAZENDA DO COLÉGIO: FAMÍLIA, FORTUNA E ESCRAVISMO NO VALE DO  
MACACU SÉCULOS XVIII E XIX

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História Social e Política do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para conclusão do Curso.

Aprovada em 28 de maio de 2009 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

---

Dr<sup>a</sup>. Marcia Amantino (Orientadora), Universo

---

Dr. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ

---

Dr. Carlos Engemann, Universo

*Esta Dissertação é especialmente dedicada à  
memória dos meus pais, Nelly Braga Cardoso  
e Nilza Maia Cardoso, a quem a Vida privou  
precocemente da alegria de contemplar e  
orgulhar-se com o sucesso que por tantos anos  
almejaram e trabalharam para seu filho.*

## AGRADECIMENTOS

*É grande o sentimento de gratidão a todos os amigos e amigas (citá-los todos seria impossível aqui) que me acompanharam nesta fase da minha vida, e que significa uma de minhas maiores vitórias pessoais. A eles, meu mais profundo OBRIGADO. Em particular, quero agradecer...*

*Primeiro, o maior agradecimento à minha Esposa, Edileuza Dias de Albuquerque, pelo constante apoio, dedicação e companheirismo nos momentos vividos para alcance desse objetivo. A ela, meu coração.*

*À Família: Meu irmão, Renato Maia Cardoso; minha sempre amorosa tia Maria do Carmo; meu tio Altamir Maia, sem a ajuda do qual eu jamais teria podido ingressar na Graduação.*

*A Amigos em especial: Jâmerson Jacintho de Carvalho, maior amigo de décadas, companheiro na Banda URKO e a Maria Aparecida (grande conselheira); João Ferreira de Oliveira, amigo professor de História; aos amigos e colegas professores Sandro Monteiro e João Ricardo (Biologia), Arnaldo Cerqueira, Fábio Cano, Elias Muri e Deneci Sardinha (Geografia), Carlos Barnabé, Zorilda, Paulo Garcez, Ailton, Denise, Janilce, Luciane, Lucimar e Edmilson (História); Sérgio Luís da Costa (Filosofia); Michele Lima e Rafael Porto, Celeida, Penha e Fátima, Silvío Leal da Conceição, Edson Marinho, Solange Marinho, Marcos Medeiros, Alcinéia, Graça Rubim, Cristiane, Benedita, Kátia, Júlia e Beth Valladares, Osório Luís Figueiredo de Souza, Luiza Cano, George Max, Fátima e Ruivaldo, Rossi Bastos, Jobel Mendes, Robson Nascimento, Carlota Fadul, Licelda, Antônio, Fagner, Geovani Marx, Selma Chagas. Ao pessoal (professores, apoio e secretaria) do C. E. Maria Veralba Ferraz, C. E. Maria Zulmira Torres, GP 479 Mário Simão Assaf, Escola Municipal Engenheiro Elias Farhat, Colégio Estadual São José, Centro de Estudos Valladares.*

*Aos amigos e colegas na Graduação, na Pós e no Mestrado: Luchie, Israel, Luís, Bottino, Randolpho, Conceição, Jorge Olmar, Silvia, Alexandre Machado, Eraldo (pastor), Arnaldo Cerqueira, Jacqueline, João Ferreira, Zorilda, Luciane, Edmilson Viana.*

*Aos todos os professores da minha Graduação na UNIVERSO (2000-2004);*

*Ao atual Coordenador da Graduação em História da UNIVERSO, Prof. Charleston;*

*Aos meus Professores no Mestrado: Francisco Falcon, Jorge Prata (Coordenador do Mestrado), Carlos Eduardo Calaça, Maria Yedda Linhares e o pessoal da Secretaria: Márcia Gualandi e Marcelo*

*A todos os meus Professores, que me deram aulas durante toda minha vida de estudante.*

*Em especial à minha Professora Derci, que despertou em mim o amor pela História.*

*Ao Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.*

*À Paróquia de Sant'Ana de Japuíba, em especial os funcionários do Arquivo e o Padre Henrique.*

*Aos funcionários do Cartório do 2º Ofício de Cachoeiras de Macacu e o Sr. Adilson Barbosa.*

*Aos funcionários do Arquivo do Fórum de Cachoeiras de Macacu, em especial ao Sr. Jorge Antônio (Jorginho).*

*Agradecimento Especial à minha Orientadora, Prof.<sup>a</sup> Marcia Amantino, por seu profissionalismo, compromisso, amizade e verdadeira vivência do processo de construção dessa pesquisa. Agradeço também por todas as lições de vida que tive e por sua paciência na leitura de minhas centenas de e-mails.*

## RESUMO

A pesquisa analisa a organização socioeconômica e as relações escravistas do Vale do Macacu nos séculos XVIII e XIX, através do estudo do “complexo agrário” do clã Araújo - desde sua formação até sua derrocada durante a Crise do Souto, em 1864 - localizado na freguesia da Santíssima Trindade, município de Santo Antônio de Sá de Macacu (Cachoeiras de Macacu), Província do Rio de Janeiro. Complexo este formado por cinco fazendas – Colégio, Jaguary, Papucaia, Ribeira e Rio das Pedras – a partir repartição da Fazenda do Colégio, herdada do patriarca Henrique José de Araújo (1769-1840), comerciante e fazendeiro português radicado na cidade do Rio de Janeiro. Discute também aspectos relacionados à economia da região objeto da pesquisa, voltada em especial para a produção de gêneros para mercado interno e abastecimento. No tocante às relações escravistas presentes nessa região, as mesmas foram analisadas através de 2.563 registros de batismo de escravos adultos e filhos de escravas da região, no período de 1819 a 1873, com enfoque na composição da escravaria, família escrava, apadrinhamentos e também discute a formação de comunidades escravas na região, em especial a da Fazenda do Colégio, integrada por cerca de 300 cativos. Abrangendo a análise do Vale do Macacu a partir da sua ocupação, já no século XVI, vista como solução de continuidade na obtenção de terras e produção agrícola para exportação e abastecimento, até a segunda metade do século XIX, a pesquisa visou contribuir para o conjunto de trabalhos acerca da história regional de Cachoeiras de Macacu e do Estado do Rio de Janeiro.

**PALAVRAS CHAVE:** Escravismo, Fazenda do Colégio, Vale do Macacu.



## ABSTRACT

The research examines the social organization and relations of the slave Macacu Valley in the eighteenth centuries, through the study of the agricultural complex “of the clan Araújo – from its information until its collapse during the Crise do Souto, in 1864 – located in the parish on the Trinity, the municipality of Santo Antonio de Sá de Macacu (Cachoeiras de Macacu), Province of Rio de Janeiro. This complex consists of five farms - Colégio, Jaguary, Papucaia, Ribeira and Rio das Pedras - the division of the Fazenda do Colégio, inherited from the patriarch José Henrique de Araújo (1769-1840), merchant and farmer living in the Portuguese city of Rio de Janeiro. Also discusses issues related to the economy of the region object of research, focusing in particular for the production of goods for domestic market and supply. Regarding slave relations present in that region, they were analyzed using 2.563 records of baptism of adults and children of slaves of the slaves in the period 1819 to 1873, focusing on composition of slaves, slave family, patronage, and also discusses the training of slave communities in the region, particularly in the Fazenda do Colégio, composed of about 300 captives. Covering the analysis of the Valley of Macacu from their occupation, as in the sixteenth century, seen as a solution of continuity in the acquisition of land and agricultural production for export and supply until the second half of the nineteenth century, the research aimed to contribute to the whole work on the regional history of Cachoeiras de Macacu, State of Rio de Janeiro.

**KEY WORDS:** Slavery, College Farm, Macacu Valley.

## LISTA DE FIGURAS

Figura1: Estação de Cachoeiras.....	40
Figura 2: Marco de pedra da Vila Nova de São José Del Rei.....	42
Figura3: Uniformes Militares da Vila de Macacu – 1786.....	63
Figura 4: Turíbulo e naveta de prata lavrada.....	135
Figura 6: Ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade.....	140
Figura 7: Debret: escravos indo ao batismo - 1816-1831.....	171
Figura 8: Entrada para Granadas e Soarinho, em Papucaia.....	236

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sesmarias concedidas nos rios Macacu e Guapiaçu (Séc. XVI e XVII).....	61
Quadro 2: Terras cedidas e por cultivar em Macacu no ano de 1778.....	62
Quadro 3: Localização das fábricas de anil no Rio de Janeiro entre S.J.Del Rey e Tapacorá 1772 - 1785.....	74

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: O Vale do Macacu em 1819.....	31
Mapa 2: Itinerários de viagens: Burmeister e Tschudi.....	32
Mapa 3: Viagem de Ewbank.....	33
Mapa 4: Cinturão do arroz no século XVIII.....	67
Mapa 5 Cinturão mandioqueiro no século XVIII.....	68
Mapa 6: Distritos produtores de taboados na Capitania do Rio de Janeiro – 1778.....	107
Mapa 7: Capitania do Rio de Janeiro – 1970.....	124
Mapa 8: Fazendas Pacocay d’El Rey e dos Religiosos do Carmo.....	127

## LISTA DE GRÁFICOS

Grafico 1: Genealogia de Maria Bibiana Cordovil.....	134
Gráfico 2: Genealogia de Henrique José de Araújo.....	155
Gráfico 3: Genealogia de Joaquim Rodrigues Braga.....	226

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção agrícola da Vila e Município de Santo Antônio de Sá – 1778.....	69
Tabela 2: Informações sobre produção de farinha de mandioca na Vila de Santo Antonio de Sá – 1786.....	71
Tabela 3: Posse de escravos por grupos de produtores e arrobas de açúcar produzido..	92
Tabela 4: Posse de escravos e alqueires de farinha, feijão e milho produzidos em 1797.....	93
Tabela 5: Quantidade de escravos por lavrador – 1797.....	97
Tabela 6: Posse de 1 a 5 escravos por Lavrador – 1797.....	98
Tabela 7: Produção de gêneros pelos Lavradores – 1797.....	99
Tabela 8: Produção de farinha de mandioca (Alqueires/Lavradores).....	100
Tabela 9: Agregados em 1797.....	105
Tabela 10: Batismos de escravos Freg. Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1819/1873.....	167
Tabela 11: Batismos escravos adultos Freg. Sant. Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1819/1840.....	168
Tabela 12: Batismos de escravos Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu – 1852 a 1873.....	168
Tabela 13: Apadrinhamento de escravos por cativos, livres, libertos Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1819/1873.....	169
Tabela 14: Apadrinhamento de escravos por cativos, livres, libertos Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1819/1873.....	169
Tabela 15: Apadrinhamento de escravos por cativos, livres, libertos Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1852/1873.....	170
Tabela 16: Apadrinhamento de escravos Freg. Sant. Trindade de Sant'Ana de Macacu – 1819/1873.....	172
Tabela 17: Tipologia de apadrinhamentos escravos Grupo A: 1819-1840 – Freg. Sant. Trindade de Sant'Ana de Macacu.....	173
Tabela 18: Tipologia de apadrinhamento de escravos Grupo B: 1852 a 1873 – Freg. Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu.....	173

Tabela 19: Tipologia da propriedade dos escravos formadores de casais de padrinhos – Grupos A e B - 1819 a 1873 Freguesia da Santíssima Trindade de Sant’Ana de Macacu .....	176
Tabela 20: Relações familiares em fazendas de Jesuítas na capitania do Rio de Janeiro – Séc.XVIII.....	181
Tabela 21: Escravos batizados de Henrique José de Araújo – 1819-1833.....	186
Tabela 22: Regularidade de convívio entre casais escravos na Fazenda do Colégio....	187
Tabela 23: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda da Ribeira – 1853 a 1855....	189
Tabela 24: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda Jaguary – 1855.....	190
Tabela 25: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda do Colégio – 1853 a 1855...	190
Tabela 26: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda Rio das Pedras – 1853 a 1855.....	190
Tabela 27: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda da Papucaia – 1853 a 1855.....	191
Tabela 28: Número de escravos nas fazendas dos Araújo - Séc. XIX.....	192
Tabela 29: Primeira Diretoria do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro .....	204
Tabela 30: Demonstrativo de quantias fornecidas pelo Banco do Brasil - 10 a 30.09.1864.....	209
Tabela 31: Bens do clã Araújo hipotecados ao Banco do Brasil.....	214
Tabela 32: Prédios da Fazenda Jaguary – 1871.....	217
Tabela 33: Terras da Fazenda Jaguary – 1871.....	218
Tabela 34: Idades dos escravos na Fazenda Jaguary – 1871.....	218
Tabela 35: Doenças e defeitos físicos de escravos da Fazenda Jaguary – 1871.....	219
Tabela 36: Bens móveis da fazenda Jaguary – 1871.....	220
Tabela 37: Escravos do espólio de Henrique José de Araújo – 1875.....	221
Tabela 38: Bens imóveis do espólio de Henrique José de Araújo – 1875.....	221
Tabela 39: Partilha do espólio de Henrique José de Araújo – 1875.....	222
Tabela 40: População livre e escrava – 1872.....	222
Tabela 41: Escravos por faixa etária – 1872.....	223

Tabela 42: Escravos por tempo de serviço na Fazenda Papucaia.....	239
Tabela 43: Escravos por idades na Fazenda Papucaia.....	239
Tabela 44: Trabalhadores contratados na Fazenda Papucaia.....	240
Tabela 45: Gêneros exportados em arrobas pelas estações de Cachoeiras e Sant'Anna – 1869 a 1873.....	248



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
CAPÍTULO UM - O VALE DO MACACU NO RELATO DE VIAJANTES DO SÉCULO XIX.....	29
1.1. O alemão: Hermann Burmeister .....	35
1.2. O suíço: Johann Joakim Von Tschudi .....	39
1.3. O norte americano: Thomas Ewbank.....	43
CAPÍTULO DOIS - CONQUISTADORES, POVOADORES, SENHORES DE ENGENHO .....	53
CAPITULO TRÊS - O VALE DO MACACU.....	66
3.1. Pobres e ricos; livres e escravos: escravismo e estratificação social no vale do Macacu.....	85
3.2. Açúcar: senhores, escravos e arrobas .....	92
3.3. Escravos, alqueires e homens livres pobres.....	93
3.4. E receberá mercê: madeiras e busca pelo prestígio no interior da elite macacuana .....	111
CAPÍTULO QUATRO - FAZENDA DO COLÉGIO.....	122
4.1. A naveta e o turíbulo: Henrique José de Araújo, de negociante a senhor de engenho.....	135
4.2. O barão e visconde de Piracinunga.....	151
CAPÍTULO CINCO - FARINHA BRANCA, SUOR NEGRO .....	156
5.1. Batismos: “política inclusiva”. .....	158
5.2. Batismos, apadrinhamentos e a possibilidade da comunidade escrava .....	167
5.3. Fazenda do Colégio: comunidade escrava.....	192
CAPÍTULO SEIS - CRISE! .....	196
6.1. A crise do Souto.....	200
6.2. Tudo que é sólido, se desmancha no ar .....	210
Valor (mil réis).....	221
CAPITULO SETE - O CORONEL E A SOGRA .....	225
7.1. Imprescindíveis escravos .....	237
7.2. Endividar: salvar a pele... e o status.....	241
7.3. Mudanças e permanências: ferrovia, agricultura e escravismo. ....	243
CONCLUSÃO .....	252
FONTES .....	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	268

## INTRODUÇÃO

Na escrita da história regional de Cachoeiras de Macacu, município do Estado do Rio de Janeiro que abrange a maior parte do vale formado pelo rio Macacu, não se produziu ainda nenhum trabalho de pesquisa histórica especificamente voltada para aquela região, tendo como objeto suas relações socioeconômicas para o século XIX ou mesmo para períodos mais recuados. Conseqüentemente, a escravidão, instituição social determinante para a construção destas relações, carece de estudos. Há que se frisar a existência de trabalhos de outros historiadores para a região do recôncavo da baía da Guanabara como um todo, ou analisando localidades nele inseridas. Trabalhos estes que foram de necessária consulta.<sup>1</sup>

Pelo menos desde o século XVIII, o vale do Macacu constituía-se *lócus* privilegiado na produção de gêneros alimentícios para consumo interno, em especial a farinha de mandioca, ao lado de outros produtos como arroz, milho e feijão. Juntamente com estes gêneros, havia uma produção de açúcar e aguardente, provavelmente para atender o mercado internacional, embora pudessem ser enviados também para o Rio de Janeiro.

Essa produção de gêneros alimentícios não se destinava apenas para o consumo dos ‘macacuanos’, sendo parte comercializada como gêneros destinados ao abastecimento interno, caracterizando a região como um celeiro do Recôncavo e um dinâmico centro produtor-abastecedor de alimentos para a cidade do Rio de Janeiro. Outras atividades econômicas também ocupavam o dia-a-dia das populações do vale do

---

<sup>1</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. **Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII**: evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. Revista Ambiente & Sociedade, Vol. VII, nº 2, jul/dez. 2004. Disponível em <[www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/1103/5461/file/24691.pdf](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/1103/5461/file/24691.pdf)> Acesso em: 05 abr. 2008; CABRAL, Diogo de Carvalho. **Floresta, Agricultura e Extrativismo Madeireiro na Modelagem da Paisagem Agrária do Rio de Janeiro Colonial Tardio**: o caso da bacia do Macacu. Disponível em: <[www.heera.ufff.br/artigos/03\\_artigo03.pdf](http://www.heera.ufff.br/artigos/03_artigo03.pdf)> Acesso em: 05 abr. 2008; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Niterói: UFF, 2004 (Dissertação de Mestrado) <Disponível em [http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2184](http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2184)> Acesso em: 15 abr. 2008; CABRAL, Diogo de Carvalho, **‘Pau-para-toda-obra’**: Paisagem Florestal e Usos da Madeira na Bacia do Rio Macacu, Rio de Janeiro, final do século XVIII. Brasília: PPGHIS/UFRJ,2006. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA553-04032006-191500.PDF](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA553-04032006-191500.PDF)> Acesso em: 15 abr. 2008; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **A Morfologia da Escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). Niterói: UFF, 1990.p.172.

Macacu: o comércio de madeiras, constituindo-se como setor extrativista da economia e a comercialização de parte das produções *de quintal*, constituídas por suínos, ovinos, aves (patos, galinhas, marrecos, perus, gansos) e ovos.

Para o atendimento dessa demanda de gêneros, a mão-de-obra escrava constituía-se como fator de produção imprescindível, integrando-se a uma economia de caráter doméstico e também mercantil. Considerando-se que a região apresentava estrutura econômica mais voltada para produção de alimentos em pequenas e médias propriedades, obviamente ao lado de latifúndios, se observou a presença de unidades produtivas com poucos ou mesmo, nenhum escravo.

Estas duas modalidades de unidades produtivas, a média e pequena propriedade com baixo índice de mão-de-obra cativa e a grande propriedade constituída por escravarias maiores, determinaram distintas formas de relações sociais entre escravos, livres e libertos. Finalmente, infere-se que a organização socioeconômica desse vale, com destaque para o território hoje ocupado pelo município de Cachoeiras de Macacu, apresentava ênfase numa estrutura agrária com predominante presença daquela primeira modalidade de ocupação da terra, destinada a satisfazer as necessidades de uma majoritária população mais pobre.

A análise de tal quadro econômico e social motivou a delimitação de um recorte temporal abrangente. Após longa análise que recua ao século XVIII, circunscreveu-se o recorte em toda a extensão do século XIX. A adoção dessa extensa temporalidade, que à primeira vista poderia parecer exagerada, na verdade não o é. Tal escolha se deu mediante duas situações de cunho prático, percebidas na experiência da pesquisa: a primeira relaciona-se aos objetos de análise expostos acima, os quais terão como fulcro o complexo agrário - termo que será corrente neste trabalho - formado por cinco fazendas escravistas: *Colégio, Papucaia, Rio das Pedras, Ribeira e Jaguari*.

Não foi possível definir um 'marco' cronológico convincente para a constituição deste complexo agrário, já que essa mesma constituição se dá durante todo o século XIX e aprofunda-se no tempo, com raízes no século XVIII, sendo considerada como resultado de um processo histórico de longa duração. Foi em torno desta unidade de produção agrícola que se construiu esta pesquisa.

Unidade a qual o negociante<sup>2</sup> e senhor de terras e escravos, Henrique José de Araújo, deu origem ao legar a seus descendentes as partes de sua grande fazenda no Vale do Macacu. Tal situação foi comprovada a partir da análise de registros de batismo nos arquivos da Paróquia de Sant'Ana de Japuiba, em Cachoeiras de Macacu.

Não apareceram batismos de filhos de escravas pertencentes a herdeiros de nenhuma das cinco fazendas acima mencionadas antes de 1840, ano do falecimento do patriarca Henrique José de Araújo. Até sua morte, a propriedade deteve a denominação de *Fazenda do Colégio*, ainda possuindo sua área integral, ou seja, os descendentes de Araújo não haviam se apropriado de seus quinhões de herança. Portanto, não apareceram como proprietários de cativos em Macacu.

Sobre os anteriores proprietários da fazenda, está consolidado nas fontes que a Fazenda foi, primeiramente, propriedade da Companhia de Jesus, tendo função de abastecer com alimentos o aldeamento de São Barnabé, atual Itambi, no município fluminense de Itaboraí.

Já no início do oitocentos, como se verá, Henrique José de Araújo desenvolvia atividades comerciais, gerando 'cabedais' e prestígio que lhe possibilitaram, por intermédio de um afortunado casamento, a aquisição da grande propriedade rural mencionada. Araújo, pelo que parece, já era possuidor de casas e terrenos na cidade do Rio de Janeiro.

A fazenda aparece igualmente com a denominação de *Fazenda da Papucaia*, além de outras, como *Macacu* e *Macacu na Papucaia*<sup>3</sup>. Estas últimas menos presentes nas fontes. Sendo assim, ao se mencionar aqui *Fazenda do Colégio* ou *Fazenda da Papucaia*, tal dado refere-se à mesma unidade produtiva na sua totalidade. Isso, entretanto, para determinado período.

---

<sup>2</sup> Piñero apresenta um conceito para o termo: Por **Negociante**, estou entendendo o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. Uma de suas características é a multiplicidade e diversidade de suas atividades, o que permite que ele detenha uma posição privilegiada na sociedade brasileira e seja capaz de influir decisivamente tanto nos rumos da economia e na política do país. Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc. Cf. PIÑERO, Théo Lobarinhas. **A Construção da Autonomia**: o Corpo de Comercio do Rio de Janeiro. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu (MG). Anais Eletrônicos do V Cong Bras de Hist Econômica e 6ª Conf Int de História de Empresas. Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

<sup>3</sup> LEITE, Serafim, S.J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

A referência à fazenda como “*do Colégio*”, demarca a mesma como parte integrante do patrimônio do Colégio jesuítico do Rio de Janeiro, sendo fácil inferir que esta denominação fosse apropriada, pelo uso, por parte das populações do vale. As fontes indicam que essas denominações foram posteriormente também aplicadas, já em meados do século XIX, a ‘pedaços’ de seu primitivo perímetro legados aos herdeiros de Araújo. Os demais pedaços receberam as outras denominações – Jaguary, Rio das Pedras, Ribeira, Papucaia - sobre as quais há alguns dados, aparecendo inclusive nos registros de batismo. Portanto, até sua divisão, a grande fazenda era chamada por mais de um nome. Após esta repartição, estes nomes foram, talvez mesmo por força do uso comum, absorvidos na denominação de suas partes.

A história desse complexo agrário, portanto, confunde-se com a trajetória da Companhia de Jesus, sua presença no Vale do Macacu e com a de seus posteriores proprietários após seqüestro da fazenda “*do Colégio*” ou “*da Papucaia*” pela Coroa lusa. E, obviamente relaciona-se, *a posteriore*, com a trajetória de seu proprietário, Henrique José de Araújo.

Outra situação que justifica o extenso recorte temporal adotado refere-se à disponibilidade das fontes paroquiais de batismo de cativos adultos e filhos de escravos. Já que o escravismo macacuano é tema de especial interesse nesta análise, os registros de batismo constituíram-se como fontes adotadas para estudo das relações escravistas em Macacu. Disponíveis a partir da segunda década do oitocentos e coletados no arquivo da Paróquia de Sant’Ana, em Japuíba, segundo distrito de Cachoeiras de Macacu<sup>4</sup>, estes registros apresentam já para o primeiro quarto do século XIX, grande número de escravos de propriedade de Henrique José de Araújo, e aparecendo nessas fontes, o registro de cativos de seus descendentes por quase toda extensão desse século.

Portanto, não houve como estabelecer marcos que delimitassem claramente um recorte temporal para a análise – o advento da Lei Eusébio de Queiróz (1850) como anteriormente havia-se pensado – mas sim, revelou-se mais proveitoso acompanhar, junto com os batismos de cativos e outras fontes, a trajetória da formação, desenvolvimento e decadência do complexo agrário dos Araújo. Abundantes no começo do oitocentos, os registros que têm relação com esse clã parental vão lentamente

---

<sup>4</sup> Quero deixar registrada a gratidão ao padre Henrique Caetano, que desde o início desta pesquisa possibilitou pleno acesso aos livros de registro da paróquia, bem como à funcionária Fabiane pelo seu constante acompanhamento nas muitas visitas que fiz ao arquivo. Fica também anotado o agradecimento a Robson Nascimento, que competentemente fotografou os registros.

escasseando em direção ao final do século XIX, o que aponta para a decadência dos Araújo no vale do Macacu, com seu abandono da região através da venda de suas propriedades rurais.

Certas características peculiares da estrutura das relações escravistas em Macacu foram observadas nesses registros, o que pôde ser percebido após comparação entre os batismos dos cativos pertencentes ao complexo agrário – que apresentava escravaria numerosa e aparentemente atípica no que tange ao tamanho médio das escravarias locais - com os das demais propriedades em seu entorno, apontando para a presença de aspectos particulares nas solidariedades escravas construídas no interior desse complexo.

Pode-se aqui adiantar a percepção, no complexo agrário, de um alto índice de legitimidade escrava como fruto de uma possível “política” de constituição de unidades familiares. Política esta demonstrada pelos vários batismos de crianças com pais identificados, juntamente com os batismos de adultos, cujos apadrinhamentos aparecem exercidos por diferentes casais de cativos. Quando se adentra no período da Fazenda do Colégio já recortada entre os herdeiros, pós 1840, estas solidariedades escravas continuam, mesmo entre padrinhos de fazendas agora “diferentes”. Entretanto, tal tipologia acompanha a tendência geral, já confirmada pela historiografia, da não existência, na absoluta maioria dos casos, de casais formados por escravos de fazendas cujos donos eram diferentes.

Assim, haveria um quadro diferenciado, de intensas solidariedades escravas ao nível dos apadrinhamentos, mas limitadas ou mesmo proibidas no âmbito das uniões escravas, fronteira que demarca a manutenção do *status quo* dos respectivos proprietários de terras e homens de cada uma das cinco fazendas do complexo.

Com fulcro no que estabelece a historiografia, a respeito de uma alta legitimidade escrava presente em uniões regulares de casais cativos em propriedades de ordens religiosas, infere-se o quanto essa prática jesuítica em particular, de formação de casais de cativos como será demonstrado, poderia ter se perpetuado na longa duração no vale do Macacu.

Apontam-se aí dois caminhos: se tal premissa é verdadeira, infere-se que pode ter havido no vale do Macacu a permanência dessa prática, tida como ‘restrita’ às fazendas religiosas, como forma de produção e reprodução de uniões estáveis entre cativos do complexo agrário dos Araújo, controlado por leigos. Prática esta, que seria

por comparação reforçada pelo índice elevado de naturalidade encontrado nas propriedades externas ao perímetro do complexo agrário, como também apontam os registros de batismo.

Se não, eleva-se o complexo agrário, de propriedade leiga, ao caráter de estrutura ímpar, ao menos para a região, no que se refere à formação de solidariedades escravas, descaracterizando propriedades de ordens religiosas como exclusivas na reprodução destas práticas.

Outro ponto que merece referência é o papel ativo que os cativos possam ter tido na construção destas mesmas solidariedades, independente da forma como se estabeleceram, e o quanto elas puderam interferir nas relações de poder entre senhores e escravos, e entre os próprios cativos. Concluindo, dadas tantas possibilidades percebidas, evidenciou-se ser difícil estabelecer uma rígida periodização assinalada por extremos ‘claramente’ delimitados. Neste sentido, um recorte temporal mais extenso pareceu ser mais apropriado.

Abordando outro aspecto, deve-se ter relevância o fato de que é sobre um determinado espaço – no caso o vale do Macacu – que ocorreram as ações de produção e reprodução das relações socioeconômicas no seio da sociedade agrária e escravista que se pretende aqui analisar, na intenção do alcance dos objetivos propostos para a pesquisa. Foi necessário então, o reconhecimento das generalidades deste espaço, o que será feito a partir dos relatos de viagem de um norte-americano e dois europeus: Thomas Ewbank (1846), Hermann Burmeister (1851) e o barão Johann Jakob Von Tschudi (1864).

Portanto, já apresentados os campos de abordagem deste trabalho, passar-se-á à explanação de sua estrutura, composta por sete capítulos, que juntos buscam construir uma unidade lógica. Cada um dos capítulos analisa elementos distintos, embora interligados e terá, respectivamente, como fundamento, um determinado conjunto de fontes.

No Capítulo I, ‘*O Vale do Macacu nos relatos de viajantes do século XIX: Burmeister, Tschudi e Ewbank,*’ se busca apresentar um panorama, muito geral diga-se de passagem, da região do vale do Macacu a partir dos relatos dos três viajantes citados, com menor ênfase em seus aspectos naturais e maior na busca de se construir um quadro socioeconômico regionalizado. As fontes utilizadas são os relatos desses

viajantes oitocentistas, complementados por informações coletadas em edições do Almanaque Laemmert.

Entende-se ser também de importância um estudo a respeito da formação da elite senhorial do vale do Macacu, o que será feito no Capítulo II, '*Conquistadores, Povoadores e Senhores de Engenho: A ocupação do vale do Macacu como solução de continuidade da expansão colonial lusa na Baía da Guanabara – séc.XVI a XVIII*'. Já no século XVI, grupos de conquistadores se achavam presentes na região da baía da Guanabara, a qual conquistaram após lutas contra grupos indígenas, seguindo-se a esta conquista um processo de ocupação e instalação de engenhos de açúcar, símbolos de poder senhorial e patriarcal na Colônia. A região do vale do Macacu se constituiria, neste processo, como solução de continuidade, caminho aberto à ocupação até o alcance do obstáculo natural da “muralha” da Serra dos Órgãos.

No Capítulo III, '*O Vale do Macacu: características de uma economia de abastecimento interno e extrativista*', se apresentam aspectos do vale do Macacu como região produtora de alimentos, procurando-se caracterizar sua estruturação como centro abastecedor da cidade do Rio de Janeiro. Além do necessário aporte teórico com base em trabalhos que abordam a questão do abastecimento na Colônia, apresentados num estudo comparativo de casos entre Macacu, o recôncavo baiano, a região de Paranaguá (no Paraná) e o entorno da baía da Guanabara, se utilizaram fontes primárias como o *Relatório do Marques do Lavradio* (1778), registros de venda de alqueires de farinha existentes no relatório das *Minas de Macacu* (1786) e a *Discrição do que pertence ao Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu* (1797). Estas e outras fontes primárias existentes no Arquivo Nacional e Arquivo Histórico Ultramarino, foram utilizadas para a contextualização dessa atividade produtiva com fins comerciais e de abastecimento na região do vale do Macacu.

Neste trabalho, o recuo a fontes do século XVIII, não previsto quando no início da pesquisa, se fez necessário devido a duas circunstâncias: primeiramente, a qualidade dessas fontes, que possibilitaram a visualização de um quadro bem referenciado das características da produção econômica do vale do Macacu, região voltada primordialmente para culturas agrícolas de abastecimento interno, além de outras como o anil e o extrativismo de madeiras, com baixa incidência de mão-de-obra escrava por unidade produtora, como se verá quando da análise dessas mesmas fontes. A construção desse quadro socioeconômico ofereceu a possibilidade de contraste com o período



imediatamente posterior, o século XIX, facultando a percepção de mudanças e/ou permanências. Será neste contexto complexo, e ainda inicialmente estudado, que se encontrará, primeiramente como negociante e posteriormente senhor de engenho, o patriarca do clã, Henrique José de Araújo, já na primeira metade do século XIX.

Por sua vez, na intenção de se ampliar a lente de observação sobre o vale do Macacu, em particular a sua conjuntura socioeconômica para o século XVIII, a *Discipção do que pertence ao districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, de 1797, constituiu-se na fonte mais completa para esse alcance. No item *'Pobres e ricos; livres e escravos: escravismo e estratificação social no Vale do Macacu'*, se tratará desse objeto, tendo como metodologia a organização do próprio documento, confeccionado mediante o agrupamento dos produtores e demais listados em bem definidos corpos sociais, hierarquicamente dispostos: senhores de engenho, fabricantes de farinha e lavradores<sup>5</sup>. A análise dessas três categorias de produtores foi distribuída nos itens *"Açúcar: senhores, escravos e arrobas"* e *"Alimentos: escravos, alqueires e homens livres pobres"*, circunscritas ao estudo das produções agrícolas de açúcar, farinha, arroz, milho e feijão. Também neste capítulo, além dessa análise, se fez também estudo preliminar da exploração da madeira e a estrutura da posse de mão-de-obra escrava.

Após a apresentação desses quadros, geral e comparativo, mas também mais particularizado das produções – agrícolas e extrativistas – do vale do Macacu, percebeu-se ser interessante discorrer de forma mais particular, no item *"E receberá mercê: madeiras e busca pelo prestígio no interior da elite macacuana"*, acerca da exploração das madeiras em Macacu, tanto no seu aspecto econômico - de grande importância - como também como recurso para estabelecimento de símbolos de status social mais elevado – como o acesso ao seletivo grupo dos detentores de Hábitos da Ordem de Cristo - o qual poderia ser adquirido através da cessão de madeiras para ações de interesse do Estado português.

Num processo de longa duração e a partir da segunda metade do quinhentos, o avanço para o Sertão através do rio Macacu significou a continuidade do processo de colonização portuguesa no centro-sul do Brasil, após a consolidação da ocupação do

---

<sup>5</sup> Se entende *Lavrador* como pequeno produtor escravista. Embora haja vários listados na fonte que não possuíam escravos, considera-se que os mesmo ainda assim podem ser caracterizados como escravistas, dada a conjuntura socioeconômica na qual estão inseridos, que lhes confere o status de livres – somente possível em contraste com a condição escrava – e o fato de que a não possibilidade de possuir escravos esteja relacionada à absoluta impossibilidade econômica de adquiri-los.

recôncavo da baía da Guanabara. Tal processo resultaria na organização do quadro socioeconômico do vale do rio Macacu aqui parcialmente estudado. Compondo este quadro, encontra-se a Companhia de Jesus, representada na região de Macacu, crê-se ao menos desde o século XVII, pela fazenda de muitos nomes - *Papucaia, Macacu na Papucaia, Colégio* - produtora de gêneros alimentícios para o aldeamento de São Barnabé, núcleo agregador dos grupos indígenas absorvidos pelo processo de conquista e colonização portuguesa da baía da Guanabara e, infere-se, também dos seus sertões.

A expulsão dos jesuítas em 1759 e a transferência de sua fazenda no vale do Macacu a distintos proprietários culminará, por meio de um matrimônio no início do século XIX, na chegada à região do negociante e posteriormente senhor de engenho, Henrique José de Araújo, patriarca do clã Araújo, o que será tratado no Capítulo IV, '*A Fazenda do Colégio: dos Jesuítas aos Araújos*'.

Nesse mesmo capítulo, o item "*A naveta e o turíbulo: Henrique José de Araújo, de negociante a senhor de engenho*", de caráter biográfico, trata da vertiginosa ascensão social e econômica de Henrique José de Araújo, dono de bens imóveis na cidade do Rio de Janeiro e proprietário da *Fazenda do Colégio* pelo casamento com Maria Feliciano, filha da elite carioca e descendente de famílias de conquistadores e colonizadores do Rio de Janeiro. Araújo construiria, através de suas relações políticas e familiares, um respeitável clã parental possuidor de muitos escravos, terras e poder na região do Macacu.

Outra análise biográfica, no item intitulado *O barão e visconde de Piracinunga*, estendeu-se também a um de seus filhos, Joaquim Henrique de Araújo, único dos herdeiros diretos de Araújo a atingir estatuto de nobreza, através da obtenção, por concessão do Imperador Pedro II, dos títulos de barão de Piracinunga em 1850 e visconde com grandeza, do mesmo título, em 1872. A influência de Araújo no vale do Macacu foi exemplificada através de sua ação durante a epidemia de *cholera morbus* que atingiu violentamente a Província do Rio de Janeiro em 1855 – inclusa a região de Macacu.

Será Piracinunga quem deterá para si a fazenda denominada *Papucaia*, herança de seu pai, a qual venderia em 1866 a dona Bárbara Maria de Jesus, de Rio Bonito (RJ), certamente para pagar dívidas adquiridas na crise financeira da Casa Souto, que abalou o Rio de Janeiro em 1864.

A tentativa de alcance de um dos objetos principais da pesquisa - analisar relações escravistas no vale do Macacu – estão expostas no Capítulo V, *‘Farinha branca, suor negro: o escravismo macacano através dos registros de batismo da freguesia de Santíssima Trindade de Sant’Anna de Macacu – Séc. XIX’*, onde se apresentam aspectos da escravidão negra nas fazendas do complexo agrário e em seu entorno, através da análise de 2.583 registros paroquiais de batismo de escravos na freguesia da Santíssima Trindade, que compreende, territorialmente, os atuais 1º e 2º distritos do município de Cachoeiras de Macacu: o distrito homônimo de Cachoeiras de Macacu e, respectivamente, o de Japuiba (formado também pelas localidades de Ribeira, Papucaia e Agro-Brasil). Este capítulo foi subdividido nos seguintes itens: : *“Batismos: ‘política inclusiva”*, *“Batismos, apadrinhamentos e a possibilidade da comunidade escrava”* e um terceiro, *“Fazenda do Colégio: comunidade escrava?”*

Essas relações escravistas, como já comentado, apontaram ser bem peculiares face o elevado grau de legitimidade presente na escravaria do complexo agrário, ao contrário da altíssima naturalidade escrava percebida nas propriedades em seu entorno. Outrossim, tal condição aponta para interessantes aspectos a respeito da construção de solidariedades escravas circunscritas às cinco fazendas dos Araújo. Da mesma forma, apresentar-se-á, com este estudo, aspectos bem gerais das relações escravistas para a região do vale do rio Macacu como um todo.

O Capítulo VI, *‘Crise! A derrocada do clã Araújo no contexto da Crise do Souto – Séc. XIX’*, tratará da decadência financeira do clã Araújo, na segunda metade do século XIX, durante a chamada “Crise do Souto” (1864) – cujo nome denomina o primeiro item do Capítulo - a qual envolveu suas cinco fazendas no vale do Macacu. Essa derrocada do clã, tratada no item *“Tudo que é sólido, se desmancha no ar”*, pôde ser identificada através do inventário *post-mortem* de Antonio de Oliveira Braga, um dos filhos do patriarca Henrique José de Araújo, falecido em 1871, existente no Arquivo Nacional. Composto este inventário, encontra-se um documento que apresenta as avultadas dívidas do clã – de quase mil contos de réis! - com casas bancárias no Rio de Janeiro, instituições nas quais os Araújo foram ativos participantes, chegando um dos membros a integrar uma delas como fundador, através de um cargo na primeira das diretorias do *Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro* (1854), ou também em outras funções bancárias. Para tanto, foi imprescindível a utilização das informações contidas no Almanaque Laemmert.

Finalizando o trabalho, o Capítulo VII, “*O coronel e a sogra: A Fazenda Papucaia através de um processo judicial – 1873*”, apresenta um estudo de caso no intuito de analisar desdobramentos do que teria ocorrido após a derrocada dos Araújo, o que se pôde fazer ao menos com uma parte do complexo agrário através do entrevero de dona Bárbara Maria de Jesus, fazendeira em Rio Bonito e viúva de Joaquim Rodrigues Braga, com seu genro, o coronel da Guarda Nacional da Vila de Santo Antônio de Sá, Francisco José Fernandes Panema. Em 1866, essa senhora comprou a “Fazenda da Papocaia”, uma das cinco fazendas vendidas pelos Araújo e de propriedade do barão de Piracininga, pelo preço de vinte contos de réis. O caso, novelesco, se deu pela compra da fazenda com fiança de seu genro, gerando uma disputa familiar judiciária entre o coronel e sua sogra, produzindo-se a fonte que serviu de base para este capítulo, ou seja, o *Processo de Prestação de Contas que faz Dona Bárbara Maria de Jesus contra o Coronel Francisco José Fernandes Panema (1873)*.

Com 231 páginas (verso e reverso), além dos testemunhos das partes, a fonte apresenta uma coletânea de outros documentos, como registros de batismos, casamentos, listagens de compra e venda, de cativos etc. Dona Bárbara Maria de Jesus acusou o genro por má gestão do imóvel, cujos rendimentos, segundo ela, o coronel Panema não apresentara em nenhum momento de sua administração. O processo, aberto na Câmara Municipal da Vila de Sant’Ana de Macacu, se estenderia até a instância superior do Tribunal da Relação, no Rio de Janeiro. A Fazenda foi novamente vendida, em 1876, a dona Luiza Alexandrina Rodrigues, pelo mesmo preço com que havia sido comprada por dona Bárbara. Contudo, mais que apenas o comentário de tão conflituosa relação entre genro e sogra – onde não deixaram de aparecer insultos de parte a parte - a fonte aponta alguns aspectos que serviram para a apresentação de indícios da estrutura socioeconômica da região de Macacu já em período mais avançado, em finais do século XIX. Portanto, em meio à crise do escravismo após a aprovação e os reflexos da Lei Eusébio de Queirós. Esses aspectos foram abordados nos itens “*Imprescindíveis escravos*” e “*Endividar: salvar a pele...e o status*”.

Neste período, a ferrovia, abordada no item “*Mudanças e permanências: ferrovia, agricultura e escravismo*”, inovação advinda dos avanços tecnológicos da Revolução Industrial Inglesa, encontrava-se presente na região através da Estrada de Ferro de Cantagalo. De iniciativa do barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, foi inaugurada em 1860 ligando as localidades de Cachoeira a Porto das Caixas, tendo

sido construída na intenção de transportar café plantado na região de Cantagalo. Foi em uma das suas composições que um dos viajantes escolhidos para o Capítulo I, o suíço Von Tschudi, atravessou o vale do Macacu a partir da localidade de “Cachoeira”, situada no início da subida da serra dos Órgãos. A ferrovia, além desta função, serviu para transporte de passageiros, da produção agrícola local e para a dinamização da extração das madeiras na região de Macacu. A própria fazenda da Papucaia chegou a possuir seu trilho ferroviário particular, ligando o interior da fazenda à linha principal dessa estrada de ferro.

O complexo agrário dos Araújo, integrado por suas cinco fazendas, deixou marcas no município de Cachoeiras de Macacu. O nome “*Colégio*”, de uma de suas fazendas, denomina hoje uma das localidades desse município, chamada Gleba Colégio, surgida dos projetos de reforma agrária realizados na região em meados do século XX. Essa mesma denominação também demonstra a continuidade, na longa duração, da tradição local - remota é verdade - de manutenção de uma memória acerca da presença jesuítica na região. Rio das Pedras, outra das suas fazendas, ainda nomeia um córrego, afluente do Macacu e uma escola da Rede Municipal de Ensino, da Prefeitura local. Outra, Papucaia, é localidade do segundo distrito de Japuíba, com sua origem equivocadamente deslocada para o período dos projetos de reforma agrária, através da criação do Núcleo Colonial de Papucaia, em 1951, pelo então presidente Getúlio Dornelles Vargas<sup>6</sup>. A fazenda da Ribeira tornou-se bairro limítrofe a Papucaia. Situada à sua frente, a fazenda Jaguari, única que sobreviveu como unidade de produção rural, voltada para a pecuária.

Em suma, *Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravidão no Vale do Macacu – Séculos XVIII e XIX*, vem contribuir para o estudo do panorama socioeconômico dessa região, mediante o acompanhamento dos caminhos trilhados por esse grupo familiar, o clã Araújo. No girar da “Roda da Fortuna”, vivenciou ele épocas de fausto e em outro, foi submergido pela crise que lhe pulverizou o patrimônio construído pelo patriarca Henrique José de Araújo. Patrimônio este alicerçado pelo trabalho extraído de seus muitos escravos e escravas.

Região voltada primordialmente para a produção pequeno escravista de gêneros alimentícios básicos, – farinha, arroz, milho e feijão – o vale do Macacu afirmou-se, ao

---

<sup>6</sup> BRASIL. Decreto 30.077 de 19.10.1951. Cria o Núcleo Colonial de Papucaia, no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>> Acesso em: 07.08.2008.

menos durante os séculos XVIII, XIX e também no XX, como fecundo celeiro abastecedor do grande centro urbano que paulatinamente se expadiu no entorno da cidade do Rio de Janeiro. Tanto que no século XX, particularmente em 1951, seria criado na região o citado Núcleo Colonial de Papucaia, com objetivo de se fomentar ali o desenvolvimento de um “cinturão verde” abastecedor do Rio de Janeiro. Portanto, não necessariamente uma inovação, mas uma ação de continuidade na histórica orientação da região de Macacu como produtora de alimentos básicos para mesas fluminenses e cariocas.

Hoje, o gigantesco projeto do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro -COMPERJ, será instalado pelo Governo Federal junto à confluência dos rios Macacu e Guapiaçu, no distrito de Porto das Caixas, município de Itaboraí. Local onde, em 1697, esteve também o governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes, para erigir a Vila de Santo Antônio de Sá. Com inauguração prevista para 2012, o COMPERJ representará profunda reestruturação da região como um todo em seus aspectos econômico, político, social, demográfico e cultural.

Tão acelerada transformação no cenário socioeconômico do Vale do Macacu, de caráter industrializante, reorganizando o uso e ocupação da terra, as relações de trabalho e prenunciando uma nova “onda” de urbanização - já em curso durante o desenvolvimento desta pesquisa - poderá ter seu setor agrário, historicamente dinâmico, produtivo e identificado como fenômeno de longa duração, valorado ou prescindido de sua importância no abastecimento das populações que serão absorvidas, ou atraídas, no decurso desse processo.

## CAPÍTULO UM

### O VALE DO MACACU NO RELATO DE VIAJANTES DO SÉCULO XIX

*Burmeister, Tschudi e Ewbank*

Estudar o passado é tentar, com as fontes disponíveis, buscar desvelar mundos que não mais existem. No dizer de Florentino & Góes,

Todas as gerações estão condenadas, pois, a inventar e a reinventar indefinidamente as sociedades do passado. (...) A história instala-se, portanto, nesta fronteira ambígua entre o irreconhecível e o conhecimento mutante possível, entre o que fomos – ou supomos haver sido – e o que somos – ou imaginamos ser.

O papel do historiador, portanto, é *inventar* o passado a partir do que resta dele, ou seja, a partir de fontes que se possam encontrar disponíveis. Seja para a escravidão ou outro tema qualquer, tal *invenção*, em muitos casos, não pode prescindir da análise do espaço onde essas relações sociais que se pretenda analisar tenham ocorrido, num recorte temporal selecionado.

Será na *fronteira ambígua entre o irreconhecível e o conhecimento mutante possível*, que estarão não só as relações socioeconômicas para o vale do Macacu estudadas, mas a descrição do espaço geográfico onde essas relações ocorreram, o qual também *não mais existe*. Sendo assim, a sua necessária observação é possível a partir do acesso a informações deixadas por observadores que o conheceram na contemporaneidade do século XIX. Para tanto, utilizou-se como instrumento dessa necessária reconstrução ‘ambiental’ do vale do Macacu, abstrata até certo ponto, três distintas e particulares visões: a do norte-americano Thomas Ewbank, que esteve na região em 1846; do alemão Hermann Burmeister, em 1851 e do suíço, Johann Jakob von Tschudi, em 1864.

Esses viajantes estiveram no Vale do Macacu em épocas distintas, oriundos de lugares diferentes. Três diferentes culturas a perscrutar a região. Ressalta-se que mesmo sendo contemporâneo aos três viajantes, estes se inseriram num espaço geográfico que para eles era também desconhecido.

Segundo Mintz,

ao tratar das intenções dos atores num sistema social, atores que empregam uma variante cultural ao invés de outra em vários momentos de suas vidas, parece necessário enfatizar que a relação entre intenção, ato e consequência não é sempre a mesma. Pessoas diferentemente situadas numa sociedade podem fazer a mesma coisa, pensar em significados muito diferentes para aquilo que estão fazendo, e acarretar consequências diferentes ao praticarem atos similares.<sup>7</sup>

Cada viajante é um diferente ator a interagir sobre o mesmo espaço geográfico. Ewbank, Burmeister e Tschudi praticaram, similarmente, o mesmo ato de analisar o vale do Macacu, cada um com seus objetivos, sua bagagem intelectual e suas particulares visões de mundo. Analisaram e registraram seletivamente aquilo que ia de encontro a seus interesses. E é importante frisar que essas visões não podem ser descoladas de seus preconceitos e juízos de valor.

Como então estabelecer um quadro objetivo do vale do Macacu através de três subjetivas visões? Seguir pela apresentação tácita de suas observações seria correr o risco de reproduzir suas visões como realidade positiva. Entretanto, lidos os relatos de uma forma horizontal, podem ser percebidas similaridades que apontam certamente realidades concretas. Priorizaram-se relatos que transmitissem aspectos mais concretos possíveis, abordando em menor grau os que se ocuparam da descrição de aspectos naturais, salvo os de natureza mais geral. Inicialmente, vale oferecer uma visão prévia da região de Macacu, abrangida pela Vila de Santo Antônio de Sá.

Cabral, citando Maia Forte, explica que

a Vila de Santo Antônio de Sá era composta, em 1778, pelas freguesias de Santo Antônio de Sá (sede), Santíssima Trindade, Nossa Senhora d'Ajuda de Cernambitigba – ou Sarnambitiba, ou ainda de Guapi-mirim –, Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, Nossa Senhora do Desterro de Itambi e São João de Itaboraí. Esses limites teriam mudado em 1789, quando da fundação da Vila de Magé. (...) o termo da vila incluiria, no ano de 1796, todas as freguesias mencionadas acima, com exceção da de Guapi-mirim.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> MINTZ, Sidney W. *Culture: an anthropological view*. In: The Yale Review, Yale University Press, 1982 p. 499- 512 apud CHALHOUB, 1990, Op. Cit. p.25.

<sup>8</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, Agricultura e Extrativismo Madeireiro na Modelagem da Paisagem Agrária do Rio de Janeiro Colonial Tardio: o caso da bacia do Macacu. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol.1. Nº 3, Ago/Dez. 2007. Disponível em: <[www.heera.ufjf.br/artigos/03\\_artigo03.pdf](http://www.heera.ufjf.br/artigos/03_artigo03.pdf)> Acesso em: 19 abr. 2008. Outra descrição de Macacu, mais completa, encontra-se em “Corographia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, Tomo II, p. 32-33”.





Mapa 1: O Vale do Macacu em 1819<sup>9</sup>

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Burmeister atravessou o vale do Macacu no sentido Rio de Janeiro a Nova Friburgo. Tschudi o fez em sentido contrário, tomando o trem da Estrada de Ferro de

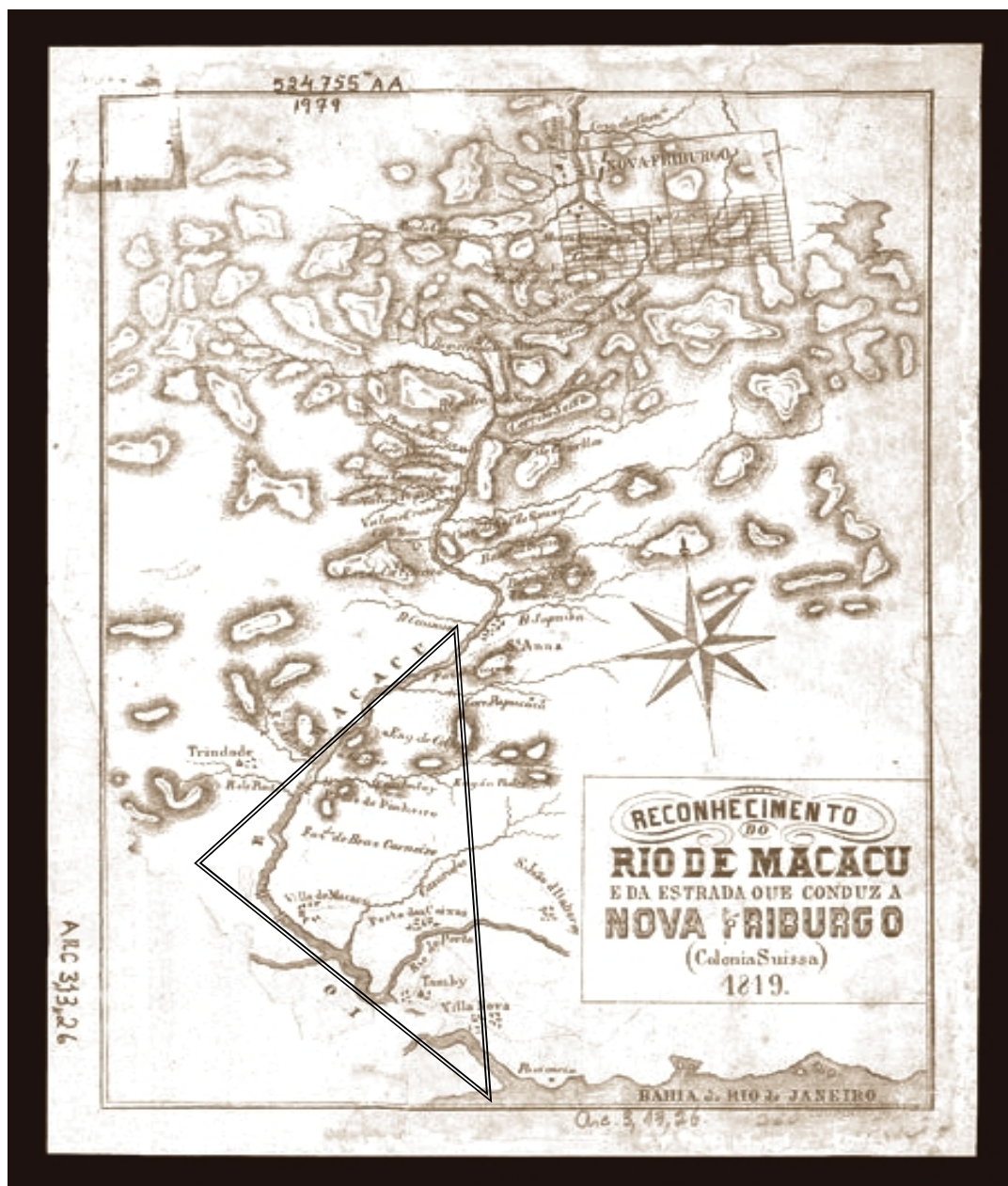
<sup>9</sup> Para todos os mapas desse capítulo foi utilizado o Reconhecimento do Rio de Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo (Colônia Suíça), 1819. Localização: ARC 003, 13,026 ex.1 Cartografia ARC.014,04,006 ex.2 Cartografia ARC 004, 01, 017 ex.3 Cartografia. Seção de Cartografia. Biblioteca Nacional

Cantagalo na localidade de *Cachoeira*, atual sede do município de Cachoeiras de Macacu.



Mapa 2: Itinerários de viagens: Burmeister e Tschudi  
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Já Ewbank, partindo do Rio de Janeiro, não atravessou como seus ‘colegas’ viajantes toda a extensão do vale, limitando-se a penetrar em seu interior e fazer um reconhecimento de algumas fazendas em uns poucos dias.



Mapa 3: Viagem de Ewbank<sup>10</sup>  
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital

<sup>10</sup> Foi demarcada a área aproximada visitada por Ewbank, no Vale do Macacu. É possível se visualizar no mapa as fazendas do Carmo, Colégio e das Pedras. Não aparece a fazenda do Sumidouro.

Antes de apresentar os relatos, é necessário que se conheça alguns aspectos biográficos de cada um dos viajantes. A ordem das biografias é a mesma com que serão abordadas as suas respectivas viagens.

O alemão Hermann Burmeister nasceu em Strallsund<sup>11</sup>, em 1807, falecendo em 1892 em Buenos Aires. Era um estudioso de geologia, naturalista e professor, tendo sido convidado para a cadeira de Zoologia da Universidade de Halle. Esteve pela primeira vez no Brasil em 1850, quatro anos portanto após a visita de Thomas Ewbank. Em 1852, embarcou de volta à Europa e publicou, um ano depois, o seu livro “Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.”<sup>12</sup>

Johann Jakob von Tschudi, suíço, foi diplomata, ministro da República Helvética no Brasil, zoólogo e naturalista. Era formado em Ciências Naturais pela Universidade de Neufchatel e em Medicina pela Faculdade de Paris. Fez uma viagem de circunavegação do globo, visitou o Peru durante cinco anos, estudando a fauna, a arqueologia, etnografia e lingüística peruana. Retornou à América do Sul em 1857, permanecendo durante dois anos percorrendo o Brasil, Estados do Prata, Bolívia e Peru. Em 1860 tornou-se plenipotenciário da Suíça no Brasil, para onde veio estudar os problemas da imigração suíça. Na Europa, em 1866, foi nomeado embaixador na Áustria, falecendo em 1887.<sup>13</sup>

O último viajante do ‘grupo’, o norte-americano Thomas Ewbank, andou pela região em 1846, visitando, como se disse, algumas fazendas. Se a opção adotada privilegiasse a apresentação dos relatos desses viajantes numa seqüência cronológica, Ewbank deveria ter sido o primeiro a ser abordado, mas há propriedade em colocá-lo por último, pelo fato de ter sido o único dos três a registrar contato com descendentes de Henrique José de Araújo, o português negociante, senhor de engenho e proprietário da fazenda do “*Colégio*”, núcleo formador do ‘complexo agrário’ da família Araújo. Souza nos apresenta dados sobre a biografia deste norte-americano:

---

<sup>11</sup> Cidade localizada no estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, na Alemanha, na parte sul da costa de Stralsund (área que separa o Mar Báltico da ilha de Rügen, a maior da Alemanha). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Stralsund>>. Acesso em: 14 fev. 2009

<sup>12</sup> BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. Belo Horizonte: Itatiaia. SP: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

<sup>13</sup> TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista, Vol. V. São Paulo: Martins, 1953, p. 9-11.

Ewbank permaneceu no país entre 31 de janeiro e 05 de agosto de 1846, ou seja, pouco mais de seis meses. Fez fortuna como visionário empresário fabril na América do Norte e a partir daí dedicou-se a estudos de mecânica, hidráulica e ciências sociais. Partidário do liberalismo econômico, racionalismo e cientificismo, comum ao momento histórico que viveu, contestou a velha sociedade, cujo comportamento pessoal, familiar, social e político dissonava dos valores filosóficos, morais e estéticos da época. Durante sua estada no Brasil, Thomas Ewbank, como burguês, cientista, protestante e republicano, criticou com afínco o catolicismo que lhe parecia rudimentar, e a brutalidade do sistema escravocrata...<sup>14</sup>

### 1.1. O alemão: Hermann Burmeister

Após sua estada no Rio de Janeiro, seguiu para Minas Gerais, via Nova Friburgo, em 21 de dezembro de 1850, fazendo o mesmo trajeto que Ewbank havia feito quatro anos antes. Saindo da praia da Saúde, a embarcação atravessou a baía da Guanabara, entrando no rio Macacu com destino ao Porto do Sampaio.<sup>15</sup>

O trajeto do Rio até Sampaio, situada a 1 e meia milhas acima da foz do Macacu, atravessa a baía no sentido de sua maior extensão (...) Ao entrar no rio Macacu, os arbustos de mangue aproximam-se de ambos os lados, cada vez mais, e a água torna-se francamente castanha, mas clara, assim como um café bem fraco. Dizem que estas águas são nocivas ao homem, especialmente aos estrangeiros, não só quando ingerida, mas mesmo as suas exalações, sendo aconselhável afastar-se delas. Os estrangeiros que permanecem por algum tempo em regiões tão baixas, onde há destas águas, provenientes, com toda a evidência, de detritos vegetais em decomposição, são atacados de malária e febre intermitente, que assumem aspecto tifóide. Nessa região é conhecida a doença por “febre do Macacu.”<sup>16</sup>

Os três viajantes descrevem essa viagem praticamente da mesma forma. O ponto final da embarcação era o Porto do Sampaio, de onde se seguia a pé ou montado em animal até o Porto das Caixas, localizado à margem de um afluente do Macacu, o rio da Aldeia. Daí, o trajeto se dava por estrada de rodagem, em direção ao interior.

<sup>14</sup> SOUZA, Afrânio Biscardi. Debret e Ewbank: *A leitura estrangeira do modus vivendi barroco no Brasil oitocentista*. In: **Miradas e imágenes urbanas en la literatura de viajeros**, 2006, Buenos Aires, D. F.. La experiencia del viaje. IV Encuentro. Buenos Aires, D. F. : FADU-UBA, 2006.

<sup>15</sup> BURMEISTER, 1980, Op. Cit. p.86

<sup>16</sup> Id., 1980, p.87-88

Segundo o Relatório da Província do Rio de Janeiro, para o ano de 1855, a navegação pelo Macacu não era uma atividade em que predominassem facilidades:

O rio de Macacú, que nasce no município de Cantagallo<sup>17</sup> e deságua na baía de Nictheroy, oferece navegação á lanchas e saveiros, até uma extensão de 6 leguas, e por elle navegam dous vapores que fazem viagens alternadas, da Corte para o porto do Sampaio e Villa Nova e vice versa. Alguns córtes e a desobstrucção d’este rio podiam operar muitos beneficios ao munnicipio de Santo Antonio de Sá, e aos que por ahi exportam os seus productos, e estender a navegação á vapor á mais longa distancia, do que a que se acha circumscripta pelas suas tortuosidades. A esse rio afluem o Guapiassú e o Caceribú com abundancia de águas, mas com os leitos muito obstruídos.<sup>18</sup>

O Almanaque Laemmert oferece informações mais precisas sobre essa viagem pelo Macacu até Sampaio. A Empresa que fazia a navegação era a *União Nictheroyense*, Companhia de Navegação a Vapor. Os vapores atendiam a duas linhas: uma para Magé e outra para Sampaio. Esta última fazia uma escala em Vila Nova, com saídas às terças, quintas e sábados, às 9 e meia da manhã e retorno às segundas, quartas e sextas às 11 horas. Os preços das passagens eram os seguintes: passageiro calçado, 2 mil Réis (2\$000); passageiro descalço, 1 mil Réis (1\$000) e animais de montaria, 3 mil Réis (3\$000).<sup>19</sup>

De Sampaio, Burmeister seguiu para a localidade de *Marabi*<sup>20</sup>, parando em uma ferraria à beira da estrada.<sup>21</sup> Pela manhã seguiu até Porto das Caixas, *situada á margem do rio da Aldeia, afluente do Macacu*. Um pouco mais à frente situava-se a vila de

<sup>17</sup> Essa observação aponta um erro de Burmeister. Em 1855 já existia a Vila e Município de Nova Friburgo, fundada no início do século XIX, após política de imigração suíça e alemã promovida por D. João VI. Situando-se após o município de Santo Antônio de Sá, distancia-o da Vila de Cantagalo. Portanto, não haveria como o Macacu, que nasce de vários riachos nascidos na Serra dos Órgãos, ter sua origem nesse município.

<sup>18</sup> Relatório apresentado ao Exmo<sup>o</sup> Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o Snr. Doutor José Ricardo de Sá Rego pelo presidente o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. Nictheroy: Typographia de Quirino & Irmão, 1855. p.54. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u831/000056.html>>. Acesso em: 06 abr. 2008.

<sup>19</sup> Almanaque da Corte e Província do Rio de Janeiro para o anno de 1864 - Vigésimo primeiro anno – (Segunda série XIV) p.426. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000434.html>> Acesso em: 06 abr. 2008.

<sup>20</sup> Em sua viagem, o Príncipe Adalberto da Prússia denomina essa localidade de “*Campos de Marabu*”. Sua localização é fácil de identificar, por estar demarcada em algum lugar entre Sampaio e Porto das Caixas. Cf. ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Brasília: Senado Federal, 2002, p.108. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/pdf/Amaxonas-Xingu/Amazonas-Xingu%201.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

<sup>21</sup> BURMEISTER, 1980, Op. Cit. p.89

Santo Antônio de Sá, que o viajante descreve como uma localidade já em franca decadência:

Em nossa frente, numa elevação, estendia-se uma grande fila de casas, com uma vistosa igreja á direita. Por trás via-se a serra dos órgãos, que deve seu nome aos muitos picos e cimos que apontam, para o céu. (...)A localidade que tínhamos diante de nós era Santo Antônio do Macacu<sup>22</sup>, monótona, mas propícia ao comércio, devido ao rio navegável em cujas margens se encontra. Seus habitantes são vítimas da febre tifóide, que ali grassa muito freqüentemente.(...) o lugar se acha isolado e quase abandonado. Rente da cidade desemboca o rio Cacerebu, afluente do Macacu. Atravessamo-lo por uma ponte e subimos a colina onde se acha edificada a vila. Não nos demoramos e seguimos, passando por uma segunda elevação, onde se ergue a igreja, rodeada de algumas casas em ruínas.<sup>23</sup>

Por toda a estrada encontravam-se pousios e vendas, paradas para repouso e alimentação dos viajantes e pessoas da localidade. No trajeto para o interior, passava-se pela fazenda da Ponte do Pinheiro. Burmeister deixou uma minuciosa descrição de uma dessas vendas de beira de estrada: estabelecimentos bem sortidos de víveres, apetrechos de viagem e outros tantos gêneros de primeira necessidade como

carne de porco defumada e toicinho, alimento principal dos pretos e único ingrediente para o feijão; carne seca, fubá e farinha de mandioca, que pela cor parece serragem, e se come seca. Ao lado, um grande barril com cachaça, muito procurada pelos pretos. Mas a venda não tinha apenas estes alimentos comuns; havia também gêneros mais finos, como citronato, goiabada e geléia de marmelo, doces e outras guloseimas<sup>24</sup>.

Era também obrigatória a passagem pelas propriedades dos Araújo, o que indica situarem-se junto à estrada carroçável. Possivelmente já em processo de decadência, o viajante as descreve como *as ruínas de um antigo colégio de Jesuítas*<sup>25</sup>, situado sobre

---

<sup>22</sup> Burmeister se utiliza de uma das variantes na denominação da Vila, cujo nome oficial era Santo Antônio de Sá, dada pelo governador Artur de Sá e Menezes em 1697. Ao que parece, a denominação Macacu, mais “popular”, nunca deixou de ser utilizada como referência à localidade.

<sup>23</sup> BURMEISTER, 1980, Op. Cit. p. 91-92

<sup>24</sup> Id., 1980, p.92

<sup>25</sup> As fontes contradizem essa observação de Burmeister, já que não apontam a existência de nenhum Colégio de jesuítas na região, mas sim, uma fazenda que fora de propriedade da Companhia de Jesus. Aqui, Burmeister errou. Essa tradição firmou-se na região, já que até o presente crê-se ter existido ali um colégio jesuítico.

*uma grande planície rasa. Era uma fazenda então e não oferecia aspecto nada amável. O lugar é conhecido pelo nome de “Campo do Colégio” (...).*<sup>26</sup>

Outro apontamento interessante, por sua semelhança, apesar de não haver utilizado seu relato de viagem, é o do príncipe Adalberto, da Prússia, entre 1842 e 1843.

prosseguimos num largo trote pelas três e meia léguas de Porto das Caixas e outro tanto de São João por caminho direto, para Campo do Colégio, no fim das quais avistamos o Colégio dos Jesuítas<sup>27</sup>, transformado numa grande fazenda, rodeada de soberbas árvores. Por trás daquele, como vimos à direita uma cadeia de montanhas donde subiam nuvens carregadas de chuva, a serra do rio de São João.<sup>28</sup>

Ao que parece, a tradição local conservou, de uma forma ou outra, a memória da presença jesuítica na região.

A próxima localidade a que chegavam os viajantes era a vila de Santana<sup>29</sup>, onde Burmeister alojou sua tropa em outra ferraria. O trajeto após Santana e serra acima até a vila de Nova Friburgo já se encontra distanciado da região-objeto da pesquisa, mas vale registrar pelo menos sua estada em Cachoeira, último núcleo populacional de destaque antes de se começar a subida da serra:

Sob uma temperatura elevada, molestados pelo calor, chegamos, ao meio-dia, a uma localidade de origem recente, que possuía mais de um nome, como freqüentemente sói acontecer no Brasil. Nosso guia chamava-a Mendonça, porém, mais tarde, ouvi chamarem-na também de Cachoeira de Macacu. (...) Mas não sentia ânimo para caminhar e visitar a cidade; deitava-me e dormia, fazendo desta forma a única coisa que apetece ao europeu que tão repentinamente se vê transportado para essas zonas quentes.<sup>30</sup>

<sup>26</sup> BURMEISTER, 1980, Op. Cit. p. 92-93

<sup>27</sup> Predecessor do conterrâneo Burmeister em Macacu, o príncipe alemão Adalberto incorrera no mesmo equívoco.

<sup>28</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia, 2002, Op. Cit. p.107.

<sup>29</sup> Adalberto da Prússia faz interessante menção a Sant’Ana: “De repente saímos da capoeira para um grande prado, no qual três sapucaias colossais erguiam as altivas copas com gigantescas e vistosas flores encarnadas, para o escuro céu chuvoso, disseminadas por entre algumas casas isoladas: – tínhamos diante de nós a por tanto tempo almejada Santa Ana! O Macacu ficava à nossa esquerda e a serra coberta de nuvens à direita”. (Cf. ADALBERTO, Príncipe da Prússia, 2002, Op. Cit. p.108.) É possível que um exemplar sobrevivente a este trio ainda exista. Numa das extremidades da pequena Vila de Japuiba, encontra-se um exemplar desta árvore, chamada pelos locais de “*sapucaieira*”. Bem próximo a ela corre o Macacu e após percorrido um pequeno trecho de poucas dezenas de metros, chega-se junto à antiga igreja de Sant’Ana, no centro da Vila. Não há hoje menor indício de que outras duas árvores deste porte existissem próximas à atual *sapucaieira*.

<sup>30</sup> BURMEISTER, 1980, Op. Cit. p.97



Chegando à região denominada Águas Compridas, já na Serra dos Órgãos, após instalar-se em uma terceira hospedaria, Burmeister e seu grupo seguiram até Nova Friburgo após transpor a vertente da serra. Neste ponto nos separamos do alemão.

## 1.2. O suíço: Johann Joakim Von Tschudi

Em sentido contrário viria Tschudi, em 1864, passando, antes de adentrar no vale do Macacu, pelas localidades de Cantagalo e Nova Friburgo, que começavam a destacar-se no cenário econômico da Província do Rio de Janeiro pela sua produção de café, registrando que

o trecho percorrido nesse dia atravessa uma região bem cultivada, com várias fazendas, todas elas dedicadas à cultura do café em larga escala. Mas os cafezais não me pareceram tão bem cuidados como os que eu vira, meses atrás, na província de São Paulo. O mesmo pode-se dizer das estradas, que a todas elas encontrei em péssimo estado (...).<sup>31</sup>

Fez longa descrição sobre a produção e beneficiamento do café, técnicas e problemas de produção, pragas, cobras nas plantações e fez observações sobre aspectos da escravidão negra. Em Cantagalo, um registro seu expressa bem seu eurocentrismo: *A agricultura brasileira parece ser exercida no distrito de Cantagalo pelos métodos mais racionais (...) Muitos dos fazendeiros ali residentes são europeus de grande inteligência.*<sup>32</sup> Passando por Nova Friburgo, desceu a serra, penetrando no vale do Macacu em direção ao Rio de Janeiro. Chegando na localidade de Cachoeira, Tschudi não atravessaria o vale a cavalo como Burmeister, mas de trem, seguindo até Porto das Caixas. Daí, a cavalo até Sampaio, seguindo de vapor até o Rio de Janeiro.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista. Vol. V. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, p. 33.

<sup>32</sup> TSCHUDI., 1953, Op. Cit. p.79

<sup>33</sup> A Estrada de Ferro de Cantagalo teve seu primeiro trecho inaugurado em 23 de abril de 1860, compreendido entre as localidades de Cachoeiras e Porto das Caixas. Foi construído pelo barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, no interesse do transporte de café ao porto da Província, em Niterói. Posteriormente seriam inaugurados os trechos até Nova Friburgo (1873) e Maruí (1875), completando-se a ligação da região cafeeira com a capital da província do Rio de Janeiro. (Cf. MAIA FORTE, José Matoso. *Vilas Fluminenses Desaparecidas* – Santo Antônio de Sá. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1980).



Figura 1: Símbolo da decadência - Estação de Cachoeiras demolida no início dos anos 1970

Foto Guido Motta, coleção Marcelo Lordeiro<sup>34</sup>

Visitou a localidade de Cachoeira, que também afirma ter possuído, como afirmara Burmeister, o antigo nome de Mendonça. Entretanto, é possível que o viajante tivesse lido o livro do seu predecessor, publicado em 1853. Sobre a localidade, Tschudi anotou:

Cachoeira fora antigamente uma pobre aldeia, chegando a ter certa importância devido a estrada de ferro de Cantagalo que nela tem seu termo. Atualmente Cachoeira possui muitas casas novas de construção leve, grandes vendas e numerosos armazéns. Do distrito de Cantagalo chegam ali diariamente de 500 a 600 sacas de café, que são remetidas para o Rio de Janeiro. Antes da construção dessa via férrea, os fazendeiros eram forçados a atravessar com tropas todo o vale do Macacu até o ponto onde o rio se torna navegável para batelões maiores. (...) Antigamente a vila não era conhecida sob esse nome, mas sim sob o de Mendonça<sup>35</sup>, nome que consta ainda em grande número de mapas existentes.<sup>36</sup>

Apesar de não haver visitado a vila de Santo Antônio de Sá, devido ao fato que a ferrovia não passava por aquela localidade, mesmo assim fez pequena descrição dessa

<sup>34</sup>Estações Ferroviárias do Brasil. Estação de Cachoeiras. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_rj\\_cantagalo/cachoeira.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_cantagalo/cachoeira.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2008.

<sup>35</sup> Tschudi corrobora a informação de Burmeister a respeito do primitivo nome Mendonça para a localidade de Cachoeiras de Macacu. Encontra-se, no Museu da República, no bairro do Catete no Rio de Janeiro, grande pintura do barão de Nova Friburgo ao lado de sua esposa. Na alegoria, vê-se pequena maquete do prédio que serve hoje de museu e o seu Solar do Gavião, em Cantagalo. Na pintura vê-se também a planta da Estrada de Ferro de Cantagalo. É possível ver nessa planta, o nome Mendonça indicando uma estação acima de Sant'Ana (Japuiba), o que vai ao encontro do dado oferecido pelos viajantes.

<sup>36</sup>TSCHUDI, 1953, Op. Cit. p.109

Vila. Suas anotações se resumem a mencionar as febres do Macacu e o seu abandono. A instalação da ferrovia agravara esse cenário, isolando a localidade, já que a facilidade de transporte pelos trilhos substituiria as longas viagens a pé ou em lombo de animal e eliminaria o trajeto por rio, com os incômodos encalhes do vapor. A navegação seria completamente superada pela ferrovia. No Almanaque Laemmert de 1867, não aparece a navegação para Sampaio e o serviço de vapores servia apenas a duas linhas: Magé e Vila Nova.<sup>37</sup> Entretanto, o suíço teve uma opinião negativa a respeito do futuro da nova ferrovia:

Não se pode contar com grandes melhoramentos futuros na estrada de ferro Cantagalo, mesmo quando esta estrada atingir seus pontos terminais: Niterói e Cantagalo, pois, se de um lado o transporte de mercadorias e passageiros aumenta, do outro aumentam proporcionalmente também o custo da manutenção e despesas.<sup>38</sup>

Tschudi descreveu Sampaio, onde aguardou por alguns minutos a saída do vapor, provavelmente no mesmo restaurante freqüentado por Burmeister:

Sampaio, situada na margem esquerda do rio Macacu, ganhou certa importância, devido a sua ligação com o Rio de Janeiro, e nos dias de saída e chegada dos vapores, o movimento ali é intenso. Existe nesse local desde tempos remotos um estaleiro para navios, onde se constroem pequenos barcos costeiros, e os indígenas se dedicam ao comércio de madeira com a capital. (...) Os vapores costumam fazer três vezes por semana o trajeto entre Sampaio e Rio de Janeiro, havendo assim sempre uma afluência considerável de viajantes.<sup>39</sup>

Tschudi, em suas últimas observações, descreveu a viagem de retorno pelo vapor como monótona, dada a grande quantidade de curvas no Macacu e à vegetação de mangue existente, que bloqueavam a visão à frente. A localidade de Vila Nova, que subsistira como ponto de embarque e desembarque dos vapores em detrimento de Sampaio, não recebeu também cores muito vivas em sua descrição, sendo vista por ele como *uma antiga aldeia de índios*<sup>40</sup>. Suas observações seguintes demonstram tratar-se de um local também em franca decadência:

---

<sup>37</sup> Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, 1867, p.397. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000403.html>>. Acesso em: 06 abr. 2008.

<sup>38</sup> TSCHUDI, 1953, Op. Cit. p.115

<sup>39</sup> TSCHUDI, 1953, Op. Cit. p.116

<sup>40</sup> Id., 1953, p.117

O vice-rei marquês do Lavradio deu-lhe o nome pomposo de Vila Nova de São João d'El Rei<sup>41</sup>, na esperança de futura prosperidade do local. Tais esperanças nunca se realizaram e a vila continuou uma vida tão morosa quanto a antiga aldeia, pelo que o Conselho da Coroa, resolveu em 1834 privá-la novamente das suas prerrogativas. Os habitantes, em sua maioria indígenas ou de origem indígena, tecem a palha, fabricam esteiras, chapéus, peneiras etc, colorindo estes artigos com cores vivas. A agricultura é reduzida, havendo uma pequena cultura de laranjas. Os produtos são vendidos nos mercados da capital. Do rio é difícil divisar a pequena aldeia, que fica numa das curvas. Uma cabana isolada indica o lugar de desembarque.<sup>42</sup>



Figura 2: Marco de pedra da Vila Nova de São José Del Rei.<sup>43</sup>

Fonte: Acervo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, em Itaboraí (RJ) . Foto do autor

As últimas anotações de Tschudi revelam certo sentimento de alívio ao deixar para trás a região de Macacu: *Depois de uma hora e meia de viagem a partir de Sampaio, saímos das águas barrentas do rio e entramos na baía maravilhosa, atracando, uma hora e três quartos depois, na Ponte Mauá, na Prainha, no Rio de Janeiro.*<sup>44</sup>

<sup>41</sup> Tschudi errou. O nome correto da vila era **São José d'El Rey**.

<sup>42</sup> TSCHUDI, 1953, Op. Cit. p. 117

<sup>43</sup> O marco encontra-se em exposição permanente na Casa Heloísa Alberto Torres, na praça principal (Centro Histórico), em Itaboraí. Na placa que apresenta o bem, está escrito: "Este marco de pedra foi esculpido por volta de 1770 em Portugal e trazido à região de Itambi quando, nesta mesma época, o Marquês do Lavradio transformou a antiga aldeia de São Barnabé em Vila de São José Del Rey. Após ficar um longo período desaparecido, foi encontrado na localidade de Pacheco, em 1976." O pedaço que aparece ao lado é a parte de baixo do marco, que foi encontrado partido em dois.

<sup>44</sup> TSCHUDI, 1953, Op. Cit. p.117

### 1.3. O norte americano: Thomas Ewbank

Convicto protestante, Thomas Ewbank, em 13 de junho de 1846, deve ter passado um dia bem irritadiço. Desde janeiro no Brasil, encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro em plena festividade comemorativa ao dia de Santo Antônio, a quem ele não se declina chamar de “santo”. Irritado, escreveria:

Sendo hoje aniversário de Antônio de Pádua, incessante barulhada foi mantida durante toda a noite passada, em sua homenagem. Agora, foguetes, rojões, fogueiras, músicas, vivas, toques de sinos, tiros de canhões, bombas e tudo o que se inventou capaz de produzir barulho está na ordem do dia. Fosse Antônio de Pádua o deus do fogo e do enxofre, não poderiam tratá-lo com maior variedade de compostos sulfurosos.<sup>45</sup>

Ewbank viu com pessimismo a possibilidade do Brasil, à época país predominantemente católico, aderir à doutrina dos protestantes. Ao mesmo tempo, não escondia seu enfado pelas manifestações do catolicismo popular brasileiro: *Quanto mais conheço esse povo, mais remoto me parece o êxito que qualquer missão protestante possa ter entre ele. (...) Já estou algo cansado do estralejar da cidade, de seus espetáculos sagrados e exposições de brinquedos eclesiásticos.*<sup>46</sup> A ida a Macacu, marcada para aquele dia foi, com certeza, um alívio para ele.

A viagem para a região de Macacu foi longa e cansativa. Cumprindo a mesma rotina da viagem em direção ao vale, o vapor seguiu sua rota, caindo na armadilha natural formada pelos bancos de areia na barra do Macacu, que criara em torno de si uma região pantanosa descrita pelo viajante, a qual é interessante registrar:

Com meia milha de largura na foz, o leito do rio estreita-se rapidamente, tornando-se sinuoso como uma serpente. A água é turva, e as margens pouco se elevam da superfície líquida. Densos arbustos se estendem à esquerda por cima de um pântano impenetrável ao longo de quarenta ou cinqüenta milhas, e à direita por cinco ou seis, com uma ou outra mancha cultivada. Dizem haver aqui duzentas léguas de pântanos, permanentemente infestados de malária, e habitados unicamente por animais selvagens.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

<sup>46</sup> EWBANK, 1973, Op. Cit. p.354

<sup>47</sup> Id., 1973, p.354

A passagem de alguns barcos repletos de cativos chamou a atenção de Ewbank, inclusive pelo fato de já se ter em vigor a lei de 1831<sup>48</sup>, que proibia o tráfico negro. Em tom crítico, o viajante demonstrou sua indignação com a presença do comércio de escravos – e da escravidão - da qual era contrário. Após sua chegada em Sampaio, o grupo seguiu, como de costume, estrada adentro, utilizando-se de mulas alugadas. Ewbank estabeleceu a fazenda *Sambairatiba* como uma espécie de base de operações, classificando-a como *hospitaleira fazenda de nossos amigos J. e B...a, propriedade que há várias gerações pertence à família*.<sup>49</sup>

Sua descrição da sede da *Sambairatiba* revela uma típica construção senhorial, sólida e com sua varanda:

A vetusta moradia de nosso anfitrião é uma construção baixa, de pedra, com o costumeiro pátio central. Num dos lados do largo avarandado ou corredor há um pequeno quarto com dois catres, e uma mesa com a padroeira da família, a Senhora da Conceição, numa redoma de vidro, com três velas, não acesas. Outra redoma cobria o que me pareceu uma figura suíça de fantasia, pois estava vestido de redingote, calças, faixa na cintura e largo chapéu de palha. Representava São João Batista, a cuja providência, juntamente com a de “Nossa Senhora”, os velhos proprietários haviam encomendado a fazenda.<sup>50</sup>

Sua descrição do potencial produtivo da fazenda, que Ewbank entendeu ser pequena, com cerca de meia légua quadrada, merece ser citada na íntegra:

Cercada de montanhas, parte considerável dela consiste em florestas. O gado perfaz trinta e seis muars, quarenta bois e vacas, e setenta escravos, velhos e moços, sendo que trinta são fisicamente aptos. Quatro trabalhadores de primeira classe e duas crianças, avaliados em oitocentos dólares, morreram recentemente de febre. Mandioca, café, feijão, além de carne de porco e de carneiro são produzidos em quantidade suficiente para a família e os negros. O artigo principal da fazenda é o açúcar. Não se cultivava nada mais para ser vendido (...) Nesta fazenda, o carneiro era da raça de Moçambique: preto, com exceção do focinho e da ponta da cauda, orelhas pequenas e

---

<sup>48</sup> A lei anti-tráfico de 7 de novembro de 1831 foi promulgada devido a pressões de interesses ingleses. Entretanto, não foi posta em prática, sendo chamada de “*lei para inglês ver*”. Em 1850, a lei Eusébio de Queiroz viria ratificar a proibição de 1831, tendo esta sim cumprido a tarefa de erradicar o tráfico negro para o Império do Brasil. (Cf. COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 31-32)

<sup>49</sup> EWBank, 1973, Op. Cit. p.354

<sup>50</sup> EWBank, 1973, Op. Cit. p.354

levantadas; ágil e com muito pouco pelo ou lã no corpo, mas com juba espessa e hirsuta como do leão.<sup>51</sup>

Se a descrição do americano em relação aos escravos da fazenda foi fidedigna, parece tratar-se de uma escravaria um tanto “velha”, já que menos da metade dos cativos são dados por ele como “aptos” para o trabalho. O americano se espantou com a falta de “racionalidade administrativa” por parte do fazendeiro:

A colheita deste ano é muito boa, e espera-se que de quatrocentas medidas de oitenta libras cada uma, o que, a 5 centavos de dólar, perfazem somente 1.600 dólares, quantia miserável para um investimento de tanto capital, o produto do suor e das lágrimas de tantos homens e animais, além do custo de ferramentas; soma esta que, além disso, será diminuída pelo custo das caixas, transporte para o mercado, comissões, impostos etc<sup>52</sup>

O viajante deixou interessante observação a respeito das tecnologias empregadas para extração do caldo da cana, através dos diferentes tipos de moendas usadas nesse trabalho:

O engenho, acionado por muares, é do século passado – a primeira forma européia do original asiático – e consiste em três cilindros rotativos verticais, de madeira, revestidos de ferro. O caldo espremido passa através de uma calha para a caldeira anexa, onde tem lugar o processo comum de concentração.<sup>53</sup>

Bem diferente era a fazenda do Sumidouro, *propriedade de um ex-deputado e conselheiro do Império*<sup>54</sup>, de muito maior tamanho em relação à visitada anteriormente:

O engenho, do último tipo, tinha sido, juntamente com a máquina a vapor que o acionava, importado da Inglaterra. Os cilindros que esmagam as canas são horizontais, e em cada operação os caules passam duas vezes por eles. Havia aqui dois tachos para evaporação. Em todas as fazendas de cana, o melaço é destilado para a fabricação de cachaça. E nesta, também, havia enormes barris em que se depositava a aguardente, e de onde era tirada para venda. São aqui empregados duzentos escravos e cem bois. Cerca de quatorze medidas são cheias diariamente (perfazendo 1.200 libras de açúcar) durante a safra. (...) No engenho d'água, uma roda de moinho de água de doze pés de diâmetro com baldes de apenas quinze polegadas de largura, acionava três pilões de jacarandá para descascar arroz em almofarizes

---

<sup>51</sup> Id., 1973, p.356-357

<sup>52</sup> Ibid., 356-357

<sup>53</sup> EWBANK, 1973, op. cit. p.356.

<sup>54</sup> Id., 1973, p.356.

de madeira. Na oficina de carpintaria, alguns escravos faziam carroças. Utilizando velhos enxós fabricavam rodas e pinas dignas de admiração. Velhos cepos de pau-rosa jaziam por perto, inutilizados pelo fogo.<sup>55</sup>

Cilindros verticais tracionados por muares e monjolos movidos a água na Sambairatiba, contrastavam com os cilindros horizontais movimentados por máquina a vapor na Sumidouro, que além desta modernidade tecnológica, ainda empregava antigas rodas d'água. Essa diferença de poder aquisitivo, em suma, de riqueza, não se restringia apenas ao tipo de moenda, mas também aos recursos necessários para que esta continuasse funcionando. Sobre tal circunstância escreveu Afonso de Taunay, em 1839:

Um conselho que merece não menor atenção é o de substituir os cilindros a prumo ou verticais, que são os geralmente usados, pelos cilindros deitados ou horizontais. Vimos já no Brasil alguns desta última sorte e acho-los tão superiores pela simplicidade, força e segurança do seu serviço, que não é possível imaginar comparação alguma com os ordinários; devendo acrescentar-se que exigem mecanismo muito menos complicado, pois que o cilindro central se adapta ao eixo da mesma roda-d'água.<sup>56</sup>

A implantação da modernidade do vapor não se daria com tanta facilidade:

O vapor é de todos os motores o mais possante, porém as máquinas são sujeitas a reparações de que só um hábil oficial pode dar conta<sup>57</sup>, além do que gastam muito combustível, e se não há muito cuidado com elas, são sujeitas a explosões desastrosas; portanto, não daremos de conselho que as adotem senão aqueles proprietários que, possuindo grandes fundos, e fábricas que, pela sua extensão, exigem os agentes mais poderosos, estão em circunstâncias de nada pouparem para o perfeito andamento dos seus estabelecimentos.<sup>58</sup>

<sup>55</sup> Ibid., p.359

<sup>56</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.105-117. In: Revista Jangada Brasil. Ano 5, setembro/2002, nº 49. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br/setembro49/especial20.htm>> Acesso em: 07 abr. 2008.

<sup>57</sup> O Almanaque Laemmert para o ano de 1847, no item 'Machinistas', apresenta o nome de profissionais especialistas neste tipo de mecanismo estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro: Augusto Illne, Gelanor Maday, João Baptista Couland, Lenoir Irmãos, Luiz Francisco Delouche, Montez e Hess. Couland, por exemplo, aparece como "profissional que fabrica engenhos e caldeiras de vapor, assim como prensas hidráulicas; encarrega-se igualmente de toda qualidade de concertos em quaesquer engenhos ou machinas, e fornece todas as ferragens que necessitarem os navios que arribarem a este porto". Sobre Delouche: "encarrega-se de fazer engenhos de moer canna, ferragens de serraria, ventiladores, descascadores, e das obras de caldeireiro e bombeiro". Cf. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1847. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000399.html>> Acesso em: 13 abr. 2008.

<sup>58</sup> TAUNAY, 2001. Op. Cit. p.105-117



Na sua exploração das fazendas da região, Ewbank registrou seu encontro com membros do clã Araújo:

encontramos um grupo a cavalo, uma senhora, quatro senhores e um monge, cujo largo e branco chapéu de feltro, hábito, escapulário e pernas nuas davam engraçado aspecto ao conjunto. Eram membros da família Araújo, para uma de cujas fazendas estavam de viagem, exatamente para aquela que provinha do nome do rio que a banhava: O Rio das Pedras. Sua produção de açúcar nesta safra é avaliada em duas mil medidas de oitenta libras cada uma<sup>59</sup>.

A composição do grupo mencionada por Ewbank instiga a uma suposição: segundo o Almanaque Laemmert, para o ano de 1850, aparece na freguesia da Santíssima Trindade, a “*Viúva & filhos de Henrique José de Araújo, senhores de cinco fazendas.*”<sup>60</sup> Poderia muito bem ter sido com este grupo que Ewbank cruzara na estrada.

Na fazenda Rio das Pedras desenvolviam-se particulares atividades econômicas:

Nesta fazenda fazem-se grandes quantidades de tijolos e telhas. Sob um telheiro encontravam-se negras jovens e de meia-idade, apenas cobertas por um saíote, algumas com crianças presas às costas, a meterem dentro dos moldes a argila que lhes cobre os braços e as pernas e lhes lambuza a cara.<sup>61</sup>

Dali seguiram para “*o Colégio*”, *outra esplêndida fazenda pertencente aos mesmos ricos proprietários.*<sup>62</sup> Nota-se que a observação de Ewbank traz uma idéia de esplendor dessas fazendas, ao contrário do que relatará Burmeister em 1854. Entretanto, são conclusões muito frágeis, provavelmente repletas de subjetividades dos seus observadores, embora não se possam desprezar como indício de que alguma coisa poderia ter mudado em relação a estas fazendas.

Outro aspecto observado por Ewbank foi a presença de mascates que faziam comércio pelas propriedades do vale, trazendo produtos para os vendeiros de beira de estrada. O americano relata o encontro com um grande grupo destes homens, que se preparavam para acampar e passar a noite *com seus sacos e canastras, cada um formava três lados de um quadrilátero, dentro do qual alguns descansavam ao comprido, enquanto outros se mantinham acorados diante do fogo. Seus animais, ao menos uma*

<sup>59</sup> EWBANK, 1973, Op. Cit. p.359.

<sup>60</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Corte e Província do Rio de Janeiro. 1850, p.619. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000619.html>>. Acesso em: 07 abr. 2008

<sup>61</sup> EWBANK, 1973, op. cit.p.359.

<sup>62</sup> Id.,1973, p.360.

*centena, pastavam por perto.*<sup>63</sup> Indo em frente na sua exploração das fazendas locais, Ewbank chegou a outra, que denomina *de Macacu*:

Ajoelhamos na sela para atravessarmos o rio Emboí e vadeamos outra profunda corrente(...). Chegamos finalmente à fazenda de Macacu, dos monges carmelitas da Igreja da Lapa, no Rio. Com uma légua quadrada de belas terras, foi-lhes legada por um velho fazendeiro em troca de um apanágio que lhe prometiam no céu. Somente mandioca, arroz e feijão são cultivados, porém não para venda. A maior parte é consumida no próprio local, e o resto pelos padres, na cidade.<sup>64</sup>

Esta fazenda talvez seja a de Nossa Senhora de Monserrate, de propriedade dos carmelitas, conforme menciona Pizarro em suas *Visitas Pastoraes*, de 1795. Localizava-se próxima à “*Colégio*”, esta provavelmente a antiga fazenda jesuítica de Nossa Senhora da Conceição da Papocaia, também citada por Pizarro.

Ewbank apresenta a “*Macacu*” como fazenda especializada na reprodução de escravos para trabalhar para os padres e para revenda.

Dos escravos, excluindo-se as crianças, somente seis são homens; os demais, uns cinqüenta e poucos são mulheres. Os proprietários acham mais lucrativo ocupar-se com criação de negros do que produzir café ou qualquer outro produto. Os rapazes, chegados a certa idade, são enviados para a cidade e empregados no exercício de alguma profissão, e assim ‘se ganha com eles duas vezes mais do que se fossem empregados aqui, no cultivo da terra.’ O gerente é um escravo; levou-nos até um galpão, com chão e paredes de barro, em que trinta mulheres e crianças se ocupavam atabalhoadamente em ralar uma pilha de raízes de mandioca, enquanto outras as lavaram. Nunca eu vira dedos tão disformes, mutilados, duros e calosos quanto o daquelas mulheres, cujas mãos pareciam ter perdido suas características humanas. Todas vestiam-se de modo confortável e uniforme: saias pretas e uma espécie de bata curta azul-escuro<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Ibid. p.360

<sup>64</sup> Ibid. p.360. A narrativa de Ewbank transmite a idéia de considerável distância da Rio das Pedras para a fazenda Macacu. Realmente, vindo-se de Itaboraí pela RJ-116, atravessa-se primeiramente o rio das Pedras, próximo a uma entrada à beira da estrada que vai até uma escola municipal homônima, para somente após alguns quilômetros adiante chegar-se a Papucaia. Se a Macacu fazia divisa com a Colégio, o relato de Ewbank nos dá uma pista do encadeamento destas fazendas dos Araújo. Coincidindo com as atuais localidades homônimas, tem-se: Rio das Pedras, Colégio, Papucaia, Ribeira e Jaguary. Já em 1846, ano da visita de Ewbank, encontravam-se na propriedade dos herdeiros, constituindo o que aqui denomina-se “complexo agrário do clã Araújo”.

<sup>65</sup> Ewbank quer transmitir a idéia de uma racional geração de cativos na fazenda. Isso em plena vigência da proibição de importação de cativos pela lei de 1831, o que seduz a quase corroborar-se sua observação. As mãos das escravas revelam a longa atuação – e experiência - no trabalho de produção da farinha de mandioca, e também no de lavra e plantio - que provavelmente tinha sua produção comercializada na região e no Rio de Janeiro, como ele mesmo menciona. Entretanto, não registrou ter visto nenhuma mulher grávida.

Este ponto requer cuidado redobrado. Na introdução deste trabalho, falava-se que as observações dos viajantes estariam contaminadas de suas visões de mundo, juízos de valor e preconceitos. Exemplo tácito é a opinião de Tschudi acerca das notáveis e superiores qualidades progressistas dos suíços. Por “acaso”, seus conterrâneos. Com certeza sabia ele do ambiente de fracasso em que se envolveram os colonos dos cantões helvéticos, morrendo aos montes na viagem de vinda ao Brasil e a quem foram entregues terras difíceis de cultivar na região de Nova Friburgo (Morro Queimado), após sua criação, por D. João VI.<sup>66</sup>

Tschudi parece tentar resgatar os méritos, e os brios, dos seus compatriotas – e com certeza os seus próprios - através da desqualificação dos produtores nacionais. Se corroborada de forma positiva a observação do suíço, com certeza teria fundamento a idéia de que realmente se sustenta a idéia de existência de povos os quais se deva imitar nos hábitos de “refinamento”, almejando um devir civilizatório.

Somente “se vê” o que Ewbank viu - ou pensou ter visto. Cumpre portanto, relativizar a informação a respeito da fazenda “*Macacu*” como especializada na reprodução de cativos.

Protestante, Ewbank apresenta, como se viu, uma negativa opinião acerca de tudo que se refere ao catolicismo colonial e o fato de estar visitando uma propriedade carmelita pode ter exacerbado sua visível repugnância. Infere-se também que não tenha estado em contato com os frades – sobre os quais não comenta ter tido qualquer tipo de contato - e inferir que estes talvez também não se interessassem tanto em estabelecer contato com ele, protestante. Talvez fosse para Ewbank muito interessante deixar registrado que uma ordem religiosa católica promovia a continuação da escravidão pela reprodução de cativos.

Contudo, a bibliografia sobre escravidão não corrobora que a reprodução do braço escravo tenha se dado, primordialmente, por crescimento vegetativo das escravarias. Esta foi sim, reiterada pela atividade do tráfico, estimulado justamente pelo desequilíbrio demográfico sempre presente no escravismo brasileiro, dadas as altas taxas de mortalidade. Já se sabe, inclusive, que foi justamente o fim do tráfico um golpe de morte na continuidade da escravidão no Brasil.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> NICOULIN, Martin. **A Gênese de Nova Friburgo – 1817 a 1827**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

<sup>67</sup> Acerca desse aspecto, ver FRAGOSO, João et alli. **Nas rotas do império** (eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português). Vitória:Lisboa:Brasília:Edufes:Instituto de Investigações

Ewbank descreve claramente ter estado no engenho de farinha da fazenda, ao mencionar a estrutura do prédio, com paredes e chão de barro. A iconografia do período mostra claramente que nessas dependências – a fábrica de farinha - a presença do elemento feminino era quase sempre majoritária. Ewbank realmente não poderia ter visto um número significativo de homens.

Sua afirmativa ainda se cobre de maior suspeita pelo simples fato de não registrar, crendo-se ter visto tantas mulheres como diz, a presença de ao menos uma que estivesse grávida, o que por si não autorizaria a definir a fazenda como grande “criatório” de negros. Ewbank viu sim, escravas produzindo farinha para os padres, e dedos calejados não passam a ser algo tão ‘espantoso’ quanto se leva em conta o trabalho braçal com enxadas, foices e machados, além do duro trabalho manual que requer a preparação de farinha. O espanto de Ewbank revela possivelmente sua incredulidade em ver mulheres fazendo ‘trabalho de homem’.

Outro ponto que fragiliza a afirmativa do americano está no fato da fazenda ser como ele mesmo relata, de propriedade de uma ordem religiosa, a Ordem do Carmo. Se havia tal desequilíbrio sexual na “*Macacu*”, já que os homens, inclusive em idade fértil, eram despachados para a cidade do Rio de Janeiro, fica difícil conceber, o que vai na contra-mão do que já está consolidado em muitas pesquisas, padres carmelitas aceitando o inevitável índice de naturalidade que se estabeleceria na propriedade.

Além disso, não se podem desprezar as solidariedades escravas estabelecidas no interior da fazenda. Seria realmente problemático para os padres romper tão sistematicamente tais solidariedades, o que poderia gerar recusas das mulheres escravas em gerar filhos que saberiam não mais poder ver, passados poucos anos. Tal mecanicismo também espanca o que já se conhece acerca do interdito sexual praticado pelas negras cativas durante o período da amamentação.

Parece mesmo que estamos vendo o que Ewbank pensou ter visto. Sua única prova é o relato do escravo ‘gerente’ da fazenda. Se é que o fez.

---

Científicas e Tropicais:Brasília, 2006; FLORENTINO, Manolo. (Org.) **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel. **Aspectos Comparativos do tráfico de Africanos para o Brasil** (séculos XVIII-XIX). Afro-Ásia, Salvador, 2004.

Como outros tantos viajantes, o americano não deixou de dedicar bom espaço de suas anotações à mandioca, ao trabalho e métodos de produção da farinha na região.

A visão racionalista de Ewbank novamente falou alto, quando no dia dezessete encontrou-se com um tropeiro que viera trazendo mulas de São Paulo para revenda na região, vendo grande economia na criação extensiva dos muares, praticada pelos fazendeiros:

Chegou aqui um paulista em viagem para sua terra. Passou, faz uma semana, com duzentas mulas, quase todas novas e ainda não domadas, que vendeu a preços entre quinze e vinte dólares. Voltará em dezembro com outra tropa. A manutenção desses animais nada custa aos fazendeiros, que os soltam no campo, onde são apanhados sempre que preciso, o que acontece principalmente na safra do açúcar. Não há estábulos para abrigá-los; nem se cultiva feno ou aveia para alimentá-los; e não há, também, contas de ferreiro a pagar.<sup>68</sup>

No dia 19 de junho encerrava-se a excursão de Ewbank à região:

Às cinco horas da manhã, H..., M... e eu nos despedimos de nosso amável hospedeiro; às dez alcançamos Sampaio, e pouco depois descíamos de vapor pelo lamacento Macacu. Milhões de bonitas plantas, com caules de três a cinco pés de comprimento, como palmeiras em miniatura, orlavam o rio e ocupavam os brejos. Essa graciosa planta é conhecida entre os índios pelo nome de piripiri. (...) às quatro horas desembarcamos na cidade [do Rio de Janeiro].<sup>69</sup>

As diferentes visões dos viajantes, contudo, trazem à mente o desafio de visualização de uma região onde brejos e pântanos mesclavam-se com uma vigorosa produção agrícola, sempre ameaçada, ao mesmo tempo que os seus habitantes, pelos caprichos da natureza, a invadir os campos cultivados com enchentes e a ceifar vidas através de doenças tropicais.

Será sobre esta região, benfazeja e ao mesmo tempo inóspita, que descortina-se o desenrolar da Fortuna de um grupo familiar, de um clã, de povoadores: os Araújo. Grupo de homens poderosos, detentores de poder político e econômico, senhores dependentes do trabalho de suas centenas de cativos, maridos gratos pela riqueza que ampliaram casando-se com filhas da elite rural. Representantes de uma sociedade de molde escravista, os Araújo experimentaram o que escreveu Faria a respeito da

---

<sup>68</sup> EW BANK, 1973, Op. Cit. p.360

<sup>69</sup> Id., 1973, p.370

trajetória vivida pelas famílias de colonizadores, no Brasil: *avô taverneiro, filho barão, neto mendicante*.<sup>70</sup>

Ao chegar ao Brasil, dificilmente o europeu permanecia no lugar em que aportava. Poucos foram os que vieram com fortuna suficiente para empreendimentos de vulto nos grandes centros urbanos e portuários, já monopolizados por antecessores. A grande maioria se aventurou na conquista de seus objetivos.<sup>71</sup>

Voltando-se, em especial, para esse processo de conquista e ocupação na região do Recôncavo do Rio de Janeiro, o conflito direto com os grupos indígenas, e também as alianças, estiveram presentes. Num relativamente curto período de tempo, de 1565 a pelo menos 1620, levadas de homens e suas famílias chegaram à nova possessão portuguesa nos trópicos, paulatinamente consolidando as estruturas do colonialismo português.

Após a ação enérgica dos conquistadores, logrando o bem sucedido projeto de controle do litoral do recôncavo da Guanabara - cujo marco definidor será a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565 - o português adentraria o Sertão. Num processo de continuidade, através da penetração de famílias de povoadores e a instalação de engenhos de açúcar, afirmaria-se o projeto comercial e salvífico luso.

Ao fundo da Baía, o rio Macacu e seu principal afluente o Guapiaçu, serviriam como naturais vias naturais dessa penetração, continuando o projeto de colonização portuguesa no Vale do Macacu.

---

<sup>70</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 163.

<sup>71</sup> Id., 1998, p. 164.

## CAPÍTULO DOIS

### CONQUISTADORES, POVOADORES, SENHORES DE ENGENHO

*Ocupação do vale do Macacu: continuidade da  
expansão lusa na Baía da Guanabara  
Séc. XVI a XVIII*

É necessário contextualizar a formação da elite senhorial do vale do Macacu no processo de conquista e ocupação das novas terras ‘descobertas’ pelos portugueses no Brasil, apresentando aspectos que caracterizem a sociedade de Antigo Regime e algumas de suas peculiaridades para a Colônia. Através de fontes levantadas especificamente para a região objeto da pesquisa, pretende-se acompanhar as relações sociais construídas na trajetória de representantes dessa mesma elite, e que culminarão na posse da ‘Fazenda do Colégio’ por Henrique José de Araújo, em princípios do século XIX.

No intuito de analisar em particular o processo da conquista, ocupação e colonização portuguesa na região fluminense, que tem início com a chegada das primeiras famílias ao recôncavo da baía da Guanabara na segunda metade do século XVI, Frágoso demarcou três recortes temporais distintos na constituição da elite colonial: de 1565 e 1600, famílias conquistadoras; de 1601 a 1620, primeiros povoadores e, de 1621 a 1700, senhores de engenho. O autor oferece um cálculo que ajuda a mensurar o conjunto de famílias na formação dessa elite senhorial do Rio de Janeiro:

de 1565 a 1700, temos a seguinte cronologia para a chegada de famílias que se tornariam senhoriais no decorrer do século: 14 desembarcaram entre 1565 e 1600, 13 de 1601 a 1620, e depois desta data, 67 famílias. (...) 61% das 197 famílias que possuíram engenhos – em algum momento do seiscentos – tiveram seu começo antes de 1620; trata-se, portanto, do núcleo fundador da futura elite senhorial. As demais 77 ou 39% chegaram ao Recôncavo depois dessa época.<sup>72</sup>

Os eventos relacionados a estes três recortes se deram no contexto de uma sociedade de tipo Antigo Regime, remodelada às conjunturas do mundo colonial. Os três grupos apresentados, conquistadores, povoadores e senhores de engenho, moviam guerras contra alguns grupos indígenas e não dispensavam alianças com outros.

---

<sup>72</sup> FRAGOSO, 2001, op. cit. p. 33.

Realizaram também o comércio, que constituía importante engrenagem no funcionamento daquela sociedade. Constituíram um monopólio comercial onde as casas nobres de maior prestígio, reprodutoras dessa mesma sociedade, adquiriam concessões reais para desenvolverem suas atividades.

Da mesma forma, essa elite constituiu uma sociedade alicerçada na garantia de obtenção de privilégios e mercês do rei, com circulação de capital mercantil e baseada em relações pessoais (políticas) dadas pelo costume, e mediadas pela autoridade do monarca e seus prepostos. O capital mercantil – bem como a expansão da fé - foram elementos estruturantes na formação de “*nossa*” elite colonial, constituindo-se no processo mesmo de conquista, financiada, em parte, por sua ligação com o negócio de apresamento de índios, rentável em duas vertentes: acúmulo de recursos da primeira elite fluminense, e mão-de-obra disponível – os “*negros da terra*” – para trabalho nos engenhos do recôncavo da baía da Guanabara.<sup>73</sup>

Segundo Fragoso havia outras possibilidades de acumulação, como a venda de cativos africanos e atividades comerciais, além de que

a constituição das fortunas daquelas famílias baseou-se na combinação de três práticas/instituições vindas da antiga sociedade lusa: a conquista/terras – prática que nos trópicos se traduziria em terras e homens, a “baixos custos”, porque foram apossados das populações indígenas; a administração real – fenômeno que lhes dava, além do poder em nome del Rey, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da câmara – instituição que lhes deu a possibilidade de intervir no dia-a-dia da nova colônia.<sup>74</sup>

Concentrada sua pesquisa para o Rio de Janeiro, Fragoso demonstra o processo de constituição das fortunas de homens que nem sempre vieram para cá ricos, mas em busca de riquezas, títulos e privilégios concedidos por *El Rey* – e que possibilitavam igualmente a acumulação – aos que demonstraram disposição para a conquista. Entre estes privilégios, estava o acesso a cargos e o controle administrativo das câmaras municipais, instituições onde se expressava o poder local.

No que diz respeito à origem social dos conquistadores da Guanabara, antes de mais nada, é bom lembrar alguns fenômenos, entre os quais o fato de que, a princípio, a grande aristocracia titulada considerava que suas obrigações militares paravam no Marrocos. Ao sul do Marrocos, os principais agentes da coroa eram da pequena nobreza. No Oriente,

---

<sup>73</sup> FRAGOSO, 2001, op.cit.

<sup>74</sup> Id., 2001, p.66-68



este quadro só lentamente começaria a se alterar com a militarização crescente do Estado da Índia, como forma de assegurar o comércio asiático. Desse modo, é pouco provável que os Grandes de Portugal tenham, antes de 1620, conhecido a baía da Guanabara.<sup>75</sup>

Boxer explica que, dado o desinteresse da alta nobreza portuguesa na nova colônia ‘descoberta’, estando esta voltada para as rotas do leste, os primeiros donatários das concessões de terras em 1534 não pertenceriam àquele elevado estamento social, nem tampouco seriam integrantes do grupo mercantil mais rico. Pelo contrário, muitos eram homens despossuídos de ‘*cabedal*’ que facultasse uma empresa mais segura nas novas terras, mesmo em face dos privilégios jurídicos e fiscais outorgados pelo rei.<sup>76</sup>

Esta condição possibilitaria a vários indivíduos partir para o Novo Mundo em busca de terras, prestígio e poder pessoal, abrindo ao rei um leque mais amplo em sua prerrogativa de distribuir títulos e mercês. Num processo lento de formação, as famílias desses homens, primeiramente conquistadoras, e posteriormente povoadoras, associadas por casamentos, desdobraram-se em vários ramos genealógicos, constituindo a chamada *nobreza da terra*, senhora de moendas.<sup>77</sup>

Com a aplicação dessa nomenclatura de Fragoso, pode-se buscar explicar a formação da elite senhorial na região do Vale do Macacu, como continuidade do processo de conquista do recôncavo da baía da Guanabara, após a consolidação portuguesa nessa região, que teve como marco a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565.

No contexto dessa conquista esteve a subjugação dos grupos indígenas do recôncavo, mediada pelo conflito direto, onde uma política de alianças com determinadas etnias teve papel estratégico e determinante no processo.

Como resultados dessa conquista, além da destruição de milhares de indígenas por guerras e disseminação de doenças “*européias*” e a tomada, pelos conquistadores, de milhões de hectares de suas terras férteis, a arregimentação das populações nativas em aldeamentos jesuíticos foi de importância capital para o projeto da colonização.

Amantino definiu a natureza, número e objetivos desses aldeamentos instalados no Rio de Janeiro:

---

<sup>75</sup> FRAGOSO, 2001, op. cit. p.36

<sup>76</sup> BOXER.2002, op.cit. p 101.

<sup>77</sup> FRAGOSO, 2001, op.cit.

Os inacianos montaram, desde o século XVI, uma extensa e complexa estrutura de poder econômico e social que começava pela posse das terras e seguia em direção ao controle sobre a mão-de-obra. Argumentando precisar de terras para manter e ampliar o processo de catequização dos índios, obtiveram gigantescas extensões de terras concedidas pelas autoridades coloniais através da doação de sesmarias e ampliadas posteriormente graças às compras e doações de particulares (...) Na Capitania do Rio de Janeiro, os inacianos eram responsáveis pelos aldeamentos de São Pedro da Aldeia (1617), São Lourenço (1568), São Francisco Xavier de Itinga (1627) e São Barnabé (1578), bem como, às Fazendas de Santo Ignácio dos Campos Novos (1630), de Sant'anna de Macaé (1630), da Papucaia de Macacu (1571), do Saco de São Francisco Xavier (?), de Santa Cruz (1589) e pelos Engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo (1577). Juntas, estas duas estruturas - aldeamentos e fazendas/engenhos - geravam produtos e lucros que eram redistribuídos tanto dentro da Colônia como para outras regiões do Império Ultramarino Português. Sua produção contava ainda com o benefício real de não serem taxados. Logo, seus preços eram bastante competitivos.<sup>78</sup>

Desse rol de aldeamentos e fazendas, ou melhor, desses complexos de produção agrícola e catequização jesuítica, o de *São Barnabé* (1578) e a *fazenda da Papucaia de Macacu* (1571) são de especial interesse para o alcance dos objetivos desta pesquisa, já que se inserem intimamente no contexto da formação do complexo agrário do clã Araújo.

Após consolidação da conquista do recôncavo da baía da Guanabara, houve um continuado processo de conquista dos sertões em direção à serra dos Órgãos, que ainda no século XIX atraía a admiração dos viajantes europeus. Tal horizonte, descortinado à vista dos portugueses quando entravam na baía, não seria alcançado sem antes os povoadores se ocuparem da distribuição de muitas léguas de terras que o separavam do mar. Na realidade, o desejo por terras cultiváveis, signo de riqueza, e também de prestígio, era objetivo primeiro desses homens.

No conjunto dessas primeiras terras, doadas em sesmaria no recôncavo da baía da Guanabara após a expulsão dos huguenotes no século XVI, estão as cedidas a Cristóvão de Barros e Miguel de Moura, já em 1567, pouco após a fundação do Rio de Janeiro.

---

<sup>78</sup> AMANTINO, Marcia. **Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas**- Rio de Janeiro, século XVIII. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, Setembro de 2008. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/marciaamantino.pdf>> Acesso em: 28 set. 2008.

O fidalgo português Miguel de Moura<sup>79</sup> foi recebedor de uma grande sesmaria em Macacu, solicitadas ao governador-geral Mem de Sá pelo próprio governador Cristóvão de Barros.<sup>80</sup> Essa sesmaria possuía quatro léguas de comprimento por três de largura, com o rio Macacu correndo ao meio.<sup>81</sup> Segundo Serrão, *a mais vasta doação de terras que até então se fizera no Rio de Janeiro*.<sup>82</sup>

Moura não deu às suas terras de Macacu nenhum destino produtivo, e conforme as Ordenações Manuelinas<sup>83</sup>, que o obrigavam a aproveitá-las num prazo de três anos, estava fadado a perdê-las, caso não o fizesse. Moura, então, fez doação da sua sesmaria de Macacu à Companhia de Jesus em 17 de dezembro de 1571.

Em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Serafim Leite, comentando sobre a doação de Miguel de Moura aos jesuítas registrou que

a doação confirmada em Lisboa, por El Rei, a 17 de dezembro de 1571(...) e registrou-se no Rio de Janeiro com o cumpra-se do Governador Cristóvão de Barros, a 27 de outubro de 1573. Nesse mesmo dia, tomou posse das terras o procurador do Colégio, Gonçalo de Oliveira. Para isso, ele e as autoridades competentes foram numa canoa ao Rio Macacu, com as cerimônias usuais. Não se fizeram então as devidas demarcações “por causa da guerra”, ficando para logo que houvesse paz.<sup>84</sup>

Terras doadas e confirmadas, mas ainda a ser conquistadas aos indígenas. Nada “colonizáveis”, os tamoios ou tapuias, denominações que davam os portugueses aos índios inimigos, ao contrário de tupi às aliadas, só entregaram com sangue as férteis -

<sup>79</sup> Miguel de Moura é representado no brasão de armas do município de Cachoeiras de Macacu por uma estrela vermelha e tido como primeiro possuidor das terras que originaram o município. O brasão foi aprovado em do Executivo Municipal em 1969, após concurso realizado pelo extinto Conselho Municipal de Cultura, em que se escolheu também hino e bandeira municipal. Foi vencedora a proposta do general de exército Mário Barreto França. A documentação referente ao concurso, com os originais dos esboços do candidato encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu – RJ.

<sup>80</sup> O pedido de terras no Brasil poderia ter sido feito pelo próprio Moura, “invocando os serviços prestados ao monarca e a amizade que o ligava a Cristóvão de Barros.” Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico*. Vol. 1, Lisboa, 1965, p.132. Isso faz concluir que Barros, quando veio para o Brasil liderando os três galeões com reforço para a expulsão dos franceses, já teria vindo com o pedido de Moura de lhe arrumar terras. Segundo Serrão, “Ao velho sonho das riquezas da Índia sucedia a atração da terra de Santa Cruz, mais vizinha da Metrópole e pródiga em bens naturais, onde os novos moradores poderiam, sem custo, aumentar o seu cabedal de fortuna”. Cf. SERRÃO, 1965, op. cit. p.132.

<sup>81</sup> O Macacu seria retificado nos anos 1930 pelo Governo Federal para erradicação das febres palustres que grassavam na região, devido ao seu natural transbordamento durante a época das cheias, formando pântanos e brejos. Tal medida também valorizaria as terras do vale do Macacu, acarretando nas décadas seguintes, profundos conflitos entre posseiros e grileiros pela posse das mesmas.

<sup>82</sup> SERRÃO, 1965, op.cit. p.132.

<sup>83</sup> Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>> Acesso em: 13 abr. 2008.

<sup>84</sup> LEITE, 2001, Op. Cit.

embora em vários pontos alagadas - terras do vale do Macacu, ainda desconhecidas dos portugueses. A disputa atrasou o processo de medição, indispensável para a feitura do documento final de posse da terra. Os jesuítas tiveram que, talvez não tão pacientemente, aguardar o desfecho da contenda.

Após encerrada a ‘guerra’ com os índios, os jesuítas passaram a proceder à anteriormente frustrada medição das suas terras macacuanas em julho de 1579, tendo sido as mesmas encerradas vinte anos após. Terras estas ambicionadas por sua força de produção.

A *Discripção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, do final do século XVIII,<sup>85</sup> apresenta informações acerca dessa fertilidade das terras de Macacu:

a terra do Districto de Macacu na maior parte bastantemente fértil, principalmente as que são mais próximas ás Caxoeiras de todos os Rios já mencionados e o seo Clima temperado p<sup>a</sup> a produção das Plantas de donde tirão os Lavradores grandes vantagens nas Colheitas q. fazem das suas Lavouras, sendo as principaes a Cana, o Arroz, o Milho, o Feijão e a Mandioca, q. são os gêneros em q. elles mais se empregão e em q. tem formado os seus estabelecimentos<sup>86</sup>

Portanto, ao final do setecentos as terras já deveriam ter oferecido aos plantadores centenas de safras dos produtos agrícolas mencionados. Embora sua força produtiva ainda suscitasse elogios, deve-se relativizar que essa produtividade não vingasse em toda a região, já que parte era ocupada por pântanos, brejos e morros cobertos de vegetação.

Essas terras mais baixas e facilmente alagáveis encontravam-se cobertas de brejos, o que atrapalhava a atividade agrícola. Mesmo assim, ocorreram disputas internas entre os colonizadores pela posse da terra de Macacu.

---

<sup>85</sup> *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu* feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

Existe outra cópia do mesmo documento, catalogado com outro título e sem os mapas: Memorial descritivo da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu (Cachoeiras de Macacu) com: localização, portos, estradas, produção, população e dois quadros demonstrativos. O primeiro refere-se às madeiras da região, indicando-se-lhes a utilidade; o segundo contém dados sobre engenhos, instituições, habitantes e contingentes militares. Sf. 7 de abril de 1797. 61 p. IEB/USP – COL.ML, 88.1.

<sup>86</sup> *Discripção...*, 1797, op.cit. p.22. A partir daqui, a referência a essa fonte será sempre apresentada nessa forma resumida.

Um exemplo destes conflitos é o que se deu entre os jesuítas e os herdeiros do conquistador Baltazar Fernandes, que revelaram ser aos inacianos rivais bem menos perigosos e fáceis de derrotar que os tamoios. Segundo Belchior,

quando Mem de Sá concedeu a extensa sesmaria para Miguel de Moura, por inadvertência nela incluiu 600 braças de terras, que um mês antes outorgara a Baltazar Fernandes. Os herdeiros deste morador, posteriormente reclamaram, e na demanda judicial que se seguiu, ganharam em primeira instância, mas viram a sentença reformada em favor dos jesuítas. Todavia o visitador Cristovão de Gouveia, em 1585, penalizado com a situação de pobreza dos legítimos donos, sugeriu que as 600 braças lhes fossem entregues, pois “doía a consciência” com elas ficar.<sup>87</sup>

Segundo Belchior, Baltazar Fernandes era tabelião do público, judicial e notas, provido em 22 de fevereiro de 1567, e um dos primeiros que tinham vindo povoar o Rio de Janeiro com a mulher e os filhos. Para ocupar o cargo, vago pela morte de um certo Miguel Ferrão, um outro conquistador chamado Gomes Enes, certamente homem de maior *cabedal*, em março de 1567 prestou fiança a favor de Fernandes.

Este fato indica que Baltazar Fernandes parecia não dispor de recursos para almejar tal cargo, sendo homem pobre e que teve o mesmo destino de muitos conquistadores: morrer em combate contra os indígenas. Seus herdeiros iriam manter questão pelas terras com os jesuítas, localizadas na agora sesmaria jesuítica de Macacu.<sup>88</sup>

Serafim Leite comenta sobre a diferença de opiniões de dois padres frente ao caso: contra os Fernandes, o padre Beliarte<sup>89</sup>, provincial jesuíta; e a favor, padre Cristóvão de Gouveia<sup>90</sup>, visitador, que tinha ordenado em 1585 que as 600 braças – realmente pouco - fossem entregues aos herdeiros de Baltazar Fernandes. Gouveia, em carta de 11 de setembro de 1585, sobre o caso, declarava que

<sup>87</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965, p. 334 e 335.

<sup>88</sup> Id. 1965, p.188

<sup>89</sup> Ibid. p.85. (Jesuíta português, nascido em Lisboa em 1543. Chegou ao Brasil em 1587. Foi deputado do Santo Ofício e provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Segundo Serafim Leite, seu provincialato “foi fértil em incidentes, pouco amante da pobreza e de caráter precipitado, concitou contra si muitos padres da Província, entre os quais Fernão Cardim e Pero Rodrigues. (...) Procurou, com todo o empenho, elevar a cultura literária e científica nos Colégios e no Brasil, mandando vir livros de Portugal e dando todo o brilho aos estudos da Baía, que ele teria elevado a universidade se lho tivessem consentido”).

<sup>90</sup> Ibid. p.245. (Jesuíta português. Deixou Lisboa em 1583, como visitador nas terras do Brasil. Segundo Serafim Leite “foi o grande codificador e legislador da Companhia de Jesus, no Brasil, no século XVI”).

son seis o siete hombres pobres, que conquistaron aquella tierra com mucho trabajo, y no tienem otras de que pueden sustentarse, y por la justicia “saltem” en el foro interior estar por sua parte dellos e por el grande escândalo que auria em les echar fuera y auver muchos años que estan de posse com suas grangearias y principalmente por que la tierra no ualdra, mas que hasta quarenta ducados y a los Padres sobran lãs tierras, y que allende desta data tiene outra cerca de la ciudad, y los hombres no tiene adonde labrar por el coll.º tener lo mas e mejor delas tierras.<sup>91</sup>

Segundo a fonte, os Fernandes dependiam do que pudessem arrancar de alimentos das suas terras, já que com o seu patriarca falecido, provavelmente não poderiam mais contar com o usufruto do seu cargo de tabelião. Sensível à pobreza dos Fernandes, Gouveia lançou o argumento de que a Companhia possuía já muitas e excelentes terras na região, mas não surtiu efeito. Ao final, os herdeiros de Fernandes, segundo Belchior, terminaram como arrendatários dos padres.

No cuidado de não assumir a defesa de nenhum dos lados, cumpre levantar a questão de que o cargo de tabelião do público exercido por Fernandes lhe trazia acesso à feitura de documentos. Entre estes, papéis ligados à oficialização de posse da terra.

O fato demonstra que nem todos que vieram para o Brasil eram homens abastados da Metrópole, significando que as novas terras do Brasil eram sim, um espaço possível para grupos de mais baixo estrato buscarem ascensão social e econômica e, ao mesmo tempo, se abria uma possibilidade a El Rey em presentear.

Contudo, na ampla doação de sesmarias que se procedeu no Brasil, muitos receberam grandes extensões de terra. Através de uma relação de recebedores de sesmarias no recôncavo da Guanabara compilada por Pizarro, foi possível montar uma listagem, de 1565 a 1700, dos que unicamente receberam terras na região dos rios Macacu e Guapiaçu<sup>92</sup>.

Esses sesmeiros não tinham certamente muita noção do que recebiam, dada a extensão de seus lotes, ou em alguns casos, sua distância em relação ao Rio de Janeiro, tendo também que redobrar-se em esforços para conquistá-las e sujeitos ao risco corrido por Baltazar Fernandes.<sup>93</sup> Medir, confirmar e ocupar as terras era empresa que deveria

---

<sup>91</sup> Ibid.p.190.

<sup>92</sup> Lista de Sesmarias Extraídas dos Livros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho – IHGB (Lata 90 Pasta 2). Acrescentei sesmarias doadas no rio Guapiaçu, pelo deste e do Macacu se constituírem como os principais que cortam de norte a sul a região.

<sup>93</sup> Tal sorte também atingia homens de maior poder. Mem de Sá, a exemplo, perderia o filho, Fernão de Sá, em combate contra os indígenas na conquista do Espírito Santo. Cf. WETZEL, Herbert Ewaldo. Mem de Sá Terceiro Governador Geral: 1557-1572. Conselho Federal de Cultura: Rio de Janeiro, 1972, p.17.

ser custeada com recursos próprios. Entretanto, deve-se levar em conta que nem tudo seria tão difícil como parece a esses homens, já que o simples fato de obter terras - léguas em alguns casos - ‘de graça’, já significava um primeiro e grande passo no caminho da obtenção do status e da acumulação mercantil desejada.

Com os dados montou-se o seguinte quadro:

1555 a 1600	1601 a 1620	1621 a 1700
Cristóvão de Barros, Miguel de Moura, Jerônimo Fernandes, Alexandre Dias, Gonçalo de Aguiar, Diogo Ferreira, Antonio Fernandes.	Francisco Alves (o Moço), Antonio Fernandes Góis, Lázaro Fernandes, padre Antonio Pinto, Balthasar de Seixas Rabelo, Jorge de Souza, João Danhaja, Pedro da Silva, Sebastião Gonçalves, Pedro de Azevedo, João Nunes Monrroi, Antonio Soares Louzada, Francisco de Pina, Gonçalo de Pina, Francisco Viegas, Antonio Andrade, Antonio Soares, Manoel Quinteiro, Jerônimo Vieira, Ambrosio de Paiva, Alexandre Lopes, Pedro Bentes de Souza.	Domingos da Silva, Pedro Bentes, Vicente Bentes, Miguel Bentes, Leonor Bentes, João Gomes Sardinha (o Moço), Braz Sardinha, Paschoal Sardinha, Gaspar Sardinha, João Fernandes Fontes, Gonçalo Fernandes, Gaspar de Magalhães (o Moço), Miguel Carvalho, João Gomes Sardinha, Manoel Fernandes dos Ouros, Magdalena André, Constantino de Paiva e outros, Capitão Gonçalo de Murros, Domingos de Murros, Capitão Manoel de Aguilã Elqueta e outros, Assenço Vaz Tenreiro, Gabriel da Rocha Ferreira, Francisco João, Gabriel da Rocha Silva, Manoel de Coimbra, Antonio Gonçalo Meira, Gabriel da Rocha Freire e outros, Ignácio Correia de Magalhães.

Quadro 1: Sesmarias concedidas nos rios Macacu e Guapiaçu (Séc. XVI e XVII)  
 Fonte: Lista de Sesmarias Extraída dos Livros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho – IHGB (Lata 90 Pasta 2).

O Quadro I, no qual se considera o número de recebedores como mínimo e em cuja montagem aplicou-se a periodização proposta por Fragoso, percebe-se significativo aumento de doações de terras após o período dos conquistadores (1555 - 1600).

A estes coube ‘abrir as portas’ a outros homens na ocupação dos sertões do Macacu. Há o exemplo de Pedro, Vicente, Miguel e Leonor Bentes: provavelmente uma mesma família, recebedora de 6.000 braças (13.200 m) no rio Macacu, em 10 de junho de 1624. Há também casos de sesmeiros de sobrenomes distintos, possivelmente aparentados por casamento entre famílias. É o caso de Francisco e Gonçalo de Pina, Francisco Viegas e Antonio Andrade, que receberam, em 06 de junho de 1614, nove mil

braças (19.800 m) no “*Rio Papocaia*”. É plausível supor a formação de sociedades entre homens para obter e explorar uma dada extensão de terras.

Das concessões com extensões citadas, nenhuma foi menor que 1.500 braças (3.300 m) dadas a Antonio Soares Louzada no *Rio de Guapiaguasu* em 31 de agosto de 1612. A ocupação do vale do Macacu parece ter alcançado seu limite no séc. XVIII. Já em 14 de março de 1692, Ignácio Correia de Magalhães recebeu *Terras nas Caxoeiras de Macacu athe onde chamão o Salto do Peixe*. No início do setecentos, as doações chegaram à serra dos Órgãos: Antonio Pacheco de Oliveira, 05 mil braças (11 mil metros) em 18 de agosto de 1725 *nas cabeceiras do Rio Macacu* e, em 1763, Matheus Antonio da Silva, *3000 braças em quadra nos sertoes e Matos Geraes do Rio de Macacu*. Nas *Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio*, há uma relação de *Terras por cultivar...*, com a qual se montou outro quadro:

Extensão	Localização	Proprietário
449 braças com 01 légua de sertão	Parte esquerda do Macacu, subindo para a serra.	Mestre de Campo Alexandre Alvares Duarte e Azevedo
520 com 01 légua de sertão		Padre Franciscio da Silva Pereira
300 com o mesmo sertão		João da Silva Beleira
375 com o mesmo sertão		André Roiz Antunes
200 braças com o mesmo sertão		Joanna Correia
750 braças com o mesmo sertão		João Correia Marvam
Hua Sismaria de meya Legoa com húa de Sertão		Dos Índios
Húa Sismaria de húa Legoa em Coadra [do] alto da Serra agoas vertentes p <sup>a</sup> o R <sup>o</sup> Macacu		Braz Gonçalvez
400 braças de testada com húa Legoa de Sertão		Capitam Ignácio da Veiga de Barbuda
100 de testada com húa Legoa de Sertão		Aleixo Paz Sardinha
900 com o mesmo Sertão		João Correia Marvam
432 com o mesmo Sertão		Ignacio Roiz
150 braças de testada com o mesmo Sertão		Antonio Soares
714 com o mesmo Sertão		Aleixo Paz Sardinha
1.480 com o mesmo Sertão		João Correia Marvam
Hua Legoa encoadra		Erdeiros de Manoel Ferreira da Silva
Hua Sismaria de Legoa encoadra (... virando a Serra para o Sertão)		Cônego Antonio Lopes Xavier
Hua Sismaria de Legoa encoadra (..virando a Serra para o Sertão)		Joze Francisco

Quadro 2: Terras cedidas e por cultivar em Macacu no ano de 1778

Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio - 1778.<sup>94</sup>

<sup>94</sup> Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte 1 – 1913- Rio de Janeiro, 1980, p.293-294.



No final do século XVII, já se encontrava fundada entre os rios Macacu e Cacerebu a primeira vila do Recôncavo - Santo Antônio de Sá - por ato do governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, em 05 de agosto de 1697.<sup>95</sup>

Em suma, devido à ocupação do vale do Macacu como área propícia à aquisição de terras para expansão agrícola, a criação de sua elite senhorial pode ser resumida de acordo com o que demonstrou Sampaio, ao estabelecer critérios para a formação da estrutura socioeconômica do agro fluminense para finais do século XVIII e início do XIX.<sup>96</sup>

Havia grande autonomia da economia fluminense em relação às conjunturas internacionais para o período anteriormente focado, desvinculando a sua análise das teorias que estabeleciam a dependência absoluta da economia colonial às regularidades do mercantilismo, onde a agroexportação *não teria gerado um mercado interno significativo e nem, portanto, setores produtivos coloniais ligados ao seu abastecimento.*<sup>97</sup>

Essa autonomia, segundo Sampaio, seria gerada por fatores ligados à sua própria formação: a aquisição de mão-de-obra escrava barata para produção de alimentos e atividades monocultoras da *plantation*; baixo custo na produção de alimentos com formas não-capitalistas de produção, gerando um mercado interno onde se abasteciam as *plantations* escravistas; aquisição de terras, obtidas em grande parte através de concessões reais, o que promoveu a acumulação desse fator de produção por pequeno grupo de agraciados, e a presença de forte acumulação endógena de capital gerado no setor mercantil.<sup>98</sup>

Neste quadro, de uma estrutura socioeconômica de base agrária e escravista, tendo no comércio uma possibilidade de acumulação de capital mercantil, este não era

---

<sup>95</sup> Auto de ereção da vila de Santo Antônio de Sá, antiga Macacu. 05 de agosto de 1697.6 p. Cópia. Original no Arquivo Nacional. Notação Final DL 04.017. Notação Original DL 4.74. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Rio de Janeiro. Ver também: Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil.

A organização territorial da Vila e outras medidas administrativas encontram-se na CARTA DE DILIGÊNCIA de d. Pedro II, rei de Portugal, criando a vila de Santo Antônio de Sá (Cachoeiras de Macacu). Santo Antônio de Sá, 7 de agosto de 1697. 5p. IEB/USP-COL. ML, 88.2.

<sup>96</sup> SAMPAIO, Antonio Jucá de. **Na encruzilhada do Império**. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). RJ: Arquivo Nacional, 2003, p.23.

<sup>97</sup> FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790 – 1830. RJ: Civilização Brasileira, 1998, p.63.

<sup>98</sup> SAMPAIO, 2003, op. cit. p.23

vinculado à sua reprodução<sup>99</sup>. Não se trata aqui de uma sociedade capitalista, de valores burgueses, pois,

a acumulação ocorrida na esfera mercantil significava, na verdade, uma apropriação contínua na circulação de riquezas que, numa sociedade pré-capitalista, são geradas essencialmente na atividade agrária. O que torna possível essa esterilização de recursos, sem que essa atividade seja destruída, são seus baixos custos.<sup>100</sup>

O comércio de escravos e gêneros produzidos no setor agrário por cativos foi gerador de fortunas que se voltaram, mesmo com expansão do capital mercantil, para a reiteração da hierarquia social calcada, justamente, na manutenção e reprodução desse sistema agrário, escravista e excludente.

A aquisição de status social era o objetivo último de muitos homens e famílias ao adquirir terras coloniais, em especial no que tange a este trabalho, em áreas fluminenses. Portanto, *esse capital concentrado em sua origem mercantil, ao retornar à paisagem rural, cria necessariamente uma estrutura agrária igualmente concentrada.*<sup>101</sup>

Sampaio relaciona essa mecânica das relações socioeconômicas coloniais à formação, no agrofluminense, da futura atividade cafeeira (séc. XIX), onde se destacaram atividades de caráter rentista. Mesmo assim, semelhante ao agrarismo dos séculos anteriores ao café, *o resultado era mais uma vez a reiteração de uma ordem social fortemente hierarquizada e excludente, na qual os mecanismos de acumulação estavam concentrados em pouquíssimas mãos.*<sup>102</sup>

Em Macacu fixaram-se indivíduos representantes da elite colonial fluminense como o capitão Braz Carneiro Leão, senhor de engenho e segundo Cavalcanti, *o negociante mais rico do Rio de Janeiro em 1808*<sup>103</sup>, ano do seu falecimento.

Aparecem também membros da família Velho, como o capitão Manoel Velho da Silva, senhor de engenho; e da família Rocha, o tenente-coronel Antonio Ferreira da Rocha, com fábrica de farinha. Segundo Florentino, integrantes de famílias importantes - de onde afluíram grandes traficantes de escravos do Rio de Janeiro - tais como

---

<sup>99</sup> Id., 2003, p. 24

<sup>100</sup> SAMPAIO, 2003, op. cit. p.24

<sup>101</sup> Id., 2003, p.24

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, cativo e liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.51.

Ferreira, Rocha, Gomes Barroso, Ferreira dos Santos, Silva Porto, Pinheiro Guimarães, Pereira de Almeida<sup>104</sup> e a citada família Velho.<sup>105</sup> Reproduziu-se em Macacu, portanto, uma organização social hierarquizada e excludente, estruturada com base no escravismo.

Embora a produção açucareira tivesse curso, constituindo-se como mais elevado símbolo de distinção social, determinadas áreas do recôncavo da Guanabara - em particular o vale do rio Macacu - voltaram-se primordialmente para a produção de gêneros alimentícios, participando significativamente no setor de mercado interno da economia colonial, e por que não, do abastecimento de alimentos para o negócio negreiro?

Com uma vigorosa produção de mandioca, feijão, milho e arroz, as centenas de propriedades agrícolas do vale abasteciam o Rio de Janeiro. A farinha de mandioca, produto básico na dieta das populações coloniais, ocuparia o primeiro lugar no volume da produção agrícola macacuana, até mesmo ultrapassando o produto-rei colonial, o açúcar.

---

<sup>104</sup> Henrique José de Araújo, patriarca do clã dos Araújo em Macacu, terá grande contato com essa família através de um contrato para fornecimento de gêneros para municio das tropas no Rio Grande de São Pedro, após 1804, como se verá.

<sup>105</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). RJ: Arquivo Nacional, 1995, tabela 13, p. 161-178.

## CAPITULO TRÊS

### O VALE DO MACACU

*Características de uma economia de  
abastecimento interno e extrativista*

No processo de consolidação da ocupação do recôncavo da Guanabara e sertões do Macacu, as freguesias da Vila de Macacu e outras da capitania do Rio de Janeiro, constituirão centros de produção de alimentos, característica marcante na economia dessa região. Segundo Silva,

As maiores freguesias produtoras de alimentos, de toda a capitania eram as de Cabo Frio, Campos, Santíssima Trindade, Itaboraí e Jacutinga, com amplo predomínio do cultivo da mandioca e o fabrico de farinha. Porém, por todas as informações que possuímos, a produção de Cabo Frio e de Campos estava voltada para o seu próprio abastecimento, em particular do seu vasto hinterland açucareiro, e não desempenhava nenhum papel de monta no abastecimento do Rio de Janeiro.<sup>106</sup>

Este também informa que essa produção de alimentos para o Rio de Janeiro concentrava-se no recôncavo da Baía da Guanabara e Sertão da capitania, com 22 freguesias nessa atividade: *75% de toda a produção de farinha da capitania; 86% de todo o arroz, 81% do milho e 60% da produção de feijão.*<sup>107</sup> Era o arroz, por exemplo, objeto da política econômica portuguesa devido

a toda uma política de fomento baseada em dois eixos centrais: de um lado, as isenções fiscais patrocinadas pela Coroa, por 10 anos, desde 1760, e renovadas em seguida; por outro lado, a garantia de compra, com preços pré-estabelecidos, com o patrocínio do governador associado a mercadores de Lisboa.<sup>108</sup>

Política que gerou uma produção de mais de 20 mil alqueires (604.500 kg) de arroz graúdo e 30 mil (906.750 kg) de arroz pequeno, produzido por cerca de 300 lavradores na capitania, onde

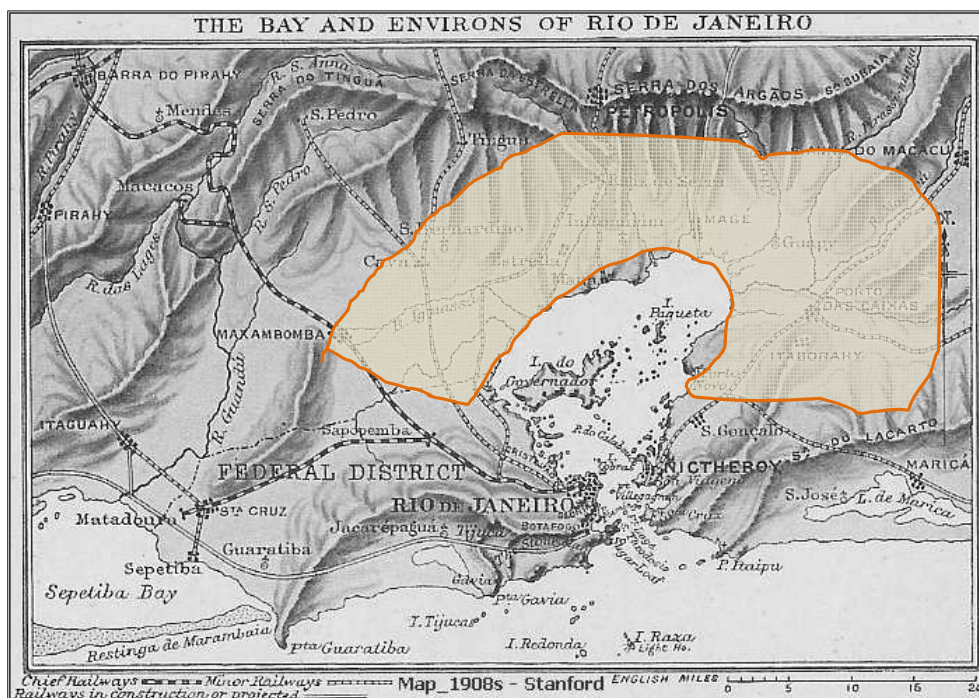
---

<sup>106</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia** (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990, p.166-167.

<sup>107</sup> Id., 1990, p.166-167.

<sup>108</sup> Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião...1779. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1884, t. XLVII, p. 27. In: SILVA, 1990, op. cit., p.168.

a cultura do arroz consolidou-se na capitania constituindo um amplo arco do fundo da Baía da Guanabara até Itaboraí, com Iguaçú produzindo 24% do arroz colhido, Pilar do Iguaçú (Duque de Caxias), 8%; Santo Antônio de Sá e Itaboraí, com 7% cada; Suruí, com 6% e Pacobaíba, com 5%.<sup>109</sup>



Mapa 4: Cinturão do arroz no século XVIII

Fonte: Old and Historic Maps of Rio de Janeiro<sup>110</sup> (*The Bay and Environs of Rio de Janeiro, 1908*)

O mapa, de 1908, serve apenas de referencial para demonstrar, de forma aproximada, a extensão do arco de produção de arroz no século XVIII. Observe-se a presença de vários rios que serviam para escoamento da produção até a baía da Guanabara:

Assim, nos rios São João de Meriti, Sarapuí e Iguaçú, de um lado da baía, e o Macacu, Guapi e Guarai, do outro lado, apresentavam um intenso movimento comercial. Só Cachoeiras de Macacu tinha 24 portos visitados por saveiros e barcos, enquanto em Pilar do Iguaçú mais de 100 barcos transportavam exclusivamente mantimentos.<sup>111</sup>

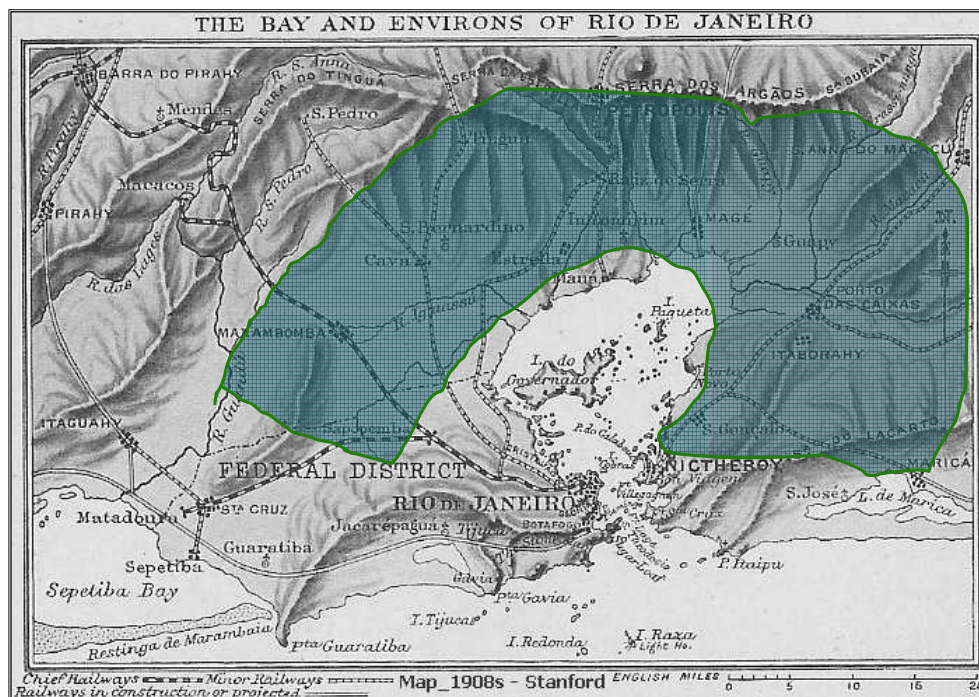
<sup>109</sup> SILVA, 1990, op. cit. p.169.

<sup>110</sup> The Bay and Environs of Rio de Janeiro, 1908. Stanford's general map of the Federal District, showing railroads, major and minor, as well as those projected. Site Old and Historic Maps of Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.brazilbrazil.com/riomaps.html>> Acesso em: 20 nov. 2008.

<sup>111</sup> SILVA, 1990, op. cit. p.172.

O Relatório do Marques do Lavradio apresenta, para Macacu, no ano de 1778, a presença de 35 barcos para *condução de mantimentos e mais feitos*<sup>112</sup>, além de uma barca com a mesma função. Para o transporte da produção até os portos de embarque, o Relatório lista *53 Carros de conduzir mantimentos além de outros de pescaria*.<sup>113</sup> Outro produto, a farinha de mandioca, constituía-se então no maior gênero agrícola, em relação à quantidade, produzido na capitania do Rio de Janeiro.

O cultivo da mandioca, e o fabrico da farinha, era praticamente universal na capitania, com uma grande concentração nas freguesias da Jacutinga, com 11,6% do total da produção; Santíssimo Sacramento\*, com 11,3%; delineando assim um grande cinturão mandiogueiro que se estendia pelos atuais municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí.<sup>114</sup>



Mapa 5: Cinturão mandiogueiro no século XVIII.

Fonte: Old and Historic Maps of Rio de Janeiro<sup>115</sup>

Silva apresenta também para a região a produção da ‘goma’, *o derivado mais fino da farinha de mandioca, fina e alva, uma variável da tapioca*.<sup>116</sup>

<sup>112</sup> Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778., 1980, op. cit. p. 295.

<sup>113</sup> Id. 1980, p.295.

<sup>114</sup> SILVA, 1990, op. cit. p.172.

<sup>115</sup> The Bay and Environs of Rio de Janeiro, 1908, op. cit.

Voltando ao Relatório do Lavradio, para a Vila de Macacu e suas freguesias, este registra que possuíam perto de 17.329 habitantes, sendo 8.371 livres, 8.958 escravos. Havia 2.085 residências, numa área total aproximada de 1.500 km<sup>2</sup>.

Tabela 1: Produção agrícola da Vila e Município de Santo Antônio de Sá - 1778<sup>117</sup>

Freguesia	Açúcar	Cachaça	Farinha	Feijão	Milho	Arroz
Santo Ant <sup>o</sup> de Sá	73 caixas	52 pipas	360.000 Litros	14.400 Litros	18.000 Litros	108.000 litros
Ssma Trindade	26 caixas	15 pipas	1 milhão Litros	79.200 Litros	61.200 Litros	126.000 litros
Guapimirim	50 caixas	5 pipas	324.000 litros	72.000 Litros	7.200 Litros	90.000 litros
Itambi	115 caixas	180 pipas	54.000 litros	36.000 Litros	2.880 Litros	21.000 litros
S.J. de Itaboraí	290 caixas	160 pipas	838.620 litros	289.440 Litros	405.900 Litros	103.284 Litros

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778.

Pode-se, pela medição com mesma unidade (litros), calcular o percentual da produção dos gêneros farinha, feijão, milho e arroz nas freguesias de Macacu.<sup>118</sup> De um total de 4.011.124 litros (1.819.103 kg) de gêneros produzidos - exceto açúcar e aguardente - a farinha de mandioca correspondeu a 64,2% da produção (2.576.620 litros/1.168.535 kg); o milho, 12,3% (495.180 l/224.571 kg); o feijão, 12,2% (491.040 l/222.693 kg) e o arroz 11,1% (448.284 l/203.303 kg).

Se considerado o milhão de litros de farinha produzidos na freguesia da Santíssima Trindade, região inserida na área objeto da pesquisa, se alcançam 453.514 kg de farinha, 24,93% de toda produção agrícola das freguesias da Vila.

Já numa outra fonte, as *Relações Parciais Apresentadas ao Marquez de Lavradio*, de 1778, todo o distrito de Macacu produziu 28 mil e 500 alqueires de farinha (1.163.662 kg), 2.900 de feijão (87.652 kg), 2.480 de milho (74.958 kg) e 9.600 de arroz (290.160 kg). Um total de 43.480 alqueires de produtos. Novamente a farinha teve

<sup>116</sup> SILVA, 1990, op. cit. p.176. Trata-se do polvilho, uma farinha especial utilizada na feitura de bolos, brevidades, rosas e biscoitos.

<sup>117</sup> A unidade de litros como medida de sólidos foi transformada em kg por meio de uma fórmula de conversão, dando melhor percepção das quantidades. Uma arroba (@) tem cerca de 15 kg e cada caixa de açúcar, 35 arrobas.

<sup>118</sup> O Relatório do Marquês do Lavradio não apresentou dados para a freguesia de N. Senhora da Conceição do Rio Bonito e de São João do Itaboraí, também integrantes do município e vila de Santo Antonio de Sá. (Para confirmar a formação distrital desta Vila, ver dados acerca desta freguesia em 'Visitas Pastoraes' de Monsenhor Pizarro e Araújo, 1794-95. Cópia datilografada do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

a primazia, com 65,5% da produção. O açúcar, em 17 engenhos, teria alcançado, em 1778, um total aproximado a 273 caixas, perfazendo 9.555 arrobas ou 143.325 kg. Somando-se a produção de açúcar com a de farinha, arroz, milho e feijão, alcança-se 1.457.508 kg, correspondendo o açúcar a apenas 9,83% desse total.<sup>119</sup>

No manuscrito *Correspondência e documentos relativos às novas Minas de Macacu*,<sup>120</sup> do final do século XVIII (1786-1790), comenta-se sobre existência de ouro nos sertões de Leste, na capitania do Rio de Janeiro. Nesse documento, encontra-se uma listagem de lavradores a quem o Estado comprou farinha para abastecer tropas de milícias. Tropas essas encarregadas de controlar a entrada e o contrabando de ouro nas rotas de acesso às ambicionadas - e supostas - minas.



Figura 3: Uniformes Militares da Vila de Macacu - 1786<sup>121</sup>  
Fonte: Biblioteca Nacional Digital

<sup>119</sup> Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio, 08 de outubro 1778, 1980, Op. Cit. p.289-295. As 9.55 arrobas equivalem a 143.325 kg, que divididos pelo índice 30,225, equivalem a 4.741 alqueires (aproximado).

<sup>120</sup> Correspondência e documentos relativos às novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente Manuel Pinto da Cunha e Souza – 1786 a 1790. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Catálogo 09,3,017-021.

<sup>121</sup> Guarnição do Rio de Janeiro com seus Uniformes, e Mappas do numero de Homens, tanto dos Regimentos pagos como dos Auxiliares feito por Joaze Correa Rangel, Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro – 1786. Cód. 34-4. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional – RJ. (À esq. uniforme de Oficial do Terço Auxiliar de Macacu e à dir. o de Oficial das Ordenanças da Vila de Macacu). A guarnição de Macacu, em abril de 1786, era integrada por: 1 mestre de campo, 1 sargento-mor, 9 capitães, 10 alferes, 60 oficiais inferiores, 10 “tambores”, 2 ajudantes, 1 capitão de campanha, 1 furriel-mor, 1 cirurgião-mor e 756 soldados, sendo 629 “prontos”, 43 doentes, 22 “destacados”, 2 presos, 41 sob licença, 19 ausentes. Desses todos, 238 estavam sem armas e 632, desfardados.



Tal produção farinheira era armazenada no ‘*paiol da Caxoeira*’, localidade estabelecida provavelmente junto à subida da serra dos Órgãos. Segundo a fonte, o sargento-mor Joaquim José da Fonseca comunicava ao vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiró (1778-1790), através de três cartas, de 14 de janeiro, 13 de fevereiro e 22 de maio de 1786, a aquisição de 899 alqueires (27.172 kg) de farinha de mandioca. Produto comprado aos lavradores das freguesias da Vila de Santo Antonio de Sá (Macacu) pelo preço global de 423\$120 réis. Com dados presentes nas cartas do sargento-mor foi possível construir a tabela abaixo:

	Alqueires de farinha	Número de produtores	Menor preço (réis p/alqueire)	Maior preço (réis p/alqueire)	Menor entrega (alqueires)	Maior entrega (alqueires)	Valor total
14.01	210	29	\$360	\$500	01	24	87\$960
13.02	467	121	\$320	\$520	01	32	218\$720
22.05	222	46	\$400	\$640	01	20	116\$440

Tabela 2: Informações sobre produção de farinha de mandioca na Vila de Santo Antonio de Sá - 1786

Fonte: Novas Minas de Macacu. Original Manuscrito – 1786

Entre os 196 produtores listados<sup>122</sup>, foi observada a presença de 22 mulheres (11,2%) proprietárias de terras e plantações. Faria, em sua tese sobre a família no cotidiano colonial em Campos dos Goitacazes, afirma ser comum haver mulheres chefiando lares no mundo colonial, mas relativiza essa informação considerando sua maior incidência nas áreas urbanas, já que *a mulher sozinha, com filhos consumidores, dificilmente conseguiria sobreviver enquanto ‘cabeça de família’ em área rural, sem escravos ou agregados.*<sup>123</sup>

Foi possível subdividir essas entregas de farinha em três grupos: um primeiro e grande grupo com capacidade de fornecimento de 01 até 04 alqueires (de 30,22 a 120 kg) por lavrador, formado por 142 entregas; um segundo grupo, de 6 a 10 alqueires

<sup>122</sup> Foi desconsiderada, nas três listagens, a repetição de nomes, sendo analisadas em conjunto e abordadas as três datas de compra como listagens independentes entre si, na busca de caracterizar essa oferta do produto.

<sup>123</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.53.

(181,3 a 302,2 kg), com 28 entregas e um terceiro grupo, de 12 a 32 alqueires (362,7 a 967,2 kg), formado por 18 entregas.

Configura-se assim, a existência de uma hierarquia entre estes lavradores de farinha, sendo maior fornecedor o padre Francisco da Silva Ferreira, vendedor da única entrega de 32 alqueires (967 kg), ao preço de \$480 réis por alqueire, perfazendo 15\$960 (quinze mil novecentos e sessenta réis). O menor fornecedor foi Francisco Lopes, com apenas meio alqueire (16,1 kg), a \$400 réis o alqueire inteiro, em 13 de fevereiro.

Os preços estipulados para a compra apresentam uma lógica interessante: tomando-se como exemplo onze fornecedores de oito alqueires no dia 13 de fevereiro, dois receberam 400 réis por alqueire; um apenas, o forro Francisco, 440 réis; quatro, 480 réis e outros quatro, 500 réis por alqueire de farinha. Brígida Vieira, nesse mesmo dia, recebeu 520 réis pelo único alqueire entregue ao sargento-mor Joaquim José da Fonseca, ao passo que Joana Emerenciana, no dia 12 de janeiro, lucrou menos: 320 réis por também um único alqueire.

Infelizmente os dados disponíveis não permitem elucidar que regras ou negociações regularam o preço da farinha nesses três meses de fornecimento. Talvez a explicação possa ser a distância entre o local de produção e entrega da farinha, no “*paiol da Cachoeira*”, o que traria diferença no preço do frete. Poderia também, ser a qualidade do produto.

Uma oscilação de preços ligada à quantidade de produtores/mês pode ser observada no valor do alqueire da farinha indicado pela Tabela 2. Para os produtores que venderam maiores quantidades, o preço do alqueire foi ‘valorizando’ durante esse trimestre de fornecimento: em janeiro, 500 réis; fevereiro, 520 e em maio chegava-se a 640 réis por alqueire. No caso dos menores fornecedores, em janeiro o alqueire estava ‘cotado’ a 360 réis, diminuindo esse valor para 320 em fevereiro, mês em que maior número de fornecedores entregou remessas do produto. Em maio, o preço subiu para 400 réis.

Talvez a capacidade de oferta do produto fosse baixando, já que a produção da farinha está associada ao tamanho das roças de cada produtor e o tempo de maturação da raiz para que pudesse ser submetida ao processo de fabricação.

Entretanto, a listagem de 196 produtores de farinha, como se viu, comprada para abastecer as tropas encarregadas de vigiar caminhos e coibir contrabando de ouro das Minas de Macacu, não representa, nem de longe, o número de produtores listados na

*Discripção...*<sup>124</sup>, de 1797. Nela, considerando-se os 27 senhores de engenho de açúcar, e que também faziam farinha, os 238 donos de ‘*fábricas de farinha*’ e 649 lavradores<sup>125</sup>, tem-se o total de 887 produtores, ultrapassando a primeira listagem em 691 indivíduos. Talvez – embora seja uma suposição frágil - se explique pelo fato das autoridades coloniais terem limites para compra de farinha para as tropas que talvez não fossem tão numerosas assim.

Na verdade, a análise desse momento em que se registrou a compra da farinha não contribui de forma significativa para a compreensão da real capacidade de produção farinheira de Macacu. Serviu sim, para demonstrar que havia em Macacu uma produção farinheira excedente, de caráter mercantil e, portanto, comercializável. Infere-se que a região atendia às necessidades de autoconsumo, abastecimento e também de atendimento das demandas alimentares da administração colonial.

Por sua vez, Lisboa<sup>126</sup> informa que em 1790 a Vila, ou seja, o conjunto de suas freguesias, era habitado por cerca de 30 mil pessoas.<sup>127</sup> Os moradores produziam açúcar e as safras beiravam em torno de 900 a 1.000 caixas, com 2.273 escravos. Contava 126 fábricas de anil, com 530 escravos de serviço, que fizeram 540 arrobas do produto, além do trabalho nas 12 olarias,

da mais excelente argila de diversas variedades, que sendo preparadas como conzinha á indústria e riqueza Nacional fornecerião a mais rica porcelana em vez dos rudes trabalhos da louça mal cozida que fabricam, occupando utilmente muitos braços, e produzindo variados objetos do Comercio de honesto trafico.<sup>128</sup>

A respeito dessa produção oleira, o dado da *Discripção...* se aproxima do de Lisboa, já que aquela lista 10 olarias. Interessante observar que pelo menos seis delas pertenciam a senhores de engenho: Marcos da Costa Falcão, Antonio de Oliveira Braga, os capitães Manoel Velho da Silva, Braz Carneiro Leão, João de Souza Lobo, além da

---

<sup>124</sup> *Discripção...*, 1797, Op. Cit.

<sup>125</sup> Como caracterização do termo ver SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Cap. 11.

<sup>126</sup> LISBOA, Balthazar da Silva. **Anais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 [1834-5].

<sup>127</sup> A freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim fora desmembrada pouco antes (1789) para integrar o território da Vila de Magé (Magepe). Cf. MAIA FORTE, **Vilas Fluminenses Desaparecidas** – Santo Antonio de Sá, Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1980.

<sup>128</sup> LISBOA, 1967, op. cit.

olarias de Dona Angélica Rita Gago da Câmara. Nessas olarias estavam trabalhando, em 1797, 70 escravos no total.<sup>129</sup>

Sobre o anil os dados de Lisboa destoam dos do marquês do Lavradio e da *Discrição...*, no que se refere à produção do derivado da anileira, em Macacu. Enquanto Lavradio nada informa, a *Discrição...* limita-se a apresentar uma desanimada nota: *O Anil dá em algumas das partes deste Districto; porém mal e segundo as experiências q. se tem feito não faz conta por q. o seu rendimento he muito diminuto, q. lhe serve mais de prejuízo, do q. de conveniência; e por isso não usão della.*<sup>130</sup>

Pesavento, por sua vez, apresenta a produção do anil através de listagem das fábricas existentes na capitania do Rio de Janeiro. Entre São José de El Rey (antiga São Barnabé) e Tapacorá, existiam 29 fabricantes e 31 lavradores de anil, num total de 31 produtores. Nesse trecho localizava-se a região de Macacu:

De Vila Nova de Sam Joze até Tapacorá	Fabricantes	Lavradores	Fábricas
Ingá Vila Nova de Sam Joze	1	0	1
Taborahy	3	11	3
Cabossú	2	2	2
Dendê	1	0	1
Boa Vista de Cabossu	2	7	2
Carandahy	2	0	2
Íngua	2	0	3
Matoapira	1	5	1
Tangua	2	0	2
Rio Seco	3	0	3
Macacu	5	0	5
Tapacorá	1	0	1
Riaxinho	1	6	1
Monte Nédio	2	0	2
<b>TOTAIS</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	<b>29</b>

Quadro 3: Localização das fábricas de anil no Rio de Janeiro entre S.J.Del Rey e Tapacorá 1772-85<sup>131</sup>

Fonte: O Azul Fluminense, op. cit.

<sup>129</sup> Discrição, 1797, op. cit.

<sup>130</sup> PESAVENTO, Fábio. O azul fluminense: m o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005, p.56.

<sup>131</sup> Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31/05/1784. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937. In: PESAVENTO, 2005, Op. Cit.p.54.

Apenas 05 fábricas de anil são apresentadas por Pesavento para Macacu, entre o período de 1772 a 1785. Isso na fase que menciona ser de auge da produção do gênero, já que *se no espaço de tempo compreendido entre 1779 a 1807 tem-se a apogeu das exportações de anil fluminense, na época ora estudada [1808-1818] nota-se a decadência desta atividade.*<sup>132</sup>

Portanto, a informação de Lisboa a respeito do anil parece exagerada ou equivocada. Pesavento apresenta, para toda a capitania do Rio de Janeiro, um número máximo de 282 fabricantes de anil, entre 1779 e 1807. Na estatística de Lisboa, em 1790 a Vila de Santo Antônio de Sá, com suas tidas 126 fábricas de anil abarcaria então 44,68% do total das instalações calculadas por Pesavento.<sup>133</sup> Este, para as regiões fora da área de Macacu, apresenta um total de 240 fábricas de anil, ou seja, 85,10% do total da sua estatística.<sup>134</sup> Os dados evidentemente destoam entre si. Mesmo assim, isoladamente, Macacu apresentou nos dados de Pesavento, o maior número de fabricantes de anil no trecho que ia de São José de El Rei até Tapacorá.

Quanto ao número de escravos, enquanto a *Discrição...* enumera 6.827 cativos ao todo, Lisboa fala de apenas 2.803. Mas esse autor não deixou de apontar, embora em tom ufanista, a pujança econômica da região de Macacu. De qualquer forma, no final do século XVIII, Macacu contava com sólida produção agrícola patrocinada por centenas de produtores. Entre estes, senhores de engenho de açúcar, farinha de mandioca e lavradores.

O melhor documento encontrado acerca desse período - e que corrobora a capacidade produtiva de Macacu na agricultura - é a já mencionada *Discrição...*, de 1797. Por esse motivo, o documento reclama uma observação um pouco mais acurada. Acerca dessa fonte, minucioso levantamento socioeconômico, somente se sabe que foi produzida a pedido do conde de Resende (José Luís de Castro, 1790-1801), vice-rei do Brasil. Ignora-se completamente, quem teria sido a pessoa que realizou o levantamento: se um alferes, mestre-de-campo ou outro qualquer funcionário real.

A *Discrição...* é um documento ímpar: constitui-se no conjunto mais completo até agora encontrado e que reúne, numa única fonte, informações acerca da situação social e econômica da região do Macacu para final do setecentos, reunindo milhares de dados criteriosamente recolhidos e organizados.

---

<sup>132</sup> PESAVENTO, 2005, op. cit. p.56

<sup>133</sup> Id., 2005, p.56

<sup>134</sup> Ibid., p.56

Proprietários de terras e escravos, serrarias, oficinas e tavernas são apresentados numa longa lista nominativa que traz para cada proprietário ou proprietária listado, dados como a extensão de sua propriedade – em léguas ou braças - estado civil, número de filhos por sexo e faixa etária, além do levantamento de cada escravaria, também por sexo e grupo etário (se criança ou adulto).

As produções de açúcar, farinha de mandioca, aguardente, arroz, milho e feijão, cada qual na sua respectiva unidade de medida – arrobas para o açúcar, pipas para aguardente e alqueires para as demais - aparecem bem detalhadas, assim como a quantidade de bois, cavalos, ovelhas, bestas (mulas ou burros) e poldros, de cada um dos listados.

Outros dados que complementam a fonte referem-se à produção de telhas, tijolos e à atividade madeireira na região. Para as madeiras, além de uma listagem das espécies vegetais as quais se tinha interesse, ou seja, para aplicação em obras civis e hidráulicas, a atividade extrativa vem apresentada pela quantidade de cada subproduto obtido desta extração, como tábuas e ‘pernas de serra’, entre outros.

Toda esta ‘estatística’ vem acompanhada de longo relatório, onde o anônimo autor apresenta os limites geográficos da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, capacidade produtiva da terra, discussão de problemas observados, o regime hídrico da região do Macacu, estradas etc.

No “*Resumo Geral dos Engenhos, Fogos, Almas, Rendimento etc da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu*” existente ao final da *Discrição...*, pode-se observar que a região de Macacu possuía, em 1797, 11.538 habitantes. Uma intensa atividade econômica se desenvolvia nos seus 27 engenhos de açúcar, 02 *fábricas* de beneficiamento de arroz, 238 engenhos de farinha e 10 olarias. Um total de 649 lavradores produzia farinha de mandioca ao lado do trabalho de 30 *oficiais de ofício*, 55 serradores e 66 proprietários de tavernas.

O perfil escravista da sociedade ‘macacuana’ pode ser inferido pela presença, no conjunto da população da Vila de Santo Antonio de Sá, os já citados 6.831 cativos (59,2%), em contraste com 4.707 livres (40,7 %), o que dá, em média, pouco mais de um cativo (1,4) para cada livre. Este aspecto em particular será abordado mais à frente, visando-se caracterizar Macacu como área com forte presença de uma economia pequeno escravista.

A *Discripção...* menciona também que a região produzia, além dos gêneros já citados, algumas plantações de café em propriedades pequenas e médias, utilizando para isso poucos ou mesmo nenhum escravo. O informante salienta que esta era uma prática local, porque se tratavam de proprietários pobres, e como a terra era boa o suficiente para não precisar de preparo, apenas uma pessoa podia plantar e posteriormente colher o café. Observa-se que a rubiácea não apareceu na lista de produtos analisados pelo marquês do Lavradio. Pode-se inferir que se trata de uma pequena produção voltada para o consumo local e com representatividade econômica pouco expressiva. Voltar-se-á a tratar do café mais à frente.

O documento salienta que havia muitas terras devolutas na região e as que ficavam cansadas devido ao constante uso eram abandonadas em busca de novas. Todavia, esta informação precisa ser relativizada, pois desde o século XVI ocorriam constantes disputas por terras na área. As disputas deveriam ser comuns, já que parte das terras disponíveis ficava inundada durante parte do ano, impossibilitando o cultivo.

Na *Discripção...*, também é citada a cana-de-açúcar. Entretanto, segundo o informante, não era uma boa planta para a região e os agricultores experimentavam, há anos, constantes prejuízos. Não só por causa do excesso de águas, que impedia o cultivo ou estragava a planta, mas também porque a umidade favorecia o aparecimento de pragas que destruíam os pés ainda novos. Cita também as plantações de arroz e milho, mas para ele, a mandioca era a principal lavoura da região e era em seu cultivo que a maior parte dos lavradores se voltava. Ainda assim, havia constantes perdas por causa das regulares enchentes e do calor excessivo.

O levantamento global da produção anual de gêneros para abastecimento foi também possível pelo uso de mesma unidade de medida. Foram produzidos 98.528 alqueires, subdivididos em 71.111 de farinha de mandioca (72%), 19.269 de arroz (19,5%), 3.676 de feijão (4,5%) e 4.472 de milho (3,7%). Aparece a farinha mantendo o primeiro lugar no conjunto da produção, e a maioria do número de estabelecimentos produtores. Há de se ressaltar que parte destas unidades agromanufatureiras de farinha estavam instaladas nas propriedades com engenhos de açúcar.

Comparando-se o conjunto da produção de farinha, milho, arroz e feijão (98.528 alqueires) com a de açúcar, esta última teve sua produção, em 1797, calculada em 69.733 alqueires. Infere-se, a partir destes dados, que a região caracterizava-se como

grande produtora de gêneros para mercado interno. Produção, como se verá mais detalhadamente, disseminada em muitas propriedades e com utilização de um menor número de cativos por unidade produtora, ou nenhum escravo, em vários casos, como já se disse.

Schwartz<sup>135</sup>, em seu trabalho sobre a economia baiana, apresenta para a segunda metade do século XVIII um quadro de crise na produção do gênero (açúcar), já que a *tensão entre a produção de alimentos e a agricultura para a exportação era um problema antigo e incessante, exacerbado principalmente durante os períodos de expansão da exportação*.<sup>136</sup>

Essa expansão, voltada para o mercado externo, direcionou lavradores para as atividades de produção de açúcar e fumo, mais lucrativas. Agravou-se essa crise pela transferência de populações para áreas contíguas às de produção para exportação, diminuindo-se a produção de alimentos. A partir de 1785, ainda segundo Schwartz, a câmara municipal de Salvador tomou medidas para ampliação da produção da farinha de mandioca, e de outros gêneros, como feijão, arroz e milho, com o intuito da aquisição dessa produção pelo celeiro público, na busca do abastecimento da capital soteropolitana. Essa política, de caráter mercantilista, com centralização das compras da farinha pelo celeiro público, atingiu cerca de 300 mil alqueires entre 1785 e 1812<sup>137</sup>, e restringiu o mercado dos preços, não sendo bem recebida pelos lavradores, que buscaram contorná-la.

A apresentação dessa peculiaridade do caso baiano com respeito à produção da farinha de mandioca, coloca em tela a ação do Estado na busca do controle da oferta, restringindo o acesso e o consumo do produto no mercado local. Além disso, tanto na Bahia, como no Rio de Janeiro, a produção da farinha era recurso mais acessível por parte de grupos sociais formados por indivíduos e famílias economicamente menos favorecidas. Tal situação se dava devido ao caráter dessa planta: *pobre, abundante, barato, a mandioca acompanha a exploração das humanidades mais pobres e mais desfavorecidas*.<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

<sup>136</sup> Id., 2001, p.157.

<sup>137</sup> Numa média aproximada de 10.714 alqueires/ano e para cada ano, 892 alqueires/mês.

<sup>138</sup> CHAUNU, Pierre. **A história como ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p.194.



Silva, entretanto, não corrobora a hipótese de crises crônicas de alimentos para a região do Rio de Janeiro como apresentou Schwartz para o caso baiano.<sup>139</sup> Menciona sim, que para as áreas de produção baianas, foi de aplicação corrente a lei de 1688, que obrigava ao cultivo de 500 covas de mandioca por escravo e que pouco efeito teria no Rio de Janeiro, citando caso ocorrido em 1703, como *uma das únicas vezes em que a Coroa tomou medidas reguladoras da agricultura de mercado interno no âmbito da capitania do Rio de Janeiro*.<sup>140</sup>

Em carta ao governador do Rio, a Câmara refutou a necessidade da medida, devido à

abundância e tanta quantidade [de farinha] que sustenta o Povo largamente e de fácil provimento às frotas (...) as terras [em que se costumam plantar as mandiocas] são possuidores vários donos e nelas não há engenho que prejudiquem suas plantas (...) porque é certo que as mandiocas de que se sustenta e as que lhe bastão e muitas vezes sobram todas se plantam no Recôncavo desta mesma Cidade<sup>141</sup>

Na capitania do Rio de Janeiro, particularmente a Vila de Magé, limítrofe a Santo Antônio de Sá e inserida na macrorregião do rio Macacu, Sampaio apresenta um quadro de similaridade com o caso macacuano, chamando atenção para o papel de região abundante na produção mandiogueira, superior inclusive às demais culturas de abastecimento, já que a mandioca

tratava-se de um único produto respondendo por mais da metade da produção agrícola de alimentos (já que aí não são considerados aqueles de origem animal). Temos, assim, mais uma vez confirmada a grande importância do "pão da terra" na dieta alimentar de então. Quanto a isso, Afonso de Alencastro mostra-nos, baseado em Câmara Cascudo, que os principais itens na alimentação brasileira de então eram a mesma farinha de mandioca e o feijão (se possível acompanhado de carne seca). Este predomínio refletia-se, conseqüentemente, nas regiões produtoras de alimentos, que terminavam por privilegiar sua produção.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> SILVA, 1990, op.cit.

<sup>140</sup> Id., 1990, p.171.

<sup>141</sup> Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro dirigida ao Governador no qual ponderam os prejuízos que causaria aos lavradores daquela capitania a execução da lei sobre a plantação da mandioca. Rio de Janeiro, 06.11.1703, Mss. B.N., Mss. II-42, 33, 11 apud SILVA, 1990, op. cit. p. 171

<sup>142</sup> SAMPAIO. 1994, op. cit. p. 6

Também em Magé, como se viu para Macacu, predominava a farinha de mandioca como principal gênero agrícola no contexto da produção de alimentos e artigos para exportação:

A produção da farinha de mandioca não predominava, porém, somente sobre as demais culturas alimentares em Magé, mas também no que se refere às produções voltadas para a exportação, sobretudo o café e a cana. Larissa Brown mostra-nos, a respeito, que no século XVIII e início do seguinte as freguesias de Magé "eram primariamente produtoras de gêneros de primeira necessidade", contando com apenas 6 engenhos de açúcar em 1778 e 10 em 1820. Nos inventários por nós analisados a esse respeito, as referências a ambos os cultivos são escassas, sendo mais raras ainda no caso da cana-de-açúcar.<sup>143</sup>

Abrindo um parêntesis, Sampaio demonstra que, como em Macacu, o café tinha pouca expressão econômica na região de Magé:

No que tange aos cafezais, além dos valores encontrados serem bastante modestos, estes vinham em geral avaliados entre os "arvoredos frutíferos", o que parece apontar para uma escassa importância econômica dos mesmos. Talvez sua produção se destinasse mais para o consumo próprio do que para a venda. Seja como for, o fato é que sua participação era meramente residual no quadro das fortunas analisadas. Para este desenvolvimento tão incipiente do café em terras mageenses com certeza contribuíram as condições climáticas locais. Por ser uma área litorânea e de baixada, portanto com um clima bastante quente, Magé prestava-se mal para este tipo de cultivo. Além disso, a ocupação secular da área tornava seus solos empobrecidos, pouco úteis portanto para uma cultura tão exigente quanto o café.<sup>144</sup>

As fontes para Macacu também não destacam a presença de forte produção cafeeira, aparecendo o produto agrícola apenas como alternativa dos mais pobres por sua tida facilidade de plantio, como abordado. Inclusive, pelo fato do lavrador não ter que para isso possuir escravos:

e suposto q em algumas partes tenham tido a curiosidade de fazerem a plantação do Café, comtudo neste genero não se empregão como para estabelecimento; a exceção de algum Lavrador mais pobre, q por lhe faltarem as precisas forsas, q são de possuírem Escravos, tem algum pequeno estabelecimento neste gênero por lhe ser mais fácil a Colheita, e não terem a precisão de prepararem a terra para esta

---

<sup>143</sup> Id., 1994, p. 6-7

<sup>144</sup> SAMPAIO. 1994, op. cit. p.7

plantação, q com muita suavidade se faz; por que hú só homem a planta, hú só a colhe e beneficia o q não acontece nas outras.<sup>145</sup>

Portanto, ao contrário da produção da mandioca, milho, arroz e feijão, culturas para as quais se reputava uma necessidade – relativa - de maior utilização de mão-de-obra, o café era plantado por poucos e de forma esporádica, tanto em Macacu como em Magé. Se para isso era necessário apenas o trabalho de um único homem, não poderia mesmo ser volumosa essa produção. Estava ainda bem longe a prática de um plantio sistemático da rubiácea.

Voltando à mandioca, planta que realmente estava na ordem do dia dos plantadores, foi possível considerar a existência de características similares ao contexto baiano no que tange ao quadro social dos produtores de farinha: produção nas mãos de roceiros, baixa aplicação de mão-de-obra cativa e pequenas áreas de terra próprias ou arrendadas, o que traz a possibilidade de existirem lavradores capazes apenas de fornecer pequenas partidas de farinha para abastecimento. Essa similaridade com Macacu, e que será vista com maiores dados no capítulo seguinte, foi percebida por Sampaio em Magé:

apesar do predomínio da produção de mandioca sobre os demais cultivos alimentares em Magé, essa região possuía, em meados do século passado, um perfil produtivo razoavelmente diversificado, sobretudo se comparado com esta mesma Bahia setecentista.<sup>146</sup>

Em meio a essas similaridades, segundo Silva, *a diferenciação entre o Rio e a Bahia, (...) residia na abundância dos gêneros seja para abastecimento do povo, seja para fazer face às necessidades da governamentabilidade lusa na América.*<sup>147</sup>

Se foi possível perceber similaridades – e discrepâncias - da atividade farinheira macacuana com os casos mageense e baiano, passar-se-á à caracterização que Schwartz faz a respeito dessa produção como uma alternativa dos pobres. Característica que se reforça se associada a outro caso: o de Paranaguá, uma localidade no Sul do Brasil.

Leandro discutiu as formas de produção econômica para essa região litorânea e portuária da província do Paraná. Além da produção do mate, característico dessa região, o autor apresentou a farinha como um produto também largamente produzido e

<sup>145</sup> Descrição..., 1797, op. cit.

<sup>146</sup> SAMPAIO, 1995, op. cit. p. 9

<sup>147</sup> SILVA, 1990, op. cit. p. 172.

de melhor acesso por parte dos menos favorecidos pela Fortuna, onde pela posse ou arrendamento de pequenas áreas, produziam sua farinha.

Considerando esta produção condicionada à quantidade possível de covas plantadas, infere-se que muitos produziram pequenas quantidades do gênero. Produção talvez voltada para autosustento e nem sempre disponível em quantidades suficientes para venda de excedentes.<sup>148</sup>

pode-se afirmar que aqueles que não possuíam cativos, e que conseqüentemente estavam mais próximos ao cotidiano da pobreza, também viviam "presos" à civilização da mandioca. (...) A partir de todos os inventários analisados, com ou sem propriedade escrava, é possível concluir que o principal traço do ambiente rural da comarca de Paranaguá era a vinculação das suas propriedades agrícolas ao cultivo da mandioca e sua transformação em farinha. Quase todas as propriedades inventariadas possuíam utensílios relacionados ao mundo da farinha, aquilo que o jesuíta José Rodrigues de Melo chamou, no final do século XVIII, de "bens que o uso reclama."<sup>149</sup>

Realidade distante dos muito pobres, que geralmente não possuíam todos os utensílios necessários para produção de farinha: roda, prensa, forno e tacho (de cobre).

Leandro induziu a presença de formas alternativas para a produção de farinha por parte dos que não possuíam esses utensílios. Embora não tenha encontrado menção a estas formas na documentação por ele analisada, é plausível sua argumentação de que, de alguma forma, dada a universalidade da produção da farinha na população da comarca de Paranaguá, as pessoas deveriam produzir a sua própria.

Por sua vez, Castro, em trabalho para Capivari (hoje município de Silva Jardim), freguesia integrada economicamente à região de macacuana, fez menção a formas alternativas de se elaborar farinha, mencionando três tipos de preparo da raiz da *Maniot utilissima*, relacionados à maior ou menor possibilidade de aquisição dos utensílios necessários: a farinha d'água ou farinha gorda, farinha d'água de mistura e farinha seca.

No primeiro caso, apenas o forno era requerido para a última etapa, sendo primeiramente a mandioca amolecida em água exposta ao sol, espremida à mão e coada em peneira grossa. No segundo caso, o forno de cobre e a roda de ralar eram indispensáveis: "a mandioca é primeiramente ralada e depois misturada com água, espremida à mão e passada em peneira fina, misturando então o que 'passou' e o que

<sup>148</sup> LEANDRO, José Augusto. **Gentes do Grande Mar Redondo** – riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. p. 265-267

<sup>149</sup> Id., 2003, p. 268

ficou na peneira, de modo a formar novamente uma só massa, de novo espremida e levada ao forno". No terceiro caso, entravam em cena os utensílios mais comuns no preparo da chamada "farinha seca": "a mandioca raspada é lavada e ralada em um ralador que pode ser movido à mão ou a água, submetida neste estado durante várias horas à ação de uma prensa, passada em peneira fina e levada ao forno ou tacho para ser cozida e torrada."<sup>150</sup>

Assim, quem não possuía os utensílios, poderia utilizar-se de um ou outro método - ou até mesmo distinto destes - o que oferecia possibilidades baratas de produção. A proximidade entre as regiões de Capivari e Macacu sugere uma possível difusão destas técnicas.

A falta de recursos levaria então os pobres a 'improvisar', criando novas formas de produção. Vale ressaltar que os indígenas, de onde o colonizador português aprenderia primeiramente a comer e depois a produzir farinha, provavelmente desconheciam roda, tacho e 'forno' para sua produção farinheira.

Leandro apresenta, para Paranaguá, em Santa Catarina, que:

No mundo rural da comarca de Paranaguá, nas unidades agrícolas de proprietários de escravos e nas unidades agrícolas daqueles que a historiografia rotulou como "livres pobres", foi possível observar a existência de um modo de vida cujo trabalho ao redor da mandioca e da farinha da mandioca encontrou sua expressão máxima. A mandioca garantia os mínimos vitais da população livre pobre e escrava. Estes a tinham como a sua principal referência alimentar, a sua primordial fonte calórica disponível à época.<sup>151</sup>

Apresenta este autor uma peculiar importância cultural da agromanufatura da farinha entre Paranaguá e o Recôncavo baiano<sup>152</sup>, sendo plausível de ser observada também para a região mageense: levando-se em conta o que a historiografia brasileira tem produzido a respeito da agromanufatura do açúcar como determinante de formas de organização social e cultural, Leandro atribui à produção da farinha de mandioca a característica de ser um elemento também determinante de relações sociais muito próprias, que se poderia chamar de uma "Cultura da mandioca", já que, *com ou sem propriedade de cativos, possuindo ou não agregados, o fato é que as famílias que*

<sup>150</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 86

<sup>151</sup> LEANDRO, 2003, op. cit, p.15.

<sup>152</sup> Id. 2003, p.272.

*viviam no ambiente rural da comarca de Paranaguá organizavam o seu cotidiano em torno da mandioca.*<sup>153</sup>

Conclui-se que, respeitadas as peculiaridades regionais, a produção de farinha representava atividade econômica para sustento das famílias e potencialidade comercial, sendo alimento basilar na Colônia, independente da distância existente entre as áreas analisadas: Salvador, no Nordeste; Paranaguá, no Sul e as Vila de Santo Antônio de Sá (Macacu) e Magé, demonstrando o caráter generalizado da mandioca no mundo colonial como um produto local.

Portanto, a farinha de mandioca era largamente produzida de norte a sul no Brasil oitocentista, e mesmo sendo produto que concentrava sua produção nas mãos da multidão dos mais pobres, constituía-se gênero básico na alimentação de todos: livres, libertos, cativos, ricos e pobres, além de possuir valor comercial.

Alimento tão essencial e cotidianamente presente na dieta colonial, que até mesmo viajantes que por aqui passaram, e que a viram sendo produzida em várias regiões do país, fizeram questão de registrá-la em seus escritos. Dentre eles, estão John Lucock (1942), para o Rio de Janeiro; Henry Koster (1942), para o Nordeste e Maximiliano Neuwied (1940), príncipe de Wied, em sua viagem entre o Rio e a Bahia.<sup>154</sup>

Todos, de uma forma ou outra, identificaram a farinha de mandioca como o alimento básico dos escravos, libertos e livres. Comida pura, misturada ao feijão, charque ou rapadura, a farinha estava presente na mesa das elites, nos picuás dos viajantes e no dia-a-dia dos pobres.

Com uma produção disseminada em maior ou menor escala na quase totalidade das propriedades rurais macacuanas, a farinha de mandioca alimentou populações, serviu ao comércio e disputou com o açúcar a posição de produto-rei no século XVIII.

---

<sup>153</sup> Ibid. p.276

<sup>154</sup> AGUIAR, Pinto de. **Mandioca – Pão do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

### 3.1. Pobres e ricos; livres e escravos: escravismo e estratificação social no vale do Macacu

Os dados socioeconômicos até aqui utilizados, circunscritos a fontes referentes ao século XVIII e relatos coevos, tiveram na *Discrição do que pertence ao Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, a fonte de maior volume e importância. Após ser feito estudo comparativo, com base na fonte citada, da região de Macacu com outras localidades, além de um levantamento de quais gêneros agrícolas eram produzidos nessa região e o volume da produção, passar-se-á à interpretação da *Discrição...* através de uma tipologia oferecida pela própria fonte.

Atualmente, as novas abordagens da história colonial consideram que, convivendo com os senhores de engenhos e cativos havia um grande estrato de homens livres pobres. Pobreza esta caracterizada pelo fato desses mesmos homens encontrarem-se despossuídos de terras e escravos. No dizer de Schwartz, *o cultivo da mandioca era a agricultura dos pobres, sempre organizado como produção de roça*.<sup>155</sup>

Nesse ponto também se perceberam, para Macacu, características similares no tocante ao quadro social dos produtores de farinha: produção nas mãos de roceiros, baixa aplicação de mão-de-obra cativa e propriedade de pequenas áreas de terra, próprias ou arrendadas.

Tal condição significava, para os moldes socioeconômicos de uma sociedade escravista como a colonial, dificuldades no acesso a alimentos. Conseqüentemente, isso trazia obstáculos na geração de excedentes, ocasionando uma não acumulação de capital mercantil, imprescindível para a aquisição de escravos. Estavam esses homens, portanto, distantes de alimentos e de prestígio que a posse de terras e escravos poderia gerar.

Boa parte das populações que viviam e produziam em Macacu, constituía-se não de senhores de engenhos abastados, mas na verdade de pessoas pobres, trabalhando em suas roças, pequenas extensões de terras próprias ou cedidas. No tocante a este último ponto, registra a *Discrição...* por exemplo, um número de 401 agregados, sobre os quais se abordará adiante.

---

<sup>155</sup> SCHWARTZ, 2001, Op. Cit. p.166.

A Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu, ao longo do século XVIII, caracterizava-se por apresentar, em conjunto com poucas *plantations*, uma economia de mercado interno de gêneros variados, que englobava o cultivo de arroz, feijão, farinha, milho e fumo; a extração e comércio de madeiras, criação de aves, com comercialização de ovos, além da criação de porcos.

Toda esta produção tinha parte consumida na própria Macacu e parte exportada para as localidades vizinhas, inclusive a cidade do Rio de Janeiro, através dos rios da região. Estes rios em muito auxiliaram o comércio, posto que muitos, ou se constituíram como afluentes do maior rio do recôncavo da Guanabara, o Macacu, ou tinham sua foz diretamente na Baía.

A maior parte da população de Macacu era formada por pequenos e médios proprietários, muitos com pequenas escravarias ou até mesmo sem registrar a posse de sequer um cativo. A maior parte da riqueza concentrava-se nas mãos de uma elite diminuta e que também produzia os mesmos produtos, só que em grandes quantidades. Aí estava a grande diferença.

*A Descrição...* confirma essa condição socioeconômica em terras macacuanas:

Alguma decadência q. há nestes Povos, conhece-se nascer da falta de escravos, q. a não haveria se o tivessem, o q. muitos não podem conseguir pelo exorbitante preço em q. estão, motivo de não poderem adiantar as suas Lavouras; por. q. estas não se podem maniar sem as precisas forças, q. esta Cultura requer e por esta cauza muitos perdem o animo, por não poderem com hum trabalho braçal, sendo esta a razão de viverem alguns em ociosidade ou vadiação, e outros q. também tem tido decadência pela mortandade de Escravos athe o ponto de ficarem pobres; porque n'estes mesmos Escravos consiste o cabedal destes Lavradores.<sup>156</sup>

Neste capítulo, comentou-se acerca de uma tipologia presente nas unidades de produção agrícola em Macacu, organizada através dos dados presentes na *Descrição...* A partir daqui ela será analisada através da separação das propriedades rurais macacuanas presente na fonte, tendo como base a especialização dos produtores em três nichos da produção agrícola: *senhores de engenho, fábricas de farinha e lavradores*.

Essa análise também estará relacionada juntamente com a posse de escravos, visando comprovar que um perfil pequeno escravista era predominante no vale do Macacu. Essa estrutura socioeconômica pequeno escravista, reitera-se, era formada por

---

<sup>156</sup> *Descrição...*, 1797, Op. Cit.



pequenas e médias propriedades, com utilização de pequenas escravarias por unidade produtiva, e mesmo produtores que não possuíam sequer um escravo.

Configura-se desta forma, em Macacu, um amplo setor produtivo voltado para a produção de gêneros agrícolas para mercado interno, em suma, para abastecimento. A produção de gêneros para exportação, mormente o açúcar, não se constituía no setor econômico dominante no que se refere ao volume da produção agrícola macacuana em seu todo, como já se viu.

É portanto, de importância, a percepção de uma íntima relação dessa cultura de gêneros de exportação e de abastecimento que compunha a organização socioeconômica do vale do Macacu, relacionada a aspectos voltados para a produção, trabalho e propriedade dos principais fatores da produção na sociedade escravista: os homens e a terra.

Tem-se considerado já superada, na historiografia brasileira, a visão da sociedade colonial segmentada em dois únicos grupos antagônicos: senhores de engenho e escravos. Silva criticou essa abordagem situando que, *até em regiões onde, por pressuposto, deveríamos encontrar a mais nítida polarização senhor/escravo, uma análise mais detalhada nos permite ver estratos sociais mais variados.*<sup>157</sup>

Desta forma, esse esquemático binômio se vê ‘desqualificado’, já que entre estes dois ‘extremos’ constatou-se existir uma miríade de pequenos produtores escravistas não excluídos na estrutura da sociedade colonial, mas integrados a elas através de uma peculiar atividade econômica: a produção de alimentos por homens livres pobres.

Segundo Sampaio,

Esse homem livre e pobre, visto como uma verdadeira contradição por historiadores que só conseguem dividir a sociedade de então entre senhores (aliás, grandes senhores) e escravos, deixa, a partir daí, de ser apontado como um "excluído" ou "desclassificado". Estamos, agora, falando da maioria da população do Brasil colonial e imperial<sup>158</sup>, que ao participar da produção de alimentos tornava-se co-responsável pela própria sobrevivência da sociedade como um todo.<sup>159</sup>

<sup>157</sup> SILVA, 1990, Op. Cit. p.65

<sup>158</sup> GRAHAM, Douglas H. & MERRICK, Thomas W. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 apud SILVA, 1994, Op. Cit. p.65 (nota 7).

<sup>159</sup> SAMPAIO, 1994, Op. Cit. p.14-15. Em seu trabalho, Sampaio apresenta dois exemplos clássicos dessa tendência em se definir a sociedade escravista como bipartida entre senhores (de engenho) e escravos: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986 e PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990 (38ª. ed.).

Feitas essas considerações, primeiramente há que se criticar o termo, *subsistência*. O mesmo foi utilizado para definir a produção externa ao binômio senhor de engenho/escravos por Caio Prado Júnior, ao explanar sobre o que intitulou de *caráter geral da colonização brasileira*:

Já se verificou que ele é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constituiu. A nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial. Inclui-se aí a economia de subsistência (...)<sup>160</sup>

Afora outras críticas já feitas às teses de Caio Prado, a expressão *economia de subsistência* é hoje tida como imprecisa para caracterizar estruturalmente o sistema produtivo colonial. Este era anteriormente visto a partir da idéia de absoluta autosuficiência mantida por essas propriedades. Bluteau, em 1789, já definia o vocábulo *subsistência* como ligado à idéia de *existência individual*.<sup>161</sup>

Para Sampaio,

os trabalhos existentes já comprovaram de forma definitiva o caráter comercial da produção de alimentos. A posse de escravos por parte destes produtores (muitos com dezenas deles), e a sua relação com o mercado (patente na análise das dívidas ativas/passivas e na especialização da produção), acabam com a falsa relação estabelecida por diversos historiadores entre "produção de alimentos" e "produção de subsistência", entendida aqui como produção voltada para o autoconsumo.<sup>162</sup>

Também Meneses, em trabalho voltado para Minas Gerais, discutiu a respeito desse aspecto:

O sistema de organização da agricultura denominado "de subsistência" implica em objetivos restritos de assegurar a vida do agregado humano, mediante a obtenção de alimentos e outros bens essenciais, na quantidade estritamente necessária. A relação da unidade produtiva com o grupo humano é de laços estreitos, formando um todo inseparável. A ação produtiva e o consumo se confundem, havendo apenas algumas trocas (escambo), principalmente de

<sup>160</sup> PRADO JÚNIOR, 1994, Op. Cit. p.41

<sup>161</sup> BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa, 1789, Tomo II, p.426. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=4FkSAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=bluteau#PPP11,M1>>

. Acesso em: 09 dez. 2008

<sup>162</sup> SAMPAIO, 1994, Op. Cit. p.20.

prestação de serviços artesanais. Inexiste a relação de quem produz com o mercado de seus produtos, o mesmo ocorrendo com o mercado de fatores de produção. No sistema de subsistência, ainda, está ausente o cálculo econômico intelectualizado e o custo de produção é simples, havendo apenas a medição do trabalho em unidade de tempo. Enquadrar tais características na unidade de produção da agricultura de alimentos do período colonial mineiro é forjar uma estrutura que não se sustenta. Seu objetivo é mais amplo e suas relações com o mercado de produtos e de fatores são mais complexas. Além disso, essa produção se realizava com um cálculo econômico e uma estrutura de custo de produção simples.<sup>163</sup>

Portanto, para que se possa dizer que a produção agrícola macacuana, com seu caráter pequeno escravista, fosse de ‘subsistência’, deveria esta abranger as características citadas por Meneses. Entretanto, dado o estabelecimento dessa produção na conjuntura de uma agricultura de abastecimento, o termo não parece, de fato, ser o mais preciso para a caracterização. As próprias fontes para o século XVIII parecem caminhar em direção contrária à idéia de subsistência, já que, *os senhores de engenho pela maior parte abandonam totalmente a cultura da mandioca, achando melhor conveniência em comprá-la do que em plantar a farinha para a sustentação da sua família e dos seus escravos...*<sup>164</sup>.

Segundo Silva, os pequenos cultivadores e roceiros não se encontravam esquematicamente subordinados aos plantadores de cana-de-açúcar. Com seus poucos escravos, produziam gêneros alimentícios para o mercado, configurando um estrato social de produtores pequeno escravistas. Esta mesma conjuntura traria a possibilidade de duas situações distintas:

nem o abastecimento da plantagem, ou sua escravaria, se dava em termos de uma unidade retroprodutora – mormente baseada em uma economia natural – e nem tampouco, era a plantagem, através do seu setor natural, responsável pelo abastecimento dos núcleos urbanos, das tropas ou da matalotagem das naus.<sup>165</sup>

Nesse sentido, infere-se que, era a produção da farinha de mandioca - alimento básico do mundo colonial - bem como de outros gêneros agrícolas, atividade

<sup>163</sup> MENESES, José Newton Coelho. **Produção de alimentos e atividade econômica na comarca de Serro Frio** – Século XVIII. IX Seminário sobre a Economia Mineira. Minas Gerais, p.134-135. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MENESES.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2008

<sup>164</sup> Carta do Conde de Resende à Coroa comunicando as razões que se tem oposto ao aumento da cultura da mandioca...Rio de Janeiro, 21 de abril de 1798. Arquivo Nacional, Códice 69, vol.8. Apud SILVA, 1990, Op. Cit. p.68

<sup>165</sup> SILVA, 1990, op. cit. p.68

generalizada em Macacu, com vários produtores integrando, ao lado dos grupos sociais de elite – maiores detentores de terras e homens - esse grande conjunto de *homens livres pobres*.

Produção não no sentido de subsistência, mas de *autosustento*, sendo esta orientada também para o mercado visando garantir, através da venda ou troca, o acesso a outros bens. Configura-se assim, no contexto da economia do recôncavo da Guanabara, um nicho econômico ‘*macacuano*’ formado por uma produção de caráter mercantil e de estrutura pequeno escravista. Acredita-se ser esta a característica básica da economia do vale do Macacu.

Sampaio, analisando a estrutura socioeconômica da Vila de Magé para a segunda metade do século XIX apresentou características de uma produção pequeno-escravista de alimentos:

temos mais uma vez a demonstração clara do caráter comercial da produção de alimentos no período, ainda quando os agricultores a ela ligados tivessem poucos ou nenhum escravo. Mostra-nos, igualmente, que a possibilidade de acumulação de capitais por parte de tais agricultores não estava ligado apenas ao tipo de produção, mas à própria sociedade em que esta se inseria. Assim, tais possibilidades dependeriam de fatores os mais variados, tais como: a estrutura fundiária, a distância em relação ao mercado consumidor, a política estatal de abastecimento, o poderio dos produtores ligados à agroexportação, etc. Fatores estes que não devem ser tomados isoladamente, pois é na sua articulação que explicam não só a produção de alimentos, mas a própria sociedade em que a mesma se situava.<sup>166</sup>

Ainda em relação a seu estudo sobre Magé, Sampaio não corrobora a pertinência de uma agricultura de tipo camponesa para aquela região. A presença dos agregados nas propriedades era também importante. Estes poderiam garantir seu sustento e, por sua vez, proporcionar às famílias que lhes facultavam o acesso a terra a possibilidade de mais braços para o trabalho ou mesmo algum retorno na forma de pagamento de arrendamento.

A *Discrição...*, vale lembrar, traz dados recolhidos apenas para 1797. Entretanto, se vistos em conjunto com os dados referentes aos anos de 1778 (Relatório do Marquês do Lavradio), 1790 (Annaes do Rio de Janeiro, de Bhaltazar Lisboa) e 1794/95 (*Visitas Pastoraes* de monsenhor Pizarro), aqueles oferecem certa regularidade

---

<sup>166</sup> SAMPAIO, 1994, op. cit.

no tocante ao volume e espécies vegetais produzidas em Macacu. Infere-se daí que essa produção se deu, nestes anos de referência – até mesmo por sua proximidade - com base em semelhante estrutura socioeconômica.

Mais detalhadamente, percebeu-se na *Descrição...*, as seguintes categorias de propriedades relacionadas ao trato com a terra, e que compõem a sua já referida tipologia:

CATEGORIA I- *Senhores de engenho* – 27 integrantes; agrega os produtores de açúcar, embora também produzissem farinha;

CATEGORIA II- *Fábricas de farinha* – 238 integrantes; abrange propriedades especializadas na produção sistemática de farinha de mandioca;

CATEGORIA III- *Lavradores* – 649 integrantes; categoria representada por indivíduos voltados mais para a produção de farinha, arroz, milho, feijão, sem caráter de especialização.

Apesar da produção de farinha ser realizada pelos integrantes dessas três categorias, e uns poucos lavradores chegarem a produzir algum açúcar, esta última categoria, de *Lavradores*, agrupa indivíduos *excluídos* das duas categorias anteriores. Estes mesmos lavradores poderiam moer alguma cana ou produzir sua farinha nos engenhos locais ou fábricas de farinha da região mediante aluguel. Muitos poderiam ser agregados, convivendo junto com o grupo familiar de algum pequeno proprietário, ou habitando em terras cedidas por donos de áreas maiores.

Infere-se então que a própria organização da fonte, onde as listagens nominais se apresentam na categorização acima apresentada, representava a visão do seu anônimo organizador acerca das hierarquias sociais presentes na região. Assim, hipoteticamente, um *lavrador* que alcançasse a situação de possuir sua própria '*fábrica de farinha*', escalaria um degrau na escala social, atingindo seu ápice quando alcançasse o pequeno e seleto corpo social dos senhores de engenho. Na fonte não houve a adoção de critérios de seleção tais como o tamanho das escravarias, a extensão da terra ou a quantificação da produção, para orientar a organização do documento.

Há outra racionalidade ali presente, onde transparece a intenção de se organizar uma listagem de caráter econômico, mas não economicista. Parece mais ligada, possivelmente, à lógica de distinção social do mundo colonial: o pertencimento a corpos sociais distintos.

Observa-se na *Discrição...*, que as três categorias iniciais listadas, relacionam-se a atividades exclusivamente ligadas ao trato da terra. Após a listagem desses grupos é que se apresentam indivíduos desenvolvendo atividades ‘mecânicas’ e comerciais: detentores de ofícios, olarias, ‘serradores’ de madeiras e por fim, os taverneiros.

Todos hierarquicamente dispostos em seus respectivos corpos sociais e integrados numa economia agrária de relações escravistas. Os que não possuíam escravos ou terras, não se encontravam menos integrados nessas relações, posto que detinham status menos elevado justamente pelo fato que, sua posição social se estabelecia quando em confronto com o mundo dos proprietários.

Em suma, *uma sociedade fortemente diferenciada não somente entre livres e escravos, como também no interior da própria população livre. Diferenciação esta que se reitera no tempo através de mecanismos de acumulação mercantil de capitais.*<sup>167</sup>

### 3.2. Açúcar: senhores, escravos e arrobas

A primeira categoria analisada a partir da *Discrição...*, é a dos senhores de engenho de açúcar, vistos aqui em comparação com as demais categorias de produtores rurais, de acordo com a tabela abaixo:

CATEGORIAS	Nº	Arrobas	Escravos
Senhores de engenho	27	18.869	1.499
Fábricas de farinha	238	1.450	2.746
Lavradores	649	2.778	2.167
TOTAIS	914	23.097	6.412

Tabela 3: Posse de escravos por grupos de produtores e arrobas de açúcar produzido  
Fonte: Discrição do que contém o Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu

Dos 914 produtores que integram as três categorias listadas na *Discrição...*, apenas 27 (2,9%) dedicavam-se à produção de açúcar. Atuavam em contraste com 238 fabricantes de farinha (26%) e 649 lavradores (71%). Os integrantes das propriedades listadas, já que fabricantes de farinha e lavradores também produziram pequenas quantidades do condimento, fabricaram, em 1797, um total de 23.097 arrobas de açúcar.

<sup>167</sup> SAMPAIO, 1994, op. cit.

Desta produção, 81,6 % (18.869 arrobas) foi realizada pelos engenhos de açúcar existentes, que concentravam, num universo de 6.412 escravos, a posse de 1.499 cativos (23,3%), numa média de 55 cativos por unidade.

Como exemplos, o engenho de Antonio de Oliveira Braga, com 43,5 km<sup>2</sup>, possuía 207 escravos e uma produção de 1.300 arrobas. O de Jerônimo Gomes Pacheco (0,968 km<sup>2</sup>), por sua vez, possuía apenas 08 (2 homens, 4 mulheres adultas e 2 crianças) e produziu 100 arrobas. Dois casos curiosos: enquanto o engenho de Bento Joaquim (4,93 km<sup>2</sup>), com 34 cativos, declarou nada ter produzido em 1797, o de d<sup>a</sup>. Josefa Francisca de Miranda (2,47 km<sup>2</sup>), viúva, com 66 escravos, foi o que mais registrou produção: 2.964 arrobas. Ou moeu mais que os demais isoladamente ou acrescentou à sua produção a cana de lavradores proprietários de terras ou arrendatários, através da cobrança das taxas devidas pelo uso de seu engenho.

As 238 unidades classificadas como *fábricas de farinha*, produziram 1.450 arrobas (6,2%) de açúcar, tendo no total, 2.746 escravos (42,8%), numa média de 11 escravos por produtor. Por sua vez, os 649 lavradores produziram 2.778 arrobas (12%) e concentraram a posse de 2.167 escravos. Média de 03 cativos por produtor.

Tomadas em conjunto, ‘fábricas de farinha’ e lavradores integram 887 propriedades. Também produziram açúcar, mas apenas 4.228 arrobas (18,3%), numa média baixa de 4,7 arrobas (70,5 kg) por unidade/ano. Na posse de escravos, um total de 4.913 cativos, média de 05 escravos por propriedade. Nesse quadro, infere-se que, dada a pequena média produtiva de açúcar, este grande grupo de produtores moía cana nos engenhos, pagando taxas de costume pelo seu uso.

### 3.3. Escravos, alqueires e homens livres pobres

CATEGORIA	Nº	Farinha	%	Feijão	%	Arroz	%	Milho	%	Escravos
Senhores de engenho	27	3.671	5,41	441	12,6	196	1,1	392	9,7	1.499
Fábricas de farinha	238	38.633	56,94	1.489	42,7	11.397	66,4	1.811	44,9	2.746
Lavradores	649	25.548	37,65	1.557	44,7	5.573	32,5	1.833	45,4	2.167
TOTAIS	914	67.852	100,0	3.487	100,0	17.166	100,0	4.036	100,0	6.412

Tabela 4: Posse de escravos e alqueires de farinha, feijão e milho produzidos em 1797

Fonte: Discrição do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu

O perfil pequeno escravista de Macacu se define a partir deste grande grupo de produtores de farinha, arroz, milho e feijão. Para tanto, serão analisadas, *pari passu*, cada uma das categorias apresentadas.

Os 27 *senhores de engenho* são, em volume de produção, os menores produtores de gêneros alimentícios. Dos 67.852 alqueires de farinha produzidos, foram responsáveis por 3.671 alqueires (5,41%), o mesmo se dando para o feijão (12,6%), arroz (1,1%) e milho (9,7%). Esses engenhos também produziram, em conjunto, um total de 582 pipas de aguardente e apenas 01 alqueire de goma (polvilho). Sustenta-se nesse trabalho que os engenhos de açúcar não produziram gêneros alimentícios a ponto de garantir seu próprio abastecimento.

O maior detentor de escravos, o engenho de açúcar de Antonio de Oliveira Braga, com 207 cativos, foi produtor, em 1797, de 400 alqueires de farinha (12.090 kg)<sup>168</sup>. Considerando-se que toda a produção de farinha fosse integralmente consumida no interior do engenho e apenas pelos escravos, alcançaria-se uma média aritmética de 1,9 alqueires, correspondente a cerca de 58,4 kg/pessoa/ano. Reduzindo-se o prazo de consumo dessa farinha para apenas um mês, teria-se o consumo de 1,94 kg/dia/pessoa.

Metade da escravaria de Braga era composta por 101 escravos ‘pequenos’ e 106 grandes’, ou seja, adultos. Evidente que deveriam existir diferenças no atendimento de necessidades alimentares. Outro fator que deve ser levado em consideração é o de que não seria possível a produção de primeiramente toda a farinha, para somente depois se ver disponibilizado o seu consumo. Deve-se também levar em conta as fases de preparo da terra, plantio, maturação, colheita, preparação da farinha e a qualidade da terra, além das questões climáticas e ambientais, fazendo com que essa produção farinheira se desse ‘aos poucos’. Braga teria informado ao responsável pela coleta de dados uma estimativa da produção global do engenho para aquele ano.

Parece razoável considerar que esses 400 alqueires de farinha não bastariam para o sustento dessa numerosa escravaria. Entretanto, quando se observa que o mesmo engenho gerou, respectivamente, 20, 80 e 20 alqueires de feijão, arroz e milho, torna-se mais arriscado considerar que não fosse necessário a Braga ter que recorrer ao mercado para garantir reposição de estoques.

---

<sup>168</sup> O cálculo foi feito com base no maior fator de conversão de alqueires para quilogramas 30,225, já apresentado nesse trabalho.



Mais evidentes são os casos dos engenhos dos herdeiros do capitão-mor Barreiros, de d<sup>a</sup>. Rita Gago da Câmara e do capitão Braz Carneiro Leão. Juntos, produziram míseras 40 arrobas de açúcar com um total de 187 cativos, dos quais 111 eram homens adultos. Em 1797, segundo a *Discripção...*, esses engenhos não produziram nem um alqueire sequer de farinha, dois deles não colheram nenhum feijão ou milho e apenas um não produziu arroz. O que foi colhido importou em 36 alqueires de arroz e 10 de feijão. Parece claro que para alimentar 111 escravos adultos (e não se adicionaram mulheres e crianças), foi preciso buscar, via mercado, alimentos suficientes.

Quando postos em contraste com as unidades de produção das outras duas categorias, torna-se claro que não foram nos engenhos que se produziram alimentos responsáveis pelo seu próprio autosustento, nem para abastecimento da região e, muito menos fornecer, em quantidades consideráveis, farinha, arroz, milho e feijão para a cidade do Rio de Janeiro.

As 238 *fábricas de farinha*, por sua vez, constituíam o carro-chefe da atividade farinheira, o que ratifica o caráter especializado de Macacu na produção desse gênero. Muito provavelmente essas propriedades eram detentoras, em sua maioria, dos equipamentos básicos: roda, tacho de cobre e forno. Equipamentos estes que nem sempre deviam ser disponíveis a todos. Produziram 56,93% de toda a farinha (38.628 alqueires) fabricada na região. Também foram responsáveis pela produção, em conjunto, de goma, com 92 alqueires. A *Discripção...* registra que essas unidades produtivas não fabricaram uma única pipa de aguardente sequer.

A qualidade da terra, o clima e as pragas eram fatores que prejudicavam a obtenção de melhores resultados na lavoura da mandioca:

Também tem os Lavradores prejuízo neste gênero, pq há annos q apodresse muita por cauza da Extação não ser temperada, ou pela qualidade da terra, q sendo ariente com os muitos Soes se recozinha, e sendo humida quando há Chuvas, com abundancia apodressem; e aquelle prejuízo q experimentão os Lavradores da Cana com a Barata, experimentão estes com outro Inseto chamado Lagarta, que dando as destroe de forma q ficão sem rama alguma, e morrem e se destroem com a mesma circunstancia da da Cana, ficando a sua raiz em muito pouco rendimento; esta se entra a Colher de anno e de anno e meio conforme a sustância, e qualidade da terra.<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> *Discripção*, 1797, Op. Cit.

Essas condições adversas atacavam de igual forma as duas culturas: da cana e da mandioca. Mas uma distinção pode ser observada no tocante à qualidade das terras. Enquanto que as da mandioca eram *arientas* (arenosas) ou úmidas, as utilizadas no plantio da cana, embora em muitos casos fossem inutilizadas por muitas chuvas, eram em geral de melhor qualidade.

He este Districto bastantemente extenso e nelle há muita terra inútil para Lavouras, por ser baixa e encharcada, o q se não pode remediar, só quando seos donos são opulentos, q as exquartejão com Vallas, e vem desta sorte e terem utilidade; porem em outras partes o não podem fazer; (...) He a terra do Districto de Macacu na maior parte bastantemente fértil, principalmente as q são mais próximas às Caxoeiras de todos os Rios já mencionados; e o seu Clima Clima temperado p<sup>a</sup> a produção das Plantas de donde tirão os Lavradores grandes vantagens nas Colheitas q. fazem das suas Lavouras, sendo as principaes a Cana, o Arroz, o Milho, o Feijão e a Mandioca, q. são os gêneros em q. elles mais se empregão e em q. tem formado os seus estabelecimentos..<sup>170</sup>

Essas propriedades obtiveram também o primeiro lugar na produção de arroz: 66,3%, equivalentes a 11.397 alqueires de um total de 17.166. Por razão do arroz ser plantado em áreas alagadiças (várzeas), é possível que o dado esteja relacionado à produção da farinha, já que a mandioca é planta rústica, adaptável a solos inferiores aos de produção da cana, a qual, como já se viu não se dava bem em terras muito úmidas.

Todos estes Rios no tempo das enchentes, com o crescimento das águas se fazem mais Caudalozos, principalmente o de Macacú, Guapiassú e Guapimirim em tão grande abundancia q. transbordando innundam-se todas as terras baixas, não só as que são de natureza humidas, a q. chamão Brejos; como também as que servem para a Lavoura e do mesmo modo todos os mais a ponto de experimentarem os Lavradores grandes prejuízos, o q. não podem evitar com industria alguma, ficando estas terras de tal sorte cobertas, q. admitem navegação por muitas partes, ainda de Embarçaçoens grandes por lugares q. antes da enchente se anda a pé enchuto, formando esta innundação a vista de hu Mar<sup>171</sup>

Os fabricantes de farinha produziram 44,8% de todo o milho (1.811 arrobas) e 42,7% do feijão (1.489 arrobas). Chega-se, por fim, à categoria dos *Lavradores*: estes têm em sua conta, 37,65% da farinha (25.548 alqueires) e 44,6% do feijão (1.557

---

<sup>170</sup> Id., 1797, Op. Cit.

<sup>171</sup> Discripção..., 1797, Op. Cit.

arrobas). Também produziram 5.573 arrobas de arroz (32,4%) e 1.833 arrobas de milho (45,4%).

Analisando-se detidamente a categoria dos *Lavradores* no tocante à posse de escravos, foi possível organizar a seguinte tabela:

Nº de Escravos por produtor	Nº de Produtores	Total de escravos do grupo
00	206	00
01	90	90
02	80	160
03	66	198
04	44	176
05	36	180
06	23	138
07	19	133
08	17	136
09	08	72
10	16	160
11	13	143
12	03	36
13	04	52
14	05	70
15	03	45
16	02	32
17	01	17
19	01	19
21	03	63
22	02	44
23	02	46
24	01	24
27	01	27
31	01	31
34	01	34
41	01	41
TOTAIS	649	2.034

Tabela 5: Quantidade de escravos por lavrador – 1797

Fonte: Descrição do que contém o Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu – 1797.

Estabelecendo-se a posse de 01 a 05 escravos como parâmetro na caracterização de uma faixa de pequenos produtores escravistas para Macacu, alcança-se, num universo de 649 *lavradores*, uma elevada porcentagem de 48,6%, ou seja, 316 produtores. Se observado este último número numa relação percentual com o total de 914 listados, constantes na *Descrição...*, chega-se a consideráveis 34,5 %.

Extraindo-se da Tabela 5 essa faixa de proprietários de 1 até 5 escravos e calculando-se os percentuais sobre o total de 649 *Lavradores*, é possível matizar com cores mais vivas essas propriedades pequeno escravistas:

Escravos por produtor	01	02	03	04	05	TOTAL
Nº de Produtores	90	80	66	44	36	316
%	13,86	12,32	10,17	6,80	5,54	48,69

Tabela 6: Posse de 1 a 5 escravos por Lavrador - 1797

Fonte: Descrição do que contém o districto da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu

Destes, 90 (13,86%) possuíam apenas 01 escravo, seguidos de 80 (12,32%) que detinham 02 escravos cada. Possuir apenas 03 escravos era a condição de 66 lavradores (10,17%). Respectivamente, 04 e 05 escravos serão possuídos por cada um dos 44 (6,80%) e 36 (5,54%) *Lavradores* listados, perfazendo-se um percentual de 48,69% sobre o total.

O grupo dos que não possuíam nenhum escravo, na categoria dos *Lavradores* perfazia um total de 206 homens num percentual expressivo de 31,74%, quando calculado sobre o número total de *Lavradores* (649). Em relação ao total de homens e mulheres presentes em toda a *Descrição...*, ou seja, 914, esse percentual chega a 22,53%.

Tal condição por si só já constitui, dada a conjuntura que ora se analisa, ou seja, de uma sociedade escravista, um referencial para identificação do status desses homens e mulheres: gente possivelmente inserida num contexto de pobreza. Afora sua condição de homens e mulheres livres, talvez pouco mais que isso deveriam possuir. Muitos inclusive não dispunham sequer de terra para plantar. Dentre os 649 *Lavradores*, 438 (67,48%) aparecem na condição de sem-terra.

Esse quadro de sugestiva pobreza pode ser bem aquilatado através da tabela abaixo:

Quantidade produzida	Número de Lavradores e Percentuais									
	Açúcar	%	Farinha	%	Arroz	%	Milho	%	Feijão	%
Nenhuma arroba ou alqueire	565	87,06	86	13,25	508	78,27	535	82,43	533	82,12
1 a 3 alq.	01	0,15	00	00	00	00	03	0,46	07	1,08
4 a 6 alq.	10	1,54	03	0,46	11	1,70	28	4,31	34	5,24
7 a 9 alq.	04	0,62	09	1,39	14	2,16	13	2,00	11	1,70
10 a 12 alq.	11	1,70	42	6,47	20	3,08	24	3,70	32	4,93
13 a 15 alq.	01	0,15	10	1,54	05	0,77	06	0,93	03	0,46
16 a 20 alq.	16	2,46	123	18,95	26	4,01	22	3,40	18	2,77
+ de 20 alq.	41	6,32	376	57,94	65	10,01	18	2,77	11	1,70
TOTAIS	649	100,0	649	100,0	649	100,0	649	100,0	649	100,0

Tabela 7: Produção de gêneros pelos Lavradores - 1797

Fonte: Descrição do que pertence ao Distrito da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu – 1797  
(A unidade de medida para o açúcar é a arroba. Para os demais gêneros, o alqueire).

Nota-se uma estratificação bem demarcada nesta categoria, onde a esmagadora maioria de *Lavradores* declarou não ter produzido gêneros alimentícios. Destes, 565 (87,06%) não produziram nenhuma arroba de açúcar. Em relação ao arroz, não foi produzido por 508 (78,27%) *Lavradores*. O milho, 535 (82,43%) e o feijão por sua vez, não foi plantado por 533 (82,12%) dentre os 649 produtores listados pela fonte. Registrou-se também a mínima produção de 34 alqueires de goma e apenas um lavrador, Custodio Pereira da Silva, registrou ter produzido aguardente, com apenas 07 pipas, possivelmente o subproduto de suas 200 arrobas de açúcar.

O cômputo geral da produção oferece o seguinte quadro para essa categoria: a farinha de mandioca, com 26.548 alqueires, segundo a fonte, foi o gênero mais produzido, corroborando inclusive o que afirmou Schwartz a respeito de ser a farinha uma produção dos mais pobres.

Enquanto somente 86 produtores não produziram farinha, o restante o fez em quantidades muito parecidas, embora pequenas, considerando-se que a *Descrição...* faz referência a apenas 01 ano de produção (1797). A tabela abaixo apresenta destacadamente essa produção farinheira, revelando o caráter generalizado da fabricação desse gênero alimentício na região, embora com uma baixa produtividade por lavrador.

Alqueires	Nº de Lavradores	Alqueires	Nº de Lavradores
00	86	50	34
06 a 08	12	54 até 59	03
10	20	60	33
12	22	68 até 70	03
13 até 15	11	80	19
16 até 18	36	92 até 97	04
20	87	100 até 110	43
22 até 29	40	120 até 200	20
30	67	350	01
32 até 38	15	380	01
40	68	400	01
41 até 49	22	600	01
TOTAIS	486	-	163

Tabela 8: Produção de farinha de mandioca (Alqueires/Lavradores)

Fonte: Descrição do que pertence ao districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu - 1797

Em seu conjunto, esses dados apontam um possível quadro de pobreza por parte de significativo grupo de não proprietários de terras e escravos. Realidade compartilhada por grande parte dos integrantes desta categoria. Condição esta que se agrava ao levar-se em conta que, segundo a fonte, observa-se que muitos não chegaram a plantar mais de um produto ao mesmo tempo. Por exemplo: havendo entre os 649 lavradores, 535 que não plantaram milho e, no mesmo grupo, 533 que não colheram feijão, é evidente que, na intersecção entre esses dois conjuntos, deduz-se que muitos não plantaram nenhum dos dois gêneros juntos.

É possível, portanto, visualizar-se o grupo dos pequenos produtores escravistas do *distrito* da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu. Estes homens pobres livres, quiçá alguns libertos, relacionavam-se entre si e com os demais produtores das outras duas categorias, imersos numa conjuntura socioeconômica caracterizada por profunda concentração de riqueza, que pode ser expressa pela posse de escravos.

Dos 27 *senhores de engenho*, 24 deterão, individualmente, a posse de 14 até 95 escravos. Os donos de engenho menos “afortunados” serão apenas dois: Jerônimo Gomes Pacheco, com 08 escravos e Francisco Xavier da Costa, com 09.

Totalmente atípico nesse grupo revela-se Antonio de Oliveira Braga: sozinho ostentava a posse de 207 cativos, ou seja, 13,8 % do total de 1.499 escravos pertencentes a essa categoria.

Na categoria dos donos de *fabricas de farinha*, 66 produtores constituirão a faixa dos detentores de 1 a 5 escravos. Treze não dispunham de cativos e somente uma terá

90 cativos: uma das fazendas da Ordem do Carmo<sup>172</sup>, que é citada duas vezes na fonte: como proprietária de engenho e como dona de fábrica de farinha, em propriedades com áreas territoriais diferentes.

O engenho de açúcar, listado como *Da Religião da Senhora do Carmo*, era a maior propriedade da região em extensão, com 02 léguas e 1.000 braças (2.200m) de testada, por 01 légua de fundo (em torno de 101,64 km<sup>2</sup>). Possuía 70 escravos: 20 homens e 27 mulheres adultos e 23 crianças. Produziu 280 arrobas de açúcar e 80 alqueires de farinha. Em seu rebanho contava-se 37 bois, 05 vacas, 06 novilhos, 82 cavalos e 18 bestas. Não produziu arroz, milho ou feijão e não abrigava, em 1797, nenhum agregado. Segundo Pizarro, nessa fazenda se encontrava a capela de Nossa Senhora de Monserrate, *fundada no ano de 1713 (...) em sítio distante oito léguas [da Vila de Santo Antonio de Sá], pelo capitão Domingos Garcia, que não deixando filhos, legou-a com a fazenda à Religião do Carmo.*<sup>173</sup> Foi vendida anteriormente ao capitão Domingos Garcia por Gaspar de Magalhães, segundo escritura no Livro de Tombo carmelita, passada em 1717:

Escreptura de venda de terras q' fes Gaspar de Magalhães a Domingos Garcia q' pertenssem a fazenda do Mons-Serrate em Macacú. 1651. Saibam quantos este p.co instrumto de Escriptura de venda de Engenho virem que, no anno do Nascimto de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis centos e cincoenta e hum annos, e nos catorze dias do mês de Abril do ditto anno em esta cidade de Sam Sebã.º do Rio de Janeyro em pouzadas de Gaspar de Magalhães, aonde eu t.am fui, e sendo lá por elle e bem assim sua molher Catherina Roiz', por ambos juntos me foi dito em prezença das testemunhas ao diante assignadas, que elle tinha hum Engenho de fazer asuquar no Rio de Macacú da Emvocação N.ª Sr.ª do Mons-Serrate; o qual engenho estava situado em quinhentas brassas de testada, que comessam donde acabam duzentas brassas, que elles vendedores deram a seu genro Fran.co Vieira, e acabam athe emtestar com Pedro Pinheiro com todo o sertam q'se achar do Rio de Macacú athe o Rio de Imbuy, o qual engenho e caza de engenho, e caldeiras, com huã caldeira e tres tachos e sua bacia de Resfriar, e os coais meudos com desaseis bois de Roda, e carro com coatro carros, trez vzados, e hum novo a moenda

<sup>172</sup> A presença da Ordem do Carmo na região perpetuou-se na memória local. Existe atualmente a Associação Agro-Brasil de Nossa Senhora do Carmo, fundada pelos atuais moradores da localidade onde outrora se estabelecia essa fazenda. A povoação é mais conhecida pelo nome Agro-Brasil, devido ter sido a área de propriedade da Agro-Brasil Empreendimentos Rurais S/A. Houve portanto, uma fusão desses dois nomes para denominar a associação dos moradores do local, limítrofe à localidade de Papucaia, no 2º distrito de Japuiba, em Cachoeiras de Macacu, e fazendo limite com o distrito de Sambaetiba, município de Itaboraí.

<sup>173</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Vol. II. RJ: Imprensa Nacional, 1945, p.153.

chapeada, com tres aguilhoiões de sobresalente, corenta e sete chapas entre novas e velhas formão de tijolos os q'se acharem e tudo o mais pertencente ao d.º engenho; o q'tudo atras declarado disseram vendiam, como com efeito venderam a Domingos Garcia em presso, e contia de quatro mil e quinhentos cruzados(...)<sup>174</sup>

Em relação à fábrica de farinha, é citada na fonte como *Fazenda dos Religiosos do Carmo*, que tinha 10,16 km<sup>2</sup> de área. Havia, em 1797, os citados 90 escravos, sendo que 15 eram homens, 43 mulheres e 32 crianças (escravos *pequenos*). Ao que parece uma escravaria 'especializada' na produção de farinha devido ao grande número de mulheres. Produziu míseras 03 arrobas (45 kg) de açúcar, talvez para consumo próprio, 960 alqueires de farinha de mandioca, 100 de arroz e 30 de milho. Seu rebanho constituía-se de 13 bois, 06 vacas, 03 novilhos, 11 ovelhas e 07 cavalos. Nessa fazenda residiam 07 agregados.

A *Discrição...* trouxe dados que vieram contradizer pesquisas anteriores a respeito de uma outra fazenda, a das Religiosas da Ajuda. Nessa fazenda, segundo a fonte, havia 68 cativos e em seus 43,56 km<sup>2</sup> produziu 912 alqueires de farinha (27.565 kg), 100 de arroz e 30 de milho. Possuía, em 1797, 02 bois, 06 vacas, 06 novilhos e 14 ovelhas. Dados recolhidos das *Visitas Pastoraes* de monsenhor Pizarro indicaram que nela situava-se uma capela, a de Sant'Ana, na

Fazenda chamada Japoahiba, hoje do Convento de N. Sra. D'Ajuda desta Cidade, por doação e ttº [título] de dote de 3 filhas de Manoel Ferreira da Silva, que alí professaram em 1759. Foi eréta por faculdade do Ilmo. Sr., Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe, em despacho de 22/4/1731 á requerimento do dito Manoel Ferreira da Silva, e de sua mulher Mariana Rodrigues, passando-lhe Provisão de ereção aos 3/9/1.732. (...). Tem patrimônio estabelecido na mesma Fazenda, por escritura celebrada no ano de 1.732. Aqui faz-se uso de Batismos, e de Santos Óleos para os Enfermos (...) Tem uso de Sepulturas, das quais se utiliza grande parte da Freguesia com notável prejuízo da Fabrica da Matriz, e dos direitos paroquiais, de que são causa principalmente os RR capelães, que tem havido, e os Administradores da Fazenda assalariados pela Me. Abadessa do mesmo Convento.(...) Dista 1.1/2 leg. Ao NE da Matriz.<sup>175</sup>

Pela concordância das datas, ou seja, a fazenda ter passado para a posse do Convento da Ajuda em 1759, a visita de Pizarro ter sido feita entre 1794/95 e os dados

<sup>174</sup> Tombo dos bens pertencentes ao Convento de N. Sa. do Monte do Carmo da capitania do Rio de Janeiro.[s.d.] Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Loc. 02,2,14. 295 p. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>175</sup> ARAÚJO, 1795, Op. Cit.



da *Discripção...* de 1797, tudo indica ser esta a *fábrica de farinha* das ‘Religiosas da Ajuda’ mencionada nessa última fonte.

Na tradição local da região de Macacu, ainda persiste no que esta capela, e conseqüentemente a fazenda, foram pertencentes à Companhia de Jesus. Pesquisas posteriores chegaram a considerá-la como de propriedade da Ordem do Carmo.<sup>176</sup>

Entretanto, pareceu ser excessivo a região apresentar quatro propriedades carmelitas.<sup>177</sup> A revisão oriunda dos dados apresentados pela *Discripção...* revelou que as freiras em Sant’Ana pertenciam, na verdade, a uma congregação religiosa franciscana para mulheres, a Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, instalada no Convento da Ajuda, no Rio de Janeiro em 30 de maio de 1750.<sup>178</sup>

Esclarecido esse pormenor, o retorno aos dados demonstra que a Ordem do Carmo,<sup>179</sup> com suas três fazendas, era uma grande proprietária de terras em Macacu, tendo, em conjunto, 111,80 km<sup>2</sup> de terras, a posse de 160 escravos (ainda assim, menor que a escravaria de Antonio de Oliveira Braga), 50 bois, 11 vacas, 09 novilhos, 89 cavalos e 18 bestas. Produziu 283 arrobas de açúcar, 1.040 alqueires de farinha e 30 de milho.

Adicionando-se a faixa de posse de 01 a 05 escravos por produtor nas duas categorias - fábricas de farinha e lavradores - chega-se a um total de 1.010 escravos, ou seja, 20,55% de um total de 4.913 cativos nessas duas categorias. Dentro do grupo *lavradores* tomado isoladamente, subsistia inclusive um estrato mais rico formado por 12 proprietários que possuíam, individualmente, de 21 a 41 cativos.

<sup>176</sup> Cf. CARDOSO, Vinicius Maia. **Páginas da História Macacuana**: de Santo Antonio de Sá a Cachoeiras de Macacu. Cachoeiras de Macacu: Trielli Editorações, 1995. 65 p.

<sup>177</sup> O engenho de açúcar, a fábrica de farinha, mencionada e uma outra propriedade localizada ao norte da freguesia de Santo Antônio de Sá, junto ao rio Guapiaçu e, equivocadamente, a Fazenda das Religiosas da Ajuda.

<sup>178</sup> Cf. Notícia da chegada das Religiosas que vierão da Bahia para fundarem o Convento de N. Senhora da Conceição d’Ajuda na Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro este anno de 1749. Manuscrito, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. (BN – ms- II – 34, 15, 45). Ver também site da Ordem Franciscana. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br/provocacoes/concepcionistas/mosteiro.php>> Acesso em: 04 fev. 2009.

<sup>179</sup> Existe referência a outra propriedade do Carmo para a Freguesia de Santo Antônio de Sá, como comenta Pizarro a respeito da capela “da Senhora do Monte do Carmo, na Fazenda da Religião Carmelitana. Não sei da sua fundação pela mesma causa apontada na capela de Santa Ana, da mesma Religião, na Freguesia de Magepi. Achei-a muito asseada e bem paramentada pelo atual Fazendeiro Fr. Inácio Gonçalves, que mostra ter sobre ela muito especial zêlo. Nesta há só o uso de Sepulturas. Dista da Matriz [da Vila de Santo Antônio de Sá] 8 legoas”. Cf. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Visitas Pastorais**. Freguesia de Santo Antônio de Cassarabu ou Macacu. 1795. Cópia datilografada do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Na mesma fonte Pizarro listou os engenhos de açúcar. Entre estes, o “da Religião do Carmo, que terá pouco mais de 40 escravos, e móe com bestas. Dista 8 legoas”.

O último grupo que resta finalmente analisar é o dos agregados. Estes apenas aparecem na fonte através da informação de sua quantidade referente a um determinado senhor de engenho, fabricante de farinha ou lavrador. Por este motivo, não puderam ser aqui classificados numa quarta categoria.

Barickman, em seu trabalho sobre o recôncavo baiano, discutiu a similaridade que percebeu, na análise de suas fontes, entre os termos *agregado* e *doméstico*. Definiu o termo agregado como *o equivalente de um 'morador de favor': um indivíduo que vivia de favor em terras alheias, mas que chefiava seu próprio fogo.*<sup>180</sup> E doméstico, *como um sinônimo ou quase sinônimo de agregado, no sentido de um indivíduo incorporado a um fogo.*<sup>181</sup>

Exatamente como no caso de Macacu, *os censos fazem pouco mais que enumerar os agregados e domésticos; não fornecem nenhuma informação direta sobre as obrigações que os vinculavam a um fogo.*<sup>182</sup>

E ainda:

Mesmo no caso daqueles agregados e domésticos que trabalhavam regularmente nas lavouras e faziam outros serviços em troca de casa e comida, não está claro que devem ser vistos como fonte de mão-de-obra não familiar. Faziam parte da unidade doméstica formada pelo chefe do fogo e sua família; viviam juntos com o chefe e seus familiares sob o mesmo teto; pelo menos nos fogos mais pobres, certamente, participavam das refeições da família; e, muitas vezes, o tipo de trabalho que faziam devia ser o mesmo realizado pelos membros da família: parentes mais pobres ou filhos adultos que ainda não tinham estabelecido seus próprios fogos. Portanto, seria razoável argumentar que os agregados e domésticos serviam para aumentar o 'fundo comum' de mão-de-obra familiar disponível na unidade doméstica.<sup>183</sup>

Para Macacu não apareceu o termo *doméstico*, mas somente o de *agregado*. Não foi possível saber se possuíam fogos próprios ou viviam nos dos proprietários a quem deviam o favor da alimentação e moradia. Outra questão em aberto é se o número de agregados listados para um respectivo nome na *Discrição...* se refere a indivíduos ou ao chefe do fogo.

<sup>180</sup> BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 219. 'Fogo' aqui tem o sentido de 'unidade doméstica'.

<sup>181</sup> Id., 2003, p. 219

<sup>182</sup> Ibid., p. 219

<sup>183</sup> BARICKMAN, 2003, op. cit., p. 220-221.

Categorias	Nº	Agregados	Percentual sobre total de agregados
Senhores de engenho	27	47	15,9
Fabricas de farinha	238	64	21,6
Lavradores	649	185	62,5
TOTAIS	914	296	100,0

Tabela 9: Agregados em 1797

Fonte: Descrição do que contém a Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu - 1797.

O maior grupo de agregados aparece relacionado às propriedades de *Lavradores*, indiciando o que Barickman define como sendo os agregados representando a possibilidade de uma mão-de-obra adicional.

Infere-se que, dado o elevado número de livres pobres existente nessa categoria, ou seja, de *Lavradores*, a aceitação de moradores agregados às propriedades – que poderiam ser também seus parentes - pode indicar realmente necessidade de braços adicionais para o trabalho, pela absoluta impossibilidade que muitos deveriam ter em comprar escravos.

Outra atividade também se constituiu como de importância na economia macacuana:

Alem dos estabelecimentos já referidos, que os Lavradores tem formado para sua conveniência, que vem a ser o Assucar, a Farinha, o Milho, Feijão e o Arroz, sendo estes gêneros os principaes p<sup>a</sup> o seo Comercio, he o da factura das Madeiras hum dos negócios em q. muito se empregão com o qual se faz mais vantajoza a sua negociação pela utilidade q. da atracção d'ellas q. he grande e geral, não só as fazendo conduzir p<sup>a</sup> a Cidade, como vendendo nos seos Portos aos Negociantes, ou atravessadores, assim chamados, com o qual gênero se aumenta e se faz mais opulento o Comercio deste Districto.<sup>184</sup>

Portanto, além da agricultura, a *Descrição...* faz menção a essa outra atividade, que tinha papel relevante na economia da região de Macacu: a extração e comércio de madeira, abundante e presente em variadas espécies. Essa atividade madeireira, apesar de ser, certamente, de muito difícil execução face as possibilidades tecnológicas da época, assim mesmo atraía muitos extratores: *Ella he de tal interece, q. sendo*

<sup>184</sup> Descrição, 1797, op. cit.

*laborioza e pezada a sua factura, e conducção para os Portos de Embarque, nem por isso deixão de continuar com as fabricar...*<sup>185</sup>

Cortar a machado, preparar e retirar as madeiras das matas puxadas por bois devia ser trabalho realmente duro, mas os lucros compensavam. Levadas aos portos fluviais, eram vendidas a negociantes que as vinham buscar, garantindo parte dos lucros a esses “atravessadores”. O relatório do Marques do Lavradio, para o ano de 1778, aponta a produção, sem indicar a capacidade de transporte, de 70 barcos de carvão, 400 de lenha e 150 de *madeira de falquejo*.<sup>186</sup>

Na mesma *Discrição...* se encontra um detalhado levantamento das madeiras existentes na região, apresentando seus nomes e utilidades, *não se fazendo menção de outras de q. se não sabe os nomes e préstimos, q. por não haver necessidade não se tem uzado dellas*.<sup>187</sup> A respeito da biodiversidade da floresta, apesar das diversas espécies citadas pela fonte, esta deveria ser com toda certeza, muito maior, já que só se listou o que interessava de imediato ao comércio.

Leandro identificou, para a comarca de Paranaguá, no Paraná, que a madeira constituía-se também como produto extrativo de valor capital e alvo de interesse - da mesma forma que na capitania do Rio de Janeiro - das autoridades do setor naval. O trabalho de retirada da mata era feito pelos pobres, que tinham aí outra forma de garantir a sobrevivência.

Com efeito, para muitos lavradores pobres, ter acesso a boa madeira (muitas vezes "de lei" e tirada freqüentemente nas matas nacionais) significava o primeiro passo para a garantia da locomoção, fato fundamental naquela sociedade em que os caminhos eram as águas. Tirar madeiras do mato era costume comum, a despeito das proibições desde o início da Colônia.<sup>188</sup>

Segundo Cabral, sobre a atividade madeireira da capitania do Rio de Janeiro,

apesar de haver registros de extrativismo madeireiro no Vale do Paraíba, na ilhas da Baía de Guanabara e na Baía da Ilha Grande, o grosso da fibra lenhosa, ao longo do século XVIII, parece ter sido extraído[a] das médias e altas porções das grandes bacias hidrográficas da Baixada Fluminense – como as do Macacu, do São

<sup>185</sup> Id., 1797, op. cit.

<sup>186</sup> Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I, 1913, p.295.

<sup>187</sup> Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778, 1913, op.cit, p.295.

<sup>188</sup> LEANDRO, 2003, op.cit. p.276.

João, do Macaé e do Muriaé – onde ainda remanesçam, pouco modificados, vultosos estoques de Mata Atlântica primária.<sup>189</sup>

Macacu era a campeã no fornecimento de madeira, mas também nos desmatamentos. Cabral considera a extração de madeiras em Macacu atividade realizada desde Martim Afonso de Souza, no século XVI, o que demonstra o aspecto de abundância de espécies da região. Em 1678, Antonio de Muros possuía uma sesmaria de duas léguas na região do rio Guapiaçu, afluente do Macacu. Esse rio localizava-se na freguesia de Santo Antônio de Sá - que se estendia da Vila de Macacu até a serra dos Órgãos. Na medição das suas terras, o Livro de Tombo carmelita registrou o interesse do capitão Antonio de Muros nas madeiras presentes na região do rio Guapiaçu:

fomos pelo dito Rio [Guapiaçu] acima uma légua pouco mais ou menos e chegamos a um porto onde o dito Capitão Antonio de Muros tem feito um sitio de fazenda, principiado com muitas bananeiras, limeiras, feijões, fumo, carazais e outras mais plantas e muito taboado o qual sitio está da parte esquerda do dito Rio indo por ele acima.<sup>190</sup>

A atividade madeireira no setecentos era tão importante como a produção de açúcar e farinha, com aquela tomando impulso após a criação do Arsenal de Marinha, em 1763, no Rio de Janeiro<sup>191</sup>. Com esta criação, *a madeira necessária ao empreendimento foi encomendada às pessoas que assistem no termo de Macacu, e costumam fazer negócio em madeiras, segundo o Conde da Cunha.*<sup>192</sup> Eram tão valiosas as madeiras, que serviram como moeda de troca política.

Em 1800, o tenente de cavalaria do Rio de Janeiro, Francisco Marinho Machado, encaminhou ao príncipe regente pedido de promoção a capitão das Ordenanças da Vila de Santo Antônio de Sá. Machado apresentou suas qualidades como morar na vila, *aonde possui hum grande Engenho de Assucar (...) e alem disso ao que tem feito à Sua Real Fazenda já contribuindo com muitas Madeiras para o Arsenal do Rio de Janeiro, já fazendo-as conduzir a elle á sua custa.*<sup>193</sup> Ao que parece obteve a mercê: em 1805,

<sup>189</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. **A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental**. Revista de História Regional.12 (1):133-162, Verão, 2007.

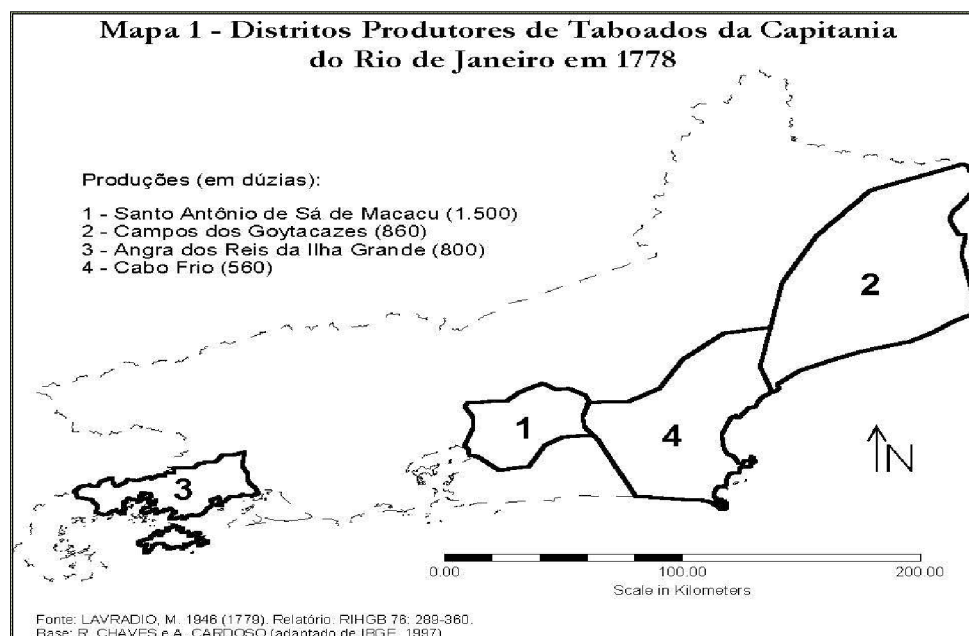
<sup>190</sup> Livro de Tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo da Capitania do Rio de Janeiro. Sesmarias. Catálogo I-32,3 , 1571- 1729. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>191</sup> CABRAL, 2007, op. cit. p. 147

<sup>192</sup> Id., 2007, p. 147

<sup>193</sup> Requerimento do tenente de Cavalaria Auxiliar do Rio de Janeiro, Francisco Marinho Machado, ao príncipe regente [D. João], solicitando nomeação por decreto no posto de capitão-mor das ordenanças da vila de Santo Antônio de Sá – 22 de dezembro de 1800. Documento 90309 AHU-ACL-N- Arquivo

uma fonte apresenta Marinho Machado no posto de capitão-mor do Terço das Ordenanças da Vila de Macacu.<sup>194</sup>



Mapa 6: Distritos produtores de taboados na Capitania do Rio de Janeiro - 1778<sup>195</sup>  
Fonte: A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental - 2007

O mapa apresenta, com base no ano de 1778 (o mesmo ano do Relatório do marquês do Lavradio), uma estimativa da intensa extração de madeiras em Macacu, apesar de sua diminuta extensão se comparada a Campos dos Goytacazes, por exemplo.

Enquanto Campos dos Goytacazes e Angra dos Reis (áreas 2 e 3), que abrangiam uma grande área, produziram juntas 19.920 tábuas (1.660 dúzias); de Macacu (área 1), isoladamente, se extraía de uma área com cerca de  $\frac{1}{4}$  da extensão da anterior, 18.000 tábuas (1.500 dúzias). Somente uma comprovada abundância em madeiras pode explicar tal regime extrativo.

histórico Ultramarino – Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>>. Acesso em 22 novembro 2008

<sup>194</sup> Requerimento do alferes da Companhia do capitão Alexandre Álvares de Castro do Terço das Ordenanças da vila de Macacu, Joaquim Ferreira da Silva, do qual é capitão-mor Francisco Marinho Machado, por seu procurador Manoel Lourenço Monteiro, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação da carta patente no dito posto, vago por promoção de Antônio da Costa Sousa a tenente. 23 de dezembro de 1805. Documento 92523 AHU-ACL-N- Arquivo Histórico Ultramarino - Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>>. Acesso em 22 novembro 2008.

<sup>195</sup> CABRAL, 2007, op. cit. p. 133-162

Outra forma de comércio era o realizado nas vendas de beira de estrada ou nas localidades. Uma economia, entretanto, realizada não exclusivamente pela compra com dinheiro em espécie, mas também à base de troca entre os lavradores e os comerciantes, estes recebendo madeiras e alimentos em troca de outros produtos.<sup>196</sup> Tal condição pode indicar uma baixa circulação de moeda na região, sendo esta falta remediada pela melhor “moeda” que possuíam os lavradores: seus produtos agrícolas.<sup>197</sup>

Além das madeiras e dos produtos comprados ou trocados nas vendas, a população explorava também outras formas de subsistência e comércio como a produção ‘caseira’ de aves, ovos, crias de quintal e algum fumo.<sup>198</sup>

Também nas Aves domesticas e Ovos fazem o seu interece alguns destes moradores, principalmente as mulheres, por serem as q. cuidam mais na criação dellas, em as vender aos Quitandeiros q. vem a este lugar e em as mandar p<sup>a</sup> a Cidade, e outros também percebem algum lucro na vendage de alguns Porcos e Carneiros; como também do Fumo, formado em Molhos, a q. chamão Fumo de folha.<sup>199</sup>

Trabalhavam na região homens especializados em várias atividades tais como serradores e taverneiros, mencionados também na *Discripção...* Aqueles encontravam-se divididos em atividades ligados ao setor madeireiro: 10 carpinteiros, 03 marceneiros e 02 tamanqueiros.

Um aspecto, apesar de ainda obscuro pela ausência de informações, está na mão-de-obra utilizada para o manejo de toda essa madeira. Na *Discripção...*, o conjunto dos 55 indivíduos classificados como serradores detinham a posse, em conjunto, de apenas 07 escravos. Uma possibilidade é inferir que esse setor da economia macacuana contratava trabalhadores para esse tipo de tarefa. Talvez este fosse um tipo de trabalho sazonal, levado a cabo quando da encomenda de uma determinada partida de madeiras para um fim específico.

Indício de que indígenas eram contratados para esse trabalho e em caráter sazonal, se dá através da *Informação sobre o transporte de madeira nas regiões de Macaé, Cabo Frio, Cantagalo, cabeceiras de Macacú e Guapi, informando a necessidade de ordens ao vice-rei do Estado do Brasil, [conde Resende, D. José Luís de*

<sup>196</sup> CABRAL, 2007, op. cit. p. 133-162

<sup>197</sup> A respeito dessa questão monetária na Colônia ver artigo de Antonio Carlos Jucá de Sampaio intitulado “Crédito e circulação monetária na Colônia: o caso fluminense, 1650-1750” Disponível em <[http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_75.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf)> Acesso em 13 abril 2008.

<sup>198</sup> *Discripção*, 1797, op. cit

<sup>199</sup> *Id.*, 1797, op. cit.

*Castro] para que os capitães-mores dêem todo o apoio; e que se paguem as despesas que se fizerem com os índios e negros no manejo do trabalho, existente no Arquivo Histórico Ultramarino*<sup>200</sup>.

No setor de ‘serviços’, atuavam 04 ferreiros, 02 pedreiros, 03 alfaiates, 03 sapateiros, 01 calafate, 01 latoeiro e 01 cabeleireiro. Exceto Francisco José da Silva, sapateiro, casado e com um filho menor, e que possuía um lote com 4.840 m<sup>2</sup>, nenhum deles apareceu como possuidor de terras. Escravos, muito poucos, havendo 20 cativos para todo o grupo de 30 ‘oficiais’.

Sobre os taverneiros, a *Descrição...* enumera 66 indivíduos que exerciam essa atividade e possuíam, em conjunto, 166 cativos. Desses, 17 (25,75%) não possuíam nenhum escravo. Os maiores taverneiros donos de cativos eram Manoel João e Francisco de Abreu, com 17 escravos cada um. O primeiro era viúvo com 04 filhos adultos (03 homens e 01 mulher) e proprietário de um lote com 6,53 km<sup>2</sup>. Produziu com seus escravos 20 alqueires de farinha (604,5 kg), 60 de feijão (1.813,5 kg), 40 de arroz (1.209 kg) e 100 de milho (3.022,5 kg). Possuía um rebanho de 06 vacas, 12 ovelhas e 02 cavalos.

Já Francisco de Abreu era casado, 04 filhos (01 homem e 03 mulheres). Não produziu nenhum cereal naquele ano e possuía 04 bois, 03 vacas, 02 novilhas e 04 cavalos. Seu terreno possuía uma área de 1,66 km<sup>2</sup>. Por sua vez, Gabriel Martins, solteiro, possuía 05 cativos. Destes, somente 02 eram homens adultos. Sua produção agrícola foi a maior de todos os taverneiros tomados isolados, calculada em 100 alqueires de farinha, a mesma medida de feijão e arroz e 90 de milho. Sua propriedade tinha uma área de 2,90 km<sup>2</sup>.

Pode-se inferir que esses taverneiros proprietários de terras poderiam produzir os gêneros que comercializavam ou mesmo arrendar suas terras para essa produção.

Para tração, transporte, produção de carne e leite, segundo a *Descrição...* havia na região considerável número de bovinos, ovinos, caprinos, eqüinos e muares, os quais aparecem enumerados na fonte: 1.821 bois, 1.186 vacas, 590 novilhos, perfazendo um total de 3.597 bovinos; 855 carneiros e ovelhas, 839 cavalos, 565 ‘*bestas muares*’ e 32 poldros.

---

<sup>200</sup>Cf. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 88717. 12 de agosto de 1797. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate..>> Acesso em: 31 dez. 2008.



Em suma, uma economia diversificada e dinâmica, integrada às características do ambiente e organizada numa conjuntura social de base agrária e escravista. Analisada a produção de açúcar, gêneros alimentícios e da conjuntura social que acompanha essa estrutura produtiva, no item seguinte, um outro produto terá maior destaque, tendo servido tanto para obtenção de lucros, como na busca nem sempre frutífera, como se verá, de sinais de distinção pessoal: as madeiras.

### **3.4. E receberá mercê: madeiras e busca pelo prestígio no interior da elite macacuana**

O já citado Antônio de Oliveira Braga, proprietário da Fazenda Papucaia (ou Colégio), em Macacu, não tinha a produção de açúcar como única atividade econômica. Além de ser produtor de farinha<sup>201</sup>, envolvia-se na extração e comercialização de madeiras das suas preservadas matas em Macacu. Através de dois pequenos estudos de caso, buscar-se-á demonstrar a importância da madeira e sua retirada das florestas macacuanas. Apesar da abundância de espécies vegetais existentes, pelo que apresenta a *Discrição...*, não era atividade isenta de conflitos. Em 31 de julho de 1800 escrevia o Intendente da Marinha José Caetano de Lima:

Pelo q pertence ao Corte das Madeiras da Papaocaya ou Collegio em Macacú. Este Corte se faz nas grandes Matas q deixarão quaze intactas os Jesuítas possuidores da Faz. chamada Papaocaya, a qual pertence a Antônio de Oliveira Braga. Haverá huma legua na maior distancia q vay desde lugares em que se tem Cortado Madeiras, athe o Rio Macacú., onde ligadas aos lados das Canôas rodão athe a sua confluencia com o Rio Guapiguasú, para daly serem conduzidas em Barcos, athe esta Cidade(...)<sup>202</sup>

O trecho integra documento dirigido a d. Rodrigo de Souza Coutinho, voltado para a retirada de madeira na “*Papaocaya ou Collegio em Macacu*”, tratando dos

<sup>201</sup> Segundo a *Discrição...*, Braga produziu, em seu engenho, 400 alqueires de farinha no ano de 1797, o que corresponde a 12.090 kg do produto.

<sup>202</sup> Ofício do intendente da Marinha José Caetano de Lima, datado do Rio de Janeiro à 14 de Agosto de 1800 e dirigido a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre objetos relativos aos cortes de madeira de construção nas mattas da Posse e da Papaocaya ou Collegio, nos districtos de Tapacurá e de Macacú. Rio de Janeiro, 1800 Cópia. Manuscrito. 7,4,55 – Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional

procedimentos para extração, sob a coordenação local do alferes Antonio de Amorim Lima.

As madeiras seriam cortadas, na área mais distante, a seis quilômetros (cerca de 01 légua) mata adentro. O governo colonial, segundo o tom do discurso no documento, praticamente impôs aos senhores de engenho a cessão do necessário recurso para o transporte dessas madeiras às margens dos rios, por onde desceriam até o Rio de Janeiro: os seus bois.

A Administração dos mesmos Cortes e da Condução das Madeiras está confiado por V. Ex.<sup>a</sup> ao Alferes Antonio de Amorim Lima, official q. pela sua actitude, honra e zelo no desempenho de sua Comissão tem merecido de V. Excia. as mais honrosas expreções. Com tudo sendo como he, muito mais fácil o transporte das ditas Madeiras por terra, do q. as da Posse, elle encontra iguaes difficuldades em falta de Boys, que as Puxem, por não se cumprirem segundo diz elle, exactamente as respeitáveis ordens de V. Ex.<sup>a</sup> sobre esta matéria.<sup>203</sup>

O documento expõe o método para se obter dos senhores a cessão de seus bovinos:

No Districto de Macacu, onde há poucos Senhores de Engenho há muitos Lavradores de diversos gêneros, há menos Boys de Carros, do que no de Tapacura. Com tudo são bastantes para se fazer o transporte das Madeiras (...)se faz necessário que o Coronel de Miliciais do Districto e o dito Alferes Antonio Amorim formem cada hum seu Mappa de todos os Senhores de Engenho e Lavradores que possuírem Boys de Carro para V. Excia. Mandar a vista de ambos os Mappas formar outro em q. com atenção á Possibilidades e distancias em q. viverem os donos dos Boys se destribua com igualdade por todos, o Real Serviço, ao qual ninguém se recuzará conhecendo que nem o Ódio nem a amizade tem parte naquela destribuição. Por este Mappa (...) deve servir de norma impreterível ao dito Alferes Amorim, o qual alem do hábil Sargento q. lhe está subordinado, deve ter mais hum ou dous Soldados para os Avisos que se devem derigir aos donos dos Bois.<sup>204</sup>

Percebe-se aqui o conflito de interesses existente entre os senhores de engenho do Macacu e as autoridades coloniais *‘por não se cumprirem segundo diz elle* [o

<sup>203</sup> Oficio do intendente da Marinha José Caetano de Lima..., 1800, Op. Cit.

<sup>204</sup> Id., 1800, op. cit.

alferes], *exactamente as respeitáveis ordens de V.Ex<sup>a</sup> sobre esta matéria*<sup>205</sup>, no tocante à cessão dos bois chamados “de carro”, ou seja, para tração de cargas.

Bois eram imprescindíveis para o trabalho nos engenhos, “tratores vivos”, transportando a cana das plantações para as moendas, a lenha para as fornalhas, além de outros trabalhos e de igual importância também para pequenos plantadores de cana.

Esses lavradores, que não possuíam moendas e muitas vezes nem terras, precisavam transportar sua produção para atender aos senhores de engenho, de quem recebiam, após o processo de moagem e feitura do açúcar, apenas uma parte do produto, além da aguardente, subproduto daquele processo de produção. Parece, entretanto, que o problema em si não era exatamente retirar madeira das matas de Macacu:

Esta plantação [da cana] se faz nas terras mais fracas nos mezes de Janeiro, Fevereiro e principalmente em Março e nas mais fortes, he em Agosto, Setembro e Outubro e a sua Colheita principia se a fazer de Mayo ou Junho do anno q. se segue até Outubro, q. são os mezes de maior rendimento deste fruto...<sup>206</sup>

Aí a provável origem do conflito! Não no fornecimento de madeiras, abundantes e presentes nas matas de um único dono, Antonio de Oliveira Braga. O nó da questão parece ter sido a cessão dos preciosos bois de carro para transporte das madeiras nos meses de colheita e moagem, já que o documento referente ao fornecimento dos bovinos foi escrito em finais de julho, durante a colheita.

A Coroa, representada pelos interesses da Intendência da Marinha e com recurso à autoridade de d.Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, procurou garantir aos senhores condições favoráveis no sentido de que *se distribua com igualdade por todos, o Real Serviço*, propondo total isenção do Estado por preferências, já que *nem o Ódio nem a amizade tem parte naquela distribuição*.

Schwartz, em seu trabalho sobre os engenhos de açúcar na Bahia para o período colonial, escreveu sobre as complexas relações sócio-econômicas existentes entre senhores de engenho e lavradores.<sup>207</sup> Estes, tanto poderiam arrendar terras a um determinado senhor ou possuir terras próprias, o que dava a eles lavradores, possibilidades de negociar frente às pesadas condições impostas pelos senhores de

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Descrição..., 1797, op. cit.

<sup>207</sup> SCHWARTZ, 1988, op. cit. p.247.

engenho aos arrendatários (50% do açúcar produzido). Os lavradores livres mais poderosos também negociavam a primazia da moagem, cessão de bois e outras particularidades do negócio.<sup>208</sup>

Esse autor dissertou também sobre os riscos existentes em atrasos no processo de produção do açúcar, e que seriam assaz prejudiciais, tanto no retardamento do processo de produção, podendo a cana sair do ponto ideal do caldo por amadurecimento do fruto ou perder-se a que já estava colhida, comprometendo-se toda a safra. E cita palavras de Santos Vilhena: “*O triste lavrador, que em menos de uma semana vê perdido o trabalho de mais de um ano.*”<sup>209</sup>

Semelhante risco aos senhores de engenho e lavradores se tornaria dor de cabeça para as autoridades, problema que parece ter ‘estourado’ nas mãos do alferes Antonio de Amorim Lima, *o qual alem do hábil Sargento q. lhe está subordinado, deve ter mais hum ou dous Soldados para os Avisos que se devem derigir aos donos dos Bois.*<sup>210</sup>

Essa insignificante força militar, ao que parece formada no intuito de simbolizar o poder do Estado frente aos senhores – e possivelmente garantir a vida do alferes - deveria comunicar aos proprietários a cessão de seus imprescindíveis bois de carro, *ao qual ninguém se recuzará.*<sup>211</sup>

É plausível relativizar, o que não representa nada de inaugural na historiografia, a tese da inquestionável autoridade do Estado moderno absolutista, dado o cuidado na abordagem feita a esses senhores locais.

Homens de poder econômico e político, simbolizado por suas terras, escravos, títulos e cadeiras nas Câmaras Municipais, a quem a Coroa nem sempre pôde impor inteira vontade, a ponto do Intendente da Marinha buscar oferecer garantias aos senhores, num trecho do documento que soa mais como argumento favorável aos proprietários dos bovinos junto ao vice-rei, do que no exercício de submetê-los a uma tácita obediência.

O Estado reconhecia sua fragilidade nessa particular questão já que *He de toda razão e justiça q. os Boys que morrerem por cauza do trabalho das conduções das madeiras sejam pagos pelo seu justo valor a custa da Fazenda Real.*<sup>212</sup>

---

<sup>208</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 247.

<sup>209</sup> Id., 1988, p.256

<sup>210</sup> Ofício do intendente da Marinha José Caetano de Lima, 1800, op. cit.

<sup>211</sup> Id., 1800.

<sup>212</sup> Ibid.

Mais um problema para os senhores e lavradores de cana: dada a tarefa de se cortar toras de madeira que deveriam ser arrastadas pelos bovinos por quilômetros na mata virgem, os senhores tinham nas promessas dos representantes do Estado o único alento para a reposição de bois que certamente se perderiam no árduo trabalho. Promessa que aparenta ser menos um compromisso firmado do que mera recomendação para que se estabelecesse tal comprometimento.

E ainda se descortina novo problema: quem emprestaria bois que iriam tracionar as toras de madeira mais pesadas ou nos piores trajetos, possivelmente mais íngremes e de maior distância na mata? A recomendação de *que nem o Ódio nem a amizade tem parte naquela destribuição* na quantidade e local de uso dos bois, pode indicar a difícil divisão, agravada pelo fato do tecido social, ainda naquele período, se constituir inserido nos quadros mentais de rígida hierarquia dada pelo prestígio e posição social, aos moldes de uma sociedade de Antigo Regime.

Não foi possível, por ausência de fontes, confirmar se a intenção da Intendência da Marinha em recolher a madeira foi coroada de êxito, mas outro documento, a *Carta régia a D. Fernando José de Portugal vice-rei e capitão general do Estado do Brasil autorizando cumprimento das medidas propostas pelo Intendente da Marinha José Caetano de Lima relativas ao corte da madeira de construção nas matas da Posse e da Papucaia ou do Colégio, distritos de Itapacorá e Macacu*, escrita em Lisboa e datada de 05 de Janeiro de 1801, confirma ao menos a intenção do Estado em fazer valer a sua autoridade.<sup>213</sup>

Outras fontes, do Arquivo Ultramarino, e também da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, trazem não só a importância da extração da madeira da região de Macacu, bem como a ligação desta atividade às possibilidades de ascensão social. Nos relatos que se seguirão, pode-se perceber que as relações existentes no exercício da ‘*economia do bem comum*’ e da ‘*economia do dom*’ eram produzidas e reproduzidas na busca da melhoria de status. Tentativas vitoriosas e outras, nem sempre coroadas de êxito.

Um caso é o de Francisco José Marinho, na busca de uma promoção no serviço militar através de requerimento encaminhado ao príncipe regente D. João, em dezembro de 1800:

---

<sup>213</sup> Ofício do intendente da Marinha José Caetano de Lima, 1800, op. cit.

Diz Francisco Marinho Machado, Tenente da Cavallaria Auxiliar do Rio de Janeiro, filho do Cappam do mesmo Regimento Francisco Marinho Machado, que elle desejando imitar ao dito seu Pay e aos mais seus Ascendentes, que sempre se empregarão e distinguirão no Real Serviço assentou Praça voluntariamente e continuou no mesmo Serviço, há hoje doze annos, com tal actividade e intelligência, promptidão e zello, que mereceo o Posto de Tenente aq foi sucessivamente promovido, depois de ter sido Cabo de Esquadra e Alferes e captivou de tal modo com a sua prudência, limpeza de maons e Christaos procedimentos, a benevolência dos Moradores da Villa de Santo Antonio de Sá, aonde tem a sua Caza, e aonde possui hum grande Engenho de Assucar, que a Camara daquella Villa o propôs; em primeiro lugar para o Posto de Sargento-Mor das Ordenanças daquella Villa como consta do Documento junto, q He a melhor Attestação que o Sup.e pôde produzir da sua idoneidade e bondade.<sup>214</sup>

O postulante apresentou os seus feitos, buscando adquirir sua mercê: havia sido bom militar e angariado promoções por boa conduta e tinha o apoio da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá onde era morador e senhor de engenho. Na lista de seus feitos, Machado deixou para o final a menção de sua doação em madeiras para a fazenda Real, além de um forte argumento:

Recorre a V. A. R. para que tendo concideração ao Serviço Militar do Sup.e, e alem disso ao que tem feito á Sua Real Fazenda, já contribuindo com mtas Madeiras para o Arcenal do Rio de Janeiro, já fazendo-as conduzir até elle á sua custa, e bem assim a sua idoneidade pessoal, authorizada com a proposta da Camera, se digne honrado nomeando-o Capitão Mor Aggregado das Ordenanças daquella Villa de Santo Antonio de Sá; pois que ao mesmo tempo que V. A. R. com esta Promoção o anima a continuar com mais gosto no Real Serviço premiando-lhe o que já tem feito nenhum prejuízo se segue desta Graça nem á Real Coroa nem á Real Fazenda, nem a Terceiro.

O suplicante deixou bem claro que a Fazenda Real só teria a ganhar se lhe atendesse o pedido, animando-o a seguir *com mais gosto no Real Serviço*. Francisco Marinho Machado teve sucesso em seu intento, já que aparece em requerimento de 1805, enviado ao príncipe regente de Portugal (D. João) por João da Costa Cardoso,

---

<sup>214</sup> Requerimento do tenente de Cavalaria Auxiliar do Rio de Janeiro, Francisco Marinho Machado, ao príncipe regente [D. João], solicitando nomeação por decreto no posto de capitão-mor das Ordenanças da vila de Santo Antônio de Sá. AHU-Rio de Janeiro, cx.171, doc. 119. AHU-ACL-CU\_017, Cx. 188, Doc. 13618.

Arquivo Histórico Ultramarino, 22 de dezembro de 1800. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?idoc=90309&idimg=1186205&pagina=1>>. Acesso em: 21 fev. 2009.

com o solicitado posto de Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Santo Antônio de Sá.<sup>215</sup>

Entretanto, outro caso não apresenta uma história de êxito. Vicente Jose Marinho Machado, que embora apresente o mesmo sobrenome de Francisco Marinho Machado, não foi possível estabelecer qual grau de parentesco havia entre os dois, era senhor de engenho na freguesia da Santíssima Trindade, em Macacu e havia recebido do rei importante privilégio: o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por um requerimento, datado de 1821, tinha a intenção de conseguir para o filho, Marcos da Costa Falcão, a mesma mercê:

Senhor.

Diz Vicente Jose Marinho, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, estabelecido com Engenho d'assucar, de que he proprietário no Districto de Macacu, que lhe tem servido a V. A. Real com honra e préstimo, tendo feito (além de outros serviços) Donativos de Madeiras ao Arsenal Real do Exército desta Corte e ao Arsenal Real da Marinha (...) em os annos de 1811 e 1813(...) e porque V. A. Real não deixa de premiar e distinguir aos seus fieis Vassallos que tanto se distinguem com taes serviços, e confiado na Real Grandeza e alta Munificência de V. A. Real, supplica a Mercê do mesmo Habito de Christo p<sup>a</sup> seu único filho Marcos da Costa Falcão, Alferes do 1<sup>o</sup> Regimento de Cavallaria de Milícias da Corte, que também se acha estabelecido naquelle Districto.<sup>216</sup>

Marcos da Costa Falcão, filho de Vicente José Marinho Machado, era um dos 27 senhores de engenho de Macacu segundo a *Descrição...* Sua propriedade, de 39,2 km<sup>2</sup>, produziu naquele ano com o trabalho de 71 cativos, entre homens, mulheres e crianças, 1.541 arrobas de açúcar (23.115 kg), 30 pipas de aguardente e respectivamente 160 (4.836 kg), 100 (3.025 kg) e 30 (906,7 kg) alqueires de farinha, feijão e milho. Possuía, em 1797, 50 bois, 30 vacas, 20 novilhos, 06 ovelhas e 05 cavalos. Residiam na sua propriedade, 10 agregados. Já segundo o relatório do Lavradio (1778), o engenho de

---

<sup>215</sup> Requerimento de João da Costa Cardoso, por seu procurador Antônio Lopes Soares, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação da carta patente no posto de tenente da 2<sup>a</sup> Companhia da 1<sup>a</sup> meia Brigada de Cavalaria de Milícias do Rio de Janeiro, do qual é chefe o brigadeiro Joaquim José Ribeiro da Costa, vago por promoção de Francisco Marinho Machado a capitão-mor das Ordenanças da vila de Santo Antônio de Sá. AHU-Rio de Janeiro, cx. 221, doc. 27. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Doc. 92181, 25 de maio de 1805. Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?iddoc=92181&idimg=1202953&pagina=1> Acesso em: 21 fev. 2009.

<sup>216</sup> Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê do Habito da Ordem de Cristo. Solicita também certidão das madeiras remetidas gratuitamente para o Arsenal da Marinha situado na Freguesia da Santíssima Trindade da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu.1809-1827.19 doc.Original manuscrito.Catálogo C-0266,006. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional.

Falcão havia sido *feito a 3 annos faz 26 caixas de Asucar*<sup>217</sup>, *15 pipas de agoa ardente, tem 48 Escravos.*<sup>218</sup>

Tendo como correta a informação do mestre de campo Alexandre Alvares Duarte e Azevedo, que confeccionou o relatório do Lavradio, o engenho de Falcão havia sido instalado na região por volta de 1775. Quando em comparação com os dados de 1797, infere-se um sólido crescimento da sua atividade açucareira na região, já que aumentara sua produção de açúcar em 631 arrobas, passando de 910 para 1.541 arrobas do produto, dobrara sua produção de aguardente e para tanto, adquirira mais 23 escravos. Entretanto, um crescimento lento, levando-se em conta que há uma diferença de 19 anos entre os dois anos-base das informações.

No conjunto de fontes existentes acerca do caso, encontram-se anexos documentos comprobatórios dos feitos do pai de Marcos da Costa Falcão. Entre estes, a cessão das dependências de seu engenho para abrigar suíços que passaram pela região em direção à localidade do Morro Queimado, mais tarde Vila de Nova Friburgo<sup>219</sup> e uma grande doação de madeiras para a Intendência da Marinha, no Rio de Janeiro. Dando ‘corpo’ à petição, foram anexados recibos das partidas de madeira enviadas por Marinho ao Arsenal<sup>220</sup> e referências de autoridades a respeito de sua fidelidade à Coroa.

Referenciando Marinho estava o capitão de fragata e cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, Joze Caetano Filgueiras Negrão; o Cavaleiro da Ordem de Cristo, desembargador da Casa de Suplicação e Juiz de Fora das Vilas de Santo Antonio de Sá e Magé, Sebastião Luiz Pinheiro da Silva e Joze Constantino Lobo Botelho, cavaleiro na Ordem Militar de S. Bento de Aviz e coronel do 1º Regimento de Infantaria de Milícias da Corte.

<sup>217</sup> Cada caixa com 35 arrobas dá uma produção de 910 arrobas, ou 13.650 kg de açúcar.

<sup>218</sup> Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778, 1913, op. cit, p.293

<sup>219</sup> João Raimundo de Araújo problematizou a fundação daquela colônia no início do século XIX, tendo como base a comemoração do centenário da sua criação: “Não se tratava de festejar os 100 anos a chegada dos colonos suíços à região da antiga fazenda do Morro Queimado. Tratava-se sim, de comemorar, de festejar, o Centenário da assinatura do acordo realizado entre o rei do Brasil D.João VI e Nicolau Gachet que se encarregaria da seleção e do transporte dos futuros colonos. (...) Festejava-se sim, o aniversário da criação de uma colônia sem colonos. Os primeiros colonos somente começaram a chegar a Nova Friburgo em janeiro de 1820.” (Cf. ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça Brasileira** (1910-1960). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 157). Disponível em: <www.bdtd.ndc.uff.br/tde\_busca/processaArquivo.php?codArquivo=2168 > Acesso em: 13 abr. 2008.

<sup>220</sup> A doação em madeiras de Marinho compunha-se, segundo as fontes, de “setecentos paos entre vigas e Estacame, trezentos Praxões e trinta e seis dúzias de Remos”. (Cf. Ofício do intendente da Marinha José Caetano de Lima, 1800, op. cit.).



Vicente José Marinho empregara toda sua história de prestígio para tentar obter a mercê, através do “empréstimo” de seus feitos ao filho. Joze Caetano Filgeiras afirmava que,

o dito Marinho fez promptificar com muito zelo e inteireza, fazendo escolha da melhor madeira, preferindo corta-la nos seos Matos e empregando seos Escravos e Boyadas na conducção de muitas e todo este Serviço sem despeza alguma da Real Fazenda antes sim em grandíssimo detrimento seu.<sup>221</sup>

Sebastião Luis Pinheiro da Silva confirma Marinho como pessoa influente na sociedade:

Attesto e faço certo que o Tenente Vicente Joze Marinho se acha actualmente servindo o Cargo de Vereador mais velho na Câmara desta Villa e como tal por duas vezes tem servido de Juiz pella Ley em minha auzencia tendo sido sempre comportado com honra, zello e actividade e dezinteresse, o que sendo necessário Juro pello Habito que professo e por me ser esta pedida a passei nesta villa de Santo Antonio de Sá. 24 de Dezembro de 1811.<sup>222</sup>

Jozé Constantino Lobo Botelho confirmou que a mercê de Marinho havia sido concedida por volta de 1810:

E como no fim de 1809 a princípios de 1810, já aquele trabalho estava muito adiantado e parte daquelas madeiras postas beira rio para serem exportadas ao Rio de Janeiro, e he provável que agora tenha já completado a sua brioza offerta, se faz por isso digno de merecer da Real e Illimitada Grandeza do Príncipe Regente Nosso Senhor aquelas Mercês e Graças com que o Mesmo Augusto Senhor costuma premiar os seus beneméritos Vassallos, que com tanta distinção se empregão no Seo Real Serviço.<sup>223</sup>

Marinho obtivera seu Hábito através dos serviços prestados ao rei. No seu exercício da economia do dom, pelos seus feitos realizados em benefício do ‘bem comum’, angariara a ambicionada mercê. Agora, com atestados passados por pessoas influentes, tentava ferrenhamente estender o privilégio ao filho.

O que significava obter um Hábito da Ordem de Cristo? Krause explica:

---

<sup>221</sup> Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê do Habito da Ordem de Cristo. 1809-1827, op. cit.

<sup>222</sup> Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê do Habito da Ordem de Cristo. 1809-1827, op. cit.

<sup>223</sup> Id., 1809-1827, op. cit.

A Ordem de Cristo era uma ordem religioso-militar portuguesa sob o controle da Coroa desde finais do século XV, domínio este consolidado em meados do XVI. A partir deste período, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo – honraria nobilitante acompanhada de um pequeno rendimento monetário (tença) e importantes privilégios jurídicos e fiscais – passou a carregar o significado de leal e honrado servidor da monarquia. Para ser admitido nesta Ordem, era necessário passar por um exame que procurava descobrir se o candidato era limpo de sangue, ou seja, se tinha ascendentes cristão-novos (judeus ou mouros convertidos); se ele ou seus ascendentes tinham “defeito mecânico”, isto é, se haviam trabalhado com as mãos; e se vivia nobremente. Desta maneira, ser um cavaleiro significava o pertencimento ao menos à base da nobreza lusa – e a concessão de hábitos contribuiu significativamente para a ampliação desta base. As comendas da Ordem constituíam outra honraria com um valor simbólico ainda maior, por serem muito mais raras. Além disso, eram também importantes rendimentos monetários, ainda que de valores variáveis.<sup>224</sup>

Mas, Marcos da Costa Falcão não foi teve a mesma sorte e tanto malabarismo não surtiu o efeito desejado. Em resposta à petição de Vicente José Marinho Machado, o conde dos Arcos enviaria decepcionante indeferimento:

Vicente José Marinho allega que tem feito continuados Donativos de Madeiras ao Arsenal Real do Exército desta Cidade, e igualmente ao Arsenal Real da Marinha, como constava dos conhecimentos e Attestação, que ajunta em contemplação dos quaes pedia a Mercê do Habito de Christo para seu filho Marcos da Costa Falcão, visto achar-se elle Suppe já condecorado com a referida Ordem. E como estes Serviços não são dos contemplados e marcados no Regimento de Mercês, parece-me que não he deferível sua pretensão. Deos Guarde a V. Ex<sup>a</sup>. Rio, 25 de Maio de 1821. Ilmo. Exmo. Sr. Conde dos Arcos

Em requerimento datado de 26 de setembro de 1824, Marcos da Costa Falcão voltou à carga, reiterando a petição do pai. A solicitação foi acompanhada da citação de um conjunto de documentos que Falcão cuidou de enumerar, cuidadosamente no texto, associando-o aos feitos do pai, enquanto apresenta sua petição, alegando também seus feitos - que não foram mencionados - exceto uma doação de madeiras (*pranxôens*) ao Arsenal do Exército. Curiosamente, conseguira uma autorização para passar da Cavalaria para à Infantaria da Vila de Macacu.

---

<sup>224</sup> KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em Busca da Honra**: os pedidos de hábitos de Cristo na Bahia e Pernambuco, 1644 – 1676. In: XIII Encontro de História da ANPUH: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212608874\\_ARQUIVO\\_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212608874_ARQUIVO_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2009.

Diz Marcos da Costa Falcão, Alferes do Regimento de Milícias Nº 8 Documento Nº 1 que tendo Servido a mais de oito annos como Miliciano já no 1º Regimento de Cavalaria, já no de Infantaria acima mencionado na Villa de Santo Antonio de Sá de Macacu, filho do Snr d'Engenho o Tenente Vicente Joze Marinho Machado, o qual tem prestado serviços relevantes à Nação como mostram os Documentos de Nº 2 a Nº 13 constantes da madeira de construcção em grande quantidade offerecida e conduzida gratuitamente para o Arsenal de Marinha (...) não memorando os Serviços que o dito Pay do Suppe. prestou com os Suissos já hospedados em sua caza e os Empregados na Collonia, já dando conducções gratuitas, e cedendo o dito Seu Pay todos os Serviços acima mencionados ao Suppe pella Escriptura Publica Documento Nº 14, não narrando o Suppe os seus e os praxões que já esta promptificando para offerecer ao Arsenal do Exercito vem (...)Implorar a Graça de o ellevar a Cavalleiro da Ordem de Christo em remuneração aos Serviços do Suppe e aos de Seu Pay, estando o Suppe nas circumstancias de tratar-se com decência, pelos Serviços narrados.. Marcos da Costa Falcão.<sup>225</sup>

Parece que Falcão queria pressa, já que se considerava como *estando o Suppe nas circumstancias de tratar-se com decência, pelos serviços narrados*. No conjunto documental pesquisado, não foi possível encontrar se ele recebeu ou não a mercê, mas o caso de receber uma primeira recusa, alcança o que se quer expor: a dificuldade de alguns em angariar as ambicionadas mercês do rei, aqui tentadas através da doação de madeiras.

É instigante supor, pela proximidade de datas e mesma tipologia de caso, que a tentativa do Estado em conseguir madeiras através do estropiamento dos bois dos fazendeiros tivesse fracassado e Marinho percebeu a oportunidade em prestar serviço e angariar para si mercê do rei. Entretanto, a ausência de fontes não permitiu corroborar essa hipótese, como seria também apressado afirmar que apenas a doação de madeiras foi suficiente para a concessão do privilégio, o que parece ter ocorrido no caso da primeira resposta negativa a Marcos da Costa Falcão.

A madeira em Macacu, além de ter sido explorada com objetivos econômicos, propiciou também a busca do prestígio, que estabelecia uma condição social mais elevada, garantia de acesso a títulos – e com eles seus proventos. Em suma, uma peculiar forma de enriquecimento daqueles macacuanos setecentistas.

---

<sup>225</sup> Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê do Habito da Ordem de Cristo. 1809-1827, op. cit.

## CAPÍTULO QUATRO

### FAZENDA DO COLÉGIO

#### *Dos Jesuítas aos Araújo*

A fazenda jesuítica de Papucaia, em Macacu, daqui por diante denominada sempre de Fazenda do Colégio<sup>226</sup>, pelo fato de ser unidade de produção agrícola pertencente ao Colégio da Companhia de Jesus na cidade do Rio de Janeiro, foi o núcleo original do complexo agrário do clã Araújo.

Deve-se então buscar entender como que a “Fazenda do Colégio” chegou às mãos de Henrique José de Araújo. Para o alcance desse objetivo, será necessário um rápido recuo até o século XVI, quando da ocupação do recôncavo da Baía da Guanabara pelos portugueses no intuito de se buscar sua contextualização.

No processo de ocupação do vale do Macacu, anteriormente discutido no Capítulo II, Cristóvão de Barros, além das suas terras em Macacu, possuía também terras em Magé, concedidas por despacho do governador geral Mem de Sá, em outubro de 1566.<sup>227</sup> As terras de Barros principiavam no final da sesmaria que Miguel de Moura doara à Companhia de Jesus, estendendo-se por uma légua e adentrando o sertão. Os jesuítas, por sua vez, tal qual Cristóvão de Barros, também possuíam terras mageenses.

Os jesuítas e Barros permutaram então suas terras em 10 de maio de 1580. Barros ficou com as terras jesuíticas de Magé (que acrescentou às que já possuía naquela região) e os jesuítas se apropriaram da sua sesmaria, localizada ‘nos fundos’ das terras recebidas de Miguel de Moura. O negócio foi confirmado através do *Instrumento do conserto das terras de Magé com Cristóvão de Barros*<sup>228</sup>. Esta légua adicional aparece mencionada também como *légua da Sapucaia*.<sup>229</sup>

<sup>226</sup> A menção de Burmeister, no Capítulo I, referente ao “Campo do Colégio”, ou mesmo “Colégio dos Jesuítas”, se relaciona mais ao que foi mantido pela tradição, do que à existência de um Colégio da Companhia de Jesus em Macacu, não corroborada por nenhuma fonte.

<sup>227</sup> Segundo Serrão, Barros recebeu ‘*uma carta de sesmaria em 12 de Outubro de 1566 de uma terra com 4500 braças ao longo da água [da baía da Guanabara] e 7500 para o sertão de Magepe...*’ (Cf. Revista Trimensal do IHGB; tomo LXIII, parte 1ª; Rio de Janeiro, 1901, pp. 96-98 apud SERRÃO, 1965, Op.Cit.p.137).

<sup>228</sup> Livro do Tombo do Colégio Jesus do Rio de Janeiro, Op. Cit.

<sup>229</sup> Id. Esta légua “da Sapucaia” também aparece no Índice Toponímico do “Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro”, como “Pacocaya.” E no mesmo Índice encontramos a menção a uma “Tapera de Pacacaya” ou “Pacaraya”. Aqui se levanta a hipótese de que o nome da atual localidade de Papucaia, no 2º distrito de Japuiba, em Cachoeiras de Macacu, poderia ser uma variação de “sapucaia” (*Lecythis ollaria* ou *L. pisonis*), que nomeia árvore presente na região. O vocábulo teria se “corrompido” com o

A medição da *légua da Sapucaia* foi feita em 03 de setembro de 1587 e a demarcação das terras em 08 de setembro do mesmo ano, ampliando ainda mais as já extensas terras dos padres. Esta ação associa-se à já comentada política jesuítica que combinava aldeamento, aqui o de São Barnabé, com a aquisição de terras para instalação de uma unidade produtora de alimentos – uma fazenda -, imprescindível para a sustentação econômica desse aldeamento.

A Companhia de Jesus, participante ativa da conquista do recôncavo da Guanabara e também inserida na continuidade do processo de ocupação em direção à serra dos Órgãos, onde se poderia ‘encaixar’ na nomenclatura de Fragozo apropriada para analisar esse processo de colonização? No contexto da “fase” dos conquistadores ou dos povoadores? Parece que a Companhia figura nesses recortes temporais de maneira bem peculiar, não se encaixando de forma absoluta em nenhum desses períodos, ressalvado que Fragozo tem como ponto de chegada de sua análise, a constituição de *famílias senhoriais*, donas de moendas.

Como a definitiva ocupação das terras do Macacu pelos jesuítas, segundo Serafim Leite, se deu após a “guerra” com os indígenas, talvez pudesse se pensar em encaixá-los no segundo recorte, como povoadores. Porém, não se pode esquecer o papel inaciano na conquista,<sup>230</sup> através de sua atuação como missionários, que culminaria, na região do Macacu na criação do mencionado aldeamento de São Barnabé e, “anexa” a este, a Fazenda do Colégio.

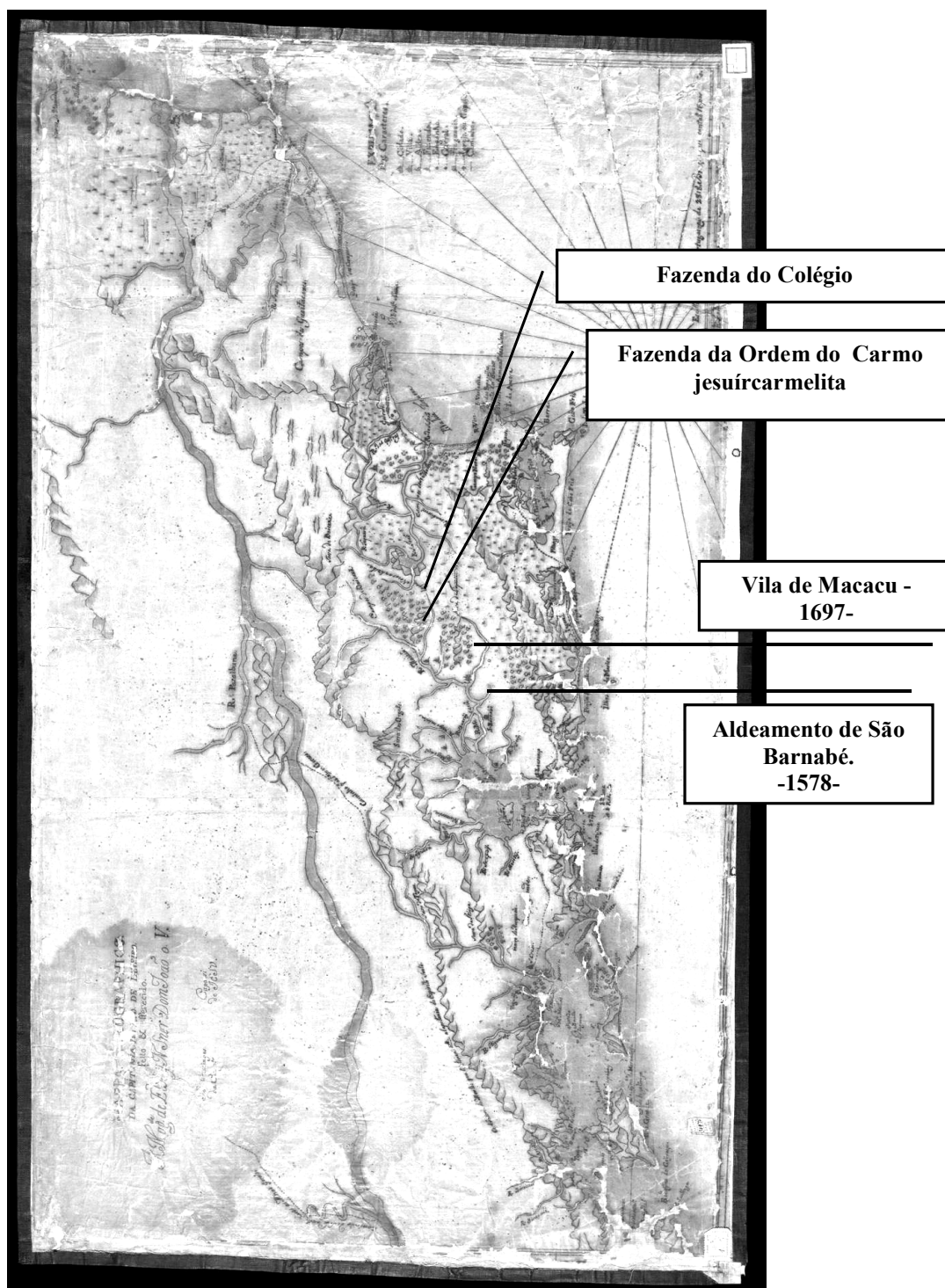
Matiza-se assim a posição dos inacianos naquela periodização, já que a mesma não foi concebida por Fragozo com a intenção prévia de incluí-los, pelo simples fato de que um jesuíta não poderia constituir família. Tal questão, entretanto, em nada prejudica, ou inviabiliza essa periodização. A intenção é demonstrar que a atuação da

---

tempo, o qual denomina árvore presente na região. Segundo a *Discripção...*, a madeira dessa árvore servia para “Moendas de Engenhos, curvas de Embarçoens, Esteios, Vigas, frexaes e Carvão: a sua fruta He saborosa e Medicinal. (Rellação das Madeiras que abundão os vastíssimos Sertõens do Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú, e de seos nomes, quantidade e préstimos, e exceção daquellas que somente servem para Lenha)”.

<sup>230</sup> “No acampamento de Estácio [de Sá] havia três jesuítas: dois padres (Gonçalo de Oliveira e Vicente Rodrigues) e um irmão leigo, os quais animavam os soldados e incentivavam os índios, levados ao zelo de manter na colônia a unidade da fé. O Pe Antonio Rodrigues, que chefiava os índios do Espírito Santo era o “Alferes da Bandeira de Cristo”, uma espécie de “segundo” nas campanhas de Mem de Sá.” (Cf. Serafim Leite, *Breve Itinerário* 190). E ainda “O dito Pe. José de Anchieta dava avisos ao Capitão Estácio de Sá o qual aí (no Rio) residia por ordem do Rei Dom João III, ou da Rainha Dona Catarina, advertindo-o que não mandasse partir as canoas para determinados lugares da nossa conquista, porque sabia que os índios tamoios aí tinham preparado emboscadas. E aconteceu diversas vezes que por causa de tais avisos, se acautelara o dito capitão das emboscadas, saindo-se bem de alguns empreendimentos por se valer desses avisos.” (Cf. ASV. Congr. Rit. Anchieta, nº 306, 88v In: WETZEL, 1972, op. cit.)

Companhia de Jesus não se deu isolada, nem desconectada de todo o processo analisado por Fragoso. Eram eles, também, parte da elite colonial e dela aliados.



Mapa 7: Capitania do Rio de Janeiro - 1730<sup>231</sup>

<sup>231</sup>Mappa corographico da Capitania do Rio de Janeiro por Domingos Capassi da Compa. de Jesu [Ca.1730]. Cartografia ARC.023,01,001. Biblioteca Nacional.



equinos para aragem e transporte das raízes para o engenho e da produção para outros centros consumidores. Em 1759, a produtiva unidade agrícola inaciana foi alvo da política de Pombal de expulsar os jesuítas de todas as possessões portuguesas. Moraes menciona que a expulsão dos padres da região macacuana, com conseqüente sequestro de seus bens encontra-se numa lista anexa a documentos enviados ao Conde de Bobadela no biênio 1759/60. A lista informa sobre a expulsão de 199 padres de propriedades jesuíticas em várias partes do Brasil. Cita a fonte: *Padres vindos no dito dia 11* [de novembro de 1759], *remettidos da fazenda de Macacú pelo desembargador Gonçalo José de Brito Barros – 2.*<sup>233</sup>

O jesuíta José Caeiro registrou rara informação a respeito do seqüestro dessa fazenda, alcançando-nos sua atividade econômica, número de cativos e inclusive o nome dos dois padres presos pelo desembargador:

O desembargador Gonçalo de Brito foi o encarregado de expulsar os padres da residência de Macacu. De lá, assim como da fazenda do Saco, tirou grande quantidade de farinha de mandioca e muitas madeiras, traves e tábuas, além de trezentos e cinquenta escravos. Estavam lá os dois padres, Gonçalo Costa e Manuel Leão, que não tiveram razão de queixa pelo modo como foram expulsos.<sup>234</sup>

A fonte confirma a informação de Serafím Leite, revelando que, além dos nomes dos jesuítas “gentilmente” expulsos e a destinação da fazenda para a produção farinheira, atividade nitidamente voltada para o abastecimento, os jesuítas dedicaram-se também à extração de madeiras, indiciando que talvez possuísem artesãos voltados para seu aparelhamento, devido às *traves e tábuas* mencionadas. Outra valiosa informação refere-se à sua grande escravaria, composta por 350 cativos. Infelizmente, Caeiro não oferece dados referentes à composição étnica, etária ou sexual desses escravos.

Esses dois padres foram remetidos para Portugal, junto com os outros 197 padres, na nau Nossa Senhora do Livramento e S. José em 14 de março de 1760.<sup>235</sup>

<sup>233</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. **Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Imperio do Brasil**. Rio de Janeiro Typ. Americana, 1858-1863, 5 v.1, p. 479.

<sup>234</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marques de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 194-195

<sup>235</sup> MORAIS, 1858-1863, op. cit., p.480.



Após a expulsão, o destino dessas terras ficou nas mãos das autoridades portuguesas. Sequestradas pelo Estado, as propriedades inicianas por toda a capitania do Rio de Janeiro seriam, aos poucos, arrematadas por compradores. Foi possível saber por qual preço a fazenda jesuíta em Macacu foi vendida após seu sequestro. Segundo fonte do Conselho Ultramarino, de 1785, que informa sobre a venda de algumas das fazendas inicianas no Rio de Janeiro<sup>236</sup>, a “Fazenda da Papocaya”<sup>237</sup> foi vendida pela quantia de 21:600\$000 (vinte e um contos e seiscentos mil réis).<sup>238</sup>

O mapa abaixo, retirado de Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro<sup>239</sup>, de Manuel Vieira Leão, em 1767, assinala, no local indicado no mapa de Capassi, *Pacocay d’El Rey*, junto ao rio Pacocay. Ao seu lado, na mesma posição, *Religiosos do Carmo*. Sem dúvida que se trata da *Fazenda do Colégio* ou *Fazenda da Papucaia*, já na posse da Coroa Portuguesa



Mapa 8: Fazendas Pacocay d’El Rey e dos Religiosos do Carmo  
Fonte: Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro.

<sup>236</sup> Junto com a “Papocaya” outras fazendas mencionadas na fonte, vendidas entre 1759 e 1785, foram: a fazenda de São Francisco Xavier (8:800\$000); Itapoca (20:890\$075); Macahé (34:330\$023) e Campos Novos (24:548\$428)

<sup>237</sup> Tanto a denominada “*residência de Macacu*”, citada na referência da nota 239, quanto a “*Fazenda da Papocaya*”, se tratam da mesma unidade de produção dos jesuítas no vale do Macacu, ou seja, a Fazenda do Colégio, nome adotado neste trabalho a fim de se simplificar a referência a essa propriedade iniciania neste trabalho.

<sup>238</sup> Relação dos rendimentos e despesa anual dos bens confiscados aos extintos jesuítas da capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1781 e 1785. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.127, D.10151. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?iddoc=86779&idimg=1157898&pagina=2>> Acesso em: 16 abr. 2009.

<sup>239</sup> LEÃO, Manuel Vieira. Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brasil - 1767. Cartografia CAM.02,008. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O ano de confecção da carta topográfica é 1767. Seria possível que desde 1759, ano do seu seqüestro, a fazenda jesuítica tivesse ficado “parada”, com seus 350 cativos, aguardando comprador? Não foi possível sabê-lo. Contudo, ao que indicam as fontes coevas, o primeiro a adquirir o imóvel foi Nicolao Bonarrota, conforme indica Pizarro ao comentar sobre a capela de *Nossa Senhora da Conceição da Papocaia*, em suas *Visitas Pastoraes*, no final do século XVIII:

Eréta pelos Jesuítas, e conservada por eles como Curada. Com a extinção deste passou com a Fazenda a mesma capela para o domínio do Capitão Nicoláo Bonarrota, por compra feita à fazenda Real; e por falecimento deste, casando-se a mulher com Antonio de Oliveira Braga, passou ao mesmo o Senhorio da Fazenda com a Capela. (...) nela faz-se uso de Sepulturas para os escravos da Fazenda, por conceção do Pároco. Dista 1/2 légua para o Sul”.<sup>240</sup>

Bonarrota se casou com Maria Feliciano Cordovil, e sua presença na freguesia da Trindade pode ser reforçada pelo registro de falecimento de um seu escravo, o “inocente” Manoel, em 30 de maio de 1782. No registro, Bonarrota aparece como alferes.<sup>241</sup> Passados 25 anos após o seqüestro da fazenda, Bonarrota faleceu, deixando Maria Feliciano como sua herdeira e proprietária de um atraente dote. Não foi possível saber se os mesmos tiveram filhos.

Aos vinte e coatro de Março de mil setecentos e oitenta e coatro anos nesta Freguezia faleceu da vida presente com todos os Sacramentos Nicolau Antonio Bonorota, Alferes de Auxiliares, filho legitimo de Lazaro Maria Bonorota e de Thomazia Maria Bonorota, já falecidos, natural do Porto, baptizado na freguesia de Santo Ildefonso Maior, cazado nesta Cidade com Dona Maria Felicianna Cordovil, foi encommendado pelo Reverendo Parocho e Padres; amortalhado no habito de Cavalheiro da Ordem de Christo, sepultado no Carmo.<sup>242</sup>

Se Bonarrota faleceu em 1784, a informação no documento do Conselho Ultramarino de que a fazenda Papocaya (Colégio) fora vendida a ele entre 1759 e 1785 é fidedigna.

<sup>240</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Visitas Pastoraes** – 1794/1795 Freguesia da Santíssima Trindade. Cópia datilografada do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

<sup>241</sup> O dado foi recolhido dos registros de falecimento de escravos da Freguesia da Santíssima Trindade, no século XVIII, existentes no Arquivo da Mitra Diocesana de Nova Friburgo - RJ. As páginas dos registros encontravam-se desorganizadas, não se podendo explicitar a que livro pertenciam.

<sup>242</sup> Registro de falecimento de Nicolao Antonio Bonorota. In Habilitação Matrimonial de Antonio de Oliveira Braga. Caixa 1065 - Notação 2831- Maço 68. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

Prosseguiu então a seqüência de transferência dessa propriedade. Sua segunda mudança de dono se deu pelo casamento da viúva de Nicolau Bonarrota, d.<sup>a</sup> Maria Feliciano Cordovil de Siqueira, com Antonio de Oliveira Braga, união que gerou ao menos uma filha: Maria Bibiana.

Dizem Antonio de Oliveira Braga, filho legítimo do Capm Antonio de Oliveira Durão, já defunto e de D. Jacintha Lourença de Jesus, morador na Freguesia de Santa Rita, e Dna Maria Feliciano Cordovil de Sequeira Bonaroty, viúva que ficou do Alferes Nicolao Antonio Bonaroty e filha ligitima de Francisco Cordovil de Sequeira e Mello, já defunto, e Dna Catherina Vas Moreno moradora na Freguezia de N. Sra da Candelária desta Cidade que elles achão Contractados e Justos a receberem-se em Matrimonio na forma da Igreja...<sup>243</sup>

Braga parece ter sido homem influente. Havia buscado angariar um Hábito da Ordem de Cristo mediante solicitação em 1802 ao príncipe regente de Portugal. No documento, como de praxe, o solicitante enumerou seus feitos:

Antonio de Oliveira Braga morador (ilegível) na Fazenda da Papocaia, termo da Cidade do Rio de Janeiro, tendo servido V. Alteza Real mais de vinte annos nos Empregos de Escriturário e Contador da Junta da Fazenda desta Cidade tendo igualmente occupado interinamente muitas vezes o ministério de Thesoureiro geral das Tropas e officio de Escrivão da dita Junta (ilegível)<sup>244</sup>

No extenso documento de dezesseis páginas que acompanha sua petição, menciona-se que Braga perdeu os documentos comprobatórios de seus serviços, resultando num rebuscado trâmite burocrático a que teve de submeter-se no intuito de provar a realização de suas atividades. Em uma parte do documento, seu procurador Antonio Jose da Costa reiterou o pedido da mercê. Entre seus feitos, a cessão de madeiras para a Fazenda Real.

Nestas circunstâncias, prova o Suppe. não só os relevantes serviços a V. Alt. ao bom Expediente dos cargos que servia, mas também e muito mais, quando o Suppe, em benefício da Real Fazenda lhe tem

<sup>243</sup> Habilitação Matrimonial de Antonio de Oliveira Braga, op. cit.

<sup>244</sup> Requerimento do escripturário e contador da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Antônio de Oliveira Braga, por seu procurador Manoel José Nunes, ao príncipe regente [D. João], solicitando um hábito da Ordem de Cristo, em remuneração dos seus serviços. Documento 91120, 23 de novembro de 1802. AHU-ACL-N- Rio de Janeiro. Arquivo Histórico Ultramarino.

Disponível

em:

<<http://www.cmd.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?idoc=91120&idimg=1193937&pagina=2>>

Acesso em: 23 nov. 2008.

dato do seu próprio Patrimonio, ou seja, facultando graciosamente por espasso continuo de treze annos, a extração e cortes de muitas e importantes madeiras que se tem buscado de sua Fazenda da Papucaia, termo daquella Cidade, para construcção e conserto a Embarcaçoens da Esquadra..<sup>245</sup>

Braga não liberara apenas a simples retirada das madeiras da Papucaia, contribuindo para a extração com recursos próprios, por *concorrer ao transporte a Escravatura do ditto Braga os seus Carros e Bois, resulta ao referido Braga o maior damno e por que a exportação das Madeiras para a Corte se da pelo porto da Fazenda, destruindo se plantas, canaviaes...*<sup>246</sup>

Os pais dos noivos, o capitão Antonio de Oliveira Durão, pai de Antonio de Oliveira Braga, e Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, pai de Maria Feliciano, pareciam ser, por sua vez, membros da elite portuguesa em elevado grau de “limpeza de sangue”. Alguns dados das suas genealogias puderam ser encontrados em documentos do Arquivo Histórico Ultramarino que indiciam essa condição:

*Diz Antonio de Oliveira Braga, preci e como Tutor de Seus Irmãos Manoel de Olivr<sup>a</sup> Durão, Maria Jacintha de Santa Thereza, Anna Barbara de Jesus, filhos legítimos do Cap.am Antonio de Oliveira Durão, já defunto, e de sua m.er D. Jacinta Lourença de Jesus, que seu Tio, o Cap. AM Fran.co Caetano de Olivr.<sup>a</sup> lhes fes duação da ametade das Terras pertencentes ao enge nho novo com invocação N. Sr<sup>a</sup> da Piedade, cito na freg.<sup>a</sup> de Irajá, e da mesma forma de ametade do campo do engenho, cazas de vivenda e Capella da fazenda, e juntamente de hua data de Terras chamadas de S. Bernardo, místiças as do d<sup>o</sup> engenho Novo, que houve p. Título de compra q. fes a Seu Pay bento de Olivr<sup>a</sup> Braga, e a sua Avó Anna do Espírito Santo, e a seus filhos Ant.<sup>o</sup> e Jozé da Rosa, como tudo se faz certo pella Escriptura de Rateficação da d.<sup>a</sup> Duação juntos Remetindo de sim [de si] logo todo o direito, posse e domínio dos ditos bens...*<sup>247</sup>

<sup>245</sup> Id., 1802.

<sup>246</sup> Requerimento do escrivário e contador da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Antônio de Oliveira Braga, 1802, op. cit.

<sup>247</sup> Requerimento de Antonio de Oliveira Braga e seus irmãos à rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação da doação de metade das terras pertencentes ao engenho novo Nossa Senhora da Piedade, de metade do campo do engenho, das casas de vivenda e capela do engenho novo, situado na freguesia de Irajá, feita a si e seus irmãos menores por seu tio o capitão Francisco Caetano de Oliveira, bem como de metade da data de terras de São Bernardo, que o suplicante comprara a seu pai Bento de Oliveira Braga, conforme comprova a escritura de ratificação das doações. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 85954. 10 de fevereiro de 1780. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>> Acesso em: 07 dez. 2008.

Antonio de Oliveira Durão ocupara o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro de 1764 a 1765. Segundo o Compromisso da entidade, os candidatos deveriam ser *homens de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade, de maneira que os outros irmãos possam reconhecer como cabeça e lhes obedecam com mais facilidade; e ainda que por todas as sobreditas partes o mereça, não poderá ser eleito de menos idade de quarenta anos.*<sup>248</sup>

Em 1753, Antonio de Oliveira Durão ocupou vaga como 4º Deputado na Mesa do Bem Comum do Comércio e da Junta do Comércio, posição a que teve acesso por ser da “nobreza da terra”.<sup>249</sup>

Já Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, pai de Maria Feliciana, requereu o cargo de Provedor da Santa Casa, contador da Fazenda Real e vedor da gente de guerra da Capitania do Rio de Janeiro<sup>250</sup>. Entretanto, não ocuparia tais cargos sem passar por rígida avaliação de sua ‘limpeza de sangue’. Segundo Cavalcanti,

Por trás dos bastidores, o Conselho Ultramarino, preocupado em recolher informações sobre o requerente, solicitou que ‘em segredo’, o juiz de fora da cidade do Rio, o provedor da comarca de Évora e mais testemunhas confiáveis buscassem averiguar sobre a ‘pureza de sangue’ de Francisco Sequeira, que, ao final do processo, foi nomeado pela portaria de 2 de março de 1743,<sup>251</sup>

Fica a dúvida do que motivara esse secreto cuidado em relação a Francisco Cordovil, inclusive pelo fato de existir em meio aos documentos do Arquivo Ultramarino, um registro de confirmação de sua genealogia, datado de 1750:

Francisco Cordovil de Sequeyra e Mello, natural da Cidade do Rio de Janeyro, baptizado na freguezia de N. Sr<sup>a</sup> da Apresentação de Iraja, filho legitimo de Bartholomeu de Sequeyra Cordovil, natural da Cidade de Lisboa, baptizado na freg.<sup>a</sup> de N. Sr<sup>a</sup> da Encarnação do Alecrim, e de D. Margarida Pimenta de Mello, natural da Cidade do Rio de Janeiro, neto pella paterna de Francisco Cordovil de Sequeyra

<sup>248</sup> Site da Santa Casa de Misericórdia. Disponível em: <[http://www.santacasarij.org.br/h\\_provedores.htm](http://www.santacasarij.org.br/h_provedores.htm)>. Acesso em: 19 out. 2008.

<sup>249</sup> CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**. A vida e a construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte. RJ: Jorge Zahar, p.251

<sup>250</sup> Órgão pagador existente em cada capitania, anexo às Provedorias da Fazenda Real. Era chefiado pelo Vedor Geral dos Exércitos, cargo exercido pelo próprio Provedor da Fazenda. Suas funções eram as de matricular todos os militares pagos da capitania, verificar, através de revistas periódicas, quais eram os efetivos reais e pagar os soldos. O Vedor tinha o direito de andar "arvorado" com um bastão, símbolo de seu cargo. Era auxiliado pelo Escrivão da Matrícula da Gente de Guerra, e pelo Contador da Gente de Guerra. STUDART, **Datas e Factos para a História do Ceará**, 265 - ABN, 28:469 e 39:367.

<sup>251</sup> Id. p.108.

e de Magdalena Pacheca de Ayro, ambos naturaes da Villa de Alvito e pela parte materna de Gregorio Nazianzeno da Fonseca e D. Maria Pimenta, amboz naturaes do Rio de Janeiro.<sup>252</sup>

Siqueira obteve a mercê e foi provedor da Santa Casa no biênio 1760/1761, quatro anos antes de Durão. Existia uma íntima relação de poder e privilégios entre as famílias que compunham o clã parental a que Francisco Cordovil tivera ingresso. Fragoso analisa este aspecto do poder que desfrutava essas elites através do relacionamento entre seus clãs desde o período quinhentista e do controle que exerciam da Fazenda Real e da Alfândega. O autor relaciona os contatos entre os Siqueira Cordovil e outra família da elite colonial: os Correia Vasques:

Bartolomeu Cordovil, Provedor da Fazenda Real por várias décadas, ao casar, entrou numa teia parental constituída pelos quinhentistas Homem da Fonseca e os nobres Pimenta de Carvalho, estes com ramificações em Irajá e na Ilha Grande. O filho de Bartolomeu e herdeiro do referido ofício, Francisco da Siqueira Cordovil de Melo, foi esposo de Catarina Vaz Moreno, em 1742. Catarina era neta de Manuel Teles Barreto e prima de João Manuel de Melo, ambos aparentados e provenientes do bando Teles/Correia. Do mesmo bando, saíria Manuel Correia Vasques, o juiz da Alfândega. Este grupo dominou a paisagem política da segunda metade do seiscentos, passou por dissensões em finais do mesmo, porém continuou como referência no início do século seguinte.<sup>253</sup>

Nestes círculos clânicos de poder e influência, nos anos 1729 a 1730 havia também alcançado o cargo de Provedor, Manoel Vaz Moreno, sogro de Francisco Cordovil de Siqueira e Melo – portanto pai de Catarina Vaz - e capitão em Sacramento, no Sul, em 1705. Para Fragoso,

provavelmente, a nobreza fluminense via nestas ligações com militares da fronteira a ampliação geográfica de suas influências políticas e econômicas para muito além do Rio. Seja como for, aquelas alianças parentais viabilizavam, à moda do Antigo Regime, rotas coloniais de longa distância, ou seja, circuitos comerciais baseados numa economia política sustentada por bandos.<sup>254</sup>

<sup>252</sup> Lembrete sobre a genealogia de Francisco Cordovil de Sequeira e Mello. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 81052. 1750. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>>. Acesso em: 07 dez. 2008.

<sup>253</sup> FRAGOSO, João. **Afogando em nomes**: temas e experiência em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 41-70. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a2.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2008.

<sup>254</sup> Id, 2002, p.41-70

Através de um requerimento de 1795, Felipe Cordovil de Siqueira e Melo, outro membro do clã, encaminhou à rainha D. Maria I solicitação para ser colocado no ofício de provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro<sup>255</sup>. Felipe defendia que, pelo reconhecimento de seus serviços prestados e por terem sido proprietários do cargo seu avô Bartolomeu de Siqueira Cordovil e seu pai Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, teriam que atender ao *direito legítimo* que entendia ter no mesmo ofício.<sup>256</sup> Embora não tenha sido possível saber se o neto de Bartolomeu de Siqueira Cordovil conseguiu seu intento, fica evidente que Antonio de Oliveira Braga e Maria Feliciano traziam em seus ‘currículos’ ligações de prestígio com antepassados de conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro.

Rememorando a sequência de posse da Fazenda do Colégio, esta passara, do controle da Fazenda Real, certamente por leilão em hasta pública, para a posse de Nicoláo Bonarrota. Deste, a fazenda passou por herança para a viúva Maria Feliciano e esta, casando-se com Antônio de Oliveira Braga, passou a este o senhorio da fazenda. Será neste grupo seletivo da elite colonial que Henrique José de Araújo irá penetrar através do casamento com Maria Bibiana, filha de Antonio de Oliveira Braga e Maria Feliciano.

---

<sup>255</sup> Segundo o site da Receita Federal, a Provedoria da Fazenda Real no RJ foi instalada em 3.12.1566 (...) Em 1710 a provedoria, a alfândega, o palácio do governo e outras repartições foram incendiadas pelos franceses de Duclerc. A essa época, a Provedoria da Fazenda e a Alfândega já estavam separadas, em obediência a uma Carta Régia de 05.05.1703. Nos 50 anos que se seguiram aos ataques franceses, a provedoria ficou sob o comando da família Cordovil, enquanto a alfândega se mantinha autônoma. Em 08.08.1798, uma portaria do Vice-Rei extinguiu ilegalmente a provedoria. Essa extinção foi revalidada em 08.04.1807. O último provedor, segundo parece, foi Simão Estelita Gomes da Fonseca, nomeado em 1797. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/provedfazreal.asp>. Acesso em: 19 out. 2008.

<sup>256</sup> Requerimento de Felipe Cordovil de Siqueira e Melo à rainha [D. Maria I], solicitando ser provido no ofício de provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, do qual foram proprietários seus avô, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, e seu pai, Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, em reconhecimento pelos serviços prestados pelo suplicante e atendendo ao direito legítimo tem ao mesmo ofício. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 88.348. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/resultadopesquisa.jsp>. Acesso em: 19 out. 2008.

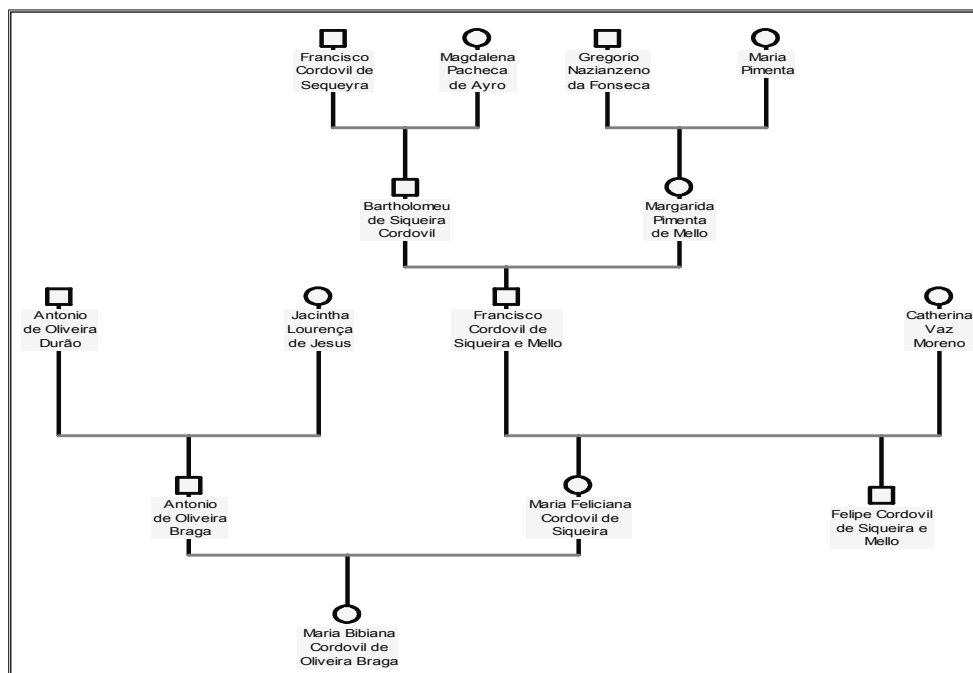


Gráfico 1: Genealogia de Maria Bibiana Cordovil

Maria Bibiana Cordovil de Oliveira Braga nasceu em 02 de dezembro de 1785 no Rio de Janeiro e faleceu na mesma cidade em 05 de fevereiro de 1860. Ela se casaria em oito de setembro de 1804, com dezenove anos, também na cidade do Rio, com o português Henrique José de Araújo, negociante de 36 anos de idade<sup>257</sup>.

A atividade de Henrique José de Araújo no comércio, sua ligação com grandes comerciantes e traficantes de escravos da praça comercial do Rio de Janeiro e o matrimônio com a filha de Antonio de Oliveira Braga, senhor de engenho da freguesia da Santíssima Trindade, no vale do Macacu foram estratégias de enriquecimento e obtenção de prestígio realizadas por Araújo. Prestígio e riqueza transferidos aos seus herdeiros diretos. Após sua morte, em 1840, os bens divididos garantiriam a eles a mesma vida opulenta que certamente tivera o patriarca.

Antes, porém, de se adentrar no que pode ter sido o mais desastroso momento na história do clã de Henrique José de Araújo, deve-se conhecer um pouco mais de perto quem foi esta personagem da elite patriarcal, agrária e escravista do vale do Macacu.

<sup>257</sup> Antonio de Oliveira Braga pode ter incluído a fazenda da “Papaocaya” como dote da filha, sendo também possível a hipótese, embora a considere menos plausível, que Araújo a tivesse comprado do sogro.



#### 4.1. A naveta e o turíbulo: Henrique José de Araújo, de negociante a senhor de engenho

O padre Joaquim Mariano de Castro deixou registradas no *Livro das Pastoraes e Capitulos de Visita*<sup>258</sup> da matriz freguesia da Santíssima Trindade anotações que se mostraram preciosas para a pesquisa, por fazer especial menção a Henrique José de Araújo. A primeira, de dezembro de 1825, em tom de gratidão, registra o fato da matriz da Santíssima Trindade ter recebido, para o seu culto, a doação de duas alfaias: um turíbulo e uma naveta, ambos de prata.<sup>259</sup> O presente fora entregue ao vigário, padre Francisco Fernandes Amorim, que teria comunicado o acontecido aos seus fregueses, sendo que o doador solicitara a omissão do seu nome. Entretanto, a pena do entusiasmado Joaquim Mariano não primou pela discrição.



Figura 4: Turíbulo e naveta de prata lavrada.

Fonte: Acervo do museu da Fazenda Ponte Alta – Barra do Pirai (RJ). Foto do autor.

---

<sup>258</sup> Pastoraes e Visitas da Freguesia da Santíssima Trindade. Rio de Janeiro – (1727 – 1812). 140f. Cópia manuscrito. Loc. 14,3,7. (O catálogo no site da Biblioteca Nacional está grafado “Pastores” e não “Pastoraes”).

<sup>259</sup> A naveta e o turíbulo compõem um conjunto de alfaias que se usa nas cerimônias religiosas para o ato de incensar. A naveta para armazenar o incenso e o turíbulo para queimá-lo.

Segundo o documento,

o Rvdo. Pe. Francisco Fernandes Amorim<sup>260</sup> na fala, em presença de muitas pessoas me entregou hu Toribulo e Navetta de prata de muito bom gosto e valor, dizendo-me que hu Devoto oferecia esta Alfaia para serviço das Festividades desta Freguezia da SSma. Trindade, e não quis declarar por determinação do mesmo devoto quem era este generoso Bemfeitor, mas todos sabemos que he o senhor Capitão Henrique Jozé de Araújo, cuja piedade, Zello de Religião e Amor de Deos são bem notórios...

A anotação, em seu conjunto, enumera as virtudes, poder e riqueza de Henrique José de Araújo, trazendo informações primordiais para a pesquisa. Cruzando-a com outras fontes, pode-se tentar traçar um perfil deste homem da elite senhorial do vale do Macacu.

O português Henrique José de Araújo nasceu em Santa Maria do Landim, em Braga, em doze de janeiro de 1769, falecendo com 71 anos na cidade do Rio de Janeiro, em quatorze de agosto de 1840. Era *filho legitimo de Antonio Jose de Miranda e de Maria Joanna de Araújo, natural e baptizado na freguesia de Santa Maria do Landim, do Arcebispado de Braga*.<sup>261</sup>

Araújo, ao que parece, desde cedo esteve ligado à elite comercial da Colônia. No seu processo de Habilitação Matrimonial, aberto na cidade do Rio de Janeiro em 1804, por motivo de seu casamento com Maria Bibiana Cordovil, uma das suas três testemunhas foi Jose Francisco da Rocha, natural da cidade do Porto (Portugal) e caixeiro do Sargento-Mor Thomaz Gonçalves.

As outras duas testemunhas que declararam que Araújo era desimpedido e solteiro, foram *Joaquim Joze da Rocha, solteiro, natural do Bispado do Porto, morador na Rua Direita com Negocio, (...) de idade de trinta anos*.<sup>262</sup> Talvez Rocha tivesse atuado no circuito comercial de longa distância, dado que possuía barco próprio, de acordo com requerimento datado de 1824, existente no Arquivo Histórico Ultramarino, *do mestre do bergantim*<sup>263</sup> *Maria Triunfante, João Fernandes Tomás Junior, ao rei [D.*

<sup>260</sup> Em nota no mesmo livro de Pastoraes e Visitas, datada de 1830, tem-se que “Por fallecimento do Vig. Antonio Joaquim Mariano entrou (ilegível) encomendado, o Reverendo Francisco Fernandes de Amorim”. Sendo assim, Amorim seria o padre coadjutor do padre Joaquim Mariano, falecido em 1829. A nota registra que o padre Amorim era natural da própria freguesia da Trindade.

<sup>261</sup> Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo - 1804. Caixa 15/13 Notação 17.406. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

<sup>262</sup> Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo, 1804, op. cit.

<sup>263</sup> O bergantim era um pequeno veleiro utilizado nos séculos XVIII e XIX, principalmente para o comércio e o transporte em rotas pequenas. Possuía dois mastros e gurupés. Com a necessidade de navios

*João VI], solicitando passaporte para a dita embarcação, de construção portuguesa, da qual são senhorios Joaquim José da Rocha e sobrinho*<sup>264</sup>. O documento serviria para autorizar a viagem deste navio entre o Porto e o Rio de Janeiro, com escala numa localidade denominada Figueira.

Fragoso apresenta Joaquim José da Rocha como detentor de uma das maiores fortunas do Rio de Janeiro, segundo seu inventário *post-mortem* de 1846, ou seja, 42 anos após o seu testemunho nos banhos de Araújo. Seu monte-bruto, representado pela considerável quantia de 55:519\$920, encontrava-se distribuído da seguinte forma: padrão de vida, 17,4%; jóias, 1,4%; prédios, 25,8%; moeda, 54%.<sup>265</sup> Atuara no setor de aluguéis de prédios urbanos e possivelmente no de empréstimos, dado o maior volume do inventário representado pelo item moeda. Fragoso não identificou nenhuma riqueza deste negociante voltada para negócios mercantis, nem tampouco ter ele morrido com dívidas ativas. Possuía, segundo seu inventário, apenas 08 cativos.

Manolo apresenta Joaquim José da Rocha como traficante de escravos.<sup>266</sup> Rocha aparece como reexportador de mercadorias, visando aquisição de escravos africanos, no caso comentado por Manolo: os sócios no bergantim *Flor d'América*, aprisionado pela marinha britânica em Loango, na África, eram Joaquim José da Rocha, Francisco José da Rocha, José Marcelino Gonçalves e Antonio Fernandes da Costa. A carga da embarcação era destinada ao escambo por escravos, constituindo-se de tecidos ingleses no valor de 3:000\$000. A mesma estratégia também foi feita pelos traficantes de escravos Elias Antônio Lopes e Simão da Rocha Loureiro.<sup>267</sup>

A outra testemunha foi Joaquim Jose Gomes de Araújo, *casado, natural do Bispado do Porto, morador na Rua da Quitanda com loja de Fazendas, (...) de idade de trinta annos e ao costume disse ser Compadre do Justificante*.<sup>268</sup>

Um caixeiro, um detentor de seu próprio *negócio* e um comerciante de fazendas (tecidos). Todos, homens ligados ao circuito comercial do Rio de Janeiro.

---

maiores no final do século XVIII, surgiram bergantins com três mastros. Site Brasil Mergulho. Disponível em: <<http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragos/descricao/index.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2008.

<sup>264</sup> AHU- Rio de Janeiro, cx.322, doc. 108 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 293, D.20.722. Arquivo Histórico Ultramarino- Rio de Janeiro RJ. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>> Acesso em: 19 out. 2008.

<sup>265</sup> FRAGOSO, 1998, op. cit., p.318.

<sup>266</sup> Listagem dos traficantes de escravos entre a África e o porto do Rio de Janeiro, atuantes entre 1811 e 1830. In FLORENTINO, Manolo, 1997, op. cit. p.256.

<sup>267</sup> FLORENTINO, Manolo, 1997, op. cit. p.126.

<sup>268</sup> Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo, 1804, op. cit.

Henrique José de Araújo, portanto, ao menos desde sua chegada ao Brasil por volta de 1787, com 19 ou 20 anos, mantinha contato com homens de negócio e comerciantes da praça do Rio de Janeiro. Teria, como era comum a outros que vieram tentar melhor sorte no Brasil, começado sua vida como caixeiro? Não foi possível saber. O certo é que Araújo envolveu-se em atividades, comerciais e/ou rentistas, que lhe trouxeram riqueza e poder. Tanto que dezessete anos depois, em 1804, já com 36 anos, conseguira desposar Maria Bibiana Cordovil, filha certamente do segundo casamento de Antonio de Oliveira Braga, com Maria Felicidade.

O *Capitão Henrique* foi homem rico, com *cabedal* suficiente para despender generosas somas em obras pias como *as contínuas beneficencias q. algumas Igrejas da Cidade tem recebido do ditto Senhor, principalmente a Capella q. foi do Sacramento na Igreja do Rozario no Rio de Janeiro, com q. tem despendido mais de seis mil cruzados.*<sup>269</sup>

Contribuir para igrejas era sinal de distinção social, o que Araújo também fizera na matriz da freguesia da Santíssima Trindade em mais de uma oportunidade. É provável que ele, sua esposa, ou ambos, pertencessem à Irmandade do Santíssimo Sacramento, importante e presente em capelas e matrizes do Rio de Janeiro, controlada e freqüentada pela elite “branca”. Na página 130 verso do mesmo livro de Pastoraes e Visitas da Freguesia Santíssima Trindade, uma segunda nota, de 1828, referente à necessidade de reforma na matriz, ao mesmo tempo em que registra duras críticas a um senhor de engenho local, faz rasgados elogios a Henrique José de Araújo.

Não podendo concluir a obra da Capella- Mor, e Sachristia por não haver maior numerário no Cofre, (ilegível) conservava nesta a afflicção, recorri ao tenente Vicente José Marinho q. tendo prometido todo o seo socorro, em qualquer precisão mas percebi nelle hua fria escuza, o que me poz na maior consternação visto q. presentemente ate povo padecia os mayores prejuízos, e era geral a calamidade publica; mas o Nosso Senhor que acode nas maiores precizoens me inspirou recorrer a generoso catholico e piedozo Henrique Joze de Araújo q. liberalmente nos socorreo gratuitamente com a quantia de 200\$000 que logo entreguei ao ditto Portella visto a boa fê que todos nele tem; e esperamos a próxima ocasião para continuar a obra da Igreja, visto que estes [tempos?] de agoas em que se acha o Rio p<sup>a</sup> condução de materiais. Freg.<sup>a</sup>, 20 de Nov. de 1828. O Vig. Antonio Joakim Mariano.<sup>270</sup>

<sup>269</sup> Livro das Pastoraes e Visitas da Freguesia de Santíssima Trindade (1727-1812), op.cit.

<sup>270</sup> Livro das Pastoraes e Visitas da Freguesia de Santíssima Trindade (1727-1812), op.cit.

Na página 133 verso, encontra-se terceira anotação, que descreve a participação de senhores de engenho da freguesia da Trindade também na reforma da igreja.

Fez um altar novo para a Senhora do Terço com esmolas agenciadas por Salvador Freire da Cruz, cujo altar o Capitão Marcos da Costa Falcão mandou pintar e dourar. Mandou-se levantar e aprontar o Frontispício da Igreja para a qual derão tijolos o tenente Coronel Francisco Álvares Velloso e o Collegio suprio com o que faltou, e mandou quatro Pedreiros se telhou-se e rebocou-se por fora toda Igreja a custa do Tenente Vicente José Marinho, para o que tão bem pedi os Pedreiros do Collegio aos quais gratifiquei; o Commendador Henrique Joze de Araújo mandou encarnar as Imagens das Três Pessoas, fazer-lhe um Camarim envidraçado, pintado, dourado e seo cortinado de damasco para o Sacrário do Ssmo.<sup>271</sup>

Salvador Freire da Cruz coletara, entre os proprietários locais, dinheiro suficiente para fazer um novo altar secundário para entronização da imagem de Nossa Senhora do Terço. Marcos da Costa Falcão, que mandara pintar e dourar o mesmo altar, é citado por Pizarro em suas *Visitas Pastoraes* de 1795 como dono de engenho de açúcar na freguesia da Santíssima Trindade<sup>272</sup>. Em meio a essa elite local, figurava Henrique José de Araújo, que recebeu três referências na nota de reforma da matriz: as duas primeiras pelo apoio da fazenda do *Collegio*, de sua propriedade, pela doação de tijolos e cessão de quatro pedreiros. Não foi possível confirmar se eram escravos da fazenda detentores de ofício ou trabalhadores livres remunerados por Araújo.

A terceira referência foi nominal, devido à sua contribuição em mandar *encarnar as Imagens das Três Pessoas*<sup>273</sup>, além de *fazer-lhe um Camarim envidraçado, pintado, dourado e seo cortinado de damasco para o Sacrário do Ssmo.*

---

<sup>271</sup> Id., 1727-1812, op.cit.

<sup>272</sup> A relação traz ainda os nomes de Catarina (*Caterina*) Francisca de Azevedo Lemos, viúva do auditor Joaquim Mariano de Castro; Francisco Xavier da Costa Moura e o tenente Francisco Ferreira da Silva.

<sup>273</sup> A técnica de encarnar imagens significa dar-lhes cor de carne ao pintá-las. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Século XXI Escolar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. Essas imagens da Santíssima Trindade encontram-se atualmente na matriz da Paróquia de Sant'Ana de Japuiba, em Cachoeiras de Macacu.



Figura 5: Ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade<sup>274</sup>  
Foto: Cortesia Robson S. Nascimento.

Araújo centrara seu apoio em melhorias na capela-mor, lugar principal da matriz. Nela ficava o conjunto de imagens representando a trindade divina e o compartimento (sacrário) onde se guardavam as sacratíssimas hóstias consagradas nas missas. A capela-mor também era local das sepulturas dos homens e mulheres de maior prestígio na sociedade. Araújo poderia, com toda certeza, garantir seu enterramento nessa ‘*área nobre*’ da Igreja, por meio de tantas ações pias.

Não poderia ser mais evidente sua demonstração de prestígio e poder local. Sua colaboração na matriz, após a doação da quantia em dinheiro de duzentos mil réis, mencionada pelo padre Joaquim Mariano na primeira nota, provavelmente deve ter colocado o tenente-coronel Vicente José Marinho, que segundo a mesma nota se comprometera junto ao padre em prestar sempre seu apoio à Igreja, em delicada situação.

A riqueza de Araújo lhe trouxera poder e influência, riqueza à qual se acrescentam posses no Rio de Janeiro, representadas por *muitas e ricas propriedades na Cidade, Chácaras, Quintas*, de acordo com a nota do padre referente à doação da naveta e do turíbulo. Essas posses na Cidade revelam Henrique José de Araújo solidamente fixado na Corte, outrora centro do comércio atlântico português e agora, brasileiro, além de sede do poder imperial.

---

<sup>274</sup> Esta é a segunda matriz da Trindade, “inaugurada” em 1743 e centro das atenções dos senhores de engenho de Macacu. Situa-se na localidade hoje denominada Belém, a cinco quilômetros de Papucaia, 2º distrito de Japuíba, Cachoeiras de Macacu. A frente localizava-se do lado esquerdo da foto.

Joaquim Mariano, em seu elogio, apresentou ainda um *balanço* da fortuna de Araújo: *o seu fundo anda por mais de hu Milhão de Cruzados*, o que não admira poder contribuir tanto para a matriz. Araújo, segundo seu *biógrafo*, enriquecera obtivera boa parte de toda essa riqueza graças à sua *Ilma. Consorte a qm elle deve pte de sua Furtuna*. Outro aspecto do seu poder econômico, não esquecido por Mariano, era o número de cativos de sua propriedade, *com mais de quatro centos escravos entre todos*.

Já as informações sobre a *personalidade* de Henrique José de Araújo terão que ficar circunscritas à visão particular – e comprometida – do padre Joaquim Mariano, que lhe atribuiu os epítetos de *generoso Bemfeitor (...) tratamento muito afável muito familiar e todo cheio da mayor urbanidade...nunca quis ocupar cargo algum honorífico e o privilegio de Captam de Malta... generoso catholico e piedozo*.<sup>275</sup> Chama a atenção o cuidado que parece ter padre Mariano em tentar legitimar a posição política de Araújo em meio aos demais senhores locais: *He hu verdadeiro Brasileiro, bom Patriota q. sempre seguio a cauza da Independência*.

Outra coisa que o trecho revela, é o sentimento de nacionalidade expresso por Mariano, ao se utilizar do termo *Brasileiro*, o que parece tentar estabelecer uma posição de ‘oposição’ de Araújo ao partido português. Vale frisar que no ano da primeira nota, 1825, onde este dado aparece, vivia-se ainda a novidade da independência. Construía-se o Estado Nacional brasileiro, dado a recente promulgação da Constituição de 1824, no ano anterior.

Esse português, em 1825, três anos após a Independência era um respeitável, rico e poderoso negociante e senhor de terras de 56 anos, figurando como um dos maiores proprietários de terras e escravos da região, dada a sua numerosa escravaria. Devido a falta do inventário *post-mortem* de Henrique José de Araújo, não foi possível uma melhor caracterização dos cativos de sua propriedade no vale do Macacu.

Contudo, existe outra informação que se aproxima muito da registrada por Joaquim Mariano em 1825 – sendo mesmo anterior a este - acerca do número de escravos de Araújo. Nicoulin, em trabalho sobre a vila de Nova Friburgo, transcreveu observação de Meiret de Miécourt sobre a passagem dos suíços pelo vale do Macacu no ano de 1821, em direção à subida da serra:

---

<sup>275</sup> Livro das Pastoraes e Visitas da Freguesia de Santíssima Trindade (1727-1812), op.cit

*Os colonos percorreram a metade da viagem. Não deixar os barcos para empreender a última parte do trajeto. O primeiro dia leva-os à fazenda do Colégio, distante 18 quilômetros da última parada.(...) Chegando à fazenda do Colégio, entram em contato com outra realidade brasileira. Essa fazenda pertence a um proprietário “imensamente rico”, que possui mais de 300 negros e um engenho de açúcar. Ali são bem recebidos, bebem a aguardente do país, a cachaça.”<sup>276</sup>*

Parece ser acertado o julgamento de Mariano acerca da *urbanidade* de Henrique José de Araújo. Miécourt registra apenas um engenho, enquanto padre Joaquim diz que Araújo possuía quatro. O relato de Miécourt (1821) precede o do padre (1825), apresentando a grande disparidade de três engenhos a menos do que comentou Joaquim Mariano. Teria o empreendimento do *Capitão Henrique*, em apenas quatro anos, crescido tão vertiginosamente? É possível que sim, mas também pode tratar-se apenas de falha na observação de Miécourt.

Pizarro, em suas Memórias Históricas, apresenta São João Batista de Itaboraí como a maior freguesia produtora de açúcar da vila de Macacu.<sup>277</sup> Apesar disso, pode-se afirmar com certeza que Henrique José de Araújo, radicado na freguesia da Santíssima Trindade, era o grande proprietário isolado de escravos na região de Macacu, tanto pelos muitos registros de batismo de seus cativos e as fontes coevas, havendo entre estes, significativo número de adultos.

Essa destacada posição de Araújo no contexto dos corpos sociais de Macacu, deve ter lhe conferido, o que Fragoso denomina de *sentimento de superioridade*.

tal sentimento de superioridade, era um dos resultados do Antigo Regime nos trópicos. (...) prendia-se a um gênero de sociedade na qual a posição de uma pessoa/família na hierarquia social dependia de sua qualidade, leia-se de sua capacidade de mando na República e, no nosso caso, de usufruir as benesses da economia do bem comum. (...) suas estratégias matrimoniais mudavam conforme as conjunturas históricas e com elas as escolhas dos tipos de genros, “nobres” ou não. (...) tais preferências se traduziram em casamentos com esposos forasteiros à cidade (...) Passados os tempos heróicos da montagem da economia açucareira, consolidadas as posições das famílias conquistadoras como senhoriais e como hegemônicas na República, sua política matrimonial mudaria completamente. Nas últimas décadas do século [XVII], elas “optaram” por matrimônios com seus pares

<sup>276</sup> NICOULIN, Martin, 1996, op. cit.

<sup>277</sup> “Trinta e duas fábricas trabalham a cana para açúcar e aguardente, cujos efeitos, bem como a farinha, milho, feijão, arroz e café, produtos mais principais das lavouras do distrito, são conduzidos ao Porto das Caixas, onde há um armazém que os recolhe, enquanto se aprontam os barcos de transporte para levá-los à cidade”. Cf. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, 1945, op. cit. p. 165 - 166.



sociais, o que facilitava as alianças políticas, ou melhor, a formação de “bandos” no interior da nobreza da terra.<sup>278</sup>

Parece plausível considerar, tendo como exemplo o caso de Henrique José de Araújo, que esse *sentimento de superioridade* perdurasse na longa duração, avançando mesmo pelo século XIX. Henrique José de Araújo certamente conseguiu avultados resultados financeiros e muitas propriedades através de ao menos duas estratégias distintas, mas interligadas: o comércio e o matrimônio.

Por sua condição de homem rico e casado com filha de influente família da elite fluminense<sup>279</sup>, ou seja, Maria Bibiana Cordovil, Araújo usaria dessa riqueza em políticas para obtenção de prestígio e demarcação de seu espaço social em meio à elite rural e escravista do vale do Macacu. No seu interior, era influente membro e competidor com os demais senhores locais, por posições na hierarquia de poder pessoal. Cronologicamente, após seu casamento com Maria Bibiana, seguiu-se uma vantajosa relação comercial de Araújo com o poderoso negociante português João Rodrigues Pereira de Almeida.

Osório, em tese sobre a província do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul), analisou *as profundas conexões econômicas e sociais existentes entre o Rio Grande de São Pedro e a praça do Rio de Janeiro, além de contribuir para a identificação de mecanismos de constituição da elite mercantil do Centro-Sul do vice-reino do Brasil.*<sup>280</sup>

A autora estuda a concessão de quatro desses contratos destinados ao Rio Grande: três de cobrança de impostos e um de fornecimento de mercadorias. Respectivamente, a arrecadação dos dízimos, dos proventos do *Registro de Viamão*, do quinto dos couros e gado em pé e do fornecimento de alimentos às tropas sediadas na região do Rio Grande de São Pedro.

Sobre esta prática Osório comenta ser *vigente nas monarquias do Antigo Regime europeu, de ceder a particulares, por meio de contratos que eram arrematados, a*

<sup>278</sup> FRAGOSO, João. 2001, op. cit. p. 53-55.

<sup>279</sup> Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo, 1804, op. cit.

<sup>280</sup> OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII) In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII)**. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, et alli. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

*prerrogativa de cobrar direitos, negociar com exclusividade algum produto ou abastecer alguma região ou instituição, foi trasladada às colônias.*<sup>281</sup>

Essa política facilitava a Portugal, como a outros Estados modernos, a distribuição de mercadorias por amplas áreas, além de desonerar o Estado das responsabilidades de cobrar impostos, quando seria preciso montar uma pesada e custosa burocracia. A Coroa tinha como certo o recebimento, pelo direito de usufruto, que o concessionário do privilégio angariava. Em suma: recebia antes mesmo de cobrar. Miranda explica como eram arrematados esses contratos:

os contratos eram estabelecidos entre a Coroa e indivíduos ou companhias, normalmente vendidos em hasta pública àqueles que fizessem os lances mais elevados, por períodos determinados, geralmente por três anos. Quando as ofertas fossem inferiores àquelas da arrematação anterior ou não surgissem interessados, a Fazenda Real se encarregava de “administrá-los”. Os arrematadores adiantavam à Coroa a quantia acertada usualmente em prestações (“quartéis”), lucrando com a diferença entre esta e o que pudessem extrair dos súditos lances mais elevados, por períodos determinados, geralmente por três anos. Com esse sistema, a Coroa buscava garantir um fluxo regular de renda monetária e superar as limitações de quadros e de recursos para fazer chegar ao contribuinte o braço arrecadador, ao mesmo tempo em que fazia convergir seus interesses e dos grandes comerciantes associados ao Estado na arrecadação de impostos, na exploração de monopólios régios e no abastecimento de tropas.<sup>282</sup>

Miranda explicou também como os contratadores pagavam esses contratos e a forma como eram extremamente disputados e lucrativos:

Os contratos eram vendidos por um valor final composto pelo preço principal (“livres para a Fazenda Real”), sobre o qual incidia 1% para obras pias, propinas para munições e propinas para o presidente e deputados da Junta da Fazenda onde era rematado. Responsável pela arrecadação, cabia ao contratador todas as despesas dela decorrentes. Seus lucros dependiam assim da eficiência da cobrança, pois lucrava com a diferença entre o preço devido à Fazenda Real e aquilo que houvesse arrecadado. Negócio atrativo, o direito de cobrar tributos também foi objeto de pedidos de mercê em retribuição por serviços prestados pelos próprios requerentes ou por seus antepassados. (...) reconhecimento por parte do Rei, uma forma de distinção na sociedade colonial e a possibilidade de gozar de privilégios previstos nas Ordenações aos rendeiros reais.<sup>283</sup>

<sup>281</sup> OSÓRIO, Helen, 2001, op. cit. p. 110

<sup>282</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro(1808-1831).** Campinas;UNICAMP,2006.p.65-66.Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br>> Acesso em: 19 dez. 2008.

<sup>283</sup> MIRANDA, 2006, op. cit. p.65-66.

Nesses contratos, o predomínio das arrematações ficava com a elite comercial do Rio de Janeiro, graças *a sua capacidade de mobilização de capitais e às suas fortunas, muito superiores às dos comerciantes sulistas.*<sup>284</sup>

Voltando a Osório, seu trabalho comenta sobre o período em que a arrematação dos contratos foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para Lisboa, sendo então realizadas pelo Erário Régio. O trio de comerciantes integrado por José Rodrigues Pereira de Almeida e os cunhados Antonio Ribeiro de Avellar e Antonio dos Santos e Companhia, monopolizou o contrato dos dízimos de 1791 a 1796, o do quinto dos couros e o do municio das tropas no triênio 1794-1796.

De 1797 a 1805, associou-se ao grupo João Rodrigues Pereira de Almeida, irmão de José Rodrigues Pereira de Almeida. Aquele era comerciante de grosso trato do Rio de Janeiro e um dos principais negociantes de produtos do Rio Grande.<sup>285</sup> Sobre ele escreveu Frago: *não apenas atuava em diversos ramos – tráfico de escravos, abastecimento interno e finanças -, como também detinha posições monopolistas em cada um desses setores do mercado.*<sup>286</sup>

Segundo Sampaio, a origem dessa elite de negociantes se aprofunda pelos séculos XVII/XVIII através do comércio interno e externo, constituindo-se como principal elite mercantil da América portuguesa, suplantando mesmo a da antiga capital, Salvador:

A documentação do período é próspera em exemplos (...) que ressaltam o papel estratégico que o Rio de Janeiro passa a desempenhar após a descoberta do ouro, graças exatamente às suas relações privilegiadas com as regiões auríferas. Ao longo da primeira metade do século XVIII, a praça carioca vai sobrepujando a de Salvador em importância dentro do sistema mercantil imperial, tornando-se assim a principal da América portuguesa.<sup>287</sup>

Henrique José de Araújo entraria nesse negócio com a província do Rio Grande de São Pedro através de sua associação ao grupo do poderoso negociante João Rodrigues Pereira de Almeida. A nova sociedade comercial agora seria formada por parentes de João em Portugal: Joaquim Pereira de Almeida, Antonio Ribeiro Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida; por Henrique José de Araújo e também o

---

<sup>284</sup> OSÓRIO, 2001, op.cit. p.117

<sup>285</sup> OSÓRIO, 2001, op.cit. p.119.

<sup>286</sup> FRAGOSO, 1998, op. cit. p. 329.

<sup>287</sup> FRAGOSO, 2001, op. cit. p. 75.

traficante de escravos Antonio José da Costa Barbosa. Esse grupo de comerciantes conseguiu novamente o monopólio dos contratos dos dízimos, quinto dos couros e municío das tropas com a província do Rio Grande de São Pedro para o triênio 1806, 1807 e 1808.<sup>288</sup>

Sampaio define o objetivo desses negociantes ao se organizarem em sociedades, que

funcionavam como importante instrumento de acumulação de capital. Isso fica claro na diferença entre a participação de cada um dos sócios no capital da mesma e a divisão dos lucros. Frequentemente elas representavam associações entre capital e trabalho, cuidando o sócio capitalista somente de garantir sua participação nos lucros, enquanto o (os) outro (os) responsabilizava(am)-se por toda a administração do comércio (ou outra atividade) de que era objeto aquela sociedade.<sup>289</sup>

É evidente que há algo de significativo no fato de Henrique José de Araújo só entrar para esta sociedade comercial, integrada por tão importantes negociantes, dois anos após seu casamento com Maria Balbina de Oliveira Braga, em 1804, o que o liga ao assenhoreamento de uma grande fazenda no vale do Macacu. Miranda analisou criticamente esse monopólio fluminense sobre os negócios com o Rio Grande:

em 1779, uma nova Junta da Fazenda foi instalada em fevereiro de 1803. Como órgão colegiado, era formada pelo Governador, pelo Juiz de fora da Vila de Porto Alegre, por um procurador a ser nomeado entre as pessoas letradas do Continente, por um tesoureiro eleito, por um escrivão e o pelo Intendente da Marinha. (...) No entanto, sob a presidência do Governador Paulo José da Silva Gama, (...)a Junta da Fazenda transformou-se num instrumento de afronta aos interesses privados locais, servindo para concentrar poderes e recursos pelo governo. (...) Em 1805, estava a cargo da Junta da Fazenda realizar o leilão dos contratos régios da capitania, mas, ao invés de facilitar o acesso de residentes a estes negócios, a participação desses comerciantes foi sistemática e violentamente barrada pela Junta da Fazenda, em favor de interessados residentes nas praças do Rio de Janeiro ou de Lisboa. Naquele ano, três comerciantes de Porto Alegre, José Antônio dos Prazeres e os capitães Antônio Soares de Paiva e José Francisco dos Santos Sampaio tentaram participar da rematação dos contratos do quinto dos couros e do gado em pé do triênio de 1806 a 1808. Por decisão da Junta, foram impedidos de participar da licitação por julgá-los “negociantes pouco idôneos para a rematação de semelhantes contratados”, o que deu origem a uma contenda prolongada que chegaria ao Erário Régio em Lisboa.<sup>290</sup>

<sup>288</sup> OSÓRIO, 2001, op. cit. p.120

<sup>289</sup> SAMPAIO, 1994, op. cit. p. 97

<sup>290</sup> MIRANDA, 2006, op. cit.

Podem ter havido relações políticas, de caráter pessoal, determinando a concessão e arrematação destes lucrativos contratos comerciais no Rio Grande de São Pedro. Há de se mencionar ainda, complementarmente, outras tantas características desse negócio mencionadas por Osório:

Os contratadores não lucravam apenas com a diferença entre o preço do contrato e seus gastos de arrecadação e o produto arrecadado. As cláusulas dos contratos lhes garantiam uma série de privilégios mercantis que permitiam sua atuação no mercado de forma diferenciada e monopolística.<sup>291</sup>

Em carta do governador de Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, ao vice-rei d. Rodrigo de Souza Coutinho, aquele não escondeu sua indignação com as estratégicas formas de lucrar dos contratantes em relação ao contrato do quinto dos couros, de 1797:

Abusando da necessidade, miséria e falta ou demora de pagamentos dos Militares compram-lhes pela oitava parte do seu valor aquelas mesmas letras com que ajustam as suas contas, sem rebate algum, aceitando-lhes a Real Fazenda pelo seu legítimo valor, de que se segue que despendendo estas grossas somas de dinheiro em pagar o que com tanto trabalho e risco vencem os defensores da Coroa, e da Pátria, vem estes a receber ad´sumo a oitava parte, e algumas vezes em fazendas, ou gêneros avariados, cujo sacrifício, além de involuntário ou para melhor dizer forçado se lhe faz tanto mais sensível por não ser em obséquio da Real Fazenda, mas sim de uns particulares que se tem erigido em opressores.<sup>292</sup>

Havia a possibilidade de pagar parte do contrato com letras da Fazenda Real, que no Rio Grande serviam para pagar os soldos atrasados dos militares, além das requisições de gado e trigo feitas por várias vezes pelos contratadores aos estancieiros e lavradores para abastecimento das tropas do exército. Como as letras não apresentavam perspectivas de resgate pelo governo do Rio Grande, os negociantes, como comenta o governador, compravam-nas dos empobrecidos portadores – muitos deles homens das tropas coloniais - e as utilizavam no pagamento dos seus contratos, renegociadas com

---

<sup>291</sup> OSÓRIO, 2001, op. cit.p.122.

<sup>292</sup> Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Rio Grande, 18/02/1800. AHU, RG, av, ex.7, doc.25, apud. OSÓRIO, 2001, op. cit.

ampla vantagem. Além disso, tinham a prática de instalar lojas junto aos locais de cobrança de tributos.<sup>293</sup>

Talvez estas *práticas comerciais* possam ajudar a intuir aspectos da personalidade de Henrique José de Araújo não tão ‘*afáveis*’ como os que seriam futuramente apresentados, em 1825, por Joaquim Mariano.

Henrique José de Araújo, como negociante, não limitaria suas atividades comerciais ao Rio Grande do Sul. Na Biblioteca Nacional, outro conjunto de fontes apresenta as relações de Araújo com o padre Francisco Sabino, reitor do Seminário dos Meninos Pobres e Órfãos do Distrito de Ilha Grande. Através de dois requerimentos, o padre Sabino tentava regularizar o recebimento das cômguas<sup>294</sup> atrasadas do Seminário:

O Pe. Francisco Sabino Presbítero a Congregação do Oratório reitor do Seminário dos Meninos pobres e órfãos no Districto da Ilha Grande representa a V. Excia. que o Exmo. Senhor Ministro da Fazenda pede huma Portaria de V. Excia. p<sup>a</sup> no Thezouro poder mandar pagar ao Supe como Reitor do mesmo Seminário as Cômguas mensaes e annuaes q. Sua Magestade Imperial manda dar para subsistência do mesmo Seminário[...]<sup>295</sup>

Esses recursos financeiros serviriam para remunerar Henrique José de Araújo pelo fornecimento de gêneros para abastecimento do mesmo seminário. No documento que se segue, chama atenção o fato de que as cômguas deveriam ser repassadas diretamente às mãos de Araújo e não ao padre reitor da instituição. Para tanto, em 22 de junho de 1824 escrevia o clérigo:

O P. Francisco Sabino Reitor do Seminário dos Meninos pobres e órfãos no Districto da Ilha Grande representa a Vossa Magestade Imperial a Henrique Joze de Araújo Negociante desta Corte foi concedido a Sup.e por especial Mercê de Vossa Magestade Imperial p<sup>a</sup> suprir o mesmo Seminário nas despezas q. forem necessárias e p<sup>a</sup> receber no Thezouro publico todas as Cômguas pertencentes ao mesmo Seminário porem como o dito Negociante não pode receber as dittas Cômguas sem ficar p<sup>a</sup> isso authorizado por Vossa Magestade Imperial por tanto. Pede a Vossa Magestade queria dignar-se authorizar o ditto Negociante Henrique Joze de Araújo p<sup>a</sup> q. possa mandar receber no Thezouro publico as dittas Cômguas de cem mil

<sup>293</sup> Id., 18/02/1800, op. cit.

<sup>294</sup> Francisco Sabino, padre da Congregação do Oratório. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando providências no sentido seja executado tendo o que resolver a Junta do Governo sobre sua estadia na congregação de Pernambuco; pede que o tesouro pague as cômguas vencidas do seminário dos meninos pobres de Ilha Grande, do qual é reitor; e licença para que o negociante Henrique José de Araújo, possa receber as cômguas que lhe compete como fornecedor do seminário. 1815-1824. C-0800,034. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional.

<sup>295</sup> Francisco Sabino, padre da Congregação do Oratório, 1815-1824, op. cit.

reis cada mez e de quatro centos mil reis por anno q. Vossa Magestade Imperial manda dar p<sup>a</sup> subsistência do mesmo Seminário<sup>296</sup>

Araújo recebera como mercê do Imperador o monopólio no fornecimento de gêneros ao Seminário – infelizmente sem mencionar quais. Tal fato comprova que dezesseis anos após ter arrematado o lucrativo contrato do Rio Grande de São Pedro (1806 a 1808), em 1824 ainda dedicava-se à atividade comercial e, ao que parece, comércio não apenas de açúcar. Infere-se então que naquele anterior contrato para municio das tropas, no Sul, Araújo possa ter entrado no negócio através do fornecimento de farinha de mandioca, já que possuía terras e suficientes escravos – inclusive uma maioria de mulheres - que o possibilitariam à produção desse gênero.

Levando em consideração que Araújo adquiriu para si a *Fazenda do Colégio* pelo dote da filha de Antonio de Oliveira Braga, é plausível supor que produzisse na sua propriedade os gêneros que forneceu àquele contrato do Rio Grande e posteriormente, ao Seminário dos Meninos Pobres e Órfãos da Ilha Grande. Tendo em vista o exposto a respeito do quadro socioeconômico do vale do Macacu nos capítulos anteriores, é igualmente plausível que a farinha de mandioca, o arroz, milho e feijão, pudessem estar entre os gêneros fornecidos.

A escravaria da Fazenda do Colégio, ao menos no tempo do Braga, em 1797, contava 62 mulheres, 44 homens e outros 101 escravos e escravas mais jovens. Cativos estes que Araújo adquirira pelo casamento com Maria Feliciano Cordovil sete anos após. Evidente que este grande grupo sofrera alterações no decorrer deste tempo, mas provavelmente mantivera-se relativamente íntegro, além do que muitos dos 101 mais jovens teriam alcançado idade produtiva e se voltariam para a produção mercantil da farinha e outros gêneros.

Araújo talvez tivesse planejado outro passo na ascensão social através de um dos filhos. Mais uma vez o matrimônio foi política utilizada, através do ajuste do casamento de seu filho, Joaquim Henrique de Araújo, com a filha do visconde de Olinda, Pedro de Araújo Lima.<sup>297</sup> Entretanto, não a veria concretizar-se, já que faleceu em 1840. Por

---

<sup>296</sup> Id., 1815-1824, op. cit.

<sup>297</sup> Pedro de Araújo Lima, (Antas, PE, 22.12.1793; Rio de Janeiro, RJ, 07.06.1870). Representou Pernambuco nas Cortes de Lisboa (1821) e na Constituinte brasileira (1827), na Câmara dos Deputados (1826-37) e no Senado (1837-70). Conselheiro de Estado (1842), ministro da Justiça e Estrangeiros (1832), de Estrangeiros e Fazenda (1848). Presidente do Conselho de Ministros (1848, 1857, 1862 e 1865). Regente do Império (1837-40). Organizou o ministério conservador (1848) e chefou o *Gabinete*

outro lado, pode ter sido o próprio Joaquim quem particularmente e já na ausência do pai, tivesse arquitetado o enlace, o que da mesma forma conferiria maior prestígio ao clã.

Um requerimento do visconde de Olinda, datado de 20 de abril de 1843, confirma o sucesso do contrato de enlace:

P. Ato de Licença. P. Alvará em 20 de Abril de 1843 Senhor. O Visconde de Olinda, tendo ajustado o casamento de sua filha D. Luisa Bambina de Araújo Lima com Joaquim Henrique de Araújo, filho do Commendador Henrique José de Araújo, e não o podendo concluir sem aprovação de Vossa Magestade Imperial, por isso P. a V.M.I. a graça de a dar. O Visconde de Olinda.<sup>298</sup>

Segundo Faria, em trabalho sobre famílias coloniais para Campos dos Goytacazes,

Comerciantes enriquecidos transmutados em grandes senhores de terras e escravos detinham lógica própria de comportamento, para eles próprios e seus familiares, ditada, certamente, pela fase de vida em que se encontravam. Quando comerciantes, estavam solteiros e migravam por distâncias relativamente longas. O sucesso nos negócios representava o estabelecimento de aliança matrimonial com filhas de senhores prestigiados, constituindo uma nova fase em que o objetivo tornava-se a consolidação do espaço social conquistado. Cabia-lhes manter esse prestígio através do casamento de seus filhos – principalmente mulheres – tanto escolhendo bem seus afilhados quanto os padrinhos de sua prole.<sup>299</sup>

A lógica de se arranjar casamento para as filhas se associa ao fato de Pedro de Araújo Lima - futuro marquês de Olinda e regente no período anterior à subida ao trono de Pedro II pelo Golpe da Maioridade (1840) - casar Luisa Bambina com Joaquim Henrique de Araújo, o que realça a importância social do clã Araújo e da descendência do seu patriarca.

---

*dos Velhos* - 1862 e o *Gabinete das Águias* (1865). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000024>> Acesso em: 13 abr. 2008.

<sup>298</sup> Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para casar sua filha com Joaquim Henrique de Araújo, filho do comendador Henrique José de Araújo. 1843 - C-0317,011 n° 005. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional

<sup>299</sup> FARIA, Sheila de Castro, 1988, op. cit. p. 217-218.



## 4.2. O barão e visconde de Piracinunga

Joaquim Henrique de Araújo, depois de seu casamento com Luisa Bambina, alcançou o título de barão de Piracinunga, por Decreto de 06 de dezembro de 1850. Na divisão da *Fazenda do Colégio*, Joaquim herdara a parte denominada Fazenda da Papucaia.<sup>300</sup>

O poder local do filho barão de Henrique José de Araújo pode ser experimentado através de sua ação durante a grande epidemia de *cólera morbus* ocorrida em 1855 na Província do Rio de Janeiro, ceifando centenas de vidas de livres e escravos. A rápida disseminação da doença, na região do Macacu, foi registrada pelo vice-presidente da Província, o visconde de Baependy:

fui informado de que a epidemia lavrava na povoação do Porto das Caixas, do município de Itaborahy, assim como nas villas de Magé e de Santo Antonio de Sá, tendo-se os primeiros casos em indivíduos das tripulações de barcos que navegam entre a corte e aquelles pontos. Para ali mandei todos os soccorros de que pude dispor.<sup>301</sup>

No mesmo Relatório encontram-se registradas as tentativas do governo provincial, em conjunto com senhores locais e colaboradores, em solucionar a endemia. Entre estes, figurou de forma significativa, o apoio de Piracinunga no vale do Macacu:

Para estas freguezias [Sant'Anna de Macacu, e S.José da Boa Morte] nomeei commissões filiaes, compondo-se a primeira do Barão de Pirassinunga, subdelegado Francisco José da Gama, tenente-coronel Zozimo Ferreira da Silva, e do reverendo parcho; e a segunda do presidente da câmara Joze Emygdio Duque-Estrada, subdelegado José Lopes Xavier, João José Domingues, e do reverendo parcho.<sup>302</sup>

Joaquim Henrique de Araújo não participaria somente integrando a comissão sanitária local, como informa o documento, mas também através de sua ação particular – semelhante a outros senhores locais - em oferecer atendimento ‘aos pobres’, em sua Fazenda Papucaia, para onde fora enviado um acadêmico de medicina:

<sup>300</sup> Na página 179 da Seção Província, do Almanaque Laemmert de 1850, aparece na freguesia da Santíssima Trindade, município de Santo Antônio de Sá, no item Fazendeiros, a “Viuva & filhos de Henrique José de Araújo, senhores de cinco fazendas”. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000619.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

<sup>301</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1855, p.08. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u832/000007.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009

<sup>302</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1855, p.23.

O Barão de Pirassinunga estabeleceu uma enfermaria para o tratamento dos pobres da vizinhança na sua fazenda em Sant'Anna de Macacu, correndo por conta do dito Barão as despesas com o preparo della, medicamentos e dietas: o sext'annista Vicente Moncarda encarregou-se gratuitamente do tratamento dos doentes que se recolhessem a esta enfermaria.<sup>303</sup>

A epidemia de cólera de 1855, que teve seus primeiros casos registrados no município de Santo Antonio de Sá em 06 de outubro daquele ano, foi devastadora. Um levantamento parcial de vítimas na vila de Santo Antonio de Sá, Sant'Anna de Macacu e São José da Boa Morte, oferecem um painel do horror que deve ter se instalado na região:

Segundo communicou a commissão sanitária municipal em officio de 29 de outubro, a enfermidade continuava ali com intensidade: o numero dos acometidos na freguezia da vila [de Santo Antonio de Sá] desde o dia 4 do mesmo mez até aquella data era de 170, dos quaes havião fallecido 30. Na freguezia de Sant'Anna de Macacu até o dia 25 derão-se 14 casos de cholera, dos quaes 11 forão fataes. Na de S. José da Boa Morte, segundo communicações de 28, a enfermidade grassava com força, havendo sido sepultados até aquella data 26 cadaveres. Constou depois que até o dia 4 de novembro corrente o numero de mortos elevára-se a 82 nesta freguezia.<sup>304</sup>

Em pouco mais de um mês, de 06 de outubro a 04 de novembro, o cólera matou pelo menos 123 pessoas, somente no Vale do Macacu. O Relatório de 1856 apresentou um levantamento geral, que o vice-presidente Nicoláo Tolentino reconhecia ser incompleto, dos atingidos pela epidemia para toda a província: de um total de 4.542 mortos, 948 eram livres, 1.677 escravos e 1.917 não tiveram informada sua condição. Em Santo Antônio de Sá, curiosamente, o número de mortos cativos e livres foi o mesmo: 82 pessoas. Acrescentando-se mais 45 com condição não declarada, o município alcançaria a cifra de 207 mortos pelo cólera.<sup>305</sup>

O barão de Piracinunga seria elevado ao título de visconde com grandeza do mesmo título, por Decreto de 11 de outubro de 1876. Recebeu ainda as comendas da

---

<sup>303</sup> Id., 1855, op.cit., p.08.

<sup>304</sup> Ibid. p.08.

<sup>305</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1856, p.3. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u833/000006.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009

Ordem de Cristo, Ordem da Rosa e o título de comendador da Ordem Romana de São Silvestre<sup>306</sup>.

Não se pode afirmar categoricamente que foi apenas o seu casamento que lhe conferiu tais títulos, mas não é seguro, por sua vez, afirmar que sua união com *Luísa Bambina de Araújo Lima* não lhe tenha garantido uma *porta aberta* para receber seus títulos e comendas.

É plausível que essa lógica se desse, também, de forma inversa, ou seja, ao então visconde de Olinda interessaria garantir a tranqüilidade material da filha ao casá-la com um dos herdeiros do rico Henrique José de Araújo. Inclusive, o próprio documento em que solicita autorização para o casamento da filha revela o evidente interesse de Olinda em concretizar a união.

A das últimas fontes que fazem referência ao barão é uma carta enviada em novembro de 1865 por este à sua esposa.

Barbacena, 27 de Novbro 1865

Recebi sua carta de 24 e mto estimo as melhoras da Mamãe e a tua boa saúde. Eu vou bem Graças a Deos já estou bom de todo o incommodo q tive no estomago. Agora vou te pedir hum favor, qe He fazer ver a Papai os obséquios q Dr. Jose Rodrigues Lima Duarte nos tem feito, e sua família, estou certo q. Papai não será indiferente a isso; diga-lhe que no 1º anno q. viemos pª Barbacena elle nos emprestou 2 liteiras, 12 bestas, 5 pretos para nos conduzir, e q. na estalagem em q. jantamos, e dormimos, não só nos quiserão levar nada porque elle já tinha prevenido ao homem da estalagem e a despesa não havia de ser pequena porq. Herão 14 pessoas, e 22 animaes e os mais annos q. temos vindo elle sempre nos obsequiar, principalmente qdo estou doente ou alguém da casa como vce bem sabe de tudo q. elle nos tem feito; a mobília que me está servindo He delle Vce bem sabe q. aqui não há nem pª comprar e nem pª alugar-se. Visto todos esses obséquios, desejava fazer algum a elle e então lembrava-me de Vce pedir a Papai como lhe disse, mais como sou mto infeliz nos meos pedidos, por isso peço a Vce eu ligo neste pedido tanto interesse q. te digo q. peça como se fosse pª mim; o Lima Duarte de nada sabe por isso se formos felizes de Papai annuir peça logo licença pª eu saber delle se quer; corre por aqui que o Martim Francisco não acceita a presidência da Parahyba, esta estava boa para elle. Se Papai, por duvida pª Presidente, então peça pª Vice-Presidente de Minas q. há vaga, consta por aqui q. se empenhão pª q. seja nomeado Vice-presidente de Minas o Vigario do Ouro Preto, diz o Barão do Prado q. este Padre He homem sem influencia alguma, e nem He conhecido na Provincia. Bambina, eu tenho mto empenho em obsequiar ao Lima Duarte elle já me pedio hum favor e eu pedi a Papai [palavra riscada] não foi servido, elle pedio pª o Torres Homem ser nomeado pª cadeira

<sup>306</sup>Almanaque Laemmert, 1877, p.55. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000063.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

de Higiene e Historia da Medicina, e elle não foi nomeado. Adeos, lembranças a Papai, Mamãe e [ilegível]. Barão de Pirassinunga.<sup>307</sup>

Não foi possível saber o que o barão estava fazendo em Minas um ano após a crise do Souto e poucos meses antes da venda de sua Fazenda da Papucaia, em Macacu. Pode ser que os fatos não apresentem nenhuma correlação, mas o barão declarar depender de forma tão veemente da ajuda de seu benfeitor, o dr. João Rodrigues Lima Duarte, pode ser um indício. O tom na carta à esposa Luiza Bambina de Araújo Lima, quase subserviente e ao mesmo tempo carinhoso, revela um homem fragilizado? Não é possível sabê-lo.

Parece que existia distância do barão nos contatos com o marques de Olinda: “quando eu ahi estive quis pedir a Papai como lhe disse, mais como sou mto infeliz nos meos pedidos, por isso peço a Vce eu ligo neste pedido tanto interesse q. te digo q. peça como se fosse p<sup>a</sup> mim”. Quem sabe a filha amolecia o pai a atender o genro? Como últimos cartuchos, Piracinunga assume a função de informante da situação política em Minas, possivelmente na intenção de demonstrar proximidade e confiança ao poderoso marques de Olinda:

Diga a Papai q. tem sido mal recebida a nomeação do novo Presidente de Minas, o barão de Prados, me disse q. o Governo tinha se enfraquecido mto com esta nomeação, e q. julga o Governo não ter maioria na Câmara com q. para contar, pela do barão a deputação Mineira não está satisfeita. Diga isto só a Papai, e a mais ninguém.<sup>308</sup>

Teria o barão de Piracinunga relações comerciais com Minas Gerais? A carta do barão à esposa comenta o empréstimo de 12 bestas e depois há menção ao uso de 22 animais. O trecho da carta *e os mais annos q. temos vindo elle sempre nos obsequiar* sugere anteriores contatos, embora a indisponibilidade de fontes torne muito frágil esta hipótese.

A ausência de fontes infelizmente não permitiu avançar mais. O que se sabe com certeza, é que o casamento de Henrique José de Araújo lhe trouxe vários filhos, os quais subdividiriam entre si a fortuna do pai formada por prédios e terrenos na cidade do Rio

<sup>307</sup> Carta do barão de Pirassinunga à esposa (filha do marques de Olinda) pedindo-lhe obter do pai um cargo de presidente (ou vice) da província para o dr. João Rodrigues Lima Duarte a quem o casal deve obséquios; e comentando a reação desfavorável dos mineiros ao novo presidente barão de Prados. Barbacena, 27 de novembro de 1865. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Coleção Marques de Olinda, Lata 210, Doc. 77.

<sup>308</sup> Carta do barão de Pirassinunga à esposa (filha do marques de Olinda)..., 1865, Op. Cit.

de Janeiro, além de sua propriedade rural no vale do Macacu. Esta se constituiria como parte do ‘complexo agrário’ do clã Araújo na freguesia da Santíssima Trindade.<sup>309</sup>

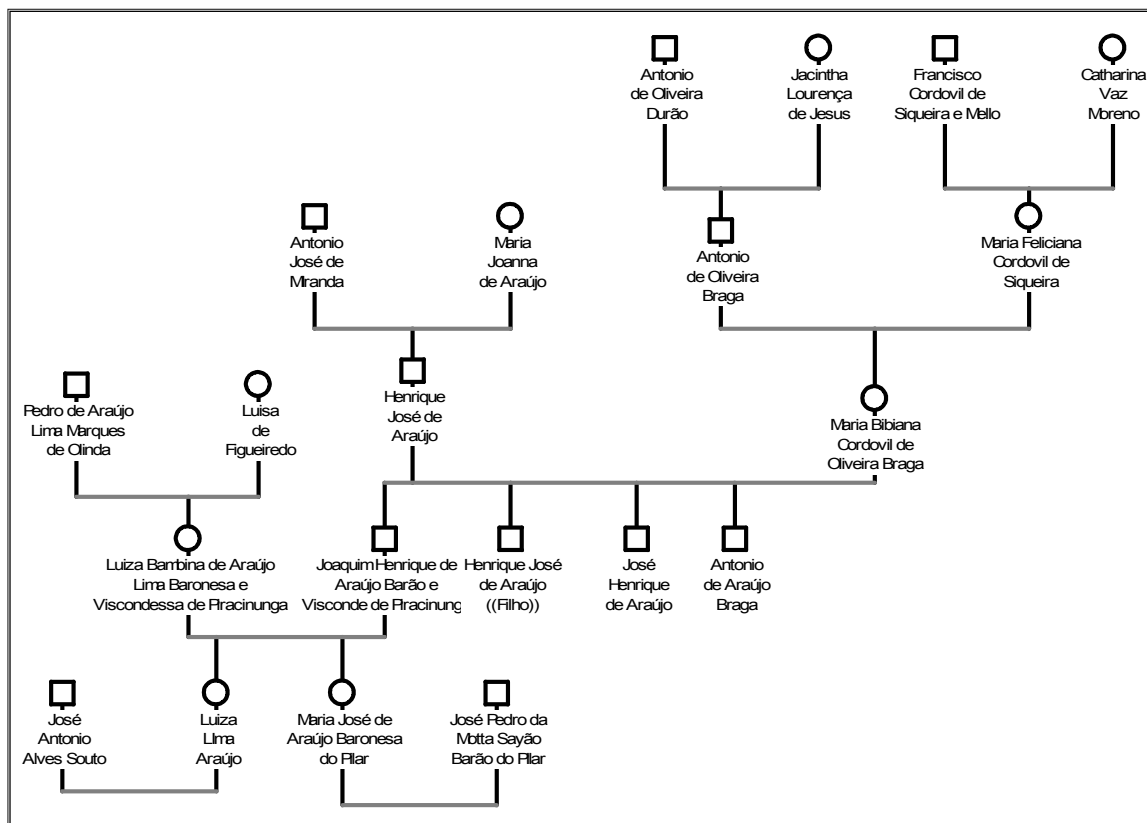


Gráfico 2: Genealogia de Henrique José de Araújo

<sup>309</sup> Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Santo Antonio de Sá de Macacu. Freguesia da Santíssima Trindade. Livro 79 (1854-1857). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Disponível em <<http://www.docvirt.no-ip.com/aperj/acervo.htm>> Acesso em 13 abril 2008.

## CAPÍTULO CINCO

### FARINHA BRANCA, SUOR NEGRO

*O escravismo macacuano através dos registros de batismo da Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – Séc. XIX*

O escravismo brasileiro, do ponto de vista da historiografia, nos últimos trinta anos tem sido analisado por uma gama de novas interpretações oriundas do acesso a arquivos, novas epistemologias e metodologias.<sup>310</sup> Uma profusão de trabalhos monográficos, muitos dos quais produzidos com abordagens em âmbito regional, trouxeram revisões de anteriores análises modelares e dos grandes esquemas explicativos da escravidão. Toda essa complexidade, essas novas nuances acerca do viver escravo, não mais compreendido como dicotomizado entre senhores e cativos, talvez possa ser sintetizada citando-se Faria, no tocante a que ser escravo

não era trabalhar, comer, dormir acorrentado a grilhões silenciosos. Em termos figurativos, é a ponta de um véu que, já levantada, deixa entrever uma comunidade não fechada em si mesma, que em seu dia-

---

<sup>310</sup> Alguns exemplos são: AMANTINO, Marcia. **Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832**. In: LOCUS Revista de História, v. 12, nº 02. Juiz de Fora: UFJF, 2006; AMANTINO, Marcia. **O mundo das feras**. Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Anablume, 2008; ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência**: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, Dissertação de mestrado, 1996; CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; ENGEMANN, Carlos. **De laços e nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João et alli. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FREITAS, Marcos Cezar de (Org), **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; IVO, Isnara Pereira & PAIVA, Eduardo França. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000; LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. SP: Brasiliense, 1988; MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996; SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001; SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SILVA, Eduardo & REIS, João. **Negociações e conflitos**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. RJ: Nova Fronteira, 1999; SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão: ofícios e liberdade no Rio de Janeiro**: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>310</sup> LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade**: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ, Volume 6, número 11, julho, 2005, p.298.

a-dia trabalhava, comia, amava, odiava, convivia intimamente com os livres, comercializava, andava por caminhos e ruas, conversava, tramava, etc. Vivia, em suma. Mas vivia escrava! E esse dado é fundamental.<sup>311</sup>

Apesar do baixíssimo status escravo, inferior ao de um homem livre pobre, os cativos conviveram entre si, com os livres e os libertos tramando suas estratégias de sobrevivência, vivendo as diversas situações cotidianas do mundo escravista. Cotidiano esse produzido e reproduzido em espaços onde a constituição de solidariedades individuais, a formação de famílias escravas e, num nível de complexidade, de maiores agregados sociais escravos, foram elemento de primordial importância para os cativos. Espaços de sociabilidades, de ajuda mútua, de conflitos e estratégias de sobrevivência no seio de uma sociedade que tinha como interesse último, a coercitiva extorsão do trabalho de homens e mulheres cativos.

Após essas primeiras considerações, passar-se-á ao objeto deste capítulo, que se constitui na análise das relações escravistas para a freguesia da Santíssima Trindade, termo da Vila de Santo Antônio de Sá, no vale do Macacu.

Como já se delimitou, foram eleitas como fontes primárias básicas 2.583 registros de batismo de adultos e crianças escravas coletados no arquivo da paróquia de Sant'Ana de Japuíba,<sup>312</sup> no recorte temporal de 1819 a 1873.<sup>313</sup> Para melhor organização e visualização desses registros de batismo, estes foram subdivididos em dois grupos: o Grupo A, integrado por registros no recorte temporal de 1819 a 1840 e o Grupo B, entre 1852 a 1873, ambos coincidentemente representando intervalos iguais de 21 anos. O primeiro extremo do recorte, o ano de 1819, foi demarcado pela não disponibilidade de registros para anos anteriores e o outro, 1873, por motivo que, por volta desta data, desaparecem dos livros os registros de cativos do clã Araújo.<sup>314</sup>

No Grupo A, além de registros de outros senhores, estão os batismos dos cativos da grande propriedade de Henrique José de Araújo, a Fazenda do Colégio, quando ainda

<sup>311</sup> FARIA, 1998, op. cit. p.291-292.

<sup>312</sup> Japuíba é segundo distrito do município de Cachoeiras de Macacu (RJ), que compreende em seu território as localidades de Papucaia e Agro-Brasil, onde outrora situava-se o complexo agrário do clã Araújo.

<sup>313</sup> Os registros entre 1841 e 1851 não foram encontrados. Os batismos estavam anotados em um livro de 1852 a 1873, e os demais em outros dois maços de registros, os quais encontravam-se, inclusive, misturados com os de outra freguesia, a de São José da Boa Morte.

<sup>314</sup> Pressupõe-se que esse desaparecimento é fruto do abandono da região pelo clã após seus membros terem se desfeito de suas fazendas no Macacu por motivo da crise financeira da Casa Souto, a partir de 1864 (Ver Cap. IX)

em sua integridade territorial e antes do seu falecimento, em 1840. O Grupo B integra em seu bojo cativos já subdivididos pelas cinco fazendas do clã Araújo.

Sobre o espaço geográfico, o recorte temporal adotado e as fontes, antes da apresentação de seus desdobramentos, há que se fazer algumas observações: sobre a região delimitada e o recorte temporal extenso, estabelecido devido ao acompanhamento da trajetória de formação, crescimento e decadência do clã Araújo na região, como argumentado na Introdução. A busca, pouco frutífera, de inventários *post mortem*, contribuiu para não se poder ver com muita clareza a constituição dessas escravarias. Neste sentido, restou o recurso de se trabalhar as fontes disponíveis através da observação da frequência de cativos batizados por um mesmo senhor num determinado recorte temporal, bem como acesso a relatos coevos.

Feitas estas observações, e delimitada a tipologia da fonte básica a ser utilizada, cumpre qualificar as fontes, no sentido de se evidenciar a importância que teria o ritual do batismo, sacramento católico, para a vida de um cativo.

### **5.1. Batismos: “política inclusiva”.**

A priori, se poderia dizer que para um cativo africano o batismo não traria nenhum significado, a não ser o recebimento de um nome cristão em lugar do original no dialeto de sua etnia ou substituir um possível nome em árabe caso se tratasse ser africano islamizado. Mas o batismo tinha também função em inserir o africano, trazido ao Brasil por intermédio do tráfico negreiro, numa nova realidade social. Passa então esse rito a ter um preciso significado, sendo necessário avaliar sua relevância.

Batizar era uma agenda nas formalidades do tráfico negreiro. No porto de embarque na África ou já no Brasil, era obrigatório se batizar os cativos. Inclusive, muitos o foram possivelmente duas vezes, dada a incerteza de muitos senhores se seus cativos, os quais adquiriam no mercado negreiro, já haviam passado pelo rito na África.

Tal condição reporta à situação de que a escravidão não continha em si um aspecto unicamente econômico, mas também um caráter salvífico, pela redenção dos



negros africanos de uma suposta condição de maldição e condenação divinas<sup>315</sup>, possível de ser remediada pelo acesso aos sacramentos da Igreja. O batismo era porta de entrada do africano escravizado no mundo colonial, neste caso em particular, o mundo cristão e católico do outro lado do Atlântico. Mundo no qual agora se encontrava forçosamente inserido. Segundo Guedes,

Os batismos eram registrados em livros específicos, quase sempre separados dos de casamento e óbito. Porém, como fontes paroquiais, todos trazem o testemunho de quem os deixou, a Igreja. Até inícios do século XVIII, a feitura dos registros não seguia uma norma estipulada pela Igreja. Posteriormente, sua elaboração seguiu as instruções do Concílio de Trento, adaptadas à realidade colonial através do Sínodo Diocesano, reunido na Bahia, em 1707, que criou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas em 1720.<sup>316</sup>

Esta normatização buscou uma padronização dos registros:

Para os registros de batismo, as Constituições estipulavam que certas informações deveriam constar, incluindo, dentre outras, a data e o local do batismo, o nome do batizando, dos seus pais, o nome dos padrinhos, se estado matrimonial, o nome dos proprietários dos padrinhos, caso estes fossem escravos, a paróquia a que pertenciam pais e padrinhos dos batizados.<sup>317</sup>

Como afirma Guedes, há uma clara intenção de padronização dos registros e, paradoxalmente, as Constituições não mencionavam que os livros de registros de homens livres e cativos fossem separados, mas o foram. *Afinal, trata-se também de livros de registros de uma sociedade escravista.*<sup>318</sup> Sobre este particular aspecto, também ressalta Guedes, ao considerar que

os registros referem-se a percepções de agentes sociais que as pessoas ocupavam (Gudeman e Schwartz, 1998; Faria, 1998; Soares, 1997).

<sup>315</sup> Para uma abordagem mais ampla deste particular aspecto ver 'A Bíblia, a escravidão e as nações do homem' In: BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo: Do Barroco ao Moderno. 1492-1800.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003. p. 85 a 99.

<sup>316</sup> GUEDES, Roberto. **Notas sobre fontes paroquiais de batismo.** In: Caderno de Estudos e Pesquisas. Ano VIII. Nº 19 (janeiro/abril 2004). São Gonçalo, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2004, p.98

<sup>317</sup> Id. 2004, p.98

<sup>318</sup> Ibid., p. 98. A esse particular, salvo a possibilidade de demarcar espaços bem definidos de distinção, reputa-se essa prática a uma melhor organização dos registros. Posto que impossível de serem organizados em ordem alfabética de nomes, e nem sempre cronológica, como no caso dos registros que vi no Arquivo da Paróquia de Sant'Ana, seria muito mais difícil encontrar o nome de um cativo em meio a um livro, ou muitos, em que se misturassem estes, os livres e os libertos. Tal praticidade é percebida no livro de registro de filhos de escravas nascidos após a lei do Ventre Livre (1871) aberto separado de todos os outros, na mesma paróquia.

Para além da concepção dos párocos e do discurso da Igreja, os registros de (e sobre os) atores sociais de então. Portanto, trata-se de documentos sociais, estando neles presentes hierarquias e valores.<sup>319</sup>

O caso é que de uma forma ou de outra, o batismo era realmente obrigatório e considerado necessário que se ministrasse. Entretanto, a aplicação do sacramento teve significados distintos quando levada em consideração a época em que foi feita. Segundo Lott,

O batismo é o primeiro sacramento. É a porta por onde se entrava na Cristandade. Somente após ter recebido o batismo o crente podia receber os demais sacramentos. A matéria era a água “natural” e sua forma definia-se pelas palavras instituídas pelo próprio Jesus, como acontecia com os demais sacramentos. Todos tinham como base doutrinária palavras e ações do Cristo, através da Bíblia. O batismo era tão importante que na falta do pároco, ou em casos extremos, qualquer pessoa “ainda que seja mulher ou infiel” podia validamente administrá-lo.<sup>320</sup>

A inserção dos cativos no mundo colonial deve levar em consideração os quadros mentais presentes na contemporaneidade da sociedade que inicialmente traficava estes africanos: a sociedade de distintos corpos sociais portuguesa.

Acerca dessa particularidade, o Sermão XIV do padre Antônio Vieira, pregado em 1633 numa igreja da Bahia, esclarecia aos presentes, entre eles mulheres e homens cativos, a missão de salvar das chamas do inferno as amaldiçoadas gerações de Cam, um dos três filhos de Noé.

De acordo com uma tradição do catolicismo<sup>321</sup>, Noé após o dilúvio plantou uma parreira, produziu vinho e ingeriu dele uma generosa quantidade. Cam, após ver o pai embriagado e nu nada fez, tendo sido Noé socorrido pelos seus outros dois filhos, Sem e

<sup>319</sup> GUEDES, 2004, op. cit. p.99.

<sup>320</sup> LOTT, Miriam Moura. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. FAFICH/UFMG. Texto apresentado no VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, realizado na Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: MG, 2005. Disponível em: <br.geocities.com/adarantes/artigos\_miriam\_lott/CONSTITUI\_ES\_PRIMEIRAS\_DO\_ARCEBISPADO\_DA\_BAHIA.doc> Acesso em: 17 ag. 2008. A respeito de leigos ministrarem o batismo por motivo do risco de morrer a criança sem o sacramento, há vários casos nos registros pesquisados na paróquia de Sant’Ana de Japuiba, como o de Manoel, em 6 de outubro de 1834, filho natural de Lodovina, escrava de Fortunata Maria da Gloria, batizado ‘em perigo de vida por Francisco Agostinho’ ou do também Manoel, batizado em 8 de abril de 1834, filho natural de Anna. O cativo foi batizado ‘em risco de vida’ pelo tenente-coronel Francisco Dias, seu próprio senhor. Benedicto, escravo de Constança Maria, filho natural de Joanna, de nação, também foi batizado ‘em perigo de vida’ por Joaquim Mariano de Araújo, em 1833.

<sup>321</sup> Cf. PRIORE, Mary Del & VENANCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução á História da África**. São Paulo: Campus, 2003.

Jafet. Refeito da embriaguez, e sabedor da atitude de Cam, Noé o amaldiçoou, profetizando que teria sua descendência como serva da de seus irmãos.

Sendo Noé lavrador, passou a plantar uma vinha. Bebendo do vinho, embriagou-se e se pôs nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã vendo a nudez do pai, fê-lo saber, fora, a seus dois irmãos. Então Sem e Jafê tomaram uma capa, puseram-na sobre os próprios ombros de ambos e, andando de costas, rostos desviados, cobriram a nudez do pai, sem que a vissem. Despertando Noé do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: Maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos.<sup>322</sup>

Oliveira apresenta ainda outros exemplos de religiosos que fundamentaram a escravidão nessa tradição:

O jesuíta italiano Jorge Benci, que viveu no Brasil na segunda metade do século XVII, publicou seus sermões, reunidos sob o título Economia Cristã dos Senhores no Governo de seus Escravos. Justificou na obra que o fato de haver existido senhores e escravos devia-se, sem dúvida, ao pecado original praticado por Adão e Eva. Os africanos eram escravos por castigo, devido ao atrevimento de Cam, o filho de Noé, que zombou da nudez de seu pai durante o sono. Cam e toda a sua descendência foram amaldiçoados e condenados à escravidão e conseqüentemente, ao cativoiro. Logo, simbolicamente Cam passou a representar o primeiro pai dos negros.<sup>323</sup>

Incluído o cativo na corporificada sociedade portuguesa mediante o tráfico, o batismo era rito necessário a essa inclusão. Neste sentido, inseria-se o cativo como integrante do corpo social escravo, *status quo* qualificado pela condição inferior mesma ao mais baixo estrato dos homens livres. Homens-mercadoria submetidos a todas as movimentações que uma mercadoria poderia sofrer. Segundo Engemann, *A mera afirmação da exclusão social não nos permite qualificá-la e, portanto, entende-la em suas dimensões mais amplas. Antes do mais, óbvio está que os escravos não eram indivíduos excluídos da sociedade, encontravam-se nela, dela faziam parte (...)*.<sup>324</sup>

Mattos<sup>325</sup> analisa essa inclusão do cativo na sociedade de Antigo Regime lusa não apenas observando um contexto e uma lógica absolutamente econômica, mas sim,

<sup>322</sup> Gênesis: 9, 18 - 29.

<sup>323</sup> OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismos de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto 1712-1750**. In: XI Seminário sobre Economia Mineira, 2004, Diamantina. CD-ROM. Belo Horizonte : UFMG, 2004. v. 01. p. 40-45.

<sup>324</sup> ENGEMANN, 2008, Op. Cit. p.51

<sup>325</sup> MATTOS, Hebe Maria. *A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*, in FRAGOSO, João et alli. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.21.

agregando essa inclusão a esse contexto. Desta forma, argumentos econômicos não são considerados como exclusivamente determinantes para que se justificasse escravizar.

Através da afirmação da presença de uma relação dinâmica naquela sociedade, Mattos a define como *uma sociedade que se queria imóvel, mas estava em constante transformação*, caracterizando a sociedade de Antigo Regime como

a tradicional representação das três ordens medievais (clero, nobreza e povo), com base (...) numa concepção predominantemente corporativa da sociedade e do poder, onde a sociedade era vista como um corpo articulado, naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina. Ao rei como cabeça deste corpo, caberia fundamentalmente distribuir mercês conforme as funções e privilégios de cada um de seus membros, exercendo a justiça em nome do bem comum (...) uma miríade de subdivisões e classificações (...) expandindo a nobreza e seus privilégios, redefinindo funções, subdividindo o “povo” entre estados “limpos” ou vis (ofícios mecânicos).<sup>326</sup>

A autora discute a abordagem que a historiografia tem feito sobre a aceitação de uma contradição através do *surgimento de novas sociedades escravistas nas Américas, no contexto da consolidação dos Estados modernos na Europa e do virtual desaparecimento da escravidão como instituição no continente europeu*.<sup>327</sup>

Essa dinâmica a que se refere Mattos, existente nas estruturas da sociedade européia, teria trazido a sua transformação com a criação de novas categorias sociais, fenômeno complexo que acompanhara a expansão ultramarina e a necessidade de absorção de um número crescente de indivíduos a essa sociedade, de caráter corporativo e com base nos costumes.

Para demarcar as novas distinções sociais no corpo jurídico do Antigo Regime português, figuraram as Ordenações Afonsinas (1446/1447), no início da expansão portuguesa, incorporando descendentes de mouros e judeus. As Manuelinas (1514/1521), no início da colonização na América, onde ciganos e indígenas já aparecem e nas Ordenações Filipinas (1603), com negros e mulatos inseridos, durante a colonização, como cativos.

Na discussão historiográfica sobre os motivos pelos quais se justificaria a escravidão, a argumentação de base econômica seria *desencadeada pela expansão*

<sup>326</sup> XAVIER & ESPANHA, 1993, p.121-156

<sup>327</sup> MATTOS, 2001. Op. Cit.

*comercial européia, seja a insuficiência de algumas regiões da América para garantir trabalho compulsório, ainda que não escravo, aos interesses da colonização*<sup>328</sup>.

Já a vinda de negros da África para a Colônia, como defendeu Vieira, era fruto da concessão de uma graça da Virgem Maria, pela invocação de Nossa Senhora do Rosário, o que justificaria a escravização pela “*guerra justa*” e a conversão, cujo ato que a confirma é o batismo. Sendo assim, inseria-se o cativo na sociedade colonial não somente como braço para o trabalho, mercadoria que visava ao lucro, mas também como alma a ser salva. Cumpriam-se as determinações jurídicas, delimitando o espaço a ser ocupado por estes novos inclusos no sistema.

Retornando a Mattos, esta englobou teses, associando as que se estruturavam com base no econômico e as que se fixavam na análise das estruturas das sociedades européias vigentes à época, protestantes e católicas. Mattos parte de outra premissa: a escravidão na Colônia tem por base a *existência prévia da instituição da escravidão no Império Português*, calcado nas estruturas do Antigo Regime. Seus *quadros mentais e sociais* foram incorporados à nova realidade vivida no processo de expansão portuguesa, com a admissão de *novos conversos, fossem mouros, judeus, ameríndios ou africanos*.

Em suma, se a escravidão não foi, como se sabe, introduzida na África pelos europeus, foi por sua vez inaugurada a sua prática como atividade mercantil pelos portugueses nos trópicos por motivo da colonização. Necessidade esta que um pragmatismo com base nas experiências prévias dos portugueses buscou como solução para o problema de mão-de-obra nessa nova colônia.

Mattos critica a posição dos autores que entendem que a legitimação da escravidão teria vindo na contra-mão dos valores cristãos vigentes à época, contrapondo que esta legitimação surge como fruto dos quadros mentais presentes numa sociedade que se vê não só corporativa, mas também naturalizada, litúrgica e estamental. Sociedade onde a distinção social se dava com base no critério de *limpeza de sangue*, no corpo jurídico representado pelo conjunto das Ordenações e não no pseudocientífico conceito de raça.

As Ordenações seguiam o costume, não o estabelecimento de um “direito positivo”, configurando-se o *justo* pela arbitragem do rei, cabeça dos corpos sociais, nos conflitos que surgissem dentro do sistema. Uma noção de justiça em que a manutenção

---

<sup>328</sup> Id., 2001.

de privilégios a cada categoria social, criada no processo de expansão ultramarina seria função do rei. O conceito de justiça era garantir, a cada corpo social, conforme o grau de distinção, um limite de privilégio. Entram nesse conceito a legitimação e naturalização da escravidão, como “cativeiro justo”, acorde com o sistema jurídico apresentado.

Assim, novas categorias de distinção social, criadas na Colônia, como a de “pardo livre”, por exemplo, desvelam a ascendência africana - portanto escrava - comparada à de cristão-novo para uma ascendência judia. Sua presença em registros paroquiais de batismo, falecimento, testamento ou casamento, “denunciava” essa ascendência escrava, estigmatizando os ligados a estas pessoas. “Mancha” social buscada apagar com a eliminação do termo que desvela essa condição em registros posteriores.

Não se descarta a possível – e já comprovada - ascensão social de escravos no interior dos corpos sociais de tipo Antigo Regime no Brasil. Neste sentido, se torna mais compreensível o fato de que um escravo ou escrava, ao alcançar a alforria, ascendia socialmente – embora de forma relativa -, podendo, caso conseguisse recursos, também adquirir para si um ou mais escravos, na busca de lograr maior distinção. Alguns exemplos podem ser vistos em trabalho de Mott:

a ex escrava Dona Maria do Ó seguiu a mesma estratégia econômica de muitas libertas: Investiu seu capital sobretudo na posse de outros cativos: ao morrer tinha 12 escravos, sete machos e cinco fêmeas, incluindo nativos de Angola, Benguela ..e de sua própria etnia, além de quatro crioulos. entre estes, duas pardas. Como boa cristã do período barroco, teve muito medo do purgatório, tanto que além de exigir que fosse sepultada com o habito de São Francisco e encomendada por quatro sacerdotes, determinou que se celebrassem 900 missas pelo descanso eterno de sua alma, 840 das quais no Reino de Portugal, certamente com a fé de que na Metrópole tais cerimônias teriam maior eficácia sobrenatural.<sup>329</sup>

Conforme o caso, a relação com mulher ou homem livre, quiçá de posses, também poderia ser estratégia na busca de maior ‘prestígio’.<sup>330</sup> Entretanto, seu registro de batismo revelaria, por ocasião da realização de banhos por exemplo, sua *mancha*

<sup>329</sup> MOTT, Luiz. **De Escravas a Senhoras**. Estudos Afroamericanos Virtual, maio, 2004. Disponível em: <<http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/mott.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009. O texto apresenta outros casos de negras alforriadas que se tornaram senhoras de escravos (Maria da Costa, Josefa Maria, e Rosa Maria)

<sup>330</sup> Cf. NETTO, Rangel Cerceau . **"Um em casa de outro": concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas 1720/1780**. São Paulo: Annablume, 2008;

*social* escrava. Nódoa que cobrava alto preço, elevado custo de muitas gerações para que se pudesse apagar, já que

a longa trajetória em busca de minimização dos estigmas de escravo, de cor e de estrangeiro, começava com aquele ancestral que aqui aportou após transpor o Atlântico. Seria por isso que, para os crioulos, verem-se com iguais a africanos implicaria um retrocesso?<sup>331</sup>

Retomando a linha de argumentação anterior, esta se distancia de uma análise unicamente econômica como justificativa da escravidão negra, sendo também o batismo mecanismo de introdução do cativo nos corpos da sociedade de Antigo Regime portuguesa. Percebe-se então, como imprescindível, o rito do batismo, configurando-se este como ritual religioso que insere o indivíduo – africano, árabe, judeu, indígena - nesses corpos sociais.

Inserção esta, que no dizer de Engemann, atua não como propiciadora da exclusão do indivíduo, mesmo com seu *status quo* escravo. Pelo contrário é forma sim de inclusão numa sociedade *per si* excludente, ao tempo que registro da “*mancha social*” dada por ‘defeito mecânico’ em níveis absolutos. Mancha a muito custo removível. Mais que mera obrigação, o batismo integra essa “política inclusiva” – expressa nas Ordenações - de novos indivíduos em condição escrava num mundo governado por homens livres, libertos e “brancos”.

A obrigatoriedade do batismo aos cativos, como também o era aos livres, garantia, por sua vez, o acesso aos demais sacramentos, a confissão, eucaristia, o matrimônio, a Ordem e a extrema-unção e estava determinada nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Para os cativos adultos elas se reportavam de forma especial. Segundo Lott,

As Constituições destacavam um título para o batismo de adultos, que no Brasil significava basicamente de escravos. A idade da razão (iniciada aos sete anos) determinava que a partir daí o batizado somente ocorresse com seu próprio consentimento. Como o adulto já fazia uso da razão, devia preencher três requisitos: ter a intenção de receber o batismo, estar instruído na fé e ter contrição ou atrição dos pecados da vida passada. Para se estabelecer a instrução da fé era necessário que lhe fosse ensinado ao menos o Credo, o Padre Nosso, Ave Maria e os Mandamentos da Lei de Deus, além do modo correto de se confessar. Os escravos boçais (recém-chegados da África, que não falavam a língua portuguesa) deviam ser inquiridos através de

<sup>331</sup> ENGEMANN, 2008, Op. Cit. p.54

intérprete sobre seu desejo de receber o batismo através de perguntas simples que seriam respondidas pessoalmente. Caso não fosse possível saber de sua intenção para o batismo, era permitido batizar os escravos “sub-conditione” para se assegurar a salvação de sua alma. Esta forma de batismo era aplicada também quando havia dúvida sobre o fato do batismo já ter sido ministrado anteriormente, como no caso dos próprios escravos e das crianças expostas (enjeitadas e deixadas na porta de uma residência ou de capela ou igreja). Podia ser realizado também no caso dos batismos feitos em casa por perigo de morte do inocente, pela dúvida de terem sido feitos validamente.<sup>332</sup>

Deve-se abordar com cuidado a respeito do cumprimento das condições preconizadas nas Constituições. Certamente nem todos os senhores devem ter sido tão criteriosos em seguir essas trabalhosas instruções, mesmo que sob o olhar reprovador de um ou outro padre mais turrão.

Por sua vez, deve-se ter cuidado ao abordar a finalidade dos batismos de cativos no século XIX, onde se circunscreve o recorte temporal desta pesquisa. Se o batismo inseriu cativos em séculos pretéritos, nas estruturas da sociedade de corpos portuguesa no século XIX, quando ocupava a cena o pensamento liberal pós-iluminista, talvez a concepção de uma sociedade alicerçada em valores religiosos mais profundos já não fosse tão marcante.

Acerca dessa passagem de um discurso de legitimação da escravidão com base num argumento religioso, para outro de matriz mais racionalista, Engemann observa que a circulação das idéias do liberalismo político iluminista nas cidades revelara uma nova tendência modernizadora. Neste contexto, surgiu como contraponto um novo texto clerical de tanta importância quanto o do padre Manuel Ribeiro da Rocha<sup>333</sup>: o do bispo Azeredo Coutinho.

Coutinho baseou-se na defesa das diferenças ‘naturais’ entre os homens, tendo a natureza como medida para se manter homens como escravos. A escravidão teria um sentido libertador – semelhante ao discurso da redenção pelo cativo - já que atuaria como civilizadora.

Se a natureza não trabalha por saltos, o processo de erguer e civilizar o africano não poderia se dar de um só golpe. O destino redentor não era

<sup>332</sup> LOTT, 2005, op. cit. p. 04

<sup>333</sup> Engemann refere-se, à página 39 de “De laços e de nós”, ao texto do sacerdote regular, mas educado por jesuítas, Manuel Ribeiro da Rocha, intitulado “O Etíope resgatado, empenhado, sustentado, instruído, corrigido e libertado”, de 1758. Uma cópia da obra foi publicada pela Editora Vozes (São Paulo), em 1992.



contestado, era uma questão de método para alcançá-lo. Este texto foi, assim, um marco de distinção entre o que se aceitava e o que se rejeitava no Brasil dos intelectuais católicos como argumento para a consideração do escravo e, por conseguinte, da escravidão. De certo modo, marcou o encerramento de uma fase religiosa nas considerações acerca da escravidão e abriu, com o avançar do século XIX, espaço para outras considerações sobre o tema.<sup>334</sup>

Se há a ultrapassagem dessa fase ‘religiosa’ para uma mais ‘liberal’ no século XIX, há que se argumentar que o registro de batismo, além de seu cunho religioso, que evidentemente não perdeu, poderia ser também encarado como registro de propriedade. Dada a estrutura dos registros, onde obrigatoriamente aparece o local do batizado, nome do cativo, pai, mãe, padrinhos, o nome do proprietário, os registros serviam como uma espécie de ‘título de propriedade’ de valor potencializado após o fim do tráfico. Num exemplo, desde extinto o tráfico negreiro em 1850, os batizados de cativos adultos feitos antes da promulgação da Lei Euzébio de Queirós se tornaram documentos garantidores da posse do cativo, atestado pela autoridade eclesiástica, ‘testemunho’ dessa posse por parte de um senhor ou seus possíveis herdeiros.

## 5.2. Batismos, apadrinhamentos e a possibilidade da comunidade escrava

A tabela apresenta a totalidade de batismos entre 1819 e 1873 na freguesia da Santíssima Trindade, num total de 2.583 registros. Observe-se o elevado índice de naturalidade (76,8%), em comparação com os nascidos legítimos (18,3%). Há que se notar também o baixo índice de batismos de escravos adultos (4,2%) para tão extenso período, onde se infere que pode ter havido entradas na região de escravos adultos já anteriormente batizados. Os “Inaproveitados” (0,7), são registros destruídos ou ilegíveis, em proporção que não compromete a análise

Categoria	Quantidade	%
Filhos naturais	1.983	76,8
Filhos legítimos	472	18,3
Adultos	108	4,2
Inaproveitados	20	0,7
TOTAL	2.583	100,0

Tabela 10: Batismos de escravos – Freg. Santíssima Trindade de Sant’Anna de Macacu – 1819/1873

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – C. Macacu(RJ)

<sup>334</sup> ENGEMANN, 2008, Op. Cit. p. 40

Uma particularidade destes registros se dá através dos batismos de adultos. Subdividindo-se o recorte temporal em dois grupos, tem-se para o Grupo A:

Categoria	Batismos	%
Filhos naturais	653	58,6
Filhos legítimos	344	31,0
Adultos	108	9,7
Sobra	08	0,7
TOTAL	1.113	100,0

Tabela 11: Batismos escravos adultos – Freg. Sant. Trindade de Sant’Anna de Macacu – 1819/1840.

Fonte: Livros de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – C. Macacu (RJ)

No período referente aos primeiros 21 anos de registros (Grupo A), realizaram-se 1.113 batismos, sendo o único que apresentou batismos de cativos adultos (9,7%). Há um índice mais ‘equilibrado’ entre naturalidade (58,6%) e legitimidade (31,0%).

A Tabela 12 apresenta os batismos no recorte temporal subsequente, de 1852 a 1873 (Grupo B), num total de 1.470 registros também para 21 anos. Não se registrou nenhum registro de batismo de escravo adulto, evidenciando eficácia no cumprimento da Lei Euzébio de Queirós.

Categoria	Batismos	%
Filhos naturais	1.330	90,5
Filhos legítimos	128	8,7
Adultos	0	0,0
Sobra	12	0,8
TOTAL	1.470	100,0

Tabela 12: Batismos de escravos – Freg. Santíssima Trindade de Sant’Ana de Macacu – 1852 a 1873

Fonte: Livros de registro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – C. Macacu(RJ)

A inexistência de batismos de adultos pode ser explicada pelo próprio recorte temporal, já que a vigência, a partir de 1850, o fim do tráfico negreiro certamente motivou o *desaparecimento* destes batismos nos livros. Cativos “novos” - ditos boçais - só poderiam ser adquiridos mediante contrabando nesse momento. Seria descuido, além de declarada ilegalidade, aparecerem no livro de batismo. Reitera-se então que sua ausência não permite afirmar categoricamente que não entrou escravo adulto contrabandeado na freguesia da Santíssima Trindade.

A quase absoluta naturalidade (90,5%) reduziu a níveis comparativamente muito baixos os nascidos legítimos (8,7%). Essa baixa legitimidade por sua vez, pode também ter sido reflexo da definitiva lei do fim do tráfico. Motivos plausíveis como a não entrada de novos cativos, a elevada mortalidade motivada por epidemias, maus-tratos e condições de sobrevivência inadequadas, a venda ou impossibilidade de compra no tráfico interno dada pelo elevadíssimo preço que alcançaram no mercado, e a lentidão para que as “crias” do sexo feminino atingissem idade fértil, certamente inviabilizaram a formação de relações estáveis entre escravos na região do Macacu. Campearia então a naturalidade.

A tipologia dos apadrinhamentos apresenta a seguinte tabela:

	<i>Padrinhos</i>	%	<i>Madrinhas</i>	%
Cativos	1.469	54,7	867	61,8
Livres	1.059	39,4	404	28,8
Libertos	36	1,3	33	2,3
Inaproveitados	119	4,4	97	6,9
TOTAIS	2.683	100,0	1.401	100,0

Tabela 13: Apadrinhamento de escravos por cativos, livres, libertos - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1819/1873

FONTE: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – C. Macacu(RJ)

A Tabela 13 apresenta escravos que formaram casais, ou seja, foram descartados os batismos feitos sem a presença de madrinhas, para todo o recorte temporal selecionado (1819 a 1873). Um total de 2.683 escravos serviram como padrinhos. Destes, 1.469 (54,7%) eram cativos, em oposição a 1.059 livres (39,4%). Os libertos pouco apadrinharam. Em relação às madrinhas, também predominaram as cativas. Do total de 1.401 madrinhas, 867 eram escravas (61,8%) e 404 livres (28,8%). Foi igualmente reduzido o número de escravas libertas que foram madrinhas. Analisando-se o recorte temporal nos seus dois grupos, A e B, separadamente:

	<i>Padrinhos</i>	%	<i>Madrinhas</i>	%
Cativos	666	54,9	446	61,6
Livres	464	38,2	216	29,8
Libertos	28	2,3	23	3,1
Sem declaração	55	4,5	39	5,3
TOTAIS	1213	100,0	724	100,0

Tabela 14: Apadrinhamento de escravos por cativos, livres, libertos - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1819/1873

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – C. Macacu(RJ)

	Padrinhos	%	Madrinhas	%
Cativos	803	54,6	421	62,1
Livres	595	40,4	188	27,7
Libertos	08	0,5	10	1,4
Inaproveitados	64	4,3	58	8,5
TOTAIS	1.470	100,0	677	100,0

Tabela 15: Apadrinhamento de escravos por cativos, livres, libertos - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu – 1852/1873

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – C.Macacu(RJ)

Comparativamente, o percentual de padrinhos cativos é quase o mesmo, de 54,9% no Grupo A contra 54,6% no B. Há aumento de mais 131 pessoas (8,9%) no número de padrinhos livres, de 464 (38,2%) no primeiro período (1819 a 1840), para 595 (40,4%) no segundo (1852 a 1873). Os apadrinhamentos feitos por libertos, embora pequeno, diminuiu bastante, de 28 no primeiro período (2,3%), para apenas 08 (0,5%) no Grupo B. Em relação às madrinhas os números são próximos: 446 (61,6%) no Grupo A e 421 (62,1%) no B, persistiu a baixa incidência de libertas amadrinhando. Analisando apadrinhamentos, o conjunto abaixo de trabalhos em âmbito regional abre possibilidades distintas para cada região e recorte temporal. Alguns apresentaram predominância de homens e mulheres livres apadrinhando cativos;

Sílvia Maria Jardim Brügger, ao fazer uma análise de apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850, constata que existia um amplo domínio de homens livres a apadrinharem filhos de cativas, variando entre 62% [e] que em apenas 150 casos, ou seja, 1,1% das crianças cativas, batizadas entre 1736 e 1850, foram apadrinhadas por seus senhores.<sup>335</sup>

Outros encontraram escravos apadrinhando outros escravos de maneira predominante.

Maria de Fátima Rodrigues das Neves, ao analisar o compadrio de escravos de São Paulo, no século XIX, apresenta a maioria dos escravos sendo batizados por livres e na grande maioria os homens serviam de padrinhos de crianças escravas, estendendo laços familiares a pessoas mais “qualificadas” socialmente, que “os

<sup>335</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Compadrio e escravidão**: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu- Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2004. p.3 - 6.

proprietários em raras oportunidades servia como padrinhos de seus escravos”.<sup>336</sup>

Márcia Cristina de Vasconcellos, em estudos feitos nos batistérios de Angra dos Reis, no século XIX, uma região não agro-exportadora do Rio de Janeiro, chegou à conclusão que os escravos apadrinhavam a maioria dos cativos, 473 (91,6%) e apenas 37 deles (7,2%) tinham como padrinhos livres.<sup>337</sup>

Na região de Inhaúma, Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, José Roberto Góes<sup>338</sup> também concluiu que os senhores nunca apadrinhavam seus cativos. Dos batizados escravos, 66,6% tinham como padrinhos outros escravos, “os escravos reunidos em plantéis menores buscavam padrinhos, via de regra, em cativos de outros senhores, e o inverso se dava nos maiores”.<sup>339</sup>

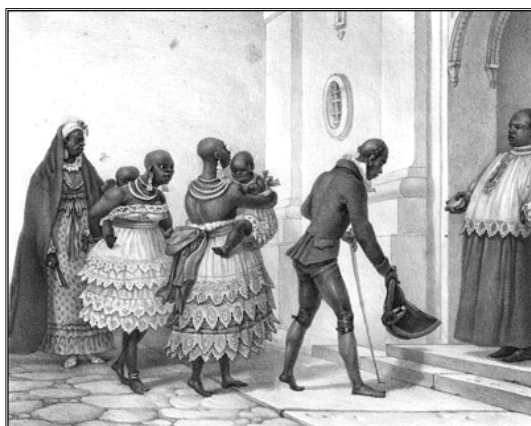


Figura 6: Debret: escravos indo ao batismo - 1816-1831  
Fonte: John Carter Brown Library at Brown University<sup>340</sup>

<sup>336</sup> NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Ampliando a família escrava**: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. História e População. Estudos sobre a América Latina-BEP/IUSSP/CELADE. São Paulo, 1990, p.241 e 243

<sup>337</sup> VASCONCELLOS, Márcia Cristina. **Que Deus os abençoe**. Batismo de escravos em Angra dos Reis (RJ), no século XIX. p.7-27. História e perspectivas. Revista dos cursos de História. Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

<sup>338</sup> GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993. p.118

<sup>339</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schetinni. **Ilegitimidade e compadrio**: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé, 1852 – 1888. XV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – Minas Gerais – Brasil, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_478.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_478.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2008.

<sup>340</sup> Jean Baptiste Debret, Voyage Pittoresque et Historique au Bresil (Paris,1834-39), vol. 3, plate 8, p. 129 (top). (Copy in the John Carter Brown Library at Brown University) In: The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record. Disponível em:

	Só o padrinho			Padrinho e Madrinha			Mistos		Mistos		Mistos		Não aprov.	
	C A T I V O	L I V R E	L I B E R T O	C A T I V O S	L I V R E S	L I B E R T O S	Padr. cativo Madr. Livre	Padr. cativo Madr. Liberta	Padr. livre Madr. cativa	Padr. livre Madr. liberta	Padr. liberto Madr. cativa	Padr. liberto Madr. livre		
1819 a 1840	233	201	10	378	197	12	14	10	60	00	06	01	61	1183
1852 a 1873	416	373	04	357	166	00	21	09	55	01	04	00	58	1464
TOTAL	649	574	14	735	363	12	35	19	115	01	10	01	119	2.647
%	24,5	21,6	0,52	27,7	13,7	0,45	1,32	0,71	4,34	0,03	0,37	0,03	4,49	100%

Tabela 16: Apadrinhamento de escravos – Freg. Sant. Trindade de Sant’Ana de Macacu – 1819/1873

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

A Tabela 16 indica que, semelhante aos casos para Angra dos Reis e Inhaúma, freguesia da cidade do Rio de Janeiro, também em Macacu, no conjunto dos batismos analisados, houve predomínio de escravos apadrinhando escravos em todo o recorte temporal analisado. Esse predomínio se deu tanto para batismos onde se registrou só a presença do padrinho, num total de 649 escravos apadrinhando (24,51%) contra 574 livres (21,68%), como para os casos onde se registrou a presença de ambos, padrinho e madrinha, com 735 escravos e escravas (27,76%). Os casais de livres que apadrinharam cativos perfizeram um total de 363 pessoas (13,71%).

Nos apadrinhamentos mistos (casais de padrinhos formados por cativos, livres ou libertos), aqueles em que ao menos um era escravo, quer seja padrinho ou madrinha, prevaleceu sobre os demais. Por sua vez, isoladamente ou formando pares, 1.383 pessoas, 52,27% do total das 2.647 pessoas que apadrinharam cativos em todo o recorte de 1819 a 1873, eram escravas.

Tal resultado diferencia Macacu dos casos de São Paulo no século XIX, apontado por Rodrigues, e São João Del Rey, em Minas Gerais, de 1730 a 1850, descrito por Brügger. Os que mais apadrinharam cativos naquelas localidades foram os

livres. Subdividindo-se nos dois grupos, A e B, pode-se observar a mesma dinâmica nos apadrinhamentos.

Só o padrinho			Padrinho e Madrinha			Mistos		Mistos		Mistos		Não aprov.	T O T A L
C A T I V O	L I V R E	L I B E R T O	C A T I V O S	L I V R E S	L I B E R T O S	Padr. cativo Madr. Livre	Padr. cativo Madr. liberta	Padr. livre Madr. Cativa	Padr. livre Madr. liberta	Padr. liberto Madr. cativa	Padr. liberto Madr. Livre		
233	201	10	378	197	12	14	10	60	00	06	01	61	1.183
19,70%	17,9%	0,85%	31,95 %	16,65 %	1,01 %	1,18%	0,85%	5,07%	00	0,50%	0,09%	5,15%	100%

Tabela 17: Tipologia de apadrinhamentos escravos – Grupo A: 1819-1840 – Freg. Sant. Trindade de Sant’Ana de Macacu

FONTE: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

A Tabela 17 aponta o Grupo A (1819 a 1840), onde permanece o predomínio de escravos servindo como padrinhos isoladamente (19,7%), ou formando casais de cativos (31,95%). Igualmente, nos apadrinhamentos mistos, foi maior a incidência de casais onde ao menos um padrinho ou madrinha era cativo. No segundo recorte (Tabela 18) permanece o mesmo padrão:

Só o padrinho			Padrinho e madrinha			Mistos						Não aprov.	T O T A L
C A T I V O	L I V R E	L I B E R T O	C A T I V O S	L I V R E S	L I B E R T O S	Padr. cativo Madr. livre	Padr. cativo Madr. liberta	Padr. livre Madr. cativa	Padr. livre Madr. liberta	Padr. liberto Madr. cativa	Padr. liberto Madr. Livre		
416	373	04	357	166	00	21	09	55	01	04	00	58	1.464
28,41 %	25,48 %	0,28 %	24,40 %	11,34 %	00	1,43%	0,61%	4,0 %	0,07%	0,28%	00	3,7%	100,0

Tabela 18: Tipologia de apadrinhamento de escravos - Grupo B: 1852 a 1873 – Freg. Santíssima Trindade de Sant’Ana de Macacu

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

Embora apresente índices mais aproximados nos batismos onde há somente o padrinho, ou seja, 28, 41% para escravos e 25,48% para livres, nos apadrinhamentos feitos por casais formados apenas com cativos a diferença entre os percentuais aumenta significativamente. Para o recorte temporal de 1852 a 1873, 357 escravos (24,40%) constituíram casais de padrinhos cativos, contra 166 (11,34%) com padrinhos livres. Uma diferença de 191, ou seja, 53,5%. Persiste, portanto, a predominância de cativos apadrinhando. Os casos de apadrinhamentos mistos mantiveram o padrão, com a maioria dos casais de padrinhos integrados por pelo menos um cativo ou cativa.

Analisados os grupos A e B - recortes temporais separados pela vigência da Lei Euzébio de Queirós - mesmo estando reunidos ou separados, não se percebe nenhuma alteração no padrão mantido para os apadrinhamentos. Assim, na freguesia da Trindade, no vale do Macacu, para o recorte temporal analisado, escravos sempre apadrinharam mais que homens livres.

Da mesma forma, para todo o recorte temporal (1819-1873), somente 36 (1,36%) libertos batizaram isoladamente ou formando casais com madrinhas libertas, livres ou cativas. (Ver Tabela 16). Isoladamente, somente 0,85% de libertos apadrinharam (10 casos). Quando formaram casais de padrinhos, responderam pela pequena cifra de 12 libertos (0,45%). Em apadrinhamentos mistos, estiveram representados por apenas 31 pessoas, configurando o inexpressivo percentual de 1,17% frente ao total de 2.647 pessoas que apadrinharam escravos na região de Macacu.

Destes 36 padrinhos libertos, 18 (50,0%), apadrinharam filhos de escrava nascidos naturais e 14 (38,8%) foram padrinhos de filhos legítimos. Apenas 04 (11,1%) levaram adultos à pia batismal. Subdivididos nos dois Grupos A e B, temos 08 libertos (0,30%) apadrinhando entre 1852 e 1873, contra 28 (1,05%) apadrinhando entre 1819 a 1840.

Face tão inexpressiva representação, não é possível estabelecer uma razão plausível que explique a motivação para estes apadrinhamentos por parte de libertos. Entretanto, é difícil crer, para esse recorte temporal extenso, que houvesse um número assim tão pequeno de libertos na freguesia da Santíssima Trindade, mas o reduzido número percebido nas fontes demonstra que os escravos possivelmente foram preteridos pelos libertos no apadrinhamento de seus filhos e filhas.

A afirmação de Gudeman e Schwartz a respeito dos apadrinhamentos de escravos no Recôncavo baiano para o final do século XVIII e início do XIX, quando



demonstraram, para aquela região, que em 70%, 20 % e 10% dos casos, os padrinhos foram, respectivamente, livres, forros e escravos, foi discutida por Guedes.<sup>341</sup> Este apresenta que, entre outras conclusões, Gudeman e Schwartz inferiram que

batismo e escravidão eram instituições incompatíveis: a primeira assinalou igualdade, amizade e fraternidade; a segunda, relação de dominação. No entanto, a “saída” para esta incompatibilidade não foi abolir o batismo ou a escravidão, mas mantê-los separados. Indo no sentido oposto aos que postulavam que o batismo serviu como vínculo ou reforço na relação senhor-escravo, os autores afirmaram que senhores nunca apadrinharam seus escravos.<sup>342</sup>

Segundo Brügger, em sua pesquisa sobre apadrinhamento de cativos em São João Del Rei (1730-1850), *em apenas 150 casos, ou seja, 1,1% das crianças cativas, batizadas entre 1736 e 1850, foram apadrinhadas por seus senhores.*<sup>343</sup> Neves apresentou a mesma conclusão a respeito de seus estudos, no mesmo tema, para São Paulo, concluindo que *os proprietários em raras oportunidades serviam como padrinhos de seus escravos.*<sup>344</sup>

Da mesma forma, em sua pesquisa para a região de Inhaúma, no Rio de Janeiro, para a primeira metade do século XIX, José Roberto Góes<sup>345</sup> também chegou à conclusão, como Schwartz, de que os senhores nunca apadrinhavam seus cativos.<sup>346</sup>

Guedes, para a região da freguesia de São José do Rio de Janeiro, entre os anos de 1801 e 1821, observou que os senhores só apadrinharam seus cativos 36 vezes (0,6%), 19 (0,8%) em batismos de adultos e 17 (0,5%) nos batismos de inocentes, concluindo que *o compadrio também não reforçou, diretamente, os vínculos entre senhores e escravos, tal como apontaram S. Gudeman e S. Schwartz.*<sup>347</sup>

Também em Macacu, raríssimos senhores apadrinharam os próprios cativos, como no caso de Justa, filha natural de Apolinária, escrava de Benedicto Ferreira Pinto. Batizada em 03 de outubro de 1830, foi apadrinhada pelo seu senhor e Praxedes, *filha de Luiza, viúva de Luiz Pedro.*

<sup>341</sup> GUEDES, 2004, op. cit.p.109.

<sup>342</sup> Id., 2004, p.109..

<sup>343</sup> BRÜGGER, 2004, op.cit.p.3 - 6.

<sup>344</sup> NEVES, 1990, op. cit.p.241 e 243

<sup>345</sup> GÓES, 1993, op. cit.p.118

<sup>346</sup> ANDRADE, 2006, op. cit.

<sup>347</sup> GUEDES, 2004, op. cit., p.110.

Para Macacu, a respeito dos apadrinhamentos feitos por escravos do mesmo senhor ou de senhores diferentes, observa-se a seguinte tabela:

	Grupo A 1819 a 1840	%	Grupo B 1852-1873	%	TOTAIS	%
Casais de padrinhos cativos do mesmo senhor	402	63,4	203	40,3	605	53,2
Padrinhos com 01 cativo do próprio senhor	22	3,4	28	5,5	50	4,3
Casais de padrinhos cativos de outro senhor	210	33,1	272	54,0	482	42,3
TOTAIS	634	100,0	503	100,0	1.137	100,0

Tabela 19: Tipologia da propriedade dos escravos formadores de casais de padrinhos – Grupos A e B - 1819 a 1873 - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant’Ana de Macacu  
Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

No Grupo A, 402 padrinhos (63,4%) eram escravos pertencentes ao mesmo senhor. Já o restante dos apadrinhamentos, ou foi feito por ao menos um cativo do próprio senhor como padrinho (3,4%), ou por escravos de outros donos (33,1%). Estes dois últimos casos podem ter sido possíveis por atendimento das necessidades de um possível pequeno proprietário cuja escravaria era tão pequena que não dispunha de cativos suficientes para a função.

Para o Grupo B, o número de cativos de outros senhores que batizaram cativos já é um pouco superior ao de senhores que tiveram os próprios escravos como padrinhos. Entretanto, em números globais, para todo o recorte temporal, foram escravos dos mesmos senhores que apadrinharam seus escravos. Guedes, que focou sua pesquisa nos batismos de inocentes, afirma que

quer se tratasse de padrinhos cativos (pertencentes ou não à mesma escravaria de seus afilhados) ou de livres- forros, não havia interdição senhorial para a realização de laços de compadrio nos batismos de inocentes. As exclusões e aproximações ficavam por conta dos próprios cativos.<sup>348</sup>

Parece que relação semelhante se deu em Macacu. Adicionado o percentual dos batismos com ao menos um padrinho e o de casais de padrinhos ‘de fora’ das propriedades, chega-se a 46,6%, perfazendo um total de 532 cativos. Significa que se estende a rede de compadrios escravos para fora das propriedades, estreitando laços entre cativos de senhores diferentes.

<sup>348</sup> GUEDES, 2004, op. cit., p.110.

Desta forma os batismos tornaram possível a construção de relações de compadrio e parentesco entre os escravos. Relações que assinalam a construção, no tempo e pelo convívio, de solidariedades escravas intra e extra propriedade. Por outro lado, este convívio era certamente mais intenso no interior das maiores escravarias, como a de Henrique José de Araújo, a mais numerosa percebida no espaço e recorte temporal pesquisados.

Guedes analisou em seu trabalho sobre Porto Feliz (SP) e a freguesia de São José (RJ), como o batismo podia contribuir para a formação dessas mesmas solidariedades, as quais formariam comunidades escravas:

a escravidão manteve um ótimo diálogo com o batismo. Estimulado por senhores e escravos, demonstra um modo pelo qual o cativo incorporava trabalhadores africanos, ao mesmo tempo em que propiciava meios de socialização entre os cativos, o que, por sua vez, conduziu a uma intensa rede de parentesco, que formara uma comunidade escrava.<sup>349</sup>

Da mesma forma que Guedes, escrevendo sobre a constituição de comunidades escravas em grandes escravarias no sudeste brasileiro, Engemann também reputa às relações parentais entre cativos a geração de condições que possibilitariam a formação dessas comunidades, já que

se a reunião de um grande grupo de escravos multiplicava os fatores de tensão, de igual modo deveria multiplicar os mecanismos de negociação.(...) Temos então a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma estrutura mais abrangente: a comunidade. O transcorrer das gerações em convívio produz um efeito gregário que potencializa os laços diretos. Basicamente o que fornece o amálgama é a existência de antepassados comuns e de símbolos e crenças - freqüentemente aprendidos desses antepassados - que também são partilhados pela maioria dos membros da comunidade.<sup>350</sup>

Seria esta possibilidade condizente com a Fazenda do Colégio, pelo fato de tratar-se de uma propriedade com número marcadamente elevado de cativos, posto que inserida no contexto socioeconômico de uma região com poucas propriedades

---

<sup>349</sup> Id., 2004, p.110.

<sup>350</sup> ENGEMANN, Carlos. **Comunidade Escrava e Grandes Escravarias no Sudeste do Século XIX**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003, Caxambu, 2003, p. 10.

agromanufatureiras? Não foi possível avaliar, tal como fez Machado<sup>351</sup> - por motivo da absoluta ausência de fontes - se os compadrios entre escravos da Fazenda do Colégio se deram preferencialmente com cativos domésticos apadrinhando escravos do eito. Porém, a questão levantada por Engemann de que escravos que *estavam juntos, em alguns casos, por gerações, tendendo a formação de ancestrais comuns* apresenta possibilidades mais próximas de observação.

Relativamente apresentando muitos cativos, a Fazenda do Colégio possuiria reais possibilidades de abrigar, em meio a uma miríade de pequenas propriedades com escravarias médias e na maioria dos casos, pequenas, algo que poderia ser chamado de comunidade? Acerca desse debate sobre a pertinência ou não da existência de comunidades escravas, recupera-se uma observação de Freire:

Os estudos sobre a escravidão no Brasil têm se debruçado sobre novos temas. O debate que ora se trava aborda o escravo enquanto agente histórico no processo ao qual esteve inserido. Essa nova abordagem tem levado as pesquisas a encontrar um sistema escravista diferente daquele que até então se imaginava. A visão de um escravismo estático, baseado numa dicotomia entre senhores e escravos no qual apenas aos primeiros caberia a condução do escravismo, não mais se sustenta. Está claro que os senhores eram a parte mais forte da contenda; entretanto, aos cativos havia a possibilidade de se mover dentro de certos espaços.<sup>352</sup>

No contexto desses *certos espaços* de mobilidade, encontra-se a comunidade escrava, assunto polêmico cujo termo, como se verá, é difuso e de maior complexidade nos estudos das solidariedades entre cativos no cotidiano do escravismo. Entretanto, é necessária a adoção de um conceito que sirva como referência para essa discussão. Sendo assim, apropria-se a partir aqui o conceito de comunidade formada por escravos definido por Engemann como

um conjunto de indivíduos que partilham símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço socialmente ordenado. A partir disso, é possível deduzir que os plantéis, principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades

<sup>351</sup> MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. In: Revista Brasileira de História vol.26, nº.52, São Paulo, Dez. 2006, 49-77.

<sup>352</sup> FREIRE, Jonis. **Expectativas e tensões**: estabilidade das famílias escravas, em uma sociedade escravista mineira, século XIX. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008, Muriaé. Anais do II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008.

comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro.<sup>353</sup>

Portanto, mais que um simples “ajuntamento” de indivíduos, seria necessário, para a constituição de uma comunidade formada por cativos, que se construíssem laços sólidos, que houvesse um amalgamento com base na cumplicidade de relações e no estreitamento promovido por uniões consangüíneas no tempo e num mesmo espaço socialmente ordenado.

Será na família escrava, segundo Engemann, que se encontrará a base para a constituição da comunidade cativa. Haja vista que, se uma grande escravaria em uma propriedade se perpetuasse no tempo e mantivesse relativa integridade, seria inevitável que a formação de laços sociais de todo tipo. Inclusive familiares, ou seja, por meio da consangüinidade e do compadrio.

Considera-se aqui que a Fazenda do Colégio foi uma propriedade que abrigou uma escravaria que conseguiu construir, no tempo, relações sociais complexas. A fim de analisá-las, dividiu-se esta análise em três momentos distintos ligados à posse dessa fazenda, buscando-se demonstrar também ter havido a sobrevivência de complexas relações sociais entre cativos - urdidadas numa prática jesuítica de constituição de famílias regulares de escravos - da fazenda do Colégio.

O primeiro momento abrange um período de tempo de 44 anos, compreendido entre a arrematação da Fazenda do Colégio por Nicolau Bonarrota, possivelmente em 1760<sup>354</sup>, até o casamento de Henrique José de Araújo, em 1804, com a filha oriunda da união da viúva de Bonarrota com Antonio de Oliveira Braga. Durante todo esse período, teria subsistido na Fazenda do Colégio uma antiga comunidade formada por escravos ainda da época jesuítica?

Como se viu, a propriedade de Araújo constituía-se da antiga fazenda jesuíta que foi repassada, após seu seqüestro pela Coroa em 1759, para no máximo dois posteriores proprietários, num curto período de anos. Face a essa situação, e levando-se em conta que as propriedades inacianas eram revendidas a arrematantes a preço baixo e muitas das vezes completas, ou seja, de ‘porteira fechada’, na arrematação estariam, por conseguinte, incluídos todos os escravos lá anteriormente existentes.

---

<sup>353</sup> ENGEMANN, 2008, op. cit. p. 27.

<sup>354</sup> Embora se desconheça o ano em que se deu essa arrematação, considerou-se o maior intervalo de tempo possível, fixando-a, aleatoriamente em 1760, primeiro ano após decorrido o seqüestro dos bens jesuíticos pela Coroa Portuguesa.

Couto, em estudo sobre a venda de escravos dos jesuítas no Colégio do Recife após sua expulsão, informa que *a maioria dos escravos foi vendida junto com as propriedades em que trabalhavam*.<sup>355</sup> O mesmo teria se dado também no Rio de Janeiro, Teriam sido “transferidos” aos novos proprietários, começando por Bonarrota, não apenas um conjunto de escravos, mas famílias formadas pelos escravos dessas fazendas.

Aqui se infere que, sendo possível demonstrar, com base em inventários, ter existido uma regularidade nessa prática de formação de uniões estáveis em outras quatro fazendas da Companhia de Jesus na Capitania do Rio de Janeiro - Macaé, Campos Novos, Engenho Novo e Santa Cruz - essa mesma regularidade poderia também ter existido na Fazenda do Colégio.

Analisando-se esse particular aspecto para as fazendas jesuíticas apontadas, tem-se para Macaé, uma população escrava de 217 indivíduos. Destes, 112 (51,61%) eram homens e 105 (48,39%), mulheres. Entre os escravos do sexo masculino, apenas 20,72%, ou seja, 45 indivíduos integravam a faixa de idades de 0 a 15 anos. Em relação às mulheres, apenas 46 cativas (21,18%) integravam a mesma faixa etária<sup>356</sup>. Engenho Novo já apresenta 279 cativos em seu inventário. Da mesma forma que em Macaé, 44,80% dos cativos, ou seja, 125 indivíduos, são do sexo masculino, relacionando-se com 149 (53,40%) mulheres. Respeitada a mesma faixa etária, de 0 a 15 anos, tem-se, para o gênero masculino, 47 indivíduos (16,83%) e para o feminino, 55 (19,7%). Campos Novos, embora não apresente as idades dos cativos, acompanha ao menos esse padrão de equilíbrio da população escrava, integrada por 152 homens (48,10%) e 163 mulheres (51,58%), perfazendo um plantel de 316 cativos. Santa Cruz, embora possua número de escravos absolutamente discrepante em relação às fazendas apresentadas, possuía 1009 cativos à época do inventário, trazendo um equilíbrio sexual representado por 522 cativos do sexo masculino (51,73%) e 487 femininos (48,26%). Este grande

---

<sup>355</sup> COUTO, Jorge. A venda dos escravos do Colégio dos jesuítas do Recife (1760-1770). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). **Brasil: Colonização e escravidão**. RJ: Nova Fronteira, 2000, p.195.

<sup>356</sup> Considera-se que esta faixa de indivíduos vistos aqui como em idade não reprodutiva, está um tanto elástica, mas mesmo assim, comprova-se que a maioria da escravaria de Macaé apresentava um equilíbrio etário e sexual considerável. Portanto, segundo o conceito aqui em discussão, potencialmente promotora da comunidade cativa

grupo de escravos, segundo a fonte, apresentava pelo menos 148 casais escravos, com ou sem filhos.<sup>357</sup>

Para Santa Cruz, um caso é o do casal Pascual e Leonor, listados como pais de 10 filhos (Feliz de Faria, Pedro Milagre, Álvaro Soares, Ignácio Madeira, Ponciano Barreto, Basília dos Santos, Enneia Pereira, Adriana Pereira, Cimiana e Apolinário), o que significa poder-se considerar a existência de uma relação estável. Outro exemplo é o caso de Maria da Piedade, viúva de Sebastião de Moura e casada com Manoel da Cruz. Seus filhos eram Emerita, do primeiro marido e Francisco, do segundo. Há também casos de viúvas que não casaram, mas mesmo assim, está claro que em algum dia possuíram maridos. Há que se ressaltar que alguns casais tiveram seus filhos após o seqüestro da fazenda pela Coroa, ou seja, mantiveram-se unidos.

Parece comprovado que além dessa regularidade no equilíbrio etário e sexual, existiram basicamente famílias escravas em todas nessas fazendas. Essa, por sinal, pode ser o maior indício de que nessas fazendas existiu o desenvolvimento de uma ‘política’ de formação de uniões estáveis entre os cativos, perpetrada pelos jesuítas. Ao se analisar o índice de relações familiares existentes nessas quatro fazendas, obteve-se a seguinte tabela:

Campos Novos	Engenho Novo	Macaé	Santa Cruz	Média percentual
73,83%	65,82%	90,32%	100%	82,49%

Tabela 20: Relações familiares em fazendas de Jesuítas na capitania do Rio de Janeiro – Séc.XVIII

Fonte: Arquivo do Ministério da Fazenda

Portanto, de acordo com o conceito exposto, nas fazendas jesuíticas existiriam comunidades escravas, dado o elevado número de famílias cativas. Estas teriam sido transmitidas aos seus arrematadores? E a fazenda do Colégio? É plausível, mesmo com a ausência do seu inventário, inferir que a mesma poderia seguir um idêntico ‘padrão’?

<sup>357</sup> AMANTINO, Marcia. **Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas na Capitania do Rio de Janeiro** – século XVIII. In: XVI Encontro Regional de História, 2008, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Regional de História: Belo Horizonte: UFMG, 2008 – v. 1.

Após o falecimento de Nicoláo Bonarrota<sup>358</sup> em 1784, sua viúva, Maria Feliciano de Siqueira Cordovil, casou-se em segundas núpcias com Antônio de Oliveira Braga como se viu. Segundo a *Discripção...*, de 1797, Braga aparece citado como proprietário de engenho de açúcar e é o maior senhor de escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu. Portanto, foi entre os anos de 1784 e 1797 que Braga desposou Maria Feliciano, tornando-se, através de casamento, o segundo proprietário da antiga fazenda jesuítica.

Segundo a fonte, existia na fazenda um plantel de 207 escravos, formado por cativos do sexo masculino num total de 44 homens adultos, ditos *grandes* (21,25%) e 55 não adultos, ditos *pequenos* (26,57%). Do sexo feminino, havia 62 escravas *grandes* (29,95%) e 46 escravas *pequenas* (22,22%). Os escravos *grandes*, portanto certamente adultos, apresentavam um percentual de 51,20% (106 cativos e cativas), contra 48,79%, ou seja, 101 escravos e escravas não adultos, ou seja, “*pequenos*”. A fazenda possuía em 1797 um rebanho de 100 bois, 60 vacas, 20 novilhos, 34 ovelhas, 04 cavalos, 40 bestas (para transporte da produção?) e 04 poldros (potros).

Se o objetivo de Braga era a realização da produção, que para o mesmo ano foi de 1.300 arrobas de açúcar, 19 pipas de aguardente, 400 alqueires de farinha de mandioca, 20 de feijão, 80 de arroz e 20 de milho, os quais teriam sido produzidos pelos cativos “*grandes*,” parece possível crer que essa produção de gêneros alimentícios tinha a função de sustentar as famílias escravas existentes na propriedade, haja vista que as mesmas estariam presentes dado o número elevado de cativos e cativas “*pequenos*”. O que se quer aqui argumentar é que não se teria comprado escravos muito jovens, e sim que os mesmo seriam filhos e filhas dos casais escravos anteriormente residentes na fazenda quando a mesma passou a ser administrada por Braga juntamente com a esposa. Tal argumento reforça-se ao se considerar que, a produção de arroz, milho e feijão não teria a destinação de servir para o comércio, tendo mesmo a função de suprir parte do abastecimento interno da fazenda.

---

<sup>358</sup> Aos vinte e coatro de Março de mil setecentos e oitenta e coatro anos nesta Freguezia faleceu da vida presente com todos os Sacramentos Nicolau Antonio Bonorota, Alferes de Auxiliares, filho legitimo de Lazaro Maria Bonorota e de Thomazia Maria Bonorota, já falecidos, natural do Porto, baptizado na freguesia de Santo Ildefonso Maior, cazado nesta Cidade com Dona Maria Felicianna Cordovil, foi encomendado pelo Reverendo Parocho e Padres; amortalhado no habito de Cavalheiro da Ordem de Christo, sepultado no Carmo. Cópia do registro de falecimento de Nicolau Bonarrota. Habilitação matrimonial de Antonio de Oliveira Braga, 1804. Caixa 1065, Notação 2831, maço 68. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro– Rio de Janeiro/RJ.



Esta suposição se reforça quando analisado o tráfico negreiro para o Rio de Janeiro no período. Cavalcanti apresentou dados embora os considere ainda incompletos, sobre esse tráfico:

A partir desses fragmentos documentais, podemos quantificar 37.114 escravos referentes aos anos de 1731 a 1735; 281.323 escravos para o período de 1759 a 1792; e 28.385 escravos para os anos de 1799, 1800 e 1801. Portanto, para os cinco primeiros anos temos uma média anual de 7.423 escravos; para os 34 anos seguintes, 8.274 escravos; e 9.462 para os três últimos anos.<sup>359</sup>

De 1759 a 1771 entraram pelo porto do Rio de Janeiro, vindos da *Costa da Mina*, 4.961 escravos adultos e 26 ‘crias’. Por sua vez, de 1799 até 13 de setembro de 1802, entraram vindos da *Costa da África*, junto a 28.385 escravos adultos, o insignificante número de 08 ‘crias’. Assim, mesmo com Cavalcanti considerando lacunas existentes nos dados compilados para tantos anos de tráfico, parece claro que a compra de crianças não estava presente nos interesses mercantis dos traficantes e consumidores. Admitir o fato de que se tivesse adquirido tantos escravos “pequenos” pelo tráfico - já que seria mais barato comprar cativos no Rio de Janeiro - vai na contra-mão dos levantamentos feitos por Cavalcanti, o qual conclui que *a quantidade de crianças que chegavam continuava reduzida, o que evidencia que o interesse dos consumidores do Rio de Janeiro era por escravos que estivessem prontos para o trabalho, escravos que imediatamente amortizassem o investimentos neles aplicado pelo seu senhor.*<sup>360</sup> Reforça-se portanto a idéia de que realmente os escravos ditos “pequenos” e *pequenas*” nasceram mesmo na fazenda.

Supondo que, devido estar assinalado na Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro (1767) a localidade de Pacocay d’El Rei, comprovando que a fazenda foi seqüestrada em 1759 e vendida posteriormente - com os escravos, supõe-se - para Bonarrota, tal venda só poderia ter ocorrido durante ou após o ano de confecção da Carta. Infere-se que a fazenda teria ficado ‘fechada’ por no mínimo sete anos, o que também colaboraria para a consolidação - ou a continuidade - das sociabilidades entre a sua escravaria.

Supõe-se então, que essa escravaria de Antonio de Oliveira Braga constitua-se pela que “veio junto” com a Fazenda do Colégio à época de sua compra por Bonarrota,

<sup>359</sup> CAVALCANTI, 2005, op. cit, p.53.

<sup>360</sup> Id., 2005, p.58.

e a grande presença de 101 escravas e escravos ‘pequenos’, em meio a uma escravaria de 207 indivíduos integrava uma tida comunidade escrava na propriedade, constituída não pelo tráfico, mas de forma semelhante à das fazendas jesuíticas apresentadas, ou seja, pela constituição de famílias.

Considerando que teoricamente era possível a formação, na fazenda do Braga, de no máximo 44 casais escravos, pode-se estabelecer uma relação, hipotética, de pelo menos 2,2 crianças cativas para cada casal, fora a possibilidade de relações geradoras de crianças naturais. Infelizmente, não se pode precisar qual seria a real organização de famílias escravas na fazenda, mas que elas estavam lá, isso parece acertado afirmar.

Concluindo, a fazenda de Antonio de Oliveira Braga e Maria Feliciano, em 1797, poderia ter abrigado, com base no conceito de Engemann, uma comunidade escrava formada quando ainda pertencia aos jesuítas. Óbvio que aquele grande grupo de escravos não mais se encontrava em sua formação original de 37 anos atrás – já que segundo Caeiro era formada por 350 cativos - posto que alterada por nascimentos, falecimentos, possíveis fugas e eventuais compra de escravos ‘novos’. Mas, mesmo assim, quantos laços parentais poderiam estar consolidados numa população de 207 escravos em que praticamente metade era formada por crianças ou jovens, possivelmente nascidos na propriedade?

O intervalo de tempo que caracteriza o segundo momento fixa-se nos anos decorridos entre o casamento de Henrique José de Araújo, em 1804 e seu falecimento, em 1840, ou seja, 36 anos. Araújo casaria naquele ano com a filha de Antonio de Oliveira Braga, o que foi comprovado pela habilitação matrimonial dos nubentes.

O comerciante Henrique José de Araújo tornara-se com essa união, o terceiro proprietário da Fazenda do Colégio após seu seqüestro. Pelo casamento, alçara o ambicionado status de senhor de engenho, o que lhe faria merecer a reveladora observação de Joakim Mariano de que o aumento de sua fortuna se dera graças à união com sua esposa, filha do senhor de engenho Antonio de Oliveira Braga.

Analisado pelos apadrinhamentos nos registros de batismo coletados para o período de 1819 a 1840, somados à possibilidade da existência de famílias escravas, infere-se para este segundo momento, que graças à constituição da escravaria de Araújo, integrada por casais escravos e elevado número de filhos legítimos, em consonância com o conceito adotado, teria se perpetuado no tempo essa tida comunidade escrava. Aliado a isto, houve mínima intervenção de escravos ‘de fora’ nos seus

apadrinhamentos escravos, pouco se interferindo na constituição das solidariedades nesse particular aspecto.

Segundo Engemann,

Cada comunidade cativa se relacionava com um mundo externo ao seu. Esta simbiose com a sociedade que a abrigava era feita por vários canais; o seu próprio senhor ou administrador, a religião Católica, as biroschas, o comércio de seus produtos. Ou seja, existiam vários conectores que ligavam o aparentemente isolado mundo da plantation ao outro mais amplo. Assim, com prontidão podemos abandonar a perspectiva de uma bolha formada pela comunidade escrava, alheia e imune a tudo o mais que se passava à sua volta.<sup>361</sup>

Neste sentido, estas relações fora da Fazenda do Colégio não teriam desagregado a suposta comunidade. Um ponto que pode ser observado na fonte acerca da observação de Engemann, é o que se refere às biroschas (tavernas). A *Discripção...* relacionou sessenta e seis taverneiros em Macacu.<sup>362</sup> Tavernas eram locais de cotidianas relações sociais, onde conversas e provavelmente brigas eram regadas com cachaça, farinha e nacos de carne-seca e onde se praticava a distribuição, via permuta de gêneros ou troca por moeda, de vários gêneros para alimentação, sendo freqüentadas por escravos, homens livres, libertos e viajantes.<sup>363</sup>

Segundo os batismos, a escravaria de Araújo era, para os padrões da região de Macacu, realmente atípica e a maior da região analisada. O mais lamentável, entretanto, em todo o tempo em que decorreu a pesquisa, foi não haver sido encontrado o inventário *post-mortem* de Henrique José de Araújo. Tal documento revelaria, de forma cabal, características mais específicas da escravaria deste senhor. Porém, os poucos relatos coevos referentes à região do Macacu já apresentados referentes a este aspecto, apresentaram informações próximas a respeito do número de seus escravos.

Vale aqui lembrá-los suscintamente: Meirét de Miecourt comentou em 1821, quando de passagem pela propriedade de Araújo, que *essa fazenda pertence a um proprietário “imensamente rico”, que possui mais de 300 negros e um engenho de açúcar.*<sup>364</sup> Já Joaquim Mariano, em 1825, registrou que Araújo possuía *mais de quatro*

<sup>361</sup> ENGEMANN, 2008, op. cit. p. 106.

<sup>362</sup> Discripção, 1797, op. cit.

<sup>363</sup> Cf. Capítulo I, onde os viajantes mencionados comentam suas paradas nestes estabelecimentos à beira das estradas, na procura de descanso, alimentação e víveres para a viagem.

<sup>364</sup> NICOULIN, 1996, Op. Cit.

*centos escravos entre todos.*<sup>365</sup> De fato, os registros de batismo dos cativos de sua propriedade entre 1819 a 1833, o comprovam:

Adultos Batizados	Crianças legítimas	Crianças naturais	TOTAIS
52	111	10	173
30,05	64,16%	5,78%	100,0%

Tabela 21: Escravos batizados de Henrique José de Araújo – 1819-1833

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

Somando-se estes 173 cativos batizados citados na Tabela aos seus pais, mães, padrinhos e madrinhas,<sup>366</sup> todos escravos da fazenda, alcança-se o número de 334 cativos. Surpreende como esse número se aproxima muito dos apresentados pelos informantes das outras fontes. Em suma, a Fazenda do Colégio era, à época de Araújo, a maior proprietária de escravos da região, da mesma forma que anteriormente tivera sido quando ainda na posse de Antônio de Oliveira Braga. Nenhum outro senhor ou ordens religiosas, representadas na região pelas fazendas do Carmo e da Ajuda, apresentou tal volume de cativos. Araújo, inclusive, possuía tantos escravos que dava-se ao “luxo” de ter distintos casais de padrinhos para seus vários escravos batizados.

Voltando-se à análise da Tabela 21, chama a atenção o elevado índice de crianças legítimas na escravaria de Araújo, 111 cativos (64,16%), possível graças à formação de casais regulares de escravos, embora não se possa afirmar os que seriam unidos pelo matrimônio, embora isso seja totalmente plausível. Ao menos se pode aceitar que existiam uniões consensuais devido à grande potencialidade de formação de casais pelos escravos e escravas da fazenda.

<sup>365</sup> Pastoraes e Visitas da Freguesia da Santíssima Trindade. Rio de Janeiro (1727-1812). Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Cópia manuscrito. 140 f. 14,3,7. A datação constante no catálogo não corresponde ao que se encontra no interior do documento, havendo registros em datas posteriores, como o citado.

<sup>366</sup> Nomes repetidos de cativos não foram considerados, embora não se descarte a possibilidade de existir escravos diferentes e com mesmo nome, o que somente aumenta o número, tornando-o maior que o apresentado.

Casal cativo	Ano do nascimento do 1º filho	Ano do nascimento do 2º filho	Ano do nascimento do 3º filho
Acacio e Antonia	1825	1827	-
Anacleto e Dorothea	1819	1821	-
Francisco e Antonia	1825	1827	-
Jesuíno e Catharina	1820	1826	1827
João e Rosa	1819	1825	1826
Joaquim e Teodolina	1821	1824	-
Pedro e Claudiana	1821	1824	1826

Tabela 22: Regularidade de convívio entre casais escravos na Fazenda do Colégio  
 Fonte: Registro de batismos de escravos da Freg. da Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu – 1819 a 1840

A Tabela 22 apresenta filhos tidos pelo mesmo casal escravo em anos diferentes na Fazenda do Colégio, o que reforça a formação de uniões estáveis na propriedade de Araújo. Tal situação indicia a presença de famílias escravas como no caso de Jesuíno e Catharina, que tiveram filhos nos anos de 1820, 1826 e 1827. Essa possibilidade de formação de casais foi ampliada pela entrada, entre 1819 e 1840, de 23 homens e 29 mulheres, todos africanos, somando 52 novos escravos ao grupo (15,4%).

Sobre as solidariedades escravas urdidas com a chegada desses “novos”, pode-se apresentar um exemplo: em 1820, uma cerimônia de batismo coletivo teve curso num domingo, 16 de abril. Os batizando eram todos africanos adultos, registrados pelo padre como *gentios da Guiné* e de propriedade do *capitão Henrique José de Araújo*. O pequeno grupo era constituído por nove mulheres e três homens: Firmiano, Simplício, Fidélis, Leonor, Sebastiana, Quitéria, Felícia, Escolástica, Mariana, Apolinária, Jacinta e Desidéria, todos batizados na *Capela do Colégio*. A cerimônia religiosa na não foi feita pelo padre da freguesia - este apenas dera autorização para o rito -, nem tampouco na Igreja Matriz da Santíssima Trindade, embora se encaminhasse rol com nomes dos escravos para registro no livro de batismos próprio. Consultando-se estes livros, os escravos de Henrique José de Araújo aparecem na maioria das vezes relacionados em grupos, de tempos em tempos. Há também registros de batismos isolados, mas ainda assim, em número mais elevado que os demais senhores, que também batizavam na Matriz ou em suas próprias capelas e oratórios.

Essa assistência religiosa “privada” foi dada á época pelo capelão Francisco Fernandes, residente na fazenda do capitão Henrique. Servindo-se de capela e padre próprios, demonstrava este seu poder pessoal e distinção, além de garantir economia de tempo – e recursos - por não ter que levá-los à matriz da Santíssima Trindade, a alguns quilômetros de distância da fazenda.

Neste grupo havia duas cativas: Jacinta e Sebastiana. Batizadas em 1820, vai-se reencontrá-las em 1826 ainda trabalhando na Fazenda do Colégio, mas em situação distinta. Segundo os registros, em 26 de junho de 1826 fez-se o batismo de Urçula, adulta de nação. Fazendo par com Ventura, Jacinta agora era madrinha da nova integrante da escravaria de Araújo. Sebastiana por sua vez, aparece no registro de batismo de Bernardina, sua filha legítima com Lucas, em 20 de janeiro de 1826. Foram padrinhos Gonçalo e Umbelina.

Já Umbelina apareceu amadrinhando, juntamente com Gerardo, a ‘cria’ Gerarda, filha de Dina, em 11 de junho de 1827. Gerardo será reencontrado como pardo liberto em 10 de março de 1833, apadrinhando, juntamente com a cativa Michelina, a escrava Darmina, filha natural da já citada crioula Dina. O exemplo ajuda a perceber a formação, entre os cativos do capitão Henrique, de solidariedades no interior da Fazenda do Colégio. Essa escravaria, por ser numerosa, e segundo os registros de batismo, a maior de todas, possibilitara essa formação.

Henrique José de Araújo provavelmente conviveu com estas inevitáveis solidariedades engendradas por seus escravos, e que lhe teriam permitido – ou lhe obrigado – a uma maior flexibilidade no trato com seus cativos no momento de lhes destinar padrinhos.

Parece ter havido uma regularidade na Fazenda do Colégio no que tange à formação de casais de padrinhos cativos de forma bem distinta do conjunto das outras propriedades da região, aparecendo, face os índices de nascimento de filhos legítimos e naturais, como uma “*ilha de legitimidade escrava*”, cercada de propriedades onde a regra geral foi nascer filhos naturais de escravas. Nesta “ilha” engendraram-se solidariedades escravas com laços supostamente tão fortes, que transpuseram os limites territoriais das fazendas criadas após a repartição da Fazenda do Colégio entre os herdeiros de Henrique José de Araújo após sua morte.

O terceiro momento se dá justamente a partir desse falecimento em 1840 e se estende até o ano de 1866, ou seja, um recorte temporal de vinte e seis anos. Após a

morte do patriarca do clã, houve a repartição da Fazenda do Colégio em cinco novas propriedades: as fazendas Colégio, Papucaia, Jaguary, Ribeira e Rio das Pedras. Todas entregues por herança a filhos de Araújo e a Maria José de Araújo, filha do barão de Piracinunga – portanto neta do patriarca - e esposa do barão do Pilar, José Pedro da Motta Sayão.

A demarcação do ano de 1866, como o de encerramento dessa última fase, foi estabelecida em decorrência da crise financeira da Casa Souto (1864), no Rio de Janeiro que atingiu em cheio as finanças do clã, obrigando os Araújo a hipotecar ao Banco do Brasil quase a totalidade dos seus bens, constituídos das fazendas, terrenos e prédios no Rio de Janeiro, ações do Banco do Brasil e da Estrada de Ferro de Cantagalo.

Naquele ano de 1866, o barão de Piracinunga, Joaquim Henrique de Araújo, filho e herdeiro do patriarca, vendeu a fazenda da Papucaia à viúva Bárbara Maria de Jesus, assunto tratado no último capítulo. É nesse período, de 1840 a 1866, que se percebe nos registros de batismo que as solidariedades escravas ainda persistiam através do cruzamento entre padrinhos escravos das diferentes fazendas.

Não foram observadas uniões entre cativos das fazendas, pelo fato de que, apesar de parentes, cada um dos filhos constituía-se em um distinto senhor de escravos. Uma regularidade nos apadrinhamentos se perpetuou no tempo, mesmo com a fazenda do Colégio dividida em cinco ‘novas’ unidades. Vale acompanhar vários casos em que aparecem estas solidariedades. Nas tabelas abaixo, pode-se constatar o apadrinhamento de escravos por cativos oriundos das outras fazendas do clã. Analisando esses relacionamentos para cada uma das fazendas, tem-se:

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem	Madrinha	Origem
06.11.53	Lucas	Firmino	Miquelina	Domingos	Faz. Rio das Pedras	Theodora	Faz. Rio das Pedras
15.10.54	Laurindo	Jorge Nação	Leopoldina Nação	Laurindo	Faz. Colegio	Brígida	Faz. Colegio
27.05.55	Venancio	Jorge Cabinda	Grigoria Moçambique	Paulo	Faz. Papucaia	Archangela	Faz. Papucaia

Tabela 23: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda da Ribeira – 1853 a 1855

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ).

Cativos na Fazenda da Ribeira, Lucas, Laurindo e Venâncio, respectivamente, foram batizados por casais escravos das fazendas Rio das Pedras, Colégio e Papucaia. O

mesmo ocorreu com Leonor, Dionizia e Lucia, na tabela abaixo, referente à Fazenda Jaguary.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem	Madrinha	Origem
01.04.55	Leonor	? Nação	Sophia Nação	Jose	Faz. Colegio	Felicia	Faz. Colegio
15.04.55	Dionizia	Estevão, crioulo	Catharina Nação	Jacinto Nação	Faz. Ribeira	Maria Nação	Faz. Ribeira
13.05.55	Lucia	Domiciano, cabra	Rosaura Crioula	Julio Nação	Faz. Colegio	Elisaria Crioula	Faz. Colegio

Tabela 24: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda Jaguary – 1855

Fonte: Livro de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

Na Fazenda do Colégio, há o caso de Izidro, filho de Feliciano, mina, e Cândida, crioula. Os padrinhos eram da Jaguary: Izydro (mesmo nome da criança), cabra, e Lucrecia, cabra forra.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem	Madrinha	Origem
03.07.53	Maria	-	Clara, Crioula	Tito, Nação	Faz. Papucaia	Engracia	Faz. Papucaia
28.01.55	Gervasio	-	Carolina, Crioula	Domiciano	Faz. Jaguary	Rosana	Faz. Jaguary
25.02.55	Izidro	Feliciano, Mina	Cândida, Crioula	Izydro, Cabra	Faz. Jaguary	Lucrecia cabra forra	Faz. Jaguary
15.04.55	Basílio	Sabino, crioulo	Apollonia, Crioula	Francisco Crioulo	Faz. Papucaia	Antonia Nação	Faz. Papucaia
02.09.55	Ursula	Domingos José	Laura da Conceição	Miguel Crioulo	Faz. Papucaia	Ursula (viúva)	Faz. Colegio

Tabela 25: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda do Colégio – 1853 a 1855  
Fonte: Livros de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

Vê-se, por exemplo, o batismo de Ursula, filha legítima de Domingos José e Laura da Conceição. Foram padrinhos Miguel Couto, da Papucaia, e a cativa viúva também de nome Ursula da Fazenda do Colégio, indiciando a maior aproximação de Laura, a mãe, e a madrinha.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem	Madrinha	Origem
26.05.53	Gracilacia	-	Preciliana Nação	Victorino Nação	Faz. Colegio	Escolástica Crioula	Faz. Colegio
06.07.54	Gracelacio	Firmino, crioulo	Vitalina Crioula	Tito	Faz. Papucaia	Engracia	Faz. Papucaia
03.09.54	Severiano	Malachias, nação	Flausina Crioula	Izach Crioulo	Faz. da Ribeira	Thomazia Crioula	Faz. Papucaia
17.06.55	Emilia	-	Angela Parda	Felismino Pardo	Faz. Papucaia	Faustina Crioula	Faz. Papucaia

Tabela 26: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda Rio das Pedras – 1853 a 1855

Fonte: Livros de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)



Caso também interessante que aparece nesta tabela é o de Severiano: filho de Malachias, de nação, com a crioula Flausina, foi batizado por Izach, crioulo da Fazenda da Ribeira e Thomazia, também crioula e escrava de outra fazenda, a Papucaia. Caso semelhante ao ocorrido na Fazenda do Colégio, Anastácia, filha dos crioulos Mamede e Christina, da Fazenda Papucaia, recebeu o nome de sua madrinha, cativa na Jaguary.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem	Madrinha	Origem
14.05.54	Lucia	Desiderio Crioulo	Eugenia Crioula	Joaquim, Crioulo	Faz. Colégio	Escholastica	Faz. Rio das Pedras
31.12.54	Manoel	Domingos Crioulo	Epiphania Crioula	Felizardo	Faz. Colégio	Severiana	Faz. Colégio
15.01.55	Anastácia	Mamede Crioulo	Christina Crioula	Thelesforo	Faz. Jaguary	Anastacia	Faz. Jaguary
25.02.55	Geraldo	Jose Chama Nação	Luzia Crioula	Venerando	Faz. Colégio	Silvana	Faz. Colégio
12.06.55	Deolinda	Affonso Crioulo	Adriana Crioula	Aleixo Pedro	Faz. Rio das Pedras	-	-
06.11.53	Lucas	Firmino	Miquelina	Domingos	Faz. Rio das Pedras	Theodora	Faz. Rio das Pedras

Tabela 27: Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda da Papucaia – 1853 a 1855

Fonte: Livros de batismos de escravos - Arquivo da Paróquia de Sant'Ana – Cachoeiras de Macacu(RJ)

Assim, mesmo com a antiga Fazenda do Colégio de Henrique José de Araújo repartida, os escravos continuaram constituindo casais para apadrinhar os filhos nascidos nas agora ‘novas’ propriedades. Vários casais de padrinhos eram formados por escravos de propriedades e donos distintos. Propriedades estas limítrofes e que anteriormente formavam uma única fazenda!

Os cativos dos Araújo teriam dado continuidade às solidariedades que haviam construído - mesmo que divididos pelas linhas imaginárias que ‘separavam’ as fazendas. Muito provavelmente se escolhiam como padrinhos e madrinhas de seus filhos e dos adultos que chegavam. Estes ao menos até 1850. Isto leva a supor que continuaram de forma distinta, a manter o convívio que tinham quando a Colégio ainda possuía sua integridade territorial.

Poderia-se apresentar o argumento da falta de escravos em alguma das fazendas como motivo para os apadrinhamentos entre as mesmas, o que seria feito entre os filhos dos Araújo por ‘empréstimo’, obrigando-os a uma transferência de escravos para sua execução. Tal situação, entretanto, não se vê plausível quando se observa a quantidade

de escravos de cada uma das fazendas. Curiosamente, na listagem das fazendas hipotecadas pelos Araújo na crise, não aparece a fazenda que manteve o nome Colégio.

Proprietário	Fazenda	Nº de Escravos
Comendador Henrique José de Araújo	da Ribeira	70
Comendador José Henrique de Araújo	do Rio das Pedras	140
Comendador Antonio de Araújo Braga	Jaguary	40
Barão de Piracinunga (Joaquim Henrique de Araújo)	da Papucaia	100

Tabela 28: Número de escravos nas fazendas dos Araújo – Séc. XIX  
 Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga – 1871- Arquivo Nacional.

Há mais casos visíveis de apadrinhamentos de escravos de outras fazendas para a Fazenda da Papucaia, esta com 100 escravos, do que para a Jaguary, com 40 cativos. Esta tem o menor número de escravos é verdade, mas apadrinha tanto quanto a Rio das Pedras, com 140 cativos. A Papucaia, por sua vez foi a que recebeu o maior número de padrinhos ‘de fora’.

Parece certo que existiam fortes laços de compadrio e proximidade criados, recriados e perseverados por estes escravos e suas conseqüentes gerações. Os escravos de Henrique José de Araújo conviveram no cotidiano da escravidão através da construção de parentelas e compadrios como estratégia de resistência ao escravismo. Esses laços de compadrio, contudo, teriam formado uma comunidade escrava, de acordo com o conceito tomado como base?

### 5.3. Fazenda do Colégio: comunidade escrava

A intenção não é aqui apontar quem teria razão, ou não, no tocante à formação de comunidades de cativos, mas até que ponto haveria a pertinência na aplicação do termo “*comunidade*” para explicar esse espaço de sociabilidades escravas produzidas em nível complexo.

Segundo Albuquerque, a tradição sociológica weberiana fundou conceitos para comunidade e sociedade, que foram sistematizados por Tönnies nos termos

*Gemeinschaft* e *Gesellschaft* no século XIX. Estes têm sido instrumentos de identificação e de compreensão de contextos e períodos históricos desde o XVIII.<sup>367</sup> Em Weber, Aron buscou delimitá-los:

Quando o resultado do processo de integração é uma comunidade (*Gemeinschaft*), o fundamento do grupo é um sentimento de pertinência experimentado pelos participantes, cuja motivação pode ser afetiva ou tradicional. Se este processo de integração leva a uma sociedade (*Gesellschaft*), isto se deve ao fato de que a motivação das ações sociais se constitui de considerações ou ligações de interesses, ou leva a um acerto de interesses.<sup>368</sup>

A sociedade, portanto, surgiria de uma interação de contrato entre os homens, enquanto a comunidade, por relações construídas no convívio, trazendo um ‘sentimento de pertinência.’ Talvez o conceito de comunidade escrava tenha sido aplicado com essa concepção sociológica moderna, na busca de se explicar esse espaço relacional mais complexo engendrado pelos cativos. Faria demonstrou que a definição do termo comunidade é bem complexa:

Usa-se comunidade como se houvesse um consenso sobre seu significado. Não há. G. A. Hillery, há décadas atrás, analisou 94 definições de “comunidade” em diversos autores e chegou à conclusão de que “exceto quanto à concordância pacífica de que as pessoas vivem em comunidade, nenhum consenso existe entre os cientistas sociais quanto à sua natureza”. Alguns empregavam o termo num sentido mais amplo, confundindo-o com sociedade, organização social ou sistema social. Alguns até mesmo o identificam com a idéia de nação. A maioria, entretanto, relaciona-o a um lugar territorial específico, inclusive no tempo..<sup>369</sup>

Portanto, Faria demonstra o quanto o conceito de comunidade pode ser amplo e questiona se as comunidades escravas surgiriam unicamente em grandes escravarias. Considera em sua discussão a posição de autores opositores da noção de comunidade de cativos, que colocaram o tráfico como elemento desestabilizador da sua formação, ou seja, a não possibilidade de uma coesão entre os escravos que os fizesse agir de acordo com uma ‘*identidade comum*’.<sup>370</sup>

<sup>367</sup> ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Comunidade e Sociedade:** conceito e utopia. Revista Raízes. Ano XVIII, Nº 20, novembro/99, p. 50 – 53.

<sup>368</sup> ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.805.

<sup>369</sup> FARIA, Sheila de Castro. **Identidade e comunidade escrava:** um ensaio. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.

<sup>370</sup> Cf. FLORENTINO, Manolo Garcia & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas.** Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 e MATTOS,

Por outro lado, aborda que em outros autores, como Slenes, o argumento de que o processo de criouliização traria a formação de relações mais horizontais entre os cativos, os distanciaria de conflitos, de um “estado de guerra” constante,<sup>371</sup> o que poderia possibilitar, por sua vez, a formação de comunidades.

Em sua caracterização, a comunidade escrava seria constituída através de relações afetivas com base em estruturas parentais (casamentos, compadrio) construídas no tempo.<sup>372</sup> Tais solidariedades, por sua vez, seriam possíveis se construídas em níveis complexos em grandes escravarias.<sup>373</sup> Assim, o número elevado de escravos num determinado espaço propiciaria solidariedades em nível comunitário, já que, nas regiões com predomínio de grande plantéis, por exemplo, o percentual de escravos apadrinhando escravos era mais significativo,<sup>374</sup> embora tal circunstância não possa ser encarada como regra.<sup>375</sup>

Com base nessas características, a comunidade escrava para constituir-se, deveria apresentar um conjunto de condições ideais básicas: grande número de escravos ampliando as tensões e forçando “negociações”, as quais gerariam alianças pelo convívio prolongado, promovendo uma ou mais gerações de escravos e formando um amálgama cultural com base na memória dos antepassados do grupo. Surgiria então um espaço relacional complexo denominado *comunidade escrava*.

O já exposto acerca da Fazenda do Colégio aponta para as características acima apresentadas, reforçadas inclusive pelo que indiciam as fontes: a escravaria da “Colégio” era a maior da região, tanto no século XVIII quanto no XIX. Além disso, a composição sexual da fazenda à época de Antonio de Oliveira Braga (1797) e a forma peculiar de seus batismos quando de posse de Henrique José de Araújo, circunscrevem a Fazenda do Colégio como detentora de uma comunidade de cativos, de acordo com o conceito exposto por Engemann.

Entretanto, qualificando-se o conceito de comunidade, a qual, segundo Aron, deveria ser necessariamente *partilhada por pessoas com cultura comum e que*

Hebe Maria. **A Cor Inexistente**. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>371</sup> Cf. SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor**: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

<sup>372</sup> GUEDES, 2004, op. cit.

<sup>373</sup> ENGEMANN, 2008, op. cit., p. 26

<sup>374</sup> MACHADO, 2006, op. cit, p.49-77.

<sup>375</sup> Segundo Brügger, em estudos feitos com batismos de cativos em São João Del Rei entre o extenso período que vai de 1730 a 1850, predominaram homens livres apadrinhando escravos em níveis próximos a 62%. Cf. BRÜGGER, 2004, op. cit. p.3-6.

*apresentam uma identidade distinta como grupo,*<sup>376</sup> há uma aproximação com o que expõem seus opositores. O termo comunidade, como também se viu, serviria para conceituar sociedade, organização social, sistema social ou mesmo nação. Nesses sentidos, ao que parece, o termo comunidade seria ‘mal ajustado’ para conceituar esse espaço relacional complexo entre escravos. Seria possível considerar que escravarias, mesmo que grandes, poderiam constituir um *sistema social* distinto, no interior do sistema escravista? Talvez não, mas que relações de caráter comunitário teriam existido e consolidado uma *organização social* peculiar entre os cativos da Fazenda do Colégio parece certo afirmar.

É, portanto, inegável que fortes laços de compadrio foram criados, recriados e mantidos pelos seus escravos. Entre os cativos de Antonio de Oliveira Braga e quiçá de Henrique José de Araújo, alguns poderiam ter sido mesmo descendentes de escravos dos padres jesuítas. Acaso as outras fazendas jesuítas citadas não apresentaram elevado índice de formação de famílias escravas *após* seu confisco? Não estariam estas famílias já consolidadas, já que apresentavam filhos legítimos, gerados anteriormente à sua tomada das mãos dos padres? Estes escravos teriam então vivido juntos por décadas, suportando agruras do cotidiano escravista através da construção de solidariedades como estratégia de sobrevivência. E a Colégio havia sido também da Companhia de Jesus.

Em suma, independente de qual lado se escolha nesse debate, ou seja, a favor ou contra a existência de comunidades de cativos, no caso em tela – a Fazenda do Colégio – as fontes indicam que a mesma responde favoravelmente, por suas características, à existência de uma comunidade escrava em seus limites. Relações sociais em nível mais complexo entre cativos, embora não necessariamente harmônicas, parece mesmo impossível de se ignorar que não houvessem lá existido.

---

<sup>376</sup> ARON, 2002. op. cit., p. 805.

## CAPÍTULO SEIS

### CRISE!

*A derrocada do clã Araújo no contexto da Crise do Souto – Séc. XIX*

Fragoso discutiu a formação da diferenciada sociedade escravista no que tange à produção e reprodução de corpos sociais hierarquizados através da atividade mercantil. Esta, em estreita ligação com a agricultura, acrescentando a esta dinâmica a adoção do trabalho feito por escravos. Junto a estes mecanismos, também atuou um setor de crédito, que contribuiu para o que Fragoso chama de ‘*cultura do endividamento*’.

Neste contexto complexo, também a prática dos arrendamentos, que traz a questão da acumulação da terra, contribuiu para esse processo de enriquecimento.<sup>377</sup>

No que se refere aos mecanismos econômicos de produção/reprodução da sociedade escravista, o trabalho mais importante para nós foi o de João Fragoso (...) em sua obra, comprova cabalmente que o eixo da reprodução da sociedade escravista ao longo do tempo estava na atividade mercantil. Atividade esta que engendrava as maiores fortunas dentre as analisadas pelo autor. Eram os "comerciantes de grosso trato", responsáveis não só pela reprodução, mas pela própria liquidez deste sistema econômico. Nem por isso, contudo, a atividade mercantil era vista como um fim em si mesmo por estes comerciantes. Em verdade, eles tendiam, mais cedo ou mais tarde, a desviar seus investimentos para a atividade rentista ou, como era mais comum, para a atividade agrícola. Investimento este que permitia, geralmente, um final de vida tranqüilo para aquele que o fazia, mas que de forma alguma garantia a manutenção do mesmo padrão de fortuna pelos seus herdeiros.

Embora pareça contraditório, era justamente na repartição da riqueza que o risco de decadência se estabelecia, já que os herdeiros,

costumavam sofrer um rebaixamento no seu status econômico após a partilha da herança. A solução para sair deste rebaixamento era, no mais das vezes, um retorno à atividade comercial por parte da segunda geração, numa espécie de ciclo vicioso (ou seria virtuoso?) que garantia um financiamento constante para a agricultura.<sup>378</sup>

<sup>377</sup> Cf. FRAGOSO, João Luís R. Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888. Niterói: UFF, 1990 (Tese de doutorado).

<sup>378</sup> SAMPAIO, 1994, Op. Cit.

Embora Fragoso esteja se reportando à formação da elite senhorial no Rio de Janeiro nos idos dos séculos XVI e XVII, não se pode desconsiderar que o processo de reprodução dessas hierarquias sociais desenvolveu-se na longa duração, alcançando mesmo o século XIX.

No oitocentos estarão presentes ainda a atividade comercial e rentista, tendo como base o trabalho feito por escravos e a produção agrícola – é da terra que vêm os bens comercializáveis –, bem como a prática, cultural no dizer de Fragoso, do endividamento.

O clã Araújo, já no século XIX, foi uma das ‘vítimas’ desse ‘ciclo vicioso’. Dentro da sua dinâmica, a morte de Henrique José de Araújo trouxe a repartição de sua grande fazenda no vale do Macacu – bem como suas propriedades urbanas no Rio de Janeiro - entre seus herdeiros. Não é possível, por indisponibilidade de fontes, afirmar que os mesmos voltaram-se para atividades comerciais, o que, contudo, é muito plausível. Se é que já não as praticavam. O que se pode afirmar, com toda certeza, é que membros do clã aventuraram-se no mundo financeiro, como se verá com maior detalhe neste Capítulo. A crise financeira de 1864, a chamada *Crise do Souto*, irá alcançar como um maremoto o patrimônio desse grupo familiar, afundando o clã numa dívida de quase mil contos de réis.

Não pareceu desprovido de propósito o casamento de Joaquim Henrique de Araújo, filho de Henrique José de Araújo com a filha de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, que ocupou a Regência Una no regresso conservador de 1837. Essa ligação, familiar e também política, desvela o clã Araújo ligado ao cerne do conservadorismo no Império.

Em 1854, membros do clã como José Pedro da Mota Sayão, o barão do Pilar, além de dois outros filhos de Henrique José de Araújo - Henrique José de Araújo Junior e José Henrique de Araújo -, encontravam-se bem situados em cargos no recentemente fundado, inclusive com a sua participação, Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

Este foi um dos *bancos comerciais* criados após o encerramento do tráfico negreiro (1850), o advento do Código Comercial e a reativação do Banco do Brasil, com objetivo de negociar – e lucrar - com valores que anteriormente eram dispendidos

na compra de cativos. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro captava depósitos e oferecia crédito, muitas vezes com coberturas feitas pelo Banco do Brasil.

No fechar das portas da Casa Souto & Cia, em 1864, um dos primeiros sintomas visíveis da crise, os Araújo encontravam-se bem no epicentro desse furacão financeiro. No ano seguinte, entravam em um cartório no Rio de Janeiro para registrar a escritura de hipoteca ao Banco do Brasil, de praticamente todos os seus bens. Entre eles, as suas fazendas no vale do Macacu. Segundo o Artigo 91, Capítulo IX, do Registro das Terras Possuídas na Lei de Terras de 1850,

Art. 91. Todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade, ou possessão, são obrigados a fazer registrar as terras, que possuírem, dentro dos prazos rareados pelo presente Regulamento, os quais se começarão a contar, na Corte, e Província do Rio de Janeiro, da data fixada pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e nas Províncias, da fixada pelo respectivo Presidente.<sup>379</sup>

Os registros das terras dos Araújo na freguesia da Santíssima Trindade, em Macacu, encontram-se no Livro nº 79 do Registro Paroquial de Terras, referente aos anos de 1854 a 1857<sup>380</sup>, onde se podem ler as declarações feitas ao vigário. Segundo o artigo 97,

Os Vigários de cada uma das Freguesias do Império são os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, e os incumbidos de proceder a esse registro dentro de suas Freguesias, fazendo-o por si, ou por escreventes, que poderão nomear, ou Ter sob sua responsabilidade<sup>381</sup>

O Registro Paroquial de Terras aponta os limites entre as fazendas dos Araújo declarados aos vigários, bem como seus proprietários. Para a Fazenda da Papucaia, segundo registro feito em 29 de fevereiro de 1856, a mesma confrontava-se:

---

<sup>379</sup> Lei de Terras. Capítulo IX, parágrafo 91. Disponível em

<<http://www.webhistoria.com.br/lei1850.html>>. Acesso em 03 novembro 2008.

<sup>380</sup> Registros Paroquiais de Terras do Século XIX, Santo Antônio de Sá de Macacu, Freguesia da Santíssima Trindade, Livro 79, 1854-1857. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Disponível em: <<http://www.docvirt.no-ip.com/aperj/acervo.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

<sup>381</sup> Lei de Terras, Capítulo IX, parágrafo 97. Disponível em

<<http://www.webhistoria.com.br/lei1850.html>>. Acesso em 03 novembro 2008.



pelo lado de baixo com a fazenda do Collegio pertencente ao Barão do Pillar, e a do Rio das Pedras do Commendador José Henrique de Araújo, e pelo lado de cima com a fazenda do Jaguary do Commendador Antonio de Araújo Braga e terras do major Francisco Jose Fernandes Panema, fazendo fundos para o lado do Braçanã, tendo a dita fazenda a configuração triangular com vértice para o rio Macacu que quadrada ela fica com uma testada de mil trezentas e vinte e cinco braças, com três mil e oitocentas de fundos.<sup>382</sup>

A partir deste registro, tem-se a base para o levantamento das confrontações das demais fazendas. Para a Fazenda do Colégio, de propriedade do barão do Pilar, cujo registro foi feito em 01 de março de 1856 pelo barão de Piracinunga, Joaquim Henrique de Araújo, tem-se que:

O abaixo assignado é Senhor e possuidor de mil oitocentas e setenta e oito braças de terras na freguesia de Sant'Anna de Macacu em que está a Fazenda do Collegio fazendo testada no rio Macacu e o fundo com que de Direito pertence com a Fazenda do Rio das Pedras, propriedade do Snr. Commendador José Henrique de Araújo partindo do lado direito com a Fazenda da Papocaia, propriedade do Exmo Barão de Piracinunga, pelo esquerdo com terras dos Religiosos do Carmo, cujas terras houve por herança de seu sogro o Commendador Henrique José d'Araújo.<sup>383</sup>

Para os limites da Fazenda Rio das Pedras, de José Henrique de Araújo, este declarou em 13 de janeiro de 1856, que era

senhor e possuidor de uma dacta de terras sita no lugar denominado Rio das Pedras, onde se acha a minha Fazenda e são da forma seguinte: Mil oitocentos e trinta e oito braças de testada, e mil setecentas e quarenta e oito braças de fundos, fazendo esta testada em um travessão que se acha em divisa com terras do Exmo. Barão do Pillar e confinam com terras de (ilegível)de Braçanam, e do lado de cima com terras do Exmo. Barão de Piracinunga e pelo lado de baixo com terras dos Religiosos do Carmo, as quaes possuo por herança.<sup>384</sup>

Resta a Fazenda da Ribeira, declarada em 29 de novembro de 1857 por Henrique José de Araújo (Junior):

sou senhor e possuidor de diversas datas de terra nesta Freguesia. A primeira no logar denominado Ribeira fazendo testada no rio Macacu com o computo de mil setecentas e duas braças e fazendo fundos na

<sup>382</sup> Registros Paroquiais de Terras, 1856, op. cit, fls. 111, registro 394.

<sup>383</sup> Registros Paroquiais de Terras, 1854-1857, op. cit., fls. 111, registro 394.

<sup>384</sup> Id., fls. 24, registro s/nº.

lagoa de Traimerim, partem por baixo com terras dos herdeiros do falecido Antonio Coelho de Britto e por cima com terras que forão do falecido Manoel Gonçalves Pina, existindo encravadas dentro desta data uma outra de cinquenta braças pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento, e Santíssima Trindade.<sup>385</sup>

Acerca das terras da Irmandade mencionada nos registros, as mesmas foram declaradas pelo seu procurador, José Francisco Neto, em 16 de fevereiro do mesmo ano de 1857:

José Francisco Netto, na qualidade de procurador da Irmandade do Santíssimo Sacramento anexa á da Santíssima Trindade, orago desta Freguesia declara que aquela mesma Irmandade é Senhora e possuidora de cinquenta braças de terras de testada no lugar da extinta freguesia com uma legoa de sertão ou o que se achar, principiando no rio de Macacu até o riacho do Rabello, partindo pelo lado de baixo com terras dos herdeiros de Pedro do Amaral e pelo lado de cima com a fazenda dos herdeiros de Dona Catherina Francisca de Azevedo Lemos cujas terras a mesma Irmandade as houve por compra como consta da folha cento e vinte e quatro e declaração de mil setecentos e oito feita no livro de tombo da mesma freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu.<sup>386</sup>

### 6.1. A crise do Souto

Crise! Crise! Crise! / Tal foi o grito angustioso que se ouviu, durante a semana passada, de todos os peitos da população e de todos os ângulos da cidade. / A fisionomia da população exprimiu sucessivamente o espanto, o terror, o desespero, – conforme cresciam as dificuldades e demorava-se o remédio. // Era triste o espetáculo: a praça em apatia, as ruas atulhadas de povo, – polícia pedestre a fazer sentinela, polícia eqüestre a fazer correrias, – vales a entrarem, dinheiro a sair, – vinte boatos por dia, vinte desmentidos por noite, – ilusões de manhã, decepções à tarde, – enfim uma situação tão impossível de descrever como difícil de suportar, – tal foi o espetáculo que apresentou o Rio de Janeiro durante a semana passada. (Machado de Assis)<sup>387</sup>

A denominada Crise do Souto é famosa na historiografia pelo fato de ter havido o encerramento dos pagamentos feitos pela então instituição bancária Casa Souto & Cia,

<sup>385</sup> Ibid., fls. 124v, registro 445.

<sup>386</sup> Registros Paroquiais de Terras, 1854 -1857, op. cit., fls. 121v, registro 435.

<sup>387</sup> ASSIS, Machado de. Diário do Rio de Janeiro. 10 de setembro de 1864. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/541/Carta-0084.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

causando verdadeira correria às demais casas bancárias do Rio de Janeiro. Na ânsia dos investidores em retirar – e salvar – seus capitais investidos, pela crônica diminuição da liquidez na capital do Império, teve curso uma quebradeira financeira sem precedentes. Os efeitos da crise podem ser abstraídos através de matéria veiculada em revista da época:

(...) A notícia era verdadeira, mas incrível. Não há, nos tempos modernos colossos inabaláveis. Porque a Casa Souto era de fato um colosso de crédito. (...) Casas reputadas sólidas, fortunas julgadas inabaláveis, viam-se em um momento ameaçadas de total ruína. A inquietação foi grande; o pânico geral. (...) O povo afluía à rua Direita e à rua da Alfândega. Abalado o crédito geral, todos correram aos bancos (...) para salvar a sua propriedade ou o resto das economias acumuladas. A força pública teve de intervir para a segurança da ordem (...) A surpresa de uns, a inépcia de outros, a inércia, a especulação, tudo se acumulou impedindo a adoção de medidas enérgicas e prontas que restituíssem a calma ao espírito público e salvassem o comércio de um cataclisma.<sup>388</sup>

A notícia transparece o clima de desespero gerado por esta crise, que arrastou às casas bancárias do Rio de Janeiro, ávidos para sacar seus valores ali depositados, centenas de investidores. Segundo Guimarães, o gatilho para semelhante bancarrota financeira se deu porque

a cidade do Rio de Janeiro viu desenvolver-se uma forte atividade bancária privada, motivada pelo fim do tráfico negreiro, que tornou disponível o capital mercantil até então direcionado para os grandes lucros do “Comércio das Almas”, pela criação do Código Comercial, que legalizou a atividade bancária e tornou possível a organização das sociedades anônimas e sociedades comerciais, e pela estabilidade política após um longo período de crise, com as revoltas provinciais do período 1830/1840.<sup>389</sup>

Há uma relação íntima entre o incremento na criação de casas bancárias no Brasil e a Lei Eusébio de Queirós, o já conhecido mecanismo legal que coibiu efetivamente o tráfico negreiro a partir de 1850. Essa liberação de capitais, antes direcionados para aquisição de escravos e que motivou a criação do Código Comercial

<sup>388</sup> Semana Ilustrada nº 197. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1864, p. 1590

<sup>389</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850** In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes (orgs.) **Campos em Disputa: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Anablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007, p.13

através da Lei n ° 556, de 25 de junho de 1850 - medida que legalizou a atividade bancária e fundou a profissão de banqueiro - veio acompanhada de uma outra medida legal, a Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, que transformou a terra em ativo negociável.<sup>390</sup>

Graças ao Código Comercial - que deu garantias legais à organização de empresas no Brasil - e a disponibilidade de capitais – foi possível a abertura no Rio de Janeiro de novas sociedades anônimas, principalmente, no setor de serviços e de infraestrutura econômica destas empresas, especialmente de bancos e de companhias de seguros, deram início as atividades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Esta última existia desde 1848, mas os corretores concentravam as suas atividades na negociação de títulos da dívida pública e não de ações de empresas privadas.<sup>391</sup>

Piñero analisa esse processo no contexto da adoção, no Império, do padrão-ouro e a disputa política no interior de um projeto de centralização e descentralização do poder, marcado no setor financeiro pela disputa entre papelistas e metalistas:

Os papelistas defendiam a pluralidade de bancos emissores, onde seriam fundamentais os bancos provinciais, o que reforçaria o poder regional. Os metalistas defendiam a unidade emissora. Desse modo, a derrota da proposta papelista é uma derrota política: a da descentralização.<sup>392</sup>

A vitória da centralização – ou seja, do grupo regressista, ao qual estavam ligados os Araújo, sendo um dos grandes ícones o marquês de Olinda - deu-se com a criação, em 1853, do terceiro Banco do Brasil, que iniciou suas atividades em 1854, fundindo-se a este o Banco Comercial e o Banco do Comércio e da Indústria do Brasil nesse mesmo ano. A intenção da medida era

criar um banco privado, ligado ao governo, para financiar o Tesouro e controlar, através de emissões e do redesconto, os bancos provinciais e o próprio crédito no país, com a instalação de caixas filiais nas províncias. (...) O fato de trabalhar com título de segundo endosso

---

<sup>390</sup> MULLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX**. (versão preliminar). Rio de Janeiro: UFRJ. p.22. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2008

<sup>391</sup> Id., p.22.

<sup>392</sup> PIÑERO, Théo Lombarinhas. **Política e crédito agrícola no Brasil do século XIX**. Revista America Latina em la Historia Económica. Num. 6, Julio-diciembre de 1996, p. 43-44.

mostra que não visava fornecer – prioritariamente – crédito diretamente ao comércio ou à produção, e sim, às instituições que financiavam tais atividades. Assim, cria-se uma rede de financiamento, sendo os recursos do Banco usados para manter a liquidez no mercado.<sup>393</sup>

Entre 1853 e 1856, surgiram duas novas casas bancárias na cidade do Rio de Janeiro: o Banco Rural e Hipotecário, uma sociedade anônima criada graças ao estabelecido no Código Comercial e que teve início com um capital inicial de oito mil contos de réis. Foi o primeiro estabelecimento bancário do Rio de Janeiro a emprestar dinheiro aceitando como garantia hipotecas de bens de raiz e de propriedades urbanas e rurais.<sup>394</sup> Por causa desta característica, *esse tipo de banco ficou conhecido na historiografia bancária como banco comercial.*<sup>395</sup>

O procedimento para empréstimos feitos pelo Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro foi estabelecido mediante regras estabelecidas nos seus estatutos:

1º A propriedade urbana poderá obter dous terços do seu valor e a rústica metade, e na mesma proporção a sua renda. O valor de qualquer dellas será estimulado por peritos, sendo o mutuário obrigado a exigir documentos que provem estar a propriedade segura contra fogo, onde o possa ser, e em todo o caso livre e desembaraçada de letígio, hipoteca ou de qualquer outro ônus. Na respectiva escriptura se incluirá como condição, nos casos permitidos pela Legislação, a faculdade ao banco para vender em leilão ou hasta publica, independente de quaesquer formalidades judiciaes, a propriedade hypothecada, quando no dia do vencimento da obrigação não for esta solvida, sujeitando-se o hypothecante á pagar mais uma décima parte do valor emprestado (...)<sup>396</sup>

Os estatutos incluíam normas referentes a outros bens penhoráveis tais como ouro, prata e diamantes, sobre os quais se emprestaria *metade do seu valor em vista do preço do mercado*; as ações de companhias, apólices da dívida pública dita geral ou provincial, liberando-se capitais referentes ao *preço da praça com um abatimento ao prudente arbítrio da direção* [do Banco]. Também penhoráveis eram as letras e títulos particulares ou públicos.<sup>397</sup>

---

<sup>393</sup> Id., 1996, p.44.

<sup>394</sup> MULLER, s/d, op. cit.

<sup>395</sup> GUIMARÃES, 2007, op. cit. p.15

<sup>396</sup> Estatutos do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro, Título VI, Artigo 50º §1º a 8º Apud: GUIMARÃES, 2007, op. cit. p. 15-16.

<sup>397</sup> Id., 2007, p. 15-16

No artigo 7º estabelecia-se que *os empréstimos sempre se verificarão por meio de letras aceitas pelo mutuário, embora sejam garantidas por escrituras de hypothecas, penhores e cauções*. Por fim, no artigo 8º que, *o prazo sobre hypothecas não excederá de 12 mezes, nem o de seis em outros quaesquer empréstimos*.<sup>398</sup>

Estas condições, de garantia de retorno aos cofres do banco dos valores disponibilizados por empréstimo, recuperáveis inclusive pela possibilidade de venda compulsória dos bens de raiz hipotecados, fossem rurais (rústico) ou urbanos, serão claramente percebidas ao se analisar a derrocada do clã Araújo.

Outro banco foi a Sociedade Bancária Mauá Mac Gregor, *esta última a maior casa bancária privada de toda a época do Império*,<sup>399</sup> organizada em julho de 1854, mas que só abriu as portas em 1855, como uma sociedade em comandita por ações.<sup>400</sup> Outra instituição também criada nesse período foi o Banco Comercial e Agrícola. Estas quatro instituições financeiras *se constituíram nas principais fontes de crédito para o comércio do Rio de Janeiro, Corte e Província, da década de 1850*.<sup>401</sup>

As fontes revelam o envolvimento do clã Araújo neste novo cenário financeiro do Rio de Janeiro. A tabela abaixo apresenta a composição da primeira diretoria do Banco Rural e Hipotecário:

Nome	Natural/Residência Comercial	Atividades
<b>Diretoria</b>		
Belarmino Ricardo de Siqueira (Barão de São Gonçalo)	Saquarema	Fazendeiro e Capitalista* Deputado Provincial da Província do Rio de Janeiro
José Pedro da Motta Sayão (Barão do Pilar)	Rio de Janeiro/ Campo da Aclamação, 18. Rua Direita, 91.	Negociante Nacional*. Comércio de descontos.**
João Baptista Fonseca Antonio /Ribeiro Fernandes Forbes.	Minas Gerais/Rua Direita, 91 Portugal/Rua Direita, 21	Negociante Nacional*. Comércio de comissões**. Negociante Nacional*. Comércio de Grosso Trato e Capitalista.
<b>SUPLENTES</b>		
Francisco Casimiro da Crua Teixeira	Portugal/Rua da Candelária,36	Negociante Estrangeiro de Importação e Exportação*; Comércio de comissão de gêneros Nacionais.
João Pires da Silva /Manoel de Araújo Coutinho Vianna José Henrique de Araújo <sup>402</sup>	Rua Direita, 58	Negociante Nacional* Diretor da Cia de Seguro contra Fogo e Raio.

<sup>398</sup> Ibid., p. 15-16

<sup>399</sup> MULLER, s/d, op. cit.

<sup>400</sup> Id., op. cit.

<sup>401</sup> GUIMARÃES, 2007, op. cit., p. 14

<sup>402</sup> Segundo o Guia do Almanaque Laemmert, de 1860, à página 63, José Henrique de Araújo residia na cidade do Rio de Janeiro à rua do Hospício, esquina do Campo [da Aclamação]. O mesmo Guia apresenta também Henrique José de Araújo (filho) residindo na mesma rua, nº 287. O barão de Piracininga,

Antonio Joaquim Dias Braga	Portugal/Rua de São Pedro, 2	Negociante Estrangeiro de Importação e Exportação*; Comércio de Comissão de Café .
Antonio José Monteiro Amarante	Portugal/Rua de São Pedro, 30	Negociante Nacional*; Comércio de grosso trato de fazendas secas.

Tabela 29: Primeira Diretoria do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro

Fonte:\*AN Almanaque Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. Un. Laemmert, 1851-1854.

Negociante Nacional: Domicílio Comercial no Brasil (sede da firma)

\*\* AN Registro de Cartas de Matrículas dos Comerciantes, Corretores, Agentes de Leilões, trapicheiros e Administradores de Armazéns de Depósitos do Tribunal do Comércio da Capital do Império. Livro I, IC 57, Tomo I de 1851/1855.

SILVA, Salvador da Mata. Sesquicentenário da Irmandade de São Vicente de Paulo. Niterói, Ed. Muiraquitã, 2004.

É possível caracterizar os membros dessa diretoria a partir das suas relações de parentesco com os Araújo: o barão do Pilar, genro do barão de Piracinunga, com endereço no Campo da Aclamação. O suplente José Henrique de Araújo, único que não aparece referenciado no quadro, tinha endereço também no Campo da Aclamação, onde possuía propriedades que seriam hipotecadas na crise. Era um dos filhos e herdeiro do patriarca Henrique José de Araújo, tio da esposa do barão do Pilar (José Pedro da Motta Sayão) e irmão de Joaquim Henrique de Araújo, o barão de Piracinunga.<sup>403</sup>

No Almanaque de 1855, José Henrique de Araújo ainda aparece como suplente, mas já residindo à Rua do Hospício, esquina da Aclamação. Neste mesmo endereço também residiu outro membro do clã, seu outro irmão, Henrique José de Araújo Junior, que detinha no Banco o cargo de Recebedor<sup>404</sup>. No Almanaque de 1864, ano da crise, detinha já a função de Tesoureiro<sup>405</sup>.

A crise de 1864 foi precedida por uma crise anterior, a de 1857, causada por uma queda nas exportações do Souto - resultando na adoção de uma medida centralizadora, a aprovação da chamada “Lei dos Entraves”, de 1860. Essa lei restringiu de forma determinante o crédito (trazendo diminuição de liquidez na praça comercial) e apresentou uma proposta de

Joaquim Henrique de Araújo, na Aclamação, nº 30. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00001533.html>>. Acesso em: 07 dez. 2008.

<sup>403</sup> Almanaque Laemmert, 1854, p.286-287. Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000290.html>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

<sup>404</sup> Id., 1855, p.357. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000365.html>>.

Acesso em: 10 nov. 2008.

<sup>405</sup> Ibid. 1864, p.434. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000442.html>>.

Acesso em: 14 nov. 2008.

<sup>406</sup> MULLER, s/d, Op. Cit. p.26.

reforma bancária e monetária. Piñero comentou sucintamente as medidas criadas com essa lei:

estabelecia a necessidade de autorização do governo para criação de sociedades anônimas, só podendo vender ações após aprovação.(...) obrigava os bancos a reduzir suas emissões à média existente no primeiro semestre daquele ano, ‘enquanto não estiver habilitado para realizar em ouro o pagamento de suas notas.’ O banco que não pudesse efetuar a troca de seus bilhetes por moeda corrente ou ouro teria falência declarada. Previa ainda a substituição, na composição dos fundos dos bancos, das ações das sociedades anônimas por títulos da dívida pública e por ações das ferrovias. Ao fim e ao cabo, houve uma grande contração do meio circulante, com enorme influência nas atividades urbanas do país.<sup>407</sup>

Piñero explica também que houve uma alteração no Banco do Brasil, podendo o mesmo financiar atividades no setor agrícola com recursos do setor urbano através de uma Carteira Hipotecária, com dotação determinada em lei.<sup>408</sup>

Segundo Müller,

além da Casa Mauá McGregor e Companhia, do Banco do Brasil e de bancos comerciais privados, operavam no Rio de Janeiro desde a primeira metade do século XIX pequenas casas bancárias que apesar de realizarem operações idênticas às dos bancos comerciais diferiam destes em relação à natureza jurídica e ao volume de capital necessário para o seu funcionamento.<sup>409</sup>

Estas pequenas casas bancárias - Gomes & Filhos e Companhia, especializada na captação de pequenas poupanças de trabalhadores livres e escravos. Montenegro, Lima & Companhia, Oliveira Bello e a Casa Amaral Pinto nasceram como sociedades anônimas, pelo fato, segundo Müller, de terem sido abertas com capitais girando em torno de 300 a 1.500 contos de réis durante a década de 1850, graças aos negócios com o café.

Dentre essas casas bancárias no Rio de Janeiro encontrava-se também a Souto & Cia, fundada pelo português Antonio José Alves Souto, *que há anos trabalhava na Corte como corretor de títulos e de outros valores, tinha título de nobreza [visconde] e*

---

<sup>407</sup> PIÑERO, 1996, Op. Cit., p.45.

<sup>408</sup> Id., 1996, p.45

<sup>409</sup> MULLER, s/d, op. cit. p.25.



*gozava de muito prestígio junto à colônia portuguesa fluminense chegando a ocupar o cargo de presidente da Beneficência Portuguesa.*<sup>410</sup>

Novamente as relações parentais foram importantes, e determinantes, para possível acesso irrestrito ao crédito por parte de membros do clã Araújo, numa festa de compromissos financeiros adquiridos, configurando o lodaçal de dívidas bancárias em que se atolou até o pescoço.

As relações familiares dos Araújo estendiam-se ao âmbito religioso, pelo pertencimento à Irmandade de São Francisco de Paula, cujo atual cemitério do Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro, ainda é de propriedade da irmandade e foi local onde o visconde e a viscondessa de Piracininga, tiveram sepultura.<sup>411</sup> No Almanaque Laemmert de 1846, Joaquim Henrique de Araújo, ainda futuro barão de Piracininga, aparece como membro da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, no cargo de Definidor, uma espécie de conselheiro da Ordem. No ano de 1866, ao que parece, nenhum deles integrava mais a Ordem.<sup>412</sup>

Sobre um aspecto que pode estar relacionado às muitas tomadas de empréstimos pelos Araújo, Andrade<sup>413</sup> comenta que o cliente preferencial dessas casas bancárias era aquele cuja demanda de crédito não podia ser satisfeita através de empréstimos diretos do Banco do Brasil, ou dos bancos comerciais privados. A oferta de crédito destas casas bancárias não era composta apenas de depósitos feitos pelo público, mas também, de empréstimos obtidos em bancos particulares e no Banco do Brasil.

Parte dos lucros destes estabelecimentos advinha de operações triangulares, ou seja, das diferenças entre os valores das taxas de desconto pagas pelas casas bancárias aos bancos comerciais e dos altos juros cobrados dos tomadores de empréstimos. Trocando em miúdos, haviam casas bancárias que tomavam empréstimos ao Banco do Brasil, e também comissários que pegavam empréstimos, e os repassavam com altos juros, para os proprietários.

---

<sup>410</sup> Id.s/d, p.26

<sup>411</sup> O visconde de Piracininga, Joaquim Henrique de Araujo e a viscondessa, encontram-se sepultados no Cemitério do Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>412</sup> Almanaque Laemmert, 1866, p.362. Disponível em

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000366.html>>. Acesso 14 novembro 2008.

<sup>413</sup> ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. 1864: conflito entre metalistas e pluralistas. Rio de Janeiro: IFCS In: MULLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX.** (versão preliminar).UFRJ.p.25. Disponível em:

<[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2008

Exemplo do sistema de tomadas de empréstimos ao Banco do Brasil feito por casas bancárias, está na própria Casa Souto & Cia, já que quando se suspendeu o pagamento de seus bilhetes, no dia 09 de setembro de 1864, 66% do capital do Banco do Brasil estava emprestado a ela. Essa suspensão de pagamentos, motivada pela impossibilidade da Casa Souto de pagar as letras dos investidores, pode ser atribuída à restrição do crédito promovida pela Lei dos Entraves, de 22 de agosto de 1860. Muller, a respeito dessa lei, explica que a mesma

abalou o sistema bancário carioca. Os bancos Comercial e Agrícola e o Rural e Hipotecário perderam seus direitos de emissão e o Banco Comercial e Agrícola, fundado durante a administração de Souza Franco, foi liquidado. Houve uma forte retração da liquidez, seguida da alta das taxas de juros e da falência de casas bancárias. O Banco do Brasil tentou intervir na crise e concedeu empréstimos à Casa Souto que acumulou uma dívida de 22 mil contos de réis<sup>414</sup>

Granziera apresentou as principais características da política econômica empreendida a partir da Lei dos Entraves como sendo de *restrição fiduciária e conversibilidade-ouro; os entraves às companhias nacionais; a concessão da cabotagem; a política de alta taxa de câmbio; o Governo cliente da nova rede bancária; a garantia de remuneração aos capitais investidos.*<sup>415</sup>

Botelho Junior analisou os efeitos dessa política:

A lei de 1860 liquidou forçosamente várias casas que se consolidariam com o tempo, pois diversas transações dependiam do longo prazo para se realizar sem prejuízo. Diminuíram-se bruscamente as iniciativas empresariais e aumentaram-se as falências. Estas, na opinião do Governo, referiam-se apenas aos empreendimentos de caráter especulativo. Em termos práticos, a lei de 1860 trouxe diversos obstáculos à criação de novos empreendimentos. Na época, um economista francês a denominou de lei de entraves, termo que se tornou referência constante a acadêmicos que viriam estudar o assunto posteriormente.<sup>416</sup>

---

<sup>414</sup> MULLER, s/d, op. cit, p.27.

<sup>415</sup> GRANZIERA, Rui G. **A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira.** São Paulo: Hucitec / Unicamp, 1979, p.85 In BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliva. **Instabilidade financeira na primeira década republicana.** Campinas, São Paulo: 2002. p. 11. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000246437>>. Acesso em 14 novembro 2008

<sup>416</sup> Id., 2002, p. 12

Piñero, acerca do mesmo tema, acrescenta que as casas bancárias, no seu conjunto, para sobreviver à necessidade de cumprirem com seus compromissos com os investidores, ou seja, de restituir os dividendos devidos a estes de acordo com os capitais aplicados,

tiveram que recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil no mês de setembro, para dar conta da corrida sobre os seus depósitos. Com relação aos bancos estrangeiros, nessa época restritos aos bancos ingleses, como o London and Brazilian Bank e o Brazilian and Portuguese Bank, ambos recorreram também ao Banco do Brasil, porém com quantias bem menores se comparadas com as dos bancos e casas bancárias “nacionais”<sup>417</sup>.

Ou seja, tomar mais dinheiro emprestado do Banco do Brasil para cobrir os compromissos com os correntistas e investidores. Para se ter uma idéia do volume destes valores resgatados pelas casas bancárias no fundo do Banco do Brasil visando garantir os seus pagamentos, uma tabela apresentada por Piñero oferece um panorama dessa ciranda de empréstimos. Prenúncio do cataclisma financeiro que se formava.

Instituições	Descontos	Cauções
Banco Rural e Hipotecário	1.240:000\$000	4.630:000\$000
Banco Mauá, Mac Gregor & Cia	5.246:440\$136	-
London & Brazilian Bank	382:766\$240	500:000\$000
Brazilian and Portuguese Bank	-	1.013:300\$000
Gomes & Filhos	3.222:239\$512	1.934:000\$000
Bahia, Irmãos & Cia	8.207:231\$061	1.804:600\$000
Montenegro, Lima & Cia	2.108:507\$274	1.088:000\$000
Oliveira & Bello	22:250\$000	-
D'Illion & Marques Braga	682:349\$604	-
Portinho & Moniz	850:895\$569	63:000\$000
Silva Pinto, Melo & Cia	337:458\$220	-
João Baptista Vianna Drummond	254:233\$971	-
Manoel Gomes de Carvalho	183:343\$282	-
Lallemant & Cia	347:884\$570	-

Tabela 30: Demonstrativo de quantias fornecidas pelo Banco do Brasil - 10 a 30.09.1864  
Fonte: Ministério da Justiça - 1865<sup>418</sup>

<sup>417</sup> PIÑERO, 1996, op. cit., p.4.

<sup>418</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro. Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro a 28 de dezembro de 1864 de preceder a um inquerito sobre as causas principaes e acidentaes da crise do mês de

O quadro inclui casas bancárias estrangeiras (Brazilian and Portuguese Bank, London & Brazilian Bank), demonstrando que o fato de pegarem menor montante de empréstimos pode estar relacionado a uma maior estabilidade desses bancos, que certamente tinham a possibilidade de buscar em suas matrizes do exterior, recursos para cobrir buracos no orçamento.

Apresentado sucintamente o cenário da crise, seu início, ou seja, a correria para sacar valores, foi descrito na cronologia existente no *Projeto de Impacto nos Negócios – PIN*, da Fundação Getúlio Vargas:

Com o fechamento inesperado em 10 de setembro de 1864, da Casa Souto, espalhou-se o pânico em toda a cidade do Rio de Janeiro, provocando a corrida de credores e depositantes aos estabelecimentos bancários. O Banco do Brasil esteve no epicentro desse terremoto econômico, pois havia adiantado recursos àquela casa, ultrapassando os limites do socorro tecnicamente possível. Pela manhã, Alves Souto consultou um diretor do Banco, no sentido de obter mais 900 contos de réis. A resposta teria sido que era inviável, e melhor seria se a Casa Souto encerrasse suas atividades. A notícia correu e o Banco do Brasil passou a ser encarado como responsável pelo cataclismo. Desordem e agitação perduraram uma semana. Em 17 de setembro, o Governo Imperial decretou a suspensão por 60 dias de todos os vencimentos, prorrogando-os por igual período. Além disso, deu curso forçado às cédulas emitidas pelo Banco do Brasil, evitando as falências em cascata, tranquilizando o mercado financeiro e permitindo a posterior recuperação da economia.<sup>419</sup>

## 6.2. Tudo que é sólido, se desmancha no ar

Pelo que indicam as fontes, o patrimônio do clã Araújo sofreu duramente os efeitos da crise financeira da praça do Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 1864. A partir daqui, já é possível demonstrar o quadro de endividamento dos Araújo no contexto dessa onda de quebraadeiras que envolveu o nascente mundo financeiro carioca.

---

setembro de 1864. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Documentos anexos ao Relatório da comissão de Inquerito (...), serie A, p.4.

<sup>419</sup> KRUGER, Jean Marcos. **Projeto de Impacto nos Negócios – PIN**. Cursos auto-instrucionais no BB – avaliação e propostas de melhoria. Fundação Getúlio Vargas online. Florianópolis – SC, 2006, p.24-25. Disponível em:

<fgvrj82.fgv.br/Uploads/PINEAD\_T16\_022005/2CA7D\_ED619\_D99D5\_TRABALHO\_FINAL.doc>

Acesso em: 11 nov. 2008.

A participação dos Araújo em casas bancárias como o Banco Rural e Hipotecário e suas relações íntimas com o fundador da Casa Souto podem ter contribuído, possivelmente, para a tomada de avultados empréstimos para custeio, inclusive de suas atividades na área rural, através da já mencionada Carteira Hipotecária do Banco do Brasil. Os Araújo, vale frisar, tinham também ações de empresas como a Companhia de Paquetes e a Estrada de Ferro de Cantagalo.

Ao que parece, não pegaram empréstimos diretamente no Banco do Brasil, mas através das outras casas bancárias que tomavam empréstimos daquele banco e os repassavam, juro sobre juro (redescontos), aos proprietários tomadores de empréstimos. Daí a razão de estar o clã devendo igualmente a tantas casas bancárias do Rio de Janeiro, como se verá.

O clã Araújo era bem estabelecido no Rio de Janeiro: possuía muitas propriedades em forma de bens imóveis, na cidade e no interior, ou seja, as suas fazendas oriundas da repartição da Fazenda do Colégio. Esses bens é que serão hipotecados para pagar a dívida com os bancos.

No inventário de Antonio de Araújo Braga, falecido em 1871, encontra-se anexa a *Escriptura de dívida e obrigação com garantia de hypotheca e penhor*, do ano de 1865. A escritura, distribuída em cartório no dia 17 de dezembro de 1864, demonstra efeitos imediatos da crise sobre o patrimônio dos Araújo e foi pedida em certidão para anexar ao inventário em 19 de janeiro de 1865. Os outorgantes, ou seja, os devedores, eram

os Excellentísimos Barão do Pilar e sua mulher a Baroneza do mesmo título, representados por seu bastante procurador Henrique José de Araújo Junior pelos poderes da procuração que apresentou; o Commendador Henrique José de Araújo e sua mulher Dona Anna Virginita de Araújo; os Commendadores José Henrique de Araújo e Antônio de Araújo Braga e os Excellentísimos Barão de Piracinunga e sua mulher a Baroneza do mesmo título, representados por seu bastante procurador o Doutor José Bernardo de Figueiredo pelos poderes da procuração que apresentou<sup>420</sup>

Encontravam-se arrolados como devedores: o barão de Piracinunga, Joaquim Henrique de Araújo e sua esposa, a filha do marquês de Olinda; o barão do Pilar, José Pedro da Motta Sayão e sua esposa, Maria José de Araújo, filha do barão de Piracinunga; Henrique José de Araújo Junior, que era Recebedor no Banco Rural &

<sup>420</sup> Inventário de Antonio de Araújo Braga - 1871. Arquivo Nacional

Hipotecário; José Henrique de Araújo, que fora suplente na primeira diretoria daquele banco, e Antonio de Araújo Braga. A teia familiar transformara-se numa rede de endividamentos. Como outorgados, ou seja, credores,

o Banco do Brasil representado pelo seu Diretor o Doutor Manoel de Oliveira Fausto (...); o Banco Rural e Hypothecario representado pelo seu Diretor Doutor Roberto Jorge Haddock Lobo (...); o Commendador Jerônimo José de Mesquita Fortinho e Monniz (?) firma Social representada pelo sócio João da Costa Fortinho; o Banco Mauá Mac Gregor e Companhia, representado pelo seu Gerente João Ignácio Tavares; Bahia Irmãos & Companhia, firma Social representada pelo sócio João Duarte Coelho Junior; o Excellentíssimo Marquês de Olinda representado pelo seu bastante procurador José Duarte Coelho Junior, digo, Joaquim Henrique de Araújo,(...); José Bernardo de Figueiredo, a massa fallida de Montenegro Lima e Companhia, representada pelos Doutores Manoel d'Oliveira Castro e Roberto Jorge Haddock Lobo, membros da comissão liquidadora da mesma massa; João Miranda de Araújo e Fr. José Damásio de São Vicente Ferreira representados por seu bastante procurador José Henrique de Araújo (...); e os herdeiros de Dona Maria Bibiana de Araújo, representados pelo seu bastante procurador José Barbosa Leão (...)<sup>421</sup>

Assim, o conjunto de credores dos Araújo constituía-se pelos bancos, do Brasil; Rural e Hipotecário; Mauá McGregor; Bahia Irmãos & Cia; Montenegro Lima & Cia. A fonte informa haver dívidas também com pessoas físicas, como o próprio marquês de Olinda, com João Miranda de Araújo<sup>422</sup>, frei José Damásio de São Vicente Ferreira e os herdeiros de d.<sup>a</sup> Maria Bibiana de Araújo.

A esta extensa lista de credores deviam os Araújo a elevada soma de novecentos e oitenta e três contos e quatrocentos mil réis (983:400\$000). Este montante deveria ser pago no prazo de quatro anos, de acordo com condições acordadas entre outorgantes e outorgados. Os termos do acordo foram fixados da seguinte forma: foi permitido aos devedores designar, dentre os bens que possuíam, os que deviam ser vendidos por último para o pagamento da dívida, sendo que os bens do barão de Piracunga deveriam ficar *livres e salvo, tanto quanto for possível*. Durante o prazo concedido para o pagamento integral da dívida, se o barão vendesse algum ou alguns dos seus prédios, poderia fazê-lo *entrando assim directo da venda para o Banco que for escolhido e no qual ficando em conta corrente com juros até que sejam vendidos os bens dos outros Outorgantes*.

<sup>421</sup> Id., 1871

<sup>422</sup> Segundo carta anexa ao inventário de Antonio de Araújo Braga, residia na Europa.

Durante os primeiros dois anos do prazo concedido ficariam os Outorgantes (devedores) livres e isentos de pagarem qualquer juro. Nos últimos dois anos pagariam a juro de 6% ao ano, correspondente a soma de que ficassem os devedores obrigados a pagar ao fim dos dois primeiros anos, devendo os juros ser pagos no fim de cada ano. Todas as quantias que fossem sendo apuradas seriam depositadas no Banco que fosse escolhido pelos devedores. Tinha pressa o Banco do Brasil.

As quantias apuradas e depositadas para pagamento, quando chegassem a dez por cento da importância total da dívida seriam distribuídas pelos credores na proporção dos seus créditos, exceto as quantias provenientes dos bens que o barão de Piracininga houvesse vendido e que ficariam em depósito no Banco até que fossem vendidos os bens dos outros outorgantes. Ao que parece, este recurso, de comprometer os bens do barão, só seria utilizado caso não se alcançasse o valor da dívida.

Os credores arbitrariam uma quantia para garantir alimentos dos devedores, que estes distribuiriam entre si como julgassem e nomeariam dois representantes entre si para acompanhar e fiscalizar a liquidação dos bens dos devedores, bem como assistir a venda destes bens, determinar quais e quando deviam ser vendidos, com obrigação de apresentar no fim de cada ano do prazo um relatório ou demonstração do estado da liquidação, para ciência dos credores.

O prazo de quatro anos não era obrigatório e seria considerado apenas como período máximo para liquidação e pagamento da dívida aos credores. Da importância total da dívida que eram os responsáveis obrigados em conjunto a pagar, passariam os devedores letras a cada seis meses, reformadas sem juros no respectivo vencimento até o prazo de dois anos, e devendo, em cada reforma, abater nas novas letras a importância de que tivesse sido distribuído, como pagamento, aos credores.

Condições de certa forma satisfatórias, mas duras de se cumprir, o que fizeram os Araújo mesmo com sacrifício de bens que posteriormente iriam ter direito por herança. Na intenção de solver a dívida hipotecaram seus bens. A tabela apresenta a extensão do patrimônio hipotecado aos credores para solver a dívida de cerca de mil contos de réis.

Barão e baronesa do Pilar	Casas na rua de Matacavalos, do Lavradio, do Rezende, rua Nova do Conde, na Ladeira de João Homem, no Morro de Santa Thereza, no Campo da Aclamação, na rua do Andaraí; uma casa em Petrópolis; 1/6 dos terrenos do Andaraí; 1/6 de uma Chácara na rua Nova do Conde; as fazendas Camboatá; de Nazareth; de Capivari e do Gavião, todas na freguesia do Pilar, município da Estrela.
Henrique José de Araújo (fº) e Anna Virginita de Araújo	Um sobrado na rua do Hospício; uma outra casa na mesma rua; casas na rua dos Arcos; do Carro; outra de sobrado no Campo da Aclamação; casas térreas no Morro de Santa Thereza; do Piracinunga (Andaraí); na própria rua do Andaraí; na Travessa do Andaraí; 1/6 do terreno do Andaraí; 1/6 da rua Nova do Conde; <i>a fazenda da Ribeira</i> .
José Henrique de Araújo	Casas na rua dos Pescadores; dos Ciganos; do Hospício; do Campo da Aclamação; da Travessa do Desterro; na rua do Príncipe do Catete; na Travessa do Andaraí; 1/6 do terreno do Andaraí; 1/6 da chácara da rua Nova do Conde; <i>a fazenda Rio das Pedras</i> .
Antonio de Araújo Braga	Casas na rua do Ouvidor; <i>na rua da Alfândega*</i> ; três casas na rua do Hospício; rua Formosa; rua Nova do Conde; no Campo da Aclamação; <i>1/6 que possui no Andaraí*</i> ; 1/6 dos terrenos da Chácara na rua Nova do Conde; <i>a fazenda do Jaguar</i> . *Vendidos em 1872 (Braga faleceu em 1871).
Barão e baronesa de Piracinunga	Casas na rua Direita, a qual vai até a praia dos Mineiros; três casas na rua do Hospício; 1/6 dos terrenos do Andaraí, menos um com 23 braças e 3,5 palmos de testada com 60 braças de fundo do qual fizeram doação a sua filha, mulher de José Antonio Alves Souto; 1/6 dos terrenos da chácara da rua Nova do Conde; <i>a fazenda Papucaia</i> .

Tabela 31: Bens do clã Araújo hipotecados ao Banco do Brasil  
 Fonte: Inventário de Antônio de Araújo Braga – 1871 Arquivo Nacional

Além de todos esses bens, os devedores comendadores José Henrique de Araújo e Antônio de Araújo Braga também hipotecaram: o primeiro, duzentas ações do Banco do Brasil, cento e vinte e quatro ações da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e cem ações da Companhia da Estrada de Ferro de Cantagalo. O segundo, cento oitenta e quatro ações do Banco Rural e Hipotecário e cinquenta ações também da Companhia Estrada de Ferro de Cantagalo, que segundo o documento de dívida e hipoteca foram declaradas *livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus e elles Outorgantes as dão aos Outorgados em penhor para segurança e garantia do pagamento da dívida commum delles e dos outros*.<sup>423</sup>

O comprometimento do patrimônio dos Araújo com a dívida pode ser exemplificado pelo próprio inventário de Antonio de Araújo Braga. Os membros da

<sup>423</sup> Inventário de Antonio de Araújo Braga – 1871. Arquivo Nacional.



família que tinham direito a partes da herança deixada por esse filho de Henrique José de Araújo, como o barão do Pilar e o próprio barão de Piracinunga, tiveram que desistir do seu direito de recebê-las, para integrar o pagamento da dívida com o Banco do Brasil como parte que devia ser paga por Antônio de Araújo Braga por *responsabilidade indirecta*, embora falecido.

Sendo assim, em 1872 foram emitidos documentos que integraram o inventário na tentativa de organizar a transferência dos bens para um herdeiro em especial, João Miranda de Araújo, um outro filho de Henrique José de Araújo, que vivia na Europa. Outra parte foi negociada entre os herdeiros no Brasil.

Um dos documentos inclusive solicita a venda dos bens para cobrir parte da dívida.

Illmo. Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.

Diz o Barão de Piracinunga por si, e como procurador de seu irmão João Miranda de Araújo, Henrique José de Araújo e o Barão do Pilar, por cabeça de sua mulher, herdeiros do finado seu irmão Antonio de Araújo Braga que tendo-se feito o calculo para pagamento dos direitos fiscaes onde se mostra ter interesse algum a Fazenda Nacional por se achar o monte onerado de dívidas, querem os Suppes fazer venda dos bens para maior proveito do espolio, dando conta a este Juizo e pagando os direitos que porventura se verifiquem dever, e mesmo para entre elles fazerem partilha e assim, P<sup>a</sup> V. Excia se digne mandar passar Alvara de authorização Rio de janeiro, 15 de março de 1872 Henrique José de Araújo

O juiz não veria com bons olhos a iniciativa de se vender a um comprador particular os bens do falecido, colocando no verso do documento anotação de que os bens deveriam ser vendidos em leilão público e que se apresentassem notas confirmando que realmente estavam sendo feitos o pagamento da dívida conforme a escritura do endividamento e das hipotecas já mencionada. Tal medida motivou protestos do barão de Piracinunga, o inventariante. O documento revela que, após livrarem-se do imposto de transmissão de bens que deveria ser pago à Fazenda Nacional, o que diminuía o prejuízo, os Araújo viviam uma situação de aparente aperto, já que o barão relata que mesmo que se vendessem todos os bens de Antonio de Araújo Braga, daria o montante para solver o compromisso:

Illmo. Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.

Diz o Barão de Piracinunga, como inventariante dos bens do finado seu irmão Antonio de Araújo Braga que, com quanto nada oppusesse o Dr. Procurador dos Feitos no calculo feito para pagamento de direitos fiscaes onde se declara nada ter que haver a Fazenda Nacional, por se achar o monte onerado com dividas e hipoteca superior aos bens do espolio, exige entre tanto agora, sendo ouvido sobre outra deligencia, que o Suppe. exhiba os títulos de dívida do Inventariado que consentirão obrigação directa.

O Suppe. satisfazendo essa exigência appresenta as duas letras ultimamente reformadas, conforme as contas de f. 49 e f.51 e pondera que pela escriptura de fl. 28 se vê qual a responsabilidade do Suppe. e dos outros herdeiros e que só depois de esgotados os bens de um se poderá lançar mão dos de outros responsáveis.

Em conclusão, não havendo herança não pode haver pagamento de direitos, e assim não se tratando da hypotheca do Art. 2º do Regulamento de 15 de Dezembro de 1860, como bem diz o Dr. Procurador dos Feitos, não pode o Suppe. ser coagido a vender em praça bens que estão hypothecados, e requer a V. Excia que mandando ir esta por linha nos autos de inventario diga sobre ella o Dr. Procurador dos Feitos e que affinal o escrivão lhe passe o Alvara de Authorização requerido. Rio de Janeiro, 23 de março de 1872. Barão de Piracinunga.<sup>424</sup>

Os bens seriam vendidos e passados os documentos de comprovação de parte do compromisso. O Juiz apertou os Araújo, exigindo saber se o dinheiro apurado iria para os bancos.

Illmo. Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.

Diz o Barão de Pirassinunga, como inventariante dos bens do finado seu irmão Antonio de Araújo Braga que tendo os autos de Inventario ido do Contador para fazer o calculo para pagamento dos direitos fiscaes, declarou este que não o podia fazer por se achar o monte onerado com dividas e hypotheca muito superior aos bens avaliados, e mandando V. Excia ouvir o dr. Procurador dos Feitos, concordou este com a nota do Contador exigindo entretanto que o Suppe declare o destino que quer dar aos bens. O Suppe satisfazendo tal exigência declara que na forma da escriptura de hypotheca pretende pagar a divida da melhor maneira que lhe convier. Pª V. Excia que junte esta aos autos seja julgado o calculo por sentença. Rio de Janeiro, 15 de março de 1872. Henrique José de Araújo.<sup>425</sup>

O inventariante barão de Piracinunga respondeu pelo cumprimento do mandado:

Diz o Barão de Pirassinunga, inventariante dos bens do seu finado irmão, o Comendador Antonio de Araújo Braga, que para sciencia de Juizo, esclarecimento da partilha a que se tem de proceder, quer fazer

<sup>424</sup> Inventário de Antônio de Araújo Braga, 1871. Arquivo Nacional.

<sup>425</sup> Id. 1871.

juntar aos autos de inventário. 1º a relação dos bens que em virtude da authorização concedida a fl. 115 v forão vendidos na importância de 34:780\$000, sendo a mesma importância aplicada ao pagamento da responsabilidade indirecta em que o inventariado se achava constituído para com o Banco do Brasil, e Hypothecario, segundo a escriptura de fl. 28 a 48. 2º a escriptura de quitação passada pelos referidos Bancos. Assim, pois, o Suppe. requer Pª a V. Sª se sirva mandar que se faça a junção requerida. Rio, 20 de maio de 1873. O Advogado Izidro Borges Monteiro.<sup>426</sup>

Os bens vendidos constam em fls. 18 da *Relação dos bens que se venderão pertencentes ao inventariado finado Commendador Antonio de Araújo Braga, para amortização de sua responsabilidade indirecta nos Bancos do Brasil e Rural e Hypothecario por seu inventariante Barão de Piracinunga competentemente autorizado por Alvará do Exmo. Sr. Juiz do Inventário.*<sup>427</sup> Vendeu-se o terreno na travessa do Andaraí por 4:780:000 e a casa à rua da Alfândega, por 30:000\$000. Diz a fonte que a *quantia acima de trinta contos e setecentos e oitenta mil réis foi paga aos Bancos do Brasil e Rural Hypothecario pela sua responsabilidade indirecta. A derrocada dos Araújo pode ser inferida pela venda de suas propriedades no interior. Primeiro a Papucaia, vendida em 1866 pelo barão. Este foi inventariante da fazenda Jaguary, de seu irmão Antonio de Araújo Braga, em 1871. O inventário apresenta a situação de decadência:*

Prédios	Valor
<i>Engenho de moer canas montado com todos os seus pertences para fazer assucar com alambique de condensador para fazer aguardente, com casa de vivenda por cima, tudo coberto de telha com paredes de pau a pique formado sobre esteios, achando-se parte deles cortados na superficie da terra e algumas das paredes a desabar.</i>	7:500\$000
<i>Engenho de fazer farinha com pilões para socar com todo os pertences para um e outro mister movido por água, casa coberta de telhas com paredes de pau a pique sobre esteios (...), tudo muito arruinado.</i>	500\$000
<i>Huma casa que serve para enfermaria com leitos ordinários para os doentes sobre paredes de pau a pique esteios (...) muito arruinado.</i>	60\$000
<i>Hum lance com oito senzalas cobertas de sape com paredes de pau a pique sobre esteios (...) quaze a cair.</i>	60\$000
<i>Huma casa pequena que serve para galinheiro, coberta de telha com paredes de [pau a ] pique sobre esteios(...) muito arruinado.</i>	20\$000
<i>A casa do sítio denominado Santo Antonio coberta de telhas, paredes de pau a pique sobre esteios (...) arruinada.</i>	200\$000

Tabela 32: Prédios da Fazenda Jaguary - 1871

Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga

<sup>426</sup> Inventário de Antonio de Araújo Braga, 1871. Arquivo Nacional.

<sup>427</sup> Id. 1871.

Os termos *arruinado, quase a cair, a desabar*, denunciam que as coisas não andavam nada bem na Jaguary. Embora tenha sido vendida somente em 1871, foi envolvida nos bens do clã para pagamento de sua avultada dívida, seu estado de conservação revela seu abandono nos anos anteriores. Desta forma, a crise foi sim um motivo que pode estar associado à sua venda, já que mesma se encontrava em estado deplorável.

Outros bens listados e avaliados foram os animais da Jaguary: 60 bois de carro *imundos e magros*; 51 cabeças de gado; 40 éguas, cavalos e poldros; 05 bestas de carga; 50 porcos, leitões e leitoadas, 30 carneiros e ovelhas, tudo avaliado em 3:320\$000. O que representou maior valor foi a terra, onde é possível perceber em seus limites o desmonte do complexo agrário dos Araújo.

Terras	Valor
Setecentos e trinta e duas braças de testada no Rio Macacú e uma légua de fundos a intestar com a légua chamada do meio hoje pertencente a Dona Luiza, partindo por um lado com terras da Papocaia que pertence hoje ao Coronel Francisco José Fernandes Panema e o Excellentíssimo Barão de Piracunga e pelo outro com os herdeiros do finado Manoel de Souza Castro e outros. (15\$000 a braça)	10:980\$000
Uma porção de terras além do Rio Macacu com quinhentas braças mais ou menos que as faz no mesmo Rio e fundos, e fundos até a estrada que vai da extinta freguezia da Trindade para o lugar denominado Passagem, partem por um lado com as terras incravadas entre esta fazenda e a da Ribeira pertencendo aos herdeiros de Manoel Gonçalves Pereira e pelo outro com terras que forão do finado Vigário Francisco Antonio Soares de Medeiros e hoje com quem de direito for. (6\$000 a braça)	5:000\$000

Tabela 33: Terras da Fazenda Jaguary - 1871

Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga – Arquivo Nacional -1871

A comprovação da decadência da Jaguary encontra-se na composição da sua escravaria. Há 55 cativos: 29 do sexo masculino e 26, feminino. A composição etária é a seguinte:

	0 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	TOTAIS
Homens	03	01	00	01	08	12	02	00	02	29
Mulheres	01	00	01	06	08	02	02	01	05	26
TOTAIS	04	01	01	07	16	14	04	01	07	55

Tabela 34: Idades dos escravos na Fazenda Jaguary - 1871

Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga – Arquivo Nacional -1871

Uma escravaria um tanto velha, já que 47,27 % dos escravos possuem idades que vão de 41 a 80 anos. Em relação às suas funções, a Jaguary possuía 22 escravos de serviço de roça, 13 para serviço doméstico<sup>428</sup>, 01 tanoeiro, 01 aguardenteiro, 01 pedreiro, 01 carpinteiro, 01 ferreiro, 01 cozinheiro, 03 carreiros e 01 mestre de açúcar. Dez outros escravos não tiveram indicada a função. Aparentemente produtiva, apresentava um quadro formado por escravos com doenças e defeitos físicos.

Nome	Etnicidade	Idade	Doença ou defeito físico	Função
Antonio Macuco	Pardo	56	Quebrado de uma verilha	-
Maria Mouzinha	Nação	40	Thysica no terceiro grau	-
Manoel Grande	Crioulo	46	Muito reumático	aguardenteiro
Anacleto	Nação	47	Ferida chronica na perna	Carreiro
Cypriano	Nação	40	Quebrado de ambas as verilhas	mestre de açúcar
Jorge	Nação	46	Rendido de uma verilha	Todos de serviço de roça.
Melaquias	Nação	40	Pés defeituosos	
Jezuino	Nação	44	Asmático	
Manoel Mina		48	Sofrendo do peito	
Lourenço	Nação	38	Catarata em ambas as vistas	
Fedeliz	Nação	42	Defeituoso das pernas	
Bonifácio	Nação	48	Aleijado mão direita e defeituoso perna esquerda	
José Barrica	Nação	80	Sofrendo de ambas as vistas	
Maria Maquenda	Crioula	38	Reumática	
Maria Bacató	Nação	40	Muito ... (?)	
Eufrazino	Crioulo	38	Bastante surdo	
Engracia	Crioula	80	Sofrendo de uma vista	
Marcolina	Nação	74	Sofrendo de uma das vistas	
Ritta	Nação	70	Aleijada de ambas as pernas	
Benedicto	Crioulo	58	Com formigueiro crônico em ambas as pernas	

Tabela 35: Doenças e defeitos físicos de escravos da Fazenda Jaguary - 1871  
 Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga – Arquivo Nacional -1871

<sup>428</sup> Tantos escravos para serviço doméstico induzem que alguns poderiam trabalhar em alguma propriedade de Antonio de Araújo Braga na cidade do Rio de Janeiro, mas o inventário não apresenta essa especificação.

A maioria dos vinte cativos com problemas físicos e doenças declaradas são escravos de roça, não figurando neste grupo nenhum escravo doméstico. As idades circunscrevem-se ao grupo de escravos mais produtivos, com a presença de alguns bem idosos: José Barrica (80), Engracia (80), Marcolina (74) e Ritta (70). Uma escravaria dessas, com 36% da força de trabalho comprometida por escravos doentes e 23,63% (13) de cativos no serviço doméstico, não deveria ser capaz de gerar uma produção agrícola satisfatória. Entretanto, não se descarte a possibilidade de, em momentos de absoluta necessidade, terem sido aproveitados em atividades na roça.

O restante dos bens móveis avaliados completa o quadro de ruína da Jaguary:

Dois carros usados	80\$000
Hum dito em mau estado	16\$000
Enxadas, foices e machados de serviço, tudo usado	20\$000
Huma carroça para Burros	50\$000
Hum ventilador (...)	50\$000
Trança de mesa e clozinha, copos, talheres, bandejas, toalhas e guardanapos em pequenas porções e muito usados.	6\$000
Huma bacia de cobre para pés pesando trinta e quatro libras e quatrocentos	13\$000
Quatro camas com colchões, travesseiros, lençóis, colchas, cobertores, fronhas... para elas.	60\$000
Huma mesa com pedra mármore	20\$000
Huma dita de madeira para jantar	20\$000
Hum aparador	10\$000
Hum canapé com palhinha	6\$000
Vinte cadeiras de palhinha	10\$000
Huma dita de balanço em mau estado	3\$000
Hum lavatório com espelho e pedra mármore	12\$000
Duas cômodas usadas	32\$000
Huma mesa com cabeceira de pedra mármore	12\$000
Huma mesa de jacarandá com abas	10\$000
Duas mesas pequenas muito usadas	???
Huma franca(?) de ferramentas pertencente a ferraria	20\$000
...paramentos da Igreja muito arruinados, um cálice e patena de prata dourada avaliados em vinte mil reis. Não tendo o Juiz concordado com essa avaliação, combinou com os louvados e derão o valor de...	50\$000

Tabela 36: Bens móveis da fazenda Jaguary - 1871

Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga – Arquivo Nacional -1871

Outra referência à crise do clã Araújo, está presente no *Inventário e Partilha amigável a que procedem os abaixo assignados na qualidade de herdeiros do fallecido Pai o Commendador Henrique José de Araújo dos bens pelo mesmo deixados no tempo*

do seu falecimento.<sup>429</sup> Assinaram o documento Henrique José de Araújo Junior, Antonietta Henrique de Araújo, José Caetano de Araújo e Maria Henriqueta de Araújo. Presume-se que a fonte cita os bens deixados pelo patriarca Henrique José de Araújo para seu filho homônimo. De qualquer forma, os mesmos foram partilhados e entre eles não aparece nenhum bem rural.

Nome	Naturalidade	Cor	Idade	Ofício	Estado	Valor (mil réis)	Filiação
Adelaide	-	Preta	35	Lavadeira	Solteira	400\$000	Desconhecida
Agostinho	Cabinda	Preta	66/64	serviço doméstico	Solteiro	400\$000	Idem
Perpétua	Brazil	Preta	56	Lavadeira	Solteira	400\$000	Idem
José Luiz	Brazil	Pardo	28	Cozinheiro	Solteiro	400\$000	Filho de Luiza
Belizário	Cabinda	Preta	46	serviço doméstico	Viúvo	400\$000	Desconhecida
Amaro	Brazil	Preta	16	serviço doméstico	Solteiro	400\$000	Filho de Eufrozina
Maria	Brazil	Preta	9	serviço doméstico	Solteiro	400\$000	Filho de Perpétua
Hermenegildo	Brazil	Pardo	8	-	Solteiro	600\$000	Filha de Adelaide
Laurentino	África	Preta	41	-	Solteiro	600\$000	??????
Luiza	Brazil	Preta	48	serviço doméstico	Solteiro	400\$000	Desconhecida
Thereza						400\$000	

Tabela 37: Escravos do espólio de Henrique José de Araújo - 1875

Fonte: Inventário e partilha amigável – Arquivo Nacional - 1875

Cinco mulheres e seis homens com idades que vão de 8 até mais de 60 anos. Dos 11 escravos, cinco possuem mais de 40 anos. Cinco são domésticos, duas lavadeiras e um cozinheiro. Com certeza escravos urbanos. Os demais bens também eram localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Bens imóveis	Valor (mil réis)
Prédio na rua do Hospício	2:000\$000
Prédio da rua do Hospício	20:000\$000
Prédio na Ladeira de Santa Thereza	1:000\$000
Prédio na Ladeira de Santa Thereza	1:000\$000
Prédio na rua Piracinunga	6:000\$000
Terreno na rua do Andarahy	180\$000
Terreno na rua dos Araújo	660\$000
Terreno na rua de D. Felicidade	236\$000
Terreno na rua dos Araújo	710\$000
Terreno na rua dos Araújo	192\$000
Terreno na rua dos Araújo	192\$000

<sup>429</sup> Inventário e Partilha amigável a que procedem os abaixo assignados na qualidade de herdeiros do fallecido Pai o Commendador Henrique José de Araújo dos bens pelo mesmo deixados no tempo do seu falecimento. Arquivo Nacional - 1875

Terreno na rua dos Araújo	235\$000
Terreno na rua dos Araújo	235\$000
Terreno na rua Piracinunga	336\$000
Terreno na rua de Santo Henrique	514\$000
Terreno 'no encanamento'	1:200\$000

Tabela 38: Bens imóveis do espólio de Henrique José de Araújo - 1875  
 Fonte: Inventário e partilha amigável – Arquivo Nacional - 1875

A partilha ficou concretizada na forma abaixo:

Herdeiro (a)	Bens	Valor
Henrique José de Araújo	Quarta parte dos prédios e terrenos, Belisário, José Luiz e Amaro	9:872\$000
Antônio Henrique de Araújo	Quarta parte dos prédios e terrenos, Laurentino e Hermenegilda	9:872\$000
José Caetano de Araújo	Quarta parte dos prédios e terrenos, Adelaide e sua filha Thereza	9:872\$000
Maria Henriqueta de Araújo	Quarta parte dos prédios e terrenos, Perpétua e sua filha Maria, Agostinha.	9:872\$000

Tabela 39: Partilha do espólio de Henrique José de Araújo - 1875  
 Fonte: Inventário e partilha amigável - 1875

Fragmentação de bens onde não aparecem as fazendas do clã em Macacu na partilha. A Papucaia, vendida em 1866 e a Jaguary, constante do inventário de Antonio de Araújo Braga. Qual o destino da Fazenda Ribeira, anteriormente listada nos bens de Henrique José de Araújo Junior? Uma última observação, que contribui para análise das transformações ocorridas no período posterior ao fim do tráfico na região macacuada - devido o impacto que a Crise do Souto trouxe ao clã - será a conjuntura das populações em Macacu para 1872, através do Recenseamento Geral do Império, embora o levantamento seja passível de imprecisões.

Localidade	Livres					Escravos			
	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Total	Pardos	Pretos	Caboclos	Total
Porto das Caixas	1.701	463	311	13	2.488	142	316	-	834
Magé	2.298	914	523	21	4.456	433	905	-	1.338
Guapimirim	1.043	861	621	72	2.597	1.330	3.384	-	4.714
Sant'Anna de Macacu	3.215	1.716	618	22	5.571	362	1.623	-	1.985
S. Antº de Sá de Macacu	965	205	83	33	1.306	143	343	-	488
Itaboraí	8.521	2.195	1.987	13	12.716	1.653	4.151	-	5.804
Rio Bonito	9.595	2.601	1.298	29	13.523	1.631	2.966	-	4.597
Capivari	4.707	1.457	803	53	7.020	527	1.986	-	2.513
Nova Friburgo	4.126	739	513	28	5.406	369	528	-	897
TOTAL					55.083			-	23.170

Tabela 40: População livre e escrava – 1872  
 Fonte: Recenseamento Geral do Império - 1872<sup>430</sup>

<sup>430</sup> Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876, 12 volumes.



Numa análise comparativa entre a população escrava de várias paróquias limítrofes à região de Macacu, observa-se uma preponderante população livre de 55.083 indivíduos, contra 23.170 escravos. Infere-se que este quadro teria sido influenciado pelo efetivo encerramento do tráfico negreiro a partir de 1850 e o direcionamento do tráfico interprovincial para as áreas cafeeiras.

A vila de Santo Antônio de Sá apresenta um quadro que indicia sua decadência: uma população livre de apenas 1.306 habitantes e pequeno número de cativos: 488. As doenças e o distanciamento da vila em relação ao ramal ferroviário de Cantagalo tiveram seus efeitos.

Em Sant'Anna de Macacu, a mesma situação se repetiu: 5.571 livres contra 1.985 cativos registrados pelo Recenseamento de 1872. Vista essa região com uma lente mais próxima, observa-se a seguinte tabela para as idades:

Idades	01 a 05	06 a 20	21 a 40	41 a 60	61 a 80	81 a 100	TOTAL
Quantidade	265	411	492	673	148	12	2001
%	13,2	20,5	24,5	33,6	7,3	0,5	99,6

Tabela 41: Escravos por faixa etária - 1872<sup>431</sup>  
 Fonte: Recenseamento Geral do Império, Op. Cit.

A maior faixa de escravos por idades compreende cativos mais velhos, de 41 a 100 anos, perfazendo um total de 833 escravos de ambos os sexos, ou seja, 65,9%. A faixa de escravos mais jovens, portanto teoricamente mais produtivos, encontra-se entre as faixas de 06 a 20 anos e 21 a 40 anos, perfazendo 903 cativos, ou 45%. Uma significativa faixa totalmente improdutiva é compreendida por 265 escravos de 01 a 05 anos (13,2%). Não houve registro de escravos em idades abaixo de 01 ano.

Destes cativos, o Recenseamento para Sant'Anna de Macacu apresenta, entre homens e mulheres, 801 escravos ditos *lavradores*, ao lado de 105 dados como *criados e jornaleiros*, 471 escravos de *serviço doméstico* e 470 escravos registrados como *sem profissão*.

Portanto, demonstra ser uma escravaria envelhecida, em sua maior parte, para as atividades declaradas, composta por escravos de roça. O fim do tráfico, que

<sup>431</sup> Curiosamente, os números apresentados no recenseamento geral da paróquia de Sant'Anna de Macacu, não bateram com o levantamento por idades, havendo uma diferença, para mais, de 16 escravos.

posteriormente traria a crise do escravismo, parece fazer-se sentir em Macacu, anunciando o período de transição do trabalho cativo para o livre.

Nessa altura dos acontecimentos, em 1872, não mais aparecem nos registros de batismo da freguesia de Sant'Anna de Macacu escravos do clã Araújo. Atingido pela crise do Souto, desfizera-se de suas propriedades na região.

Em 1866, o barão de Piracinunga, Joaquim Henrique de Araújo, vendia a d<sup>a</sup> Bárbara Maria de Jesus, viúva e fazendeira em Rio Bonito, por vinte contos de réis, a sua Fazenda da Papucaia, herdada de seu pai Henrique José de Araújo. No ano anterior, o clã firmara em cartório na cidade do Rio de Janeiro, o documento de hipoteca de todos os seus bens ao Banco do Brasil.

## CAPITULO SETE

### O CORONEL E A SOGRA

*A Fazenda Papucaia através de  
um processo judicial – 1873*

“*Minha sogra, em breve a Senhora há de comer em pratos de ouro – e mal sabia a autora embargada que tão lisongeiros palavras occultavão a espoliação que projectara o réo embargante.*”

O revoltado desabafo encontra-se no *Processo de Prestação de Contas*<sup>432</sup> que Bárbara Maria de Jesus abriu em 1873, na Câmara Municipal da Vila de Sant’Anna de Macacu, contra seu genro o coronel da Guarda Nacional Francisco José Fernandes Panema. O motivo da discórdia? O lucro da exploração da Fazenda Papucaia, adquirida por Bárbara em 1866. Segundo ela, Panema negara apresentar os dividendos da fazenda, que aquela julgava ser opulentos.

Não serão trazidas aqui minúcias do processo – embora haja necessidade de se caminhar um pouco por ele -, nem se vai buscar discutir quem tinha razão, se o Coronel ou a Sogra. Através desse episódio, que traz um relato dos destinos da Fazenda Papucaia após a propriedade do barão de Piracinunga (Joaquim Henrique de Araújo), se buscará apresentar indícios do contexto socioeconômico da região de Macacu, na segunda metade do século XIX. Os relatos de testemunhas, declarações das partes, fontes inclusas no processo, além de outras como o Recenseamento Geral do Império, para a Província do Rio de Janeiro, em 1872, podem oferecer esses indícios. Salvo expressa indicação, todas as fontes e referências citadas neste capítulo foram extraídas do próprio *Processo de Prestação de Contas*.

Em 1866, após falecimento do marido, o tenente-coronel da Guarda Nacional Joaquim Rodrigues Braga, d.<sup>a</sup> Bárbara Maria de Jesus, dona de terras e escravos na Vila de Rio Bonito, província do Rio de Janeiro, adquiriu a Fazenda Papucaia. Ali colocou o genro, Francisco José Fernandes Panema, como administrador. Bárbara moveu o processo contra o genro alegando que Panema não havia prestado contas da administração da fazenda e questionou os valores que este lhe apresentara – “*o réo limita-se a apresentar as despesas não justificadas dando insignificante receita e o*

---

<sup>432</sup> Translado dos Autos de Prestação de contas que faz D. Barbara Maria de Jesus contra o Coronel Francisco José Fernandes Panema – Sant’Anna de Macacu – 1873. Arquivo do Fórum de Cachoeiras de Macacu. (Daqui em diante denominado apenas de *Processo de Prestação de Contas*).

*rediculo saldo de setenta e um mil novecentos e setenta e seis réis*”. O coronel contestou as acusações da sogra produzindo-se o embate jurídico vencido por ele na Câmara Municipal da Vila de Sant’Anna de Macacu.<sup>433</sup> O processo foi enviado pelos herdeiros de d.<sup>a</sup> Bárbara - falecida em 1874<sup>434</sup> - ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. A Fazenda foi então vendida, dois anos depois, a d.<sup>a</sup> Luiza Alexandrina Rodrigues. Panema faleceu em 1879, segundo registro na Freguesia da Santíssima Trindade de Sant’Anna de Macacu.<sup>435</sup>

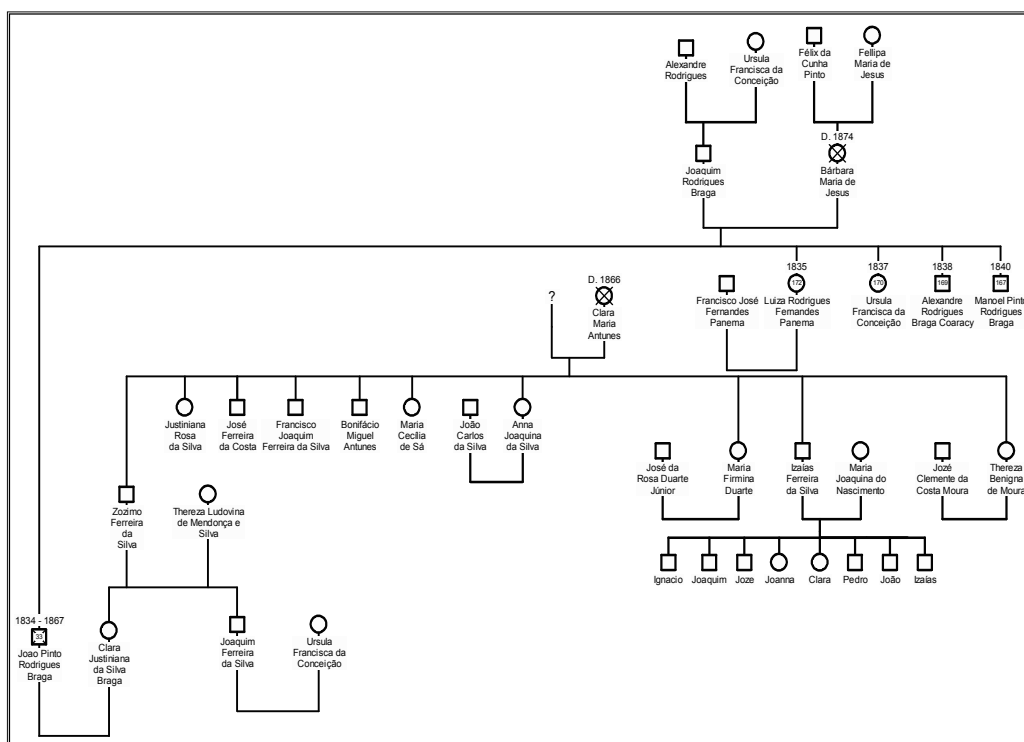


Gráfico 3: Genealogia de Joaquim Rodrigues Braga

Há que se fazer uma ressalva: já que se trata de um processo judicial, os relatos são obviamente comprometidos pelo interesse das partes: para d.<sup>a</sup> Bárbara e suas

<sup>433</sup> Segundo o Processo, a sentença foi proferida em Nova Friburgo, a 21 de abril de 1874: ... julgo provados quanto a negação da obrigação de prestação de contas até trinta e um de Dezembro de mil oitocentos e setenta e dois, havendo o réo embargante por exonerado dessa obrigação e a intimação para prestação por precedente somente na parte relativa as contas da administração de um de janeiro de mil oitocentos e setenta e três em diante

<sup>434</sup> Diz o registro, anotado no Processo: Aos dez dias do mês de Junho do anno de mil oitocentos e setenta e quatro, falleceu no lugar [denominado] das Duas Barras Dona Bárbara Maria de Jesus, branca, com a idade presumível de sessenta e cinco annos, viúva do Tenente Coronel Joaquim Rodrigues Braga, foi por mim encommendada na forma do Ritual Romano e seppultada em caixão no cimiterio da Irmandade. Vigário Jose Emygdio Jorge de Lima. Freguesia da Villa de Sant’Anna de Macacu, dezoito de julho de mil oitocentos e setenta e quatro

<sup>435</sup> Aos vinte e um dias do mês de Agosto do anno de mil oitocentos e setenta e nove, n’esta freguesia falleceu de desastre, o Coronel Francisco José Frz. Panema, branco, com a idade presumível de cinquenta annos, cazado com Dona Luiza Roiz. Panema. Foi por mim e pelo Reverendo Padre Candido solenemente encommendado e seppultado em carneira no cemitério da Irmandade. Vigrº José Emygdio Jorge de Lima.

testemunhas, a fazenda sempre produziu bem e regularmente. O coronel Panema apresentou também suas testemunhas e argumentos – que convenceram o juiz em Nova Friburgo - para justificar que, além da Papucaia possuir uma irregular produção, não deveria pagar os valores atribuídos por sua sogra. Sendo assim, os relatos das partes nesse particular não podem ser dignos de crédito para avaliação da capacidade produtiva da Papucaia, nem quem falava a ‘verdade’ no caso.

Entretanto, os relatos de ambos, mesmo contraditórios, mencionam as produções de açúcar, madeira, milho, arroz, feijão e café, indicando que, de uma forma ou de outra, esses gêneros, tradicionais na região, constavam ainda da pauta de produtos agrícolas – e extrativos no que se refere à madeira - no vale do Macacu.

Mas, em alguns pontos, os relatos das partes se aproximam: os que se referem à proximidade da vila de Sant’Anna como centro comercial de importância, o papel da recém instalada Estrada de Ferro de Cantagalo nesse comércio; a ação do clima e do regime de águas do rio Macacu influenciando o cultivo, doenças locais e algumas formas de organização da produção agrícola. Além desses pontos, que serão abordados com o uso das fontes, a constituição da escravaria da fazenda suscitou acalorados debates, com argumentos também contraditórios.

Primeiramente, vale acompanhar os destinos da Fazenda Papucaia através das relações sociais que Panema mantinha com a família de d.<sup>a</sup> Bárbara Maria de Jesus e com membros do clã Araújo, começando com seu casamento com Luiza Alexandrina Rodrigues, em 1851, segundo certidão inclusa no Processo de Prestação de Contas:

Aos dezesseis de Agosto de mil oitocentos e cinquenta e um nesta Parochia do Rio Bonito, pelas dez horas do dia, em presença do Reverendo João de Araújo Alves Marinho e das testemunhas Antonio Joaquim dos Santos e Joaquim Pereira de Mesquita,(...)por palavras de presente se recebeu em matrimonio Francisco José Fernandes Panema, natural e baptisado na freguesia de Itaborahy com Dona Luiza Alexandrina Rodrigues, filha legítima do Capitão Joaquim Rodrigues Braga e Dona Bárbara Maria de Jesus, a contrahente natural e baptisada e moradora nesta do Rio Bonito e elle morador na da Santíssima Trindade e logo lhes deu a benção nupcial na forma do Ritual Romano, do que fiz este assento que assignei. O Vigário Tito Pereira de Carvalho (...) Villa do Rio Bonito, quatro de Julho de mil oitocentos e setenta e quatro.

Os padrinhos, Antonio Joaquim dos Santos e Joaquim Pereira de Mesquita, segundo o Almanaque Laemmert de 1851, eram vereadores na Câmara de Rio Bonito e fazendeiros, sendo que o primeiro produzia açúcar e o segundo, café<sup>436</sup>.

Em 1864, segundo certidão inclusa no *Processo de Prestação de Contas*, Panema foi padrinho de casamento de Joaquim Ferreira da Silva, filho do coronel Zózimo Ferreira da Silva, oficial da Ordem da Rosa, fazendeiro e vereador da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá<sup>437</sup>, com outra filha de Joaquim Rodrigues Braga, Úrsula Francisca da Conceição.

No ano de 1869, portanto três anos após assumir a direção da Fazenda Papucaia, com Joaquim Rodrigues Braga já falecido e através de um provável convite de d.<sup>a</sup> Bárbara, Panema foi novamente padrinho de casamento na família. Desta vez, a união matrimonial se deu entre seu cunhado João Pinto Rodrigues Braga e Clara Justiniana da Silva, filha do finado coronel Zózimo. O também padrinho capitão Francisco Nunes Fagundes, era lavrador e proprietário de engenho de serra também em Sant'Anna<sup>438</sup>. Na transcrição do registro de casamento, também incluso no processo, consta que o celebrante foi o padre Alexandre Rodrigues Braga, filho do casal Joaquim e Bárbara, de acordo com assento de batismo de 24 de junho de 1838 - a cerimônia foi realizada no oratório da fazenda do coronel Zózimo. João Pinto faleceu de febres, sem filhos e sacramentos.<sup>439</sup> Declarou em seu testamento dever valores em dinheiro a Panema:

<sup>436</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Corte e Província do Rio de Janeiro, 1851, p.166. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000607.html> Acesso em: 22 jan. 2009.

<sup>437</sup> Almanak, 1864, Op. Cit., p.360. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00001079.html> Acesso em: 22 jan. 2009

<sup>438</sup> Almanak, 1869, Op. Cit., p.091. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1869/00000815.html> Acesso em: 22 jan. 2009

<sup>439</sup> Diz seu registro de falecimento anexo no Processo: Aos quatorze dias do mês de Julho de mil oitocentos e setenta e quatro, digo, aos quatorze dias do mês de Julho e mil oitocentos e sessenta e sete, n' esta freguesia, de febres e sem sacramentos João Pinto Rodrigues Braga, branco, casado com Dona Clara Justiniana Rodrigues Braga, foi por mim emcomendado e acompanhado até o cemitério da Irmandade, donde foi sepultado. Vigário Jose Emygdio Jorge de Lima (...) freguesia da Villa de Sant' Anna de Macacu, vinte de Julho de mil oitocentos e setenta e quatro.

Houve algum erro de transcrição, já que a data corrigida (1867) do falecimento, não bate com a data de seu casamento (1869). A de 1874 deve ser a data certa, já que segundo a testemunha José Antonio Marcellino, na audiência para habilitação dos herdeiros do casal Joaquim e Bárbara, disse que João Pinto Rodrigues Braga, filho legítimo de Dona Bárbara Maria de Jesus, falleceu depois desta, sendo casado com Dona Clara Justiniana da Silva, falecendo com testamento instituindo, no mesmo, sua herdeira universal a referida sua mulher Dona Clara e isto sabe não só por ter visto o testamento como por ser publico e notório.

Declaro que devo ao Coronel Francisco José Fernandes Panema a quantia de um conto e dezentos mil reis por letra e a José Joaquim Lopes a quantia de setenta e tantos mil reis, por um vale a cujo Valle já pedi ao Major Francisco Rodrigues Ferreira para pagar. Declaro que quando houver de fallecer meu primeiro testamenteiro faça o meu enterro conforme sua vontade.

Panema foi inventariante do sogro, falecido em 1866 e da própria sogra, com quem contendia na Justiça!

Ilustríssimo senhor Doutor Juiz de Órfãos. Joaquim Ferreira da Silva precisa por certidão em relatório dos autos de inventario por fallimento do Tenente Coronel Joaquim Rodrigues Braga e sua mulher Dona Bárbara Maria de Jesus de que é inventariante o Coronel Francisco José Fernandes panema, quaes os herdeiros declarados no inventário. (...) Rio Bonito, dezanove de Julho de mil oitocentos e setenta e quatro. Ferreira Pinto. João Hilário de Menezes Drummond (...)

E além de ficar responsável pelo inventário, teve direito a entrar, também, como herdeiro:

Certifico que revendo os autos de inventário de que tracta a petição retro, delles consta que os herdeiros o Coronel Francisco José Fernandes Panema, por cabeça de sua mulher Dona Luiza Rodrigues Fernandes Panema, João Pinto Rodrigues Braga, Joaquim Ferreira da Silva, o supplicante por cabeça de sua mulher Dona Ursula Rodrigues da Silva, Alexandre Rodrigues Braga Coaracy e Manoel Pinto Rodrigues Braga, o referido é verdade do que dou fê e aos ditos autos me reporto. Villa do Rio Bonito, dezanove de Junho de mil oitocentos e setenta e quatro. Eu, João Hilário de Menezes Drummond que o escrevi e assigno.

Panema solicitou então que se provasse em juízo que realmente os parentes do casal falecido eram seus herdeiros por direito, o que explica existir no processo várias certidões de batismo, casamento e óbito da família Braga. Não bastasse esses documentos, foram ouvidas também testemunhas para atestar que realmente os filhos de Joaquim e Bárbara eram seus! O juiz então, emitiu sentença garantindo direitos dos parentes do finado casal:

Julgo por sentença provados (...) que os habilitantes Manuel Pinto Rodrigues Braga, Alexandre Rodrigues Braga Coaracy, Joaquim Ferreira da Silva por cabeça de sua mulher e Clara Justiniana da Silva e alem dos ditos habilitantes o Coronel Francisco José Fernandes

Panema são herdeiros da finada Bárbara Maria de Jesus, hei portanto os mencionados habilitantes e o referido Coronel Panema por habilitados para sucederem na presente causa e mando que com elles continue a acção, pagas as custas pelos habilitantes. Nova Friburgo, quatro de setembro de mil oitocentos e setenta e quatro Antonio Augusto Ribeiro d'Almeida.

Como se percebe, os herdeiros também se habilitaram a continuar movendo na justiça o *Processo de Prestação de Contas* aberto por d<sup>a</sup>. Bárbara. Em 10 de setembro de 1874 - sob intimação - Panema assistiu os herdeiros encaminhar o processo à instância superior do Tribunal da Relação, no Rio de Janeiro.

Mandado para intimação na forma abaixo. O doutor Antonio Álvares Velloso de Castro Juiz Municipal nesta Villa de Sant'Anna de Macacu e seo termo etcetera. Mando (...) intime ao Coronel Francisco José Fernandes Panema para ver-se expedir a apelação para o tribunal da Relação do Districto, da sentença em autos de prestação de contas que o mesmo Coronel contendia com a finada Dona Bárbara Maria de Jesus. Cumpra

O coronel Panema provavelmente ainda residia na Fazenda Papucaia nessa data, já que para lá se dirigiu o oficial de Justiça com a missão de intimá-lo.

Certifico que em cumprimento do mandado retro fui a Faze [destruído] da Papucaia e [destruído] ao Coronel Fra [destruído] José Fernand [destruído] nema e sendo [destruído] o intimei em sua própria pessoa [destruído] todo o contheudo [do] mesmo mandado do que ficou bem sciente.

Pelo exposto, percebe-se que Panema mantinha fortes relações com os membros da família Braga, casando-se com a filha do casal, sendo padrinho de casamentos, emprestando dinheiro, servindo como inventariante, inclusive durante o período de contenda com a sogra. Entretanto, esse conflito nunca desapareceu no convívio entre os membros da família Braga, já que para garantir seus direitos como herdeiros, os filhos e demais parentes envolvidos na partilha continuaram movendo a causa contra Panema após o falecimento de d.<sup>a</sup> Bárbara.

Embora demitido da função de administrador, ainda poderia estar morando na fazenda, pois o oficial de justiça o encontrou lá a fim de intimá-lo a acompanhar o andamento do processo junto aos filhos da matriarca.

Ao que tudo indica, Panema ascendeu socialmente após o controle da fazenda Papucaia. Quando do seu casamento em 1851 com a filha de Joaquim Rodrigues Braga,



seu sogro detinha o posto de capitão da 1ª companhia de infantaria da Guarda Nacional em Rio Bonito<sup>440</sup>, enquanto Panema não aparece citado em nenhuma função naquele município, em Itaboraí (onde nasceu) ou na freguesia da Santíssima Trindade onde residia, de acordo com o registro de casamento. Em um dos registros paroquiais de terra citados neste trabalho, em 1856, Panema aparece com a patente de major da Guarda Nacional. No Almanaque de 1864, Joaquim Rodrigues Braga figura como fazendeiro e tenente-coronel da Guarda Nacional em Rio Bonito.

Panema novamente não aparece citado no Almanaque Laemmert em nenhum desses três municípios,<sup>441</sup> mas uma obscura declaração sua no Processo, na réplica a d.<sup>a</sup> Bárbara em setembro de 1873, na intenção de justificar motivos pelos quais aceitara administrar a Papucaia, aponta onde estaria antes da compra da fazenda:

provará o réo por consideração de amizade e parentesco com a autora assim procedeu sendo pelo mesmo motivo levado a deixar a Côrte, onde vivia bem e desta sombradamente, digo, bem e desassombradamente para incumbir-se da administração da fazenda que só lhe tem causado atrasos e desgostos.

Embora tenha continuado uma incógnita o que fazia antes de residir na Papucaia, é certo que o gesto de Francisco José Fernandes Panema lhe trouxe mais benefícios do que *atrasos e desgostos*. Ao menos no que se refere ao seu status.

No Almanaque Laemmert de 1867, Panema já aparece como fazendeiro de açúcar na freguesia da Santíssima Trindade, embora a compra da fazenda se desse por ele, mas em nome de d.<sup>a</sup> Bárbara, como consta no *Processo de Prestação de Contas*.<sup>442</sup> No ano de 1871, já se tornara coronel da Guarda Nacional. Portanto, após sua ascensão social como fazendeiro é que certamente alcançou esses mais elevados postos.

Havia também próximas relações sociais entre o barão de Piracininga e Francisco José Fernandes Panema. Este foi um dos avaliadores da fazenda Jaguary, pertencente a Antônio de Araújo Braga, cujo inventariante foi o barão, que o nomeou por petição de setembro de 1871:

<sup>440</sup> Almanak, 1850, Op. Cit. p.175. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000615.html>> Acesso em: 21 jan. 2009

<sup>441</sup> Almanak, 1864, Op. Cit, p.132. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000852.html>> Acesso em: 21 jan. 2009.

<sup>442</sup> Id., 1867, Op. Cit, p.145. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000823.html>> Acesso em: 21 jan. 2009.

Ilustrissimo Senhor Doutor Juiz municipal da primeira vara. Dizem o Barão de Piracinunga por si e como procurador bastante de seu irmão João Miranda de Araújo, Henrique José de Araújo e o Barão do Pilar, por cabeça de sua mulher a Baroneza do mesmo titulo herdeiros do seu finado irmão Antonio de Araújo Braga que estando a proceder se a avaliação dos bens deste consta entre elles uma Fazenda com escravos e mais pertences sita na Vila de Macacu Município de Santo Antonio de Sá então apresentam como avaliadores desses bens o Coronel Francisco José Fernandes Panema e o Tenente-Coronel Emigdio Antonio Lopes Vieira, Fazendeiros residentes no lugar o requerem a Vossa Senhoria que mande o Doutor Procurador dos Feitos se digne mandar expedir carta precatória para a avaliação destes bens pelo que há de receber mercê. Rio de Janeiro, vinte e sete de setembro de mil oitocentos e setenta e um. Barão de Piracinunga – Henrique José de Araújo – P.P. do Exmº Senhor Barão do Pilar – Henrique José de Araújo Junior.

Panema fora requisitado como avaliador pelo barão e reconhecido por este como fazendeiro na Papucaia, não havendo nenhuma menção a d.<sup>a</sup> Bárbara. Os avaliadores foram intimados em outubro para prestar juramento e proceder à avaliação.

Curioso é que no mês de novembro, por razões desconhecidas, foi substituído na função de avaliador pelo capitão José Anastácio Lopes. Se este fato representou ou não algo de negativo para o coronel Panema, também não foi possível sabê-lo.

Certifico que por carta que da qual tive resposta, intimei os avaliadores o Tenente Coronel Emigdio Antonio Lopes Vieira e o Capitão José Anastácio Lopes, para comparecerem no dia oito do corrente mês na fazenda de Jaguary e depois de juramentados procederem na avaliação dos bens deixados pelo finado Antonio de Araújo Braga que lhes forem apresentados pelo inventariante do mesmo finado, o Barão de Piracinunga ou seu procurador, de que ficarão bem scientes. O referido é verdade e dou fé. Villa de Santo Antonio de Sá em Sant'Anna de Macacú, de Novembro de 1871. O Escrivão.(ilegível) Antonio de Freitas.<sup>443</sup>

Na avaliação da Fazenda Jaguary (1871), abordada no capítulo anterior, em uma das duas datas de terra avaliadas uma apresenta limites com a Fazenda Papucaia. Nessa data, consta que a Papucaia *pertence hoje ao Coronel Francisco José Fernandes Panema e o Excellentíssimo Barão de Piracinunga!* Curioso que não citar d.<sup>a</sup> Bárbara como a proprietária...

Anexas ao *Processo de Prestação de Contas* há cópias de duas cartas, datadas de 1873: uma enviada por Panema ao barão de Piracinunga e a outra, a respectiva resposta.

<sup>443</sup> Arquivo Nacional. Inventário de Antonio de Araújo Braga – Arquivo Nacional -1871

O agora coronel a enviara na intenção de consolidar sua versão no processo contra d<sup>a</sup>. Bárbara. Na carta ele solicita que Piracinunga confirme que sua sogra lhe devia alto valor em dinheiro e também um favor, pela compra da Fazenda Papucaia:

(Carta) Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Barão de Piracinunga. Papucaia, vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos e setenta e três. A bem de meos direitos preciso que Vossa Excellencia em culto a verdade me declare n'esta se não vendeu a fazenda de Papocaia a Senhora Dona Bárbara Maria de Jesus sobre minha fiança, isto é, por letras acceitas por ella, e endossadas por mim a prazo de um, dous e três annos na importância de vinte contos de reis se essa importância Vossa Excellencia recebeu da acceitante ou de mim como endossante, bem assim se a fazenda foi vendida com animaes e lavoras ou se foi somente o casco da fazenda, permitindo Vossa Excellencia que de sua resposta faça o uso que me convier, sem outro assumpto preso. Assignou-me. De Vossa Excellencia, amigo muito obrigado. Francisco José Fernandes Panema (Coletoria de Sant'Anna de Macacu, 20 de outubro de 1873)

Cinco dias depois chegava a resposta do barão:

(Carta) Ilustríssimo Senhor Francisco José Fernandes Panema. Em resposta ao favor de sua carta retro tenho a dizer-lhe que foi com Vossa Senhoria que tractei a venda da fazenda de Papocaia a qual me comprou para a Senhora Dona Bárbara Maria de Jesus e que na ocasião de assignar-se a escriptura meu Procurador recebeu as letras no valor de vinte contos de reis sendo uma a prazo de doze meses, outra de vinte e quatro e outra de trinta e seis meses, acceitas pela Senhora Dona Bárbara Maria de Jesus e endossadas por Vossa Senhoria. Nos seus vencimentos recebi a importância dessas letras de sua mão e a venda foi somente das terras e casas como consta da respectiva escriptura e não animaes. Pode, pois Vossa Senhoria fazer desta minha resposta o uso que lhe convier. De Vossa Senhoria, amigo muito attento e venerador. Barão de Piracinunga. Rio de Janeiro, vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos e setenta e três. (Coletoria de Sant'Anna de Macacu, vinte de outubro de mil oitocentos e setenta e três.)

Se Piracinunga falou a verdade, o coronel Panema cobriu as parcelas de pagamento da Fazenda Papucaia. Como explicitado anteriormente, não cabe aqui tentar julgar quem tinha ou não razão no processo, mas inferem-se ao menos algumas hipóteses: d. Bárbara estava com razão e a fazenda produzia, tendo Panema lhe escondido e usurpado os lucros do imóvel para com eles pagar a fazenda, como lhe declarou o barão e ficar com ela para si; a fazenda realmente não produzia, mas isso não explica como Panema conseguira recursos para cobrir as letras.

E finalmente, a fazenda não produzia tudo o que d.<sup>a</sup> Bárbara esperava – a ponto dela um dia poder *comer em pratos de ouro* como afirmou que lhe dissera o genro - embora seus lucros fossem suficientes para pagar o custo do imóvel.

Panema continuou na fazenda e na sua ascensão social: no Almanaque Laemmert de 1875, um ano após o falecimento de sua sogra, o coronel Francisco José Fernandes Panema apareceu ainda como fazendeiro na freguesia da Santíssima Trindade e na qualidade de Comandante Superior da Guarda Nacional da Vila de Santo Antônio de Sá, ostentando a comenda da Ordem da Rosa, no grau de cavaleiro.<sup>444</sup>

Com ou sem razão, Panema parece ter levado a melhor na disputa com os herdeiros de d.<sup>a</sup> Bárbara. Em janeiro de 1876, ele e a esposa, Luiza Rodrigues Panema, venderam a Papucaia por 20:000\$000 (vinte contos de réis), a dona Luiza Alexandrina Rodrigues:

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro, nesta Vila de Sant'Anna de Macacu, em casas de residência do Senhor Cyrillo Lemos Nunes Fagundes dou fé, que são senhores e possuidores da Fazenda de Papucaia, situada na Freguesia desta Villa com trezentas braças de testada que a faz na Estrada de Ferro de Cantagalo, devida pelo lado de cima com a fazenda de Jaguary, por uma linha, digo, desta Villa, com seis centos e sessenta metros de terra de testada que a faz na estrada geral de Cantagallo, devida pelo lado de cima por uma linha de oitocentos, digo, uma linha de dois mil e oitocentos metros com a fazenda de Jaguary e por uma linha de dois mil quatrocentos e vinte metros com os engenhos de serra dos outorgantes e de Antonio de Almeida e Silva Junior, pelos fundos por uma linha de dois mil oitocentos e quarenta metros com terras de Francisco José Vieira, e pelo lado de baixo com quatro mil e quatrocentos metros com terras das fazendas do Rio das Pedras e Colégio...<sup>445</sup>

A trajetória novelesca do coronel Panema apresenta, de acordo com as fontes, ainda dois últimos capítulos: em junho de 1876, ele e a mulher, Luiza Rodrigues Panema, venderam uma grande data de terras de sua propriedade:

Venda de uma data de terras a Carlos Augusto Brandão, morador em Rio Bonito. Terras sitas no lugar do Tatu, desta Freguesia de Sant'Anna de Macacu cujo terreno, de forma triangular tendo a

<sup>444</sup>Almanak Laemmert, 1875, op. cit, p.210. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1875/00001160.html>> Acesso em: 21 jan. 2009.

<sup>445</sup> Escritura de venda da Fazenda Papucaia, suas terras, casas, dependências, engenho e pertences que fazem o Coronel Francisco José Fernandes Panema e sua mulher Dona Luiza Rodrigues Panema a Dona Luiza Alexandrina Rodrigues. 28.01.1876 Livro 29, fls. 50 a 52 v. Cartório do 2º Ofício. Cachoeiras de Macacu.

primeira e segunda linha dois mil e quatrocentos e vinte metros cada uma e a terceira linha com três mil trezentos e sessenta e seis metros, que devidem: a primeira com, digo, a primeira linha com terras delles outorgantes e de Antonio Joaquim d'Almeida Junior, a segunda com terras com o rumo Geral de Braçanã, digo, a segunda linha com o rumo Geral de Braçanã, com terras de João Domingues Gauda e herdeiros do finado Manoel José Rodrigues e outros e a dita linha divide também o município do Rio Bonito do de Santo Antonio de Sá, a terceira linha com Manoel da Silveira Lima e Floriano Duarte Silva e Joaquim Marcellino.<sup>446</sup>

Em fevereiro de 1877, dois anos antes do falecimento do coronel Panema, o mesmo casal comprou a Fazenda do Soarinho por 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), situada também na freguesia da Santíssima Trindade, nos fundos da fazenda Jaguary e à frente das terras do finado tenente-coronel Joaquim Rodrigues Braga:

Fazenda do Soarinho, no lugar Soares e Tatu, freguesia desta Villa compondose a mesma de casa de vivenda, engenho de assucar com todos os seus pertences, engenho de socar café com todos os seus pertences tudo coberto de telhas e todas as benfeitorias existentes com mil trezentos e vinte metros de terras de testada faz com terras do Commendador Antônio de Araújo Braga e os fundos com terras do finado Tenente-Coronel Joaquim Rodrigues Braga e sua mulher, dividindo por um lado com terras de Francisco José Machado, Manoel José da Silveira e Floriano Duarte Silva e herdeiros do finado Manoel Marcellino e por outro lado com terras do mesmo finado Commendador Braga e o finado Luiz Francisco das Chagas.<sup>447</sup>

Tendo-se acompanhado um pouco da trajetória da Fazenda Papucaia e da biografia do coronel Francisco Panema, passar-se-á, com ajuda das fontes, à análise da conjuntura socioeconômica do vale do Macacu no período pós-decadência do clã Araújo. Diz o documento de venda da Fazenda Papucaia feita pelo barão de Piracinunga, em 1866:

Esriptura de venda de uma data de terras no lugar denominado Papocaia com casa e benfeitorias que fazem o Barão de Piracinunga e sua mulher a Dona Bárbara Maria de Jesus. Saibão quanto esta virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e seis, aos quatro dias do mês de Agosto, nesta

<sup>446</sup> Esriptura de venda de uma data de terras e benfeitorias que fazem o Coronel Francisco José Fernandes Panema e sua mulher Dona Luisa Rodrigues Panema na forma abaixo a Carlos Augusto Brandão. 24.06.1876. Livro nº 89, fls 25 a 26v. Cartório do 2º Oficio. Cachoeiras de Macacu

<sup>447</sup> Esriptura de compra e venda e obrigação da fazenda denominada Soarinho com casas, terras, engenhos e benfeitorias que faz Antonio Lutterbachs e sua mulher ao Coronel Francisco José Fernandes Panema. 07.02.1877. Livro nº 89, fls. 119 a 121v. Cartório do 2º Oficio. Cachoeiras de Macacu

Corte do Rio de Janeiro, em meu cartório perante mim comparecerão partes justas e contractadas como outorgantes vendedores o Barão de Piracinunga, fazendeiro, moradores nesta Corte a rua do Lavradio numero cinquenta e três B e como outorgado Dona Bárbara Maria de Jesus...<sup>448</sup>

O barão, entretanto, não vendeu a fazenda toda. Não entrou no negócio a parte em que se localizava o engenho de serra e mandiocais anteriormente plantados, certamente no intuito de explorar a retirada de madeiras da região e garantir a produção imediata da farinha que pudesse obter. De acordo com a escritura, os limites da Fazenda e o rol dos bens vendidos constituíam-se da seguinte forma:

com frente para a estrada Provincial, antiga de rodagem de Cantagallo, partindo uma linha desse ponto que devida com terras do Collegio e Rio das Pedras contendo mil e duzentas braças de testada e mil e seiscentas e vinte e cinco de ângulo, com casa de vivenda engenho de moer canna, tudo coberto de telhas, os utencilios do mesmo engenho e de mais benfeitorias existentes na referida data de terras, excepto os mandiocaes, sendo que alem da linha divisória, digo da linha já indicada acima, estas terras dividem por uma linha com o sitio das Granadas, por outra com o engenho de serra da Vargem, pertencente aos vendedores, e ainda outra que vai dar na referida estrada, limite com as terras de Jaguary a Antonio de Araújo Braga.

Os limites da Papucaia em ambas as escrituras de venda, de 1866 e 1876, demonstram de forma cabal a quebra da integridade territorial do complexo agrário dos Araújo. Essas escrituras, inclusive, mencionam outras localidades ainda existentes em Cachoeiras de Macacu, como Granadas e Soarinho.



Figura 7: Entrada para Granadas e Soarinho, em Papucaia (foto do autor)

<sup>448</sup> Escritura de venda da Fazenda da Papocaia feita pelo Barão de Piracinunga a Dona Bárbara Maria de Jesus. 04.08.1866. Cartório do 2º Ofício – Cachoeiras de Macacu – RJ.

A estrada da foto une-se à RJ-122 Niterói-Friburgo, na localidade homônima originada pela Fazenda Papucaia, em Cachoeiras de Macacu. Aqui encontrava-se instalado o trilho de ferro que se unia à Estrada de Ferro de Cantagalo e que servia na condução das madeiras trabalhadas no engenho de serra da Fazenda. Trafegando alguns quilômetros pela RJ-116, à esquerda chega-se à Fazenda Jaguary e à direita, Rio das Pedras. Por essa estrada de terra alcança-se a ainda existente Fazenda do Soarinho. Ao fundo, a serra homônima e no detalhe um dos 'pregos de linha' encontrados no local pelo autor. e escavado para melhor visualização.

### 7.1. Imprescindíveis escravos

Em meio à disputa entre sogra e genro, iniciada em 22 de julho de 1873, em pleno período de decadência do escravismo, os braços cativos eram tidos como primordiais para o sucesso da Fazenda Papucaia. Dona Bárbara dizia haver oitenta escravos para o serviço da fazenda, ao passo que o coronel contestou esse número, dizendo haver sessenta. Menores custos. Curiosamente aparece também um relato no Processo que dá a fazenda com quarenta escravos!

Segundo o Processo, d.<sup>a</sup> Bárbara os havia trazido do município vizinho de Rio Bonito, da sua Fazenda do Sambê, para o trabalho na Papucaia. Analisada, mesmo que de forma incompleta por falta de informações, a composição da mão-de-obra empregada na Papucaia - misto de trabalho livre e escravo - a questão do número de cativos constituiu-se tema de acalorado debate. Dizia o coronel em seu embargo às acusações de d.<sup>a</sup> Bárbara, *que eram sessenta e não oitenta escravos do casal do tenente Coronel Joaquim Rodrigues Braga, tendo entre eles muitos velhos e enfermos*. Retrucou a fazendeira, dizendo haver retirado

do Termo do Rio Bonito, os escravos alludidos que estavam empregados no cultivo das terras do seu casal, e os entregou à administração do réo embargante que effectivamente os empregou no cultivo da referida fazenda, orçando o seu número por oitenta escravos, quase todos válidos, e muitos com officio, e não sessenta como declara o réo embargante.

A confusão aumenta devido ao argumento deixado pelo coronel Panema em sua tréplica, quando acrescentou mais alguns dados:

os escravos empregados na fazenda não erao oitenta, mas quarenta escravos de serviços, os outros são escravos digo, e as outras só creanças, e os mais escravos se achavão no Sambe em poder dos diversos herdeiros, muito delles inválidos ou quase inválidos pela idade e enfermidades e freqüentemente distrahidos e empregados no serviço da fazenda.

Florêncio da Silva testemunha arrolada no processo por d<sup>a</sup>. Bárbara, era jovem de 20 anos, lavrador, solteiro e morador em Rio Bonito, em audiência dia 21 de outubro de 1873, na Câmara da Vila de Sant'Anna de Macacu, declarou

sabe que os escravos do monte do Coronel Joaquim Rodrigues Braga algum tempo depois forão levados para a fazenda do Papocaia e que afirma por lhe ser dito por Dona Bárbara que disse, digo, que desses escravos oito para nove forão trabalhar no Sambe, que não sabe se d'entre os escravos que forão levados para a fazenda do Papocaia, alguns estiverão em poder de terceiro, que os escravos que estavam na fazenda do Papocaia trabalharão um anno, que não se recorda durante uma semana nas terras do Sambe, limpando mandiocas e como não acabasse o serviço na semana referida, trabalharão mais alguns dias da seguinte e nesse serviço estiverão empregados todos os escravos que estavam no Papocaia, que estes mesmos escravos logo depois que os viu limpando mandiocas estiverão colhendo cafés durante cinco dias no Sambe. Que de entre os escravos que estão no Papocaia uns oito ou nove são ruim, isto é, pouco aptos para o trabalho.

Em seu depoimento, dia 05 de novembro de 1873, o coronel Panema confirmou que os escravos que trabalhavam na Papucaia tinham vindo da Fazenda do Sambê, em Rio Bonito:

effectuou-se a compra da fazenda do Papucaia e forão para ali trazidos os escravos hypothecados a Dona Luiza , algum gado muito pouco, seis ou oito ovelhas e alguns Burros, tudo pertencente ao casal de Braga. Que os escravos que estiverão empregados na fazenda do Papocaia durante sua administração são os que estão matriculados no termo de Sant'Anna. Que alguns desses escravos cerca de seis aqui matriculados estiverão sempre ao serviço da fazenda do Sambê. Que não se recorda se algum dos escravos matriculados no Rio Bonito estiverão na fazenda do Papocaia. Que alguns escravos que não forão matriculados por estarem mortos estiverão até seu fallimento ao serviço da fazenda do Papocaia. Que entre os escravos da fazenda há dous carpinteiros que tem trabalhado por seu officio no serviço da fazenda, um pedreiro que ora trabalha pelo seu officio na fazenda e ora na roça.

Parece certo que muitos desses cativos tiveram que conviver com um vai e vem entre as fazendas de d. Bárbara. Escravos prá lá, escravos prá cá, de Papucaia para a



Sambê, de novo de volta á Papucaia, desempenhando serviços de roça e ofícios especializados. Por sinal, escravos com ofícios que nos momentos de necessidade desempenhavam também trabalhos na lavoura. A fonte também apresenta que alguns desses escravos pertenciam aos filhos herdeiros de d.<sup>a</sup> Bárbara, aos quais se deviam ‘salários’, ou seja, o aluguel pelos seus serviços. Salários os quais os filhos cobraram no processo.

Uma escravaria basicamente *de roça*, escravo de oito, segundo listagem anexa ao processo em setembro de 1873 pelo procurador de d.<sup>a</sup> Bárbara, o advogado Bonfim Miguel Antunes. Esses cativos teriam estado a serviço do coronel Panema. Nessa lista constam 65 escravos – número diferente dos apresentados anteriormente – divididos em dois grupos: um por tempo de serviço na Papucaia e outro por idades.

Idades	2 a 8 anos		12 a 19 anos		22 a 30 anos		32 a 40 anos		42 a 70 anos		TOTAIS		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Quantidade	03	03	03	00	11	09	10	05	04	00	31	17	48

Tabela 42: Escravos por tempo de serviço na Fazenda Papucaia  
Fonte: Processo de Prestação de Contas - 1873

A outra tabela representa um grupo maior de cativos, divididos por idades, talvez na intenção de d.<sup>a</sup> Bárbara querer demonstrar que a maioria da escravaria era apta para o trabalho, embora omitisse se estes escravos possuíam doenças ou defeitos físicos que os impossibilitassem ao serviço.

Tempo de serviço	6 meses		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos		TOTAIS		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Quantidade	0	1	6	0	0	1	5	0	2	2	13	4	17

Tabela 43: Escravos por idades na Fazenda Papucaia\*  
Fonte: Processo de Prestação de Contas. (\*A classificação etária se deu com base na fonte.)

Pela listagem desses escravos, os quais o coronel afirma estarem matriculados em Sant’Anna, se percebe uma escravaria em que aproximadamente 50% são mais velhos (32 a 70 anos), com baixo índice de crianças escravas (12,5%). Neste grupo aparece o maior número de escravos com ofícios: Porfirio e Ambrósio, 25 e 28 anos, ambos carreiros; Salvino, 28 anos, pedreiro; Candido, 38 anos, carpinteiro; Thomaz, 40, marceneiro; Izidoro, 50, sapateiro; José e Manuel, 40 e 70 anos, mestres de açúcar. Os

escravos mais velhos exerciam ofícios em que provavelmente se exigia maior conhecimento acumulado, como os de marceneiro, sapateiro e mestre de açúcar. No anterior grupo dos escravos por tempo de serviço aparece apenas Belmiro, carpinteiro, que teria trabalhado na Papucaia durante três anos.

Segundo d.<sup>a</sup> Bárbara seriam estes os escravos de roça e com ofícios que teriam sido encaminhados para a Papucaia. Junto às listagens de escravos, há outra dos trabalhadores empregados na Papucaia, inserção de mão-de-obra livre para a execução de trabalho por tempo determinado. A listagem abaixo chama a atenção pelo elevado número de feitores (12), trazidos para trabalhar na fazenda. Só aparece um mestre de açúcar contratado, Antonio Pedro, por dois anos, talvez pelo fato de ser atividade de remuneração mais elevada e a fazenda já possuir dois escravos que realizavam esse serviço, José e Manuel. A fazenda portanto continuou produzindo, já que foram contratados os mestres de açúcar e mais quatro aguardenteiros, especialistas no fabrico do subproduto da produção açucareira.

Nome	Função	Tempo	Observações
Graciano	não consta	1 ano	
Manoel Rodrigues Marques Junior	Aguardenteiro		
João Rodrigues Marques	Aguardenteiro		
Victorino	Aguardenteiro		
Jose Graciano	Feitor		
Vicente Aleixo	Feitor		
Antonio Pedro	mestre de açúcar	2 anos	
Zacharias	Tanoeiro	2 meses	
João Bento	Feitor		
Claudino	Feitor		
Manoel Braga	Feitor		
Catharino	Feitor		Escravo do Braga
Joaquim Rodrigues Marques	Aguardenteiro	3 anos	
Alexandre	Feitor	3 meses	
Geremias	Tanoeiro	4 meses	
João Braga	Feitor		
Gabriel	Feitor		Escravo de João Braga
Pedro Soares	Feitor	6 meses	
Francisco “portugues”	Feitor		
Francisco Dias	Feitor	10 meses	

Tabela 44: Trabalhadores contratados na Fazenda Papucaia  
Fonte: Processo de Prestação de Contas - 1873

Outras observações são oferecidas pela tabela: dois escravos, Catharino e Gabriel, eram cativos de dois feitores – João Braga e Manoel Braga - que foram contratados para exercício na mesma função. Chama a atenção esse intenso rodízio de feitores, embora não ter sido possível definir seu motivo. Outra particularidade se refere

aos aguardenteiros: João Rodrigues Marques, Joaquim Rodrigues Marques, Manoel Rodrigues Marques Junior, que com exceção de Victorino (que poderia ser escravo), são todos da mesma família, o que se infere tratar-se de um trabalho especializado controlado por um grupo familiar.

## 7.2. Endividar: salvar a pele... e o status.

Quando confrontadas novamente as declarações feitas no processo, d.<sup>a</sup> Bárbara culpa o genro pelo fato de ter sido motivada a comprar a Papucaia:

o réu aconselhou a autora a comprar a Fazenda da Papucaia propondo-se a administrá-la asseverando que os lucros seriam avultados desde que fossem empregados nella a maior parte dos escravos do seu finado sogro, o Tenente Coronel Joaquim Rodrigues Braga. (...) em attendendo a esse fatal conselho, que lhe tem causado tantos desgostos, quantos lucros ao réu embargante, e effectuou a compra, retirou do Termo do Rio Bonito, os escravos alludidos que estavam empregados no cultivo das terras do seu casal, e os entregou à administração do réu embargante que effectivamente os empregou no cultivo da referida fazenda...

O coronel Panema, em sua réplica em setembro de 1873 a respeito da acusação da sogra, declarou que *não é exacto que o mesmo réo d'esse causa à compra da fazenda, compra que foi resolvida por julgar-a a autora de vantagem, esperando com ella melhorar de sorte, pois seu marido morrera arruinado.*

Teria Joaquim Rodrigues Braga morrido falido em 1866? O trecho abaixo, um extrato do inventário de Joaquim Rodrigues Braga, incluso no *Processo de Prestação de Contas*, menciona que os cativos estavam hipotecados a uma credora desse fazendeiro, dona Luiza Alexandrina Rodrigues. O inventário havia sido reformado por d.<sup>a</sup> Bárbara – o que também rendeu debates - acrescentando a Papucaia como bem na partilha e apresentando dívidas e valores ainda a receber:

PASSIVO – declarou que o casal deve ao co-herdeiro Francisco José Fernandes Panema a saber, pelo que pagou pelo casal (debito do inventariado) a Dona Luiza Alexandrina Rodrigues, sessenta contos de reis, sendo que por esta quantia a inventariante e todos os herdeiros

fizerão escriptura de dívida e hypotheca ao co-herdeiro Fernandes Panema, em primeiro de Agosto de mil oitocentos e sessenta e oito. Desse debito achão-se pagos os prêmios até fins de Abril do corrente anno, e amortizado o capital em oito contos cincoenta e nove mil novecentos e setenta reis, reduzido pois o debito ao capital de cincoenta e um contos novecentos e quarenta mil e trinta reis e prêmios que vão acressendo de primeiro de maio em diante.

Por uma letra acceita pela viúva inventariante por débitos do casal em onze de Agosto de mil oitocentos e setenta e dous com o prazo de três meses e na falta os juros d seis por cento ao anno, trinta e quatro contos duzentos e noventa e seis mil e setenta e um reis, juros desta letra até trinta de Abril do corrente anno, oitocentos e cincoenta e sete mil e quatrocentos reis. (...)

Declarou que o casal deve a João Joaquim Lopes duzentos e setenta e tres mil e tantos reis; declarou que o casal deve ao herdeiro Manoel Pinto Rodrigues Braga seis annos de feitor, e de um seu escravo no Sambe a duzentos mil reis, um conto e duzentos mil reis; declarou que o casal deve ao herdeiro João Pinto Rodrigues Braga quatro annos de feitor e de um escravo seu a duzentos e cincoenta mil reis, um conto de reis; declarou que fica para sobre partilhas as dividas que diversas pessoas devem ao casal por serem quase todas perdidas e algumas em execuções.

Declarou também que fica para sobre partilha oitocentos e tantos mil reis que se tem de haver do Thezouro Nacional, por ter cobrado duas vezes, sizas de quatro moradas de casas na Corte. Declarou também que fica para sobre partilhas no caso seja verificado pertencer ao casal, uma data de terras que o casal está de posse há mais de vinte ou trinta annos.

Realmente Joaquim Rodrigues Braga poderia estar ‘quebrado’. Calculando-se o valor das dívidas, inclusive ao seu genro Panema, chega-se a um montante aproximado de 89:519\$107. Quando se confronta a este rol de dívidas o ativo do inventário, um quadro de decadência parece aparecer:

ACTIVO: declarou que constituem o activo do casal todos os bens descriptos e avaliados – a saber – os que existião e ficarão por morte do inventariado. – A fazenda do Papocaia, em Sant’Anna de Macacu com suas terras, prédios, máchinas, benfeitorias e animaes comprados pela viúva inventariante, sob fiança do co-herdeiro Francisco José Fernandes Panema ao barão de Piracinunga; o valor do escravo Belmiro vendido pelo herdeiro Alexandre Rodrigues Braga Coaracy, por um conto e quinhentos mil reis. Vinte acções da Estrada de Ferro de Cantagallo no valor de quatro contos de reis.

Um montante aproximado de vinte e cinco contos de réis. Embora não se tenha encontrado em Rio Bonito, o inventário completo de Braga a fim de se saber quais

seriam esses bens existentes quando de sua morte, adicionar a Fazenda da Papucaia no inventário – no valor de vinte contos de réis – em nada acrescenta para liberar Joaquim Rodrigues Braga do estado falimentar, visto que a fazenda foi adquirida após este haver falecido. Compra inclusive feita ao barão sob garantia (fiança) de Panema.

Os demais bens do Braga, portanto, sem a adição dos vinte contos de reis da Fazenda Papucaia, deveriam ter que chegar a mais de setenta contos de réis para que o saldo no inventário fosse positivo e não motivasse a declaração do réu de que Braga falecera falido. Acerca dessa condição falimentar, sugere-se uma hipótese: Braga poderia ter sofrido também os impactos da crise do Souto, de 1864.

Pelo sim ou pelo não, infere-se que d.<sup>a</sup> Bárbara, sem os devidos recursos, adquirira a fazenda e cobrara do genro, em juízo, justamente os lucros que pretendia adquirir com sua produção. Lucros que almejava transferindo seus cativos para trabalhar na Papucaia, distante da Sambê, localizada em Rio Bonito. Parece que a sexagenária senhora arriscou todas as fichas em sua recuperação econômica, tanto que nas suas *Razões*, escritas por seu advogado Bonfim Miguel Antunes e apresentadas ao juiz na Vila de Nova Friburgo, expôs-se o seguinte:

devemos recorrer aos dizeres das próprias testemunhas pelo Réo offercidas e verificamos que as de folhas setenta verço a setenta e três, são accordes em exaltar a topographia da indicada fazenda demonstrando a fácil communição desta com a estrada de ferro de Cantagallo por um lado e por outro com o importante mercado de Sant'Anna, por meio de tropas e carros de bois, sendo a longitude para o mercado calculada em duas léguas apenas e a distancia existente em relação a linha férrea unicamente de pouco mais de quarto de légua.

### **7.3. Mudanças e permanências: ferrovia, agricultura e escravidão.**

Provavelmente, como menciona a fonte, encontrava-se aí um dos motivos para a compra da fazenda: a possibilidade de se aproveitar a situação da presença da ferrovia na região e dar destino certo aos produtos, garantindo lucros. A produção agora poderia ser exportada pela Estrada de Ferro de Cantagalo, como se verá de forma geral, ou comercializada na vila de Sant'Anna, localidade que, segundo a fonte, tornava potencialmente atraente a concretização do negócio.

O *Processo de Prestação de Contas* apresenta a ligação da Papucaia à estrada de ferro por seu próprio trilho, que teria sido construído após a compra feita pelo coronel Panema. Segundo uma testemunha sua, Martinho José Gouvea, gaúcho, 39 anos, solteiro, empregado público e morador na vila de Sant'Ana, em depoimento em outubro de 1873, o coronel gastara *mais de cinco contos de reis em uma estrada de rodagem com trilhos de ferro, vagões e chave existente na estrada de ferro de Cantagallo, cuja estrada de rodagem referida é feita pelo réo, segue da fazenda a encontrar a linha ferrea de Cantagallo.*

Na escritura da posterior venda da fazenda feita pelo coronel Panema e esposa a d.<sup>a</sup> Luiza Alexandrina Rodrigues, em 1876, entrou a pequena ligação ferroviária:

Outrossim vendem mais setecentas braças de trilhos assentados na mesma terra da fazenda com dois trollys, com rodas de ferro para os mesmos trilhos, cinco carros brasileiros, duas carroças e o direito que a fazenda tem na chave da estrada de ferro (o que também faz parte da fazenda).<sup>449</sup>

Nessa mesma escritura, consta entre os bens da fazenda: *engenhos de serra, dois machados* (provavelmente novos) e *treze machados velhos*<sup>450</sup>, incluem as madeiras como um dos artigos comercializados pela fazenda – e também exportados pela ferrovia. O Relatório da Província do Rio de Janeiro de 1871, na parte referente à Estrada de Ferro de Cantagalo, também fez menção a essa ligação ferroviária “caseira”:

Não foi ainda este anno augmentado o número de paradas d'esta estrada. Continuam a existir cinco nos seguintes lugares: Escurial, Sumidouro, Collegio, Papucaia e Jaguary. A parada da Papucaia foi novamente construída, e próximo a ella se estabeleceu um desvio, com o fim de facilitar o transporte pela estrada das madeiras d'essa localidade. Esse desvio foi feito por conta de particulares...<sup>451</sup>

Através de um pequeno caso, contemporâneo ao andamento do processo movido por d. Bárbara, foi possível perceber quanto esse trilho de ferro da Fazenda Papucaia e a extração de madeiras foi importante no cotidiano macacuano do oitocentos. No inventário *post-mortem* de Antonio Fernandes Lagoas, falecido em 1871 e morador *no*

<sup>449</sup> Escritura de venda da Fazenda Papucaia, suas terras, casas, dependências, engenho e pertences que fazem o Coronel Francisco José Fernandes Panema e sua mulher Dona Luiza Rodrigues Panema a Dona Luiza Alexandrina Rodrigues. 1876. Livro 29, p. 50 a 52v. Arquivo do Cartório do 2º Ofício – Cachoeiras de Macacu – RJ.

<sup>450</sup> Id., 1876, p. 50 a 52v.

<sup>451</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1871, p. A4,6-7.

*lugar denominado Papucaia*, consta ter sido proprietário de uma quantidade de madeiras: 16 dúzias de “prumos”, 8 de “pernas”, 2 de “taboado”, 4 4/12 de “concoeiras” e 2 dúzias de “madeiras”, perfazendo cerca de 364 peças,

achando-se parte destas madeiras no eng<sup>o</sup> de serrar da Papucaia e lugares adjacentes; e como são essas madeiras susceptíveis de deterioração, por não ter aonde recolher-as, e poder haver demora já com a avaliação e tempo necessário para levar-as à praça, a supp<sup>o</sup> querendo aproveitar a boa disposição do mesmo Almeida e Silva, que toma sobre si levar-as a chave da estrada de ferro da Papucaia, remetel-as acondicionando-as, e remetel-as p<sup>a</sup> o Rio de Janeiro, afim de ali serem vendidas.<sup>452</sup>

*Leval-as á praça*, ou seja, vendê-las, era o objetivo de d<sup>a</sup>. Clotildes Maria de Jesus, viúva e inventariante, para angariar recursos e pagar as dívidas deixadas por seu marido Lagoas: essas dívidas vieram de gastos com o enterro, serviços médicos, remédios, empréstimos, salários, por *serviços de madeira no engenho de serrar* – o que indica o aluguel do equipamento - gêneros alimentícios, custas do processo de inventário e outras, na quantia de 1:385\$057 (um conto trezentos e oitenta e cinco mil e cinquenta e sete réis).

Situação difícil para a inventariante, mulher pobre, já que segundo o inventário, possuía como escrava apenas *Huma pardinha de nome Maria de oito annos de idade, mais ou menos, parecendo doentia*, avaliada em 500\$000 réis. Em seus poucos bens ainda constavam:

Huma caza no lugar denominado Papucaia coberta de telhas, sobre esteios com trinta palmos de comprimento vinte e cinco de fundos, com duas janelas de frente, achando-se a mesma caza já um pouco estragada, ou velha, que avaliarão por cem mil reis; Huma data de terras com cento e vinte e seis e meia braças de testada (...) em cujas terras se achão as Cazes e Engenho acima mencionados (...) cujas terras avaliamos a seis mil reis a braça que soma em sete centos e cinquenta e nove mil reis; Hum Caffezal ao lado direito da caza de vivenda, um tanto entregue ao mato, que avaliamos em cincoente mil reis; Hum outro Caffezal quaze em direção aos fundos da dita Caza de residencia, um pouco menor que o primeiro, também entregue ao matto, que avaliamos por quarenta mil reis; Hum pequeno [quartel?] de Mandioca, que avaliamos em trinta mil reis<sup>453</sup>

<sup>452</sup> Inventário de Antonio Fernandes Lagoas – 1871. Arquivo do Fórum de Cachoeiras de Macacu - RJ

<sup>453</sup> Inventário de Antonio Fernandes Lagoas, 1871, op. cit.

Dentre esses bens, entretanto, o melhor deles deixado por Lagoas a d.<sup>a</sup> Clotildes foi *Hum Engenho de mandioca tocado a água, quer para ralar, quer para mecher farinhas com forno de cobre e todos os mais pertences, tudo em bom uso, e caza coberta de taboinhas, sobre esteios, cuja caza e fabrica avaliamos por cento e cinquenta mil reis.*<sup>454</sup>

Existiam ainda poucos móveis e utensílios, algum gado em pasto alheio, três bois *de trabalho* e um burro *pelo de rato*. A produção de farinha aparece como atividade econômica dessa família, mas as madeiras foram um alento para diminuir as dívidas dessa viúva, já que desfazer-se do engenho iria obviamente comprometer seu sustento e dos filhos.

O negócio com as madeiras deu um lucro bruto de 723\$310 réis. Descontados 124\$660 réis de fretes, chegou-se a um subtotal líquido de 598\$650 réis, aos quais são adicionados 13\$000 réis das madeiras que guardou para si, perfazendo um total líquido positivo de 611\$650 réis. Abatendo-se esse valor do montante de suas dívidas, chega-se a 773\$407 réis.

Dona Clotildes devia ser mesmo bem pobre: cobrou da sogra, d.<sup>a</sup> Joaquina Maria da Conceição, uma dívida de 100\$000 réis, diminuindo o prejuízo para 673\$407 réis. Com o gado, também vendido para amortização da dívida, amealhou 292\$000, baixando o débito para 381\$407 réis.

A venda da madeira foi a melhor contribuição para a diminuição dos seus débitos, valendo até quatro vezes mais que a sua casa de farinha, negociada a 150\$000 réis. Mesmo assim, viúva e com filhos, com apenas uma “cria” como escrava, avaliada a mais de três vezes o valor do engenho, e uma pequena propriedade, ficara com saldo negativo. Pode-se observar que o engenho de serra da Papucaia também prestava serviços a terceiros e as madeiras saíam da fazenda por linha férrea própria.

No Relatório da Província do Rio de Janeiro de 1860, ano de inauguração da primeira seção da Estrada de Ferro de Cantagalo (Porto das Caixas – Cachoeiras), encontra-se a *Tabela provisória dos fretes de cargas e taxas de passageiros na estrada de ferro do Porto das Caixas à raiz da serra de Friburgo*. Integrava-se a ferrovia ao contexto econômico local, com sua missão de transportar produtos agrícolas do interior e trazer os produtos da capital. Nesta tabela estão fixados os valores de fretes para os gêneros de importação para o interior da província, os de exportação, os gêneros

---

<sup>454</sup> Id., 1871.



alimentícios (batatas, feijão, arroz, milho, farinha, tapioca e polvilho) que pagavam 20 réis por arroba em légua. No artigo 13, figuram as madeiras:

Taboas e pernas de serra pagarão por dúzia, para Sant'Anna, 1\$500, e para Cachoeira 2\$000. Páos de prumo, 2\$ para o oprimeiro ponto e 3\$ para o segundo, também por dúzia. As outras madeiras de maiores dimensões terão frete convencionado, attento o peso e difficuldade do transporte, nunca porem excedente ao dobro estabelecido para aquellas. Do interior para o Porto das Caixas far-se-há nos preços fixados um abatimento de 20 por cento.<sup>455</sup>

Antes via de transporte dos produtos, o rio Macacu aos poucos foi sendo preterido nessa função, ao que parece, pelas facilidades do transporte ferroviário. A conveniência dos trens, inclusive por motivo das péssimas estradas e constantes enchentes do Macacu – que por vezes também danificaram o leito ferroviário - motivou a ampliação dos serviços da ferrovia para a extração da madeira. Em 1869, anotou o engenheiro da Estrada de Ferro que *seria conveniente que a companhia fizesse aquisição de outros dous [vagões] para que pudesse com promptidão transportar as madeiras que de diversos pontos, abandonando o rio Macacú, buscam a estrada de ferro para chegarem aos mercados da Côte*.<sup>456</sup>

Construída para transporte de café da região de Cantagalo, a estrada transportou também outros gêneros agrícolas. Um exemplo desse comércio é oferecido pela tabela abaixo;

---

<sup>455</sup> Tabela provisória dos fretes de cargas e taxas de passageiros na estrada de ferro do Porto das Caixas à raiz da serra de Friburgo. Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1860, p.790, AD-4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/790/000114.html>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

<sup>456</sup> Estrada de Ferro de Cantagalo. Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1869, p. 800 A5-8. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/800/000161.html>> Acesso em: 28 jan. 2009.

Estação de Cachoeiras	1869	1870	1871	1872	1873	Totais
Cafê	625.174	531.175	618.950	388.288	511.954	2.675.541
Farinha	241	866	-	166	75	1.348
Milho	5.073	9.583	2.174	3.790	212	20.832
Feijão	1.074	177	205	757	-	2.213
Estação de Sant'Anna	1869	1870	1871	1872	1873	-
Cafê	12.632	14.875	22.360	18.507	18.771	87.145
Farinha	33.754	65.160	50.993	50.908	37.916	238.731
Milho	32.806	45.403	48.557	48.903	36.282	211.951
Feijão	220	850	100	231	62	1.463
Arroz	33	-	-	-	-	33
Açúcar	-	2.567	2.886	2.000	801	8.254
Estação de Cachoeiras	1869	1870	1871	1872	1873	Totais
Cafê	625.174	531.175	618.950	388.288	511.954	2.675.541
Farinha	241	866	-	166	75	1.348
Milho	5.073	9.583	2.174	3.790	212	20.832
Feijão	1.074	177	205	757	-	2.213
Estação de Sant'Anna	1869	1870	1871	1872	1873	-
Cafê	12.632	14.875	22.360	18.507	18.771	87.145
Farinha	33.754	65.160	50.993	50.908	37.916	238.731
Milho	32.806	45.403	48.557	48.903	36.282	211.951
Feijão	220	850	100	231	62	1.463
Arroz	33	-	-	-	-	33
Açúcar	-	2.567	2.886	2.000	801	8.254

Tabela 45: Gêneros exportados em arrobas pelas estações de Cachoeiras e Sant'Anna – 1869 a 1873

Fonte: Relatório da Província do Rio de Janeiro.<sup>457</sup>

A tabela apresenta as produções agrícolas exportadas através de duas estações, Cachoeiras e Sant'Anna. Não se utilizaram dados para pós 1873 por motivo que neste ano foi inaugurado o trecho ferroviário entre Cachoeiras e Nova Friburgo e os dados passaram a apresentar muita discrepância em relação aos anos anteriores pela adição das cargas oriundas do novo ramal e armazenadas nessas estações.

De qualquer forma, aparecem as produções tradicionais da região de Macacu - farinha, milho e feijão - com sensível desaparecimento do arroz na pauta de exportados por essas estações. O grande volume de café na estação de Cachoeiras significa que a mesma servia de transbordo do café da região de Cantagalo através dessa estação. O mesmo não acontece para Sant'Anna. Entretanto, face o apresentado anteriormente, parece improvável que todo o café registrado nessa estação fosse totalmente produzido na região.

<sup>457</sup> Os dados da tabela foram extraídos de Relatórios da Estrada de Ferro de Cantagalo, em várias edições do Relatório da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1869 a 1872. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/jain.htm>> Acesso em 28 jan. 2009. O período de referência para os relatórios da Estrada de Ferro iam de julho do ano anterior a junho do ano correspondente ao relatório.

A farinha de mandioca e o milho predominam na estação de Sant'Anna, para onde afluía a produção das localidades limítrofes a essa estação. A ferrovia servia como nova forma de se encaminhar a produção local aos grandes centros, corroborando as expectativas de d.<sup>a</sup> Bárbara Maria de Jesus. Excetuando-se o café, a farinha de mandioca é o produto mais exportado, com o significativo volume de 238.731 arrobas, seguida pelo milho, com 211.951. O feijão apareceu bem pouco, tendo Cachoeiras exportado quase o dobro da estação de Sant'Anna.

O açúcar, teoricamente uma produção em latifúndio, apresenta o segundo lugar como produto regional exportado (8.254 arrobas), mas apenas em Sant'Anna, indicando que sua produção concentrava-se, ainda, nas regiões do baixo Macacu, mais planas.

É evidente que os dados da tabela, extraídos dos relatórios da ferrovia, devem ser relativizados. Talvez nem todos produzissem o suficiente para exportar e é possível que muitos pequenos produtores não tivessem recursos para pagar os fretes cobrados pela ferrovia. Mas, de qualquer forma, servem para indiciar a conjuntura da produção agrícola no período apresentado.

Observa-se que há, de forma geral, uma diminuição na exportação de farinha, milho e feijão em Sant'Anna entre 1871 e 1873. Talvez uma das explicações possa ser a enchente ocorrida em 1871 e alegada pelo coronel Panema como um dos motivos da irregularidade produtiva na Papucaia. A este respeito, nos embargos movidos pelo coronel em agosto de 1873, este alegara que

as lavouras de alguns anos foram ruins em especial a de 1871 e 1872 “que se perderão em razão das grandes chuvas e enchentes. (...) a embargada [d.<sup>a</sup> Bárbara] passava meses na Fazenda da Papucaia “tendo testemunhado o risco de vida que correrão alguns empregados d’esse estabelecimento agrícola por ocasião d’aquellas enchentes.

Dona Bárbara, em seu depoimento em outubro de 1873, *disse que é verdade que nos annos de mil oitocentos e setenta e um e setenta e dous, houverao grandes chuvas e enchentes e se bem que houvesse alguns prejuízos na fazenda...digo, porém forão poucos.*

Também em outubro depuseram algumas testemunhas arroladas pelo coronel Panema. Em seu depoimento, Manoel Mendes Salgado, 67 anos, lavrador, solteiro e morador na Papucaia, tal qual d.<sup>a</sup> Bárbara corrobora a ação destrutiva das enchentes e apresenta algumas formas como a produção era obtida:

Que as cannas novas que sofferão maiores estragos com as enchentes a que se referiu e as cannas que estavam em estado de moer por não estarem próximas do Rio não sofferão tanto. Que logo depois da enchente o Coronel Panema replantou as cannas novas que tinham sido estragadas. Que o Coronel, digo, que o cannavial em estado de moer era bom e bastante extenço. Que era costume da fazenda plantar feijão, milho nas área do terreno ocupado pelo cannavial quando novo, que além dessas plantava arroz não em grande quantidade. Que o Coronel Panema recebia dos lavradores vizinhos mandiocas para fazer farinhas, sendo metade do producto para a fazenda e a outra para o lavrador

Dona Bárbara deixara escapar, em sua tréplica ao coronel em setembro de 1873, as mesmas formas como era feita a produção: *todos os annos os lavradores vizinhos plantavão canna, que era moída no engenho mediante o ajuste que é de estylo, isto é, metade do assucar e toda a agoardente para a fazenda pelo trabalho de preparal-a.*

Esses depoimentos trazem à luz algumas considerações que vão de encontro ao já exposto sobre a agricultura no vale do Macacu nos capítulos anteriores: a região sempre sofreu com o regime de águas do Macacu, quando suas cheias invadiam o vale e destruíam a plantação. Fato inclusive já mencionado na *Discripção*, em 1797. A Fazenda Papucaia, possuidora de engenho de açúcar e farinha, era ponto de atração dos que não os possuíam, o que indicia a presença de pequenos produtores.

Em relação ao açúcar – e também à mandioca - duas situações são possíveis: pequenos arrendatários de terras ou agregados plantavam seus partidos de mandioca ou cana, que transformavam na fazenda, ou pequenos plantadores independentes utilizavam-se do engenho, sob as duras condições apresentadas: toda a aguardente e metade do açúcar para a fazenda. Condições estas consideradas *de estylo*, ou seja, de costume, por d.<sup>a</sup> Bárbara, o que infere que também fossem aplicáveis em Rio Bonito, Capivary e outras regiões.

O depoimento, em outubro de 1873, de uma testemunha de d.<sup>a</sup> Bárbara, Jesoíno Joaquim da Trindade, 26 anos, lavrador, solteiro, natural de Campos e morador no Sambê, é um exemplo de que se arrendavam terras em propriedades maiores para pequenos produtores, que atuavam, portanto, como agregados:

durante três meses no decurso do presente anno esteve como empregado, isto é, tropeiro e trabalhador de enchada na fazenda de Francisco Vieira, que não dista muito da fazenda do Papocaia, e por isso sabe que na fazenda tem um partido de canna em estado de moer cujo partido não tem muita largura...

Concluindo, são perceptíveis algumas permanências no contexto socioeconômico da região do Vale do Macacu em relação ao exposto para os séculos XVIII e XIX. A mais evidente, a tradicional inclinação da região como centro produtor e abastecedor de alimentos para a região do recôncavo da Baía da Guanabara, atendendo a distintas demandas durante o longo período de anos abordado na pesquisa.

Contudo, transformações viriam a ocorrer na região com as obras de saneamento da Baixada Fluminense a partir dos anos 1930. Obras que valorizaram as terras, mas também trouxeram a especulação imobiliária, a grilagem e a ocupação para atividades não relacionadas à agricultura de abastecimento. No cerne dessas transformações, o complexo agrário do clã Araújo dissolveu-se, bem como sua memória, restando apenas as localidades anteriormente mencionadas, embora a região ainda seja uma referência como centro produtor agrícola no Estado do Rio de Janeiro, junto com o limítrofe Assentamento Rural de São José da Boa Morte e outras regiões de Cachoeiras de Macacu. Hoje, a nova transformação trazida com a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, poderá mergulhar a tradição agrária de Macacu numa lembrança, tal como ocorreu com o complexo dos Araújo, tragado pela crise do Souto e pelas inevitáveis transformações ocorridas no decurso da história.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação buscou discutir o papel que a região do vale do Macacu possuiu no contexto da sociedade colonial e escravista brasileira, tendo como foco a trajetória de Henrique José de Araújo, português negociante estabelecido na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XVIII e posteriormente senhor de engenho radicado em Macacu a partir de 1804, devido a seu casamento com filha de importante família carioca descendente dos primeiros conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro.

No processo de conquista e ocupação do recôncavo da Guanabara nos séculos XVI, XVII e XVIII, a penetração através dos rios Macacu e Guapiaçu, atravessando o vale do Macacu em direção aos sertões, serviu como solução de continuidade na ocupação da região fluminense e garantiu a retaguarda da conquista portuguesa na baía da Guanabara. Foi possível demonstrar que essa ocupação, com base na tipologia apresentada por Fragoso, definida em três fases distintas – conquistadores, povoadores e senhores de engenho – foi reproduzida também na ocupação do sertão de Macacu, através do indício oferecido pelo aumento na concessão de sesmarias respectivamente a cada uma dessas fases.

Ainda no processo de ocupação do vale do Macacu, a Companhia de Jesus figurou como instituição de singular importância, devido à constituição de uma aparentemente sólida estrutura na produção de alimentos. A comumente denominada na pesquisa de “Fazenda do Colégio”, ou segundo Serafim Leite, fazenda de Macacu, Papucaia ou Macacu na Papucaia, especializou-se na fabricação de farinha de mandioca, gênero produzido em larga escala e certamente destinado ao abastecimento de um de seus aldeamentos na capitania do Rio de Janeiro, o de São Barnabé. Não se descarta, entretanto, a possibilidade de destinação de parte dessa produção farinheira para abastecimento da região através de sua comercialização.

Portanto, nas conjunturas dessa ocupação, fez-se necessário abastecer a região macacuana de alimentos, onde a farinha de mandioca, milho, arroz e feijão constituíram-se como gêneros agrícolas principais, disponibilizados pelos jesuítas e por uma miríade de pequenos e médios produtores escravistas.

Da mesma forma, a cidade do Rio de Janeiro possivelmente serviu como mercado consumidor desses gêneros. A demanda por alimentos produzidos em Macacu,

após a elevação do Rio à categoria de capital da Colônia em 1763 - significando a expansão daquele núcleo urbano - certamente aumentou, sendo atendida graças às férteis terras do vale do Macacu.

Terras as quais, embora sendo férteis, como aponta a principal fonte sobre o vale do Macacu analisada na pesquisa, a *Discrição do que pertence ao districto da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu*, de 1797, a região apresentava uma grande área ocupada por brejos e pântanos, numa geografia que mesclava áreas potencialmente agrícolas, com uma gradação no que tange à capacidade produtiva da terra, e outras muito alagadas, imprestáveis para a agricultura. Talvez essa geografia possa ter contribuído para a forma de uso e ocupação da terra e uma não primordial presença de latifúndios açucareiros.

Acerca desses latifúndios, que segundo a fonte de 1797 eram representados por apenas 27 propriedades, nem todas necessariamente extensas ou detentoras de grandes escravarias, a pesquisa demonstrou que não se constituíam como unidades de produção autosuficientes, devendo recorrer ao mercado de alimentos para atendimento de suas demandas de gêneros agrícolas de abastecimento.

O centro dinâmico dessa ocupação do vale do Macacu se constituiu com a instalação, na confluência dos rios Macacu, Cacerebu e Guapiaçu, da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1697, ereta por ato do governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes em 05 de agosto. Estabelecida em área pantanosa e alagadiça, a também chamada Vila de Macacu, ao que parece, teve sua instalação ligada à descoberta de ouro nas Minas Gerais, servindo, portanto, como ponto estratégico na fiscalização e controle do acesso àquele recentemente descoberto centro de produção aurífera colonial.

A respeito de sua organização fundiária, no interior de sua estrutura econômica mais voltada para a lavoura de abastecimento, a região do vale do Macacu caracterizou-se pelo predomínio da pequena e média propriedade. Essas, no interior de 914 propriedades, segundo a *Discrição...*, eram representadas por 238 engenhos de farinha e 649 de 'lavradores' detentores de unidades agrícolas orientadas para a produção de gêneros alimentícios para abastecimento e também autosustento, apresentando reduzidas escravarias e, em muitos casos, não dispo de cativos, devido à não possibilidade de sua aquisição. Muitos desses lavradores, inclusive, sequer dispunham de terras próprias, devendo arrendar terras ou trabalhar no interior das propriedades dos

produtores mais abastados. Observou-se, inclusive, a presença de um razoável número de agregados. Entre esses lavradores – que não dispunham de engenhos ou fábricas de farinha – aparece a camada mais pobre da população macacuana, já que nesse grupo figurou o maior número de produtores sem cativos. Homens sem escravos numa sociedade escravista.

Possivelmente, a maior concentradora de cativos foi a Fazenda do Colégio: quando ainda de propriedade da Companhia de Jesus, apresentava 350 escravos à época de seu seqüestro; quando de propriedade de Antonio de Oliveira Braga, possuía 207 cativos. No século XIX, poderia ainda deter essa característica, com os cerca de 300 a 400 escravos de Henrique José de Araújo, segundo relatos de fontes coevas. Como contraponto, centenas de ‘roceiros’, homens livres pobres sem terras e com poucos escravos ou sem eles, que tinham que, obrigatoriamente, dividir tarefas de enxada na lavoura e demais trabalhos do cotidiano ‘ao lado’ de seus escravos e escravas. Infere-se, portanto, a presença de uma concentração de riqueza – terras e escravos – por parte de uma menor parcela da população macacuana no período.

O rio Macacu, principal via de comunicação com a baía da Guanabara em conjunto com seu maior afluente, o Guapiaçu, foi primordial para o transporte de produtos agrícolas, reinando por longo período sobre as difíceis estradas que seguiam em direção à baía da Guanabara. Era cheio de curvas e ladeado por densa mata ciliar, características que arrancaram reclamações dos viajantes europeus oitocentistas, que não podiam sequer divisar o que lhes vinha à frente durante a viagem pelo rio. Apesar de ser importante artéria econômica e abastecedora da região, haja vista que também serviu para o transbordo de produtos oriundos da capital e do Reino, o Macacu era assaz perigoso. Enchia fácil em época de chuvas e junto com seu maior afluente, o Guapiaçu, alagava o vale, destruindo o trabalho de meses, arrasando lavouras de cana e alimentos. “Criando” brejos e pântanos, o rio espalhou regularmente a destruição e a morte através de doenças como malária, febre amarela, tifo e cólera na região.

Em algumas regiões, em especial no baixo curso do Macacu e onde este se une ao Guapiaçu, ainda hoje os alagamentos e perdas da produção se fazem presentes, tornando ainda atuais as observações do desconhecido relator da *Discrição...*, de 1797. Hoje, no atual contexto econômico, ressalvada sua importância para o fornecimento de água a milhões de habitantes no perímetro de sua bacia e municípios da região metropolitana, o rio Macacu é apenas um espectro do que foi no passado.



Ainda quanto ao aspecto econômico, a extração de madeiras figurou como outra atividade de importância na região de Macacu, pela presença de grande diversidade de espécies vegetais utilizadas em obras civis, hidráulicas, além das destinadas à produção de combustíveis. A atividade madeireira de Macacu sofreu considerável aumento após a criação do Arsenal de Marinha, em 1763, mesmo ano da elevação do Rio a capital. Eram exploradas como gênero mercantil através de vários pequenos portos de particulares, sendo vendidas ou utilizadas em construções, fabricação de carvão, para produção de tábuas e outros derivados ou mesmo para consumo direto como a lenha, necessária para a produção de açúcar, aguardente, farinha de mandioca e cocção de alimentos.

As madeiras das matas macacuanas contribuíram também para que proprietários rurais buscassem sua elevação de status, através da concessão de madeiras de suas propriedades para as necessidades do Estado, em especial as de cunho militar. Em troca, por exemplo, pedia-se a obtenção de um Hábito da Ordem de Cristo ou promoções militares. Em suma, em Macacu sustentou-se uma dinâmica atividade extrativa de madeira, promotora, no tempo, da eliminação de grande parte da cobertura vegetal do vale do Macacu.

Tal estrutura socioeconômica, analisada no contexto de uma sociedade escravista, apresentou no que tange à sua população escrava para o período compreendido entre 1819 e 1873, e com base na análise de 2.583 registros de batismo, algumas características marcantes. Percebeu-se, na maioria dos casos e em contraste com outras regiões, o predomínio de cativos apadrinhando cativos nos batismos, bem como a peculiar existência de uma dicotomia entre os batismos realizados no interior da Fazenda do Colégio e no seu exterior.

A Fazenda do Colégio, propriedade inaciana retransmitida a tantos outros proprietários após seu seqüestro pela Coroa portuguesa em 1759, apresentará, quando já na posse de Henrique José de Araújo, após 1804, a presença praticamente absoluta de crianças escravas nascidas legítimas, filhas de casais escravos formados no interior da fazenda e batizadas igualmente por casais de cativos. No seu exterior, predominou a naturalidade nos nascimentos e inclusive, apadrinhamentos por parte de cativos de outras propriedades, o que praticamente não se registrou na ex-propriedade inaciana.

Essas características, ou seja, existência de uma grande escravaria, pressupondo interações sociais entre os escravos durante um dilatado período de tempo, fez pensar-se

sobre a possibilidade da constituição de uma comunidade escrava – com base no conceito proposto por Engemann – na Fazenda do Colégio. Simultaneamente, discutiu-se a pertinência do termo comunidade para designar esses espaços relacionais complexos engendrados pelos cativos, com base na existência de famílias escravas, o que parece ter sido uma realidade concreta naquela Fazenda.

Na análise dessas relações entre escravos no interior da Fazenda do Colégio, foi possível perceber a permanência de fortes laços sociais construídos pelos cativos, já que, após o falecimento de Araújo, e a conseqüente repartição da fazenda entre seus herdeiros, os escravos e escravas continuaram apadrinhando-se, apesar das “novas” fazendas pertencerem a donos distintos.

O chamado “complexo agrário do clã Araújo”, integrado pelas cinco fazendas originadas da repartição da fazenda do Colégio, deixou suas marcas na região, visto que os nomes dessas propriedades rurais – Colégio, Papucaia, Jaguary, Rio das Pedras e Ribeira – ainda denominam localidades em Cachoeiras de Macacu, com exceção da Jaguary, a única que perpetuou-se como unidade de produção agrícola até a atualidade.

Seguindo-se a trajetória do português Henrique José de Araújo, percebeu-se que, através da atividade comercial e do matrimônio, foi possível a este a obtenção do status social mais elevado naquela sociedade agrária e escravista, ou seja, a propriedade de terras e escravos. O comércio foi, para Araújo, uma via importante de enriquecimento, através de sua ligação com a elite comercial do Rio de Janeiro – inclusive com ricos traficantes de escravos - o que lhe tornou possível angariar contratos de fornecimento de gêneros, possivelmente alimentícios para o Rio Grande de São Pedro e outras localidades. Inferiu-se que, pelo seu casamento com importante filha da elite carioca, e o acesso à posse da fazenda do Colégio, por dote da esposa, Araújo dinamizou sua possível entrada nos seletos grupos de arrematadores de contratos.

Conforme explicita Fragoso, por tratar-se de uma sociedade onde não vigiam ainda valores burgueses, sendo por este motivo pré-capitalista, a obtenção de capital mercantil voltava-se não prioritariamente para sua reprodução, mas para a manutenção de status. Tal característica pôde ser demonstrada através dos dispêndios de Araújo com doações em dinheiro e custeio de obras em igrejas – na capital e no interior – e oferecimento de presentes caros – a naveta e o turíbulo de prata – para o culto. Seguindo-se uma das máximas do período – *avô taverneiro, filho barão e neto mendicante* -, onde a mentalidade de aquisição de prestígio e o sistema português de

partilha de heranças foi *diminunindo* as riquezas repassadas aos herdeiros, se encontrará um dos herdeiros de Araújo, já na segunda metade do século XIX, adquirindo o título de barão e posteriormente visconde de Piracinunga.

O nascente capitalismo brasileiro, expresso, principalmente após o fim do tráfico negreiro, pela inversão de capitais obtidos no setor agrário para o setor rentista, será exemplificado pela presença de membros do clã Araújo no setor bancário. A estratégia vigente neste setor se deu pela tomada de avultados empréstimos nas primeiras casas bancárias do Rio de Janeiro para custeio das atividades na agricultura, possivelmente para aquisição de cativos via tráfico interprovincial, bem como para a manutenção de status, haja vista a impossibilidade da geração de capitais mediante o tráfico ou uma continuada exploração do braço cativo.

Neste contexto, verificou-se a presença dos Araújo na fundação do Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro em 1854, através do qual puderam juntamente ao acesso a outras pequenas casas bancárias e pelo sistema de redesconto, ou seja, a tomada de empréstimos do Banco do Brasil por parte dessas casas e repassados aos seus “clientes”, adquirir avultados empréstimos financeiros, por meio da emissão de letras bancárias.

Semelhante “farra” de empréstimos fáceis, onde possivelmente as relações de cunho pessoal, típicas da mentalidade colonial e de acordo com o que Fragozo afirma ser uma “cultura do endividamento”, irá estourar a praça financeira do Rio de Janeiro, num evento famoso conhecido por “Crise do Souto”, em 1864. A crise atingiu de cheio o clã Araújo, condenando-o a hipotecar todas as propriedades adquiridas por herança e as possivelmente obtidas por meio da atividade mercantil ou rentista, acumulando uma dívida, junto ao Banco do Brasil, de quase um milhão de contos de réis. Seguiu-se o aparente desmonte da riqueza do clã, sendo um dos efeitos, a venda de suas propriedades no vale do Macacu, já que em 1873 não aparecem mais escravos de seus membros nos livros de batismo da paróquia da Santíssima Trindade de Sant’Ana de Macacu, no vale do Macacu. Outro sintoma foi renúncia, por parte de membros do clã, de suas heranças advindas do falecimento de seus membros, para cobrir compromissos com o banco.

A venda, em 1866, de uma das fazendas, a da Papucaia, de propriedade do barão de Piracinunga – Joaquim Henrique de Araújo -, a Bárbara Maria de Jesus, além de significar um evento na derrocada do clã Araújo, serviu para demonstrar certas mudanças e permanências no contexto socioeconômico do vale do Macacu.

A região, na segunda metade do século XIX, ainda produzia gêneros alimentícios como arroz, milho, feijão e farinha de mandioca, inclusive em sistema de consórcio das produções – feijão plantado em meio às canas novas -, como informa o *Processo de Prestação de Contas*, movido por d.<sup>a</sup> Barbara contra seu genro, o coronel Panema. Também se verificou a manutenção, na região, de um costumeiro sistema de arrendamento da terra, ou seja, o pagamento de 50% do açúcar produzido com canas plantadas por arrendatários de terras ou proprietários destituídos de engenhos, aos donos de moendas, bem como a aquisição, por estes senhores ou senhoras, de toda a cachaça produzida no processo. Tal prática indiciou a crença na permanência de uma estrutura fundiária de concentração da terra e a presença de muitos homens livres pobres.

Percebeu-se também, através da análise do processo, que o encerramento do tráfico e a conseqüente crise no sistema escravista influenciaram a economia macacuana, haja vista a lenta passagem do domínio de uma população escrava para livre ou liberta, conforme apontaram os dados do Recenseamento Geral do Império, de 1872, analisados. Essa dificuldade de aquisição de mão-de-obra cativa pode ser percebida pela disputa, entre genro e sogra, pelo controle da escravaria da fazenda.

Embora já num avançado século XIX, com demonstrações das transformações ocorridas no contexto mundial, ou seja, o avanço das relações capitalistas de produção oriundas da Revolução Industrial Inglesa, percebeu-se a existência de uma mentalidade conservadora e escravista, já que nesse período, acontece a titulação do barão de Piracinunga como visconde e o crescente aumento do prestígio social alcançado pelo genro de d.<sup>a</sup> Bárbara, cujo ápice pareceu ser sua nomeação como comandante superior da Guarda Nacional da Vila de Santo Antônio de Sá e sua aquisição da condecoração da Ordem da Rosa, embora em grau menor. Mesmo na crise, do sistema financeiro e do escravismo, a elite, num efeito de *'cair para cima'*, buscava manter seu prestígio.

A ferrovia, instalada no vale do Macacu em 1860, dinamizou a extração de madeiras, o transporte da produção agrícola e de passageiros, relegando o rio Macacu ao abandono. Nada interessava o avanço da industrialização, figurando o transporte ferroviário, também em Macacu, como atividade subsidiária da agricultura, já que vieram os trens com o objetivo de transportar a produção cafeeira do leste fluminense.

Será neste período, entre os anos 1850 e 1870 que os viajantes europeus e um norte-americano abordados no Capítulo I atravessaram o vale do Macacu, contribuindo com suas preciosas anotações, as quais serviram para que se pudesse construir um

quadro aproximado da geografia e estrutura socioeconômica da região do Macacu, bem como para lançar indícios que serviram de “guias” para alguns aspectos analisados na pesquisa.

A análise da estrutura socioeconômica macacuana neste trabalho, com base na agricultura, pode talvez contribuir para se pensar na vigência de uma mentalidade de manutenção do agrarismo por parte das elites ou da resistência ao processo de grilagem ocorrido após a realização das obras de saneamento da Baixada Fluminense nos anos 1930, por parte dos mais pobres. Essas obras, que ampliaram áreas agricultáveis e valorizaram terras anteriormente disponíveis, encontraram uma majoritária presença das populações macacuanas na zona rural e motivaram profundos conflitos pela posse da terra a partir dos anos 1950. A “viragem” da população macacuana para áreas urbanas ocorrerá somente nos anos 1960 e 1970, curiosamente durante a decadência do transporte ferroviário, única atividade “industrial” de vulto, verificada em Cachoeiras de Macacu desde a segunda metade do século XIX.

Conforme se observou na Introdução, com a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, onde antigamente situava-se a Vila de Santo Antônio de Sá, novas transformações no quadro socioeconômico do vale do Macacu, bem como em todo o recôncavo da Baía da Guanabara, já se encontram em curso. Resta saber, o quanto essa região, tradicionalmente produtora de gêneros agrícolas de abastecimento, sofrerá em seu papel histórico na manutenção “dos povos”.

Essas inevitáveis transformações certamente alterarão o quadro econômico da região de Macacu de maneira tão generalizada, que conforme apresentou Francisco Carlos Teixeira em seu trabalho “A Morfologia da Escassez”, talvez não será mais possível escrever-se como o fez a Câmara do Rio de Janeiro, em 1703, respondendo ao rei acerca da obrigatoriedade da plantação de gêneros agrícolas, naquele tempo a mandioca, como prevenção às crises de abastecimento. Respondera a Câmara ser medida desnecessária, devido a *abundância e tanta quantidade que sustenta o Povo largamente e de fácil provimento às frotas (...) das terras são possuidores vários donos e nelas não há engenho que prejudiquem suas plantas (...) porque é certo que as mandiocas de que se sustenta e as que lhe bastão e muitas vezes sobram todas se plantam no Recôncavo desta mesma Cidade.*

## FONTES

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caieiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marques de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 194-195

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Brasília: Senado Federal, 2002, p.108. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/pdf/Amoxonas-Xingu/Amazonas-Xingu%201.pdf>>.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Corte e Província do Rio de Janeiro. 1850, p.619. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000619.html> >.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1847. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000399.html>>.

Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, 1867, p.397. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000403.html>>.

Almanaque da Corte e Província do Rio de Janeiro para o anno de 1864 - Vigésimo primeiro anno – (Segunda série XIV) p.426. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000434.html>>..

Almanaque Laemmert, 1877, p.55. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000063.html>>.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Vol. II. RJ: Imprensa Nacional, 1945.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Visitas Pastoraes**. Freguesia da Santíssima Trindade. 1795. Cópia datilografada do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Visitas Pastoraes**. Freguesia de Santo Antônio de Cassarabu ou Macacu. 1795. Cópia datilografada do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

ASSIS, Machado de. Diário do Rio de Janeiro. 10 de setembro de 1864. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/541/Carta-0084.pdf>>.

Auto de ereção da vila de Santo Antônio de Sá, antiga Macacu. 05 de agosto de 1697.6 p. Cópia. Original no Arquivo Nacional. Notação Final DL 04.017. Notação Original DL 4.74. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Rio de Janeiro.

Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa, 1789, Tomo II, p.426. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=4FkSAAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=bluteau#PPP11,M1>>.

BRASIL. Decreto 30.077 de 19.10.1951. Cria o Núcleo Colonial de Papucaia, no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. Belo Horizonte: Itatiaia. SP: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

Carta do barão de Pirassinunga à esposa (filha do marques de Olinda) pedindo-lhe obter do pai um cargo de presidente (ou vice) da província para o dr. João Rodrigues Lima Duarte a quem o casal deve obséquios; e comentando a reação desfavorável dos mineiros ao novo presidente barão de Prados. Barbacena, 27 de novembro de 1865. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Coleção Marques de Olinda, Lata 210, Doc. 77.

Carta do Conde de Resende à Coroa comunicando as razões que se tem oposto ao aumento da cultura da mandioca...Rio de Janeiro, 21 de abril de 1798. Arquivo Nacional, Códice 69, vol.8.

Carta do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Rio Grande, 18/02/1800. AHU, RG, av, cx.7, doc.25, apud. OSÓRIO, 2001, op. cit.

Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro dirigida ao Governador no qual ponderam os prejuízos que causaria aos lavradores daquela capitania a execução da lei sobre a plantação da mandioca. Rio de Janeiro, 06.11.1703, Mss. B.N., Mss. II-42, 33, 11.

Corographia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, Tomo II.

Correspondência e documentos relativos as novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente Manuel Pinto da Cunha e Souza – 1786 a 1790. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Catálogo 09,3,017-021.

Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

Escritura de compra e venda e obrigação da fazenda denominada Soarinho com casas, terras, engenhos e benfeitorias que faz Antonio Lutterbachs e sua mulher ao Coronel Francisco José Fernandes Panema. 07.02.1877. Livro nº 89 fls 119 a 121v. Cartório do 2º Ofício. Cachoeiras de Macacu.

Escritura de venda de uma data de terras e benfeitorias que fazem o Coronel Francisco José Fernandes Panema e sua mulher Dona Luisa Rodrigues Panema na forma abaixo a Carlos Augusto Brandão. 24. 06.1876. Livro nº 89, fls 25 a 26v. Cartório do 2º Ofício. Cachoeiras de Macacu.

Escritura de venda da Fazenda da Papocaia feita pelo Barão de Piracininga a Dona Bárbara Maria de Jesus. 04.08.1866. Livro nº 82. Cartório do 2º Ofício – Cachoeiras de Macacu – RJ.

Escritura de venda da Fazenda Papucaia, suas terras, casas, dependências, engenho e pertences que fazem o Coronel Francisco José Fernandes Panema e sua mulher Dona Luiza Rodrigues Panema a Dona Luiza Alexandrina Rodrigues. 1876. Livro 29, p. 50 a 52v. Arquivo do Cartório do 2º Ofício – Cachoeiras de Macacu – RJ.

Estações Ferroviárias do Brasil. Estação de Cachoeiras. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_rj\\_cantagalo/cachoeira.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_cantagalo/cachoeira.htm)>.

EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

Francisco Sabino, padre da Congregação do Oratório. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando providências no sentido seja executado tendo o que resolver a Junta do Governo sobre sua estadia na congregação de Pernambuco; pede que o tesouro pague as cômguas vencidas do seminário dos meninos pobres de Ilha Grande, do qual é reitor; e licença para que o negociante Henrique José de Araújo, possa receber as cômguas que lhe compete como fornecedor do seminário. 1815-1824. C-0800,034. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional.

Guarnição do Rio de Janeiro com seus Uniformes, e Mappas do numero de Homens, tanto dos Regimentos pagos como dos Auxiliares feito por Joaze Correa Rangel, Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro – 1786. Cód. 34-4. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional – RJ.

Habilitação matrimonial de Antonio de Oliveira Braga,1804. Caixa 1065, Notação 2831, maço 68. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro– Rio de Janeiro/RJ.

Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo - 1804. Caixa 15/13 Notação 17.406. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

Informação sobre o transporte de madeira nas regiões de Macaé, Cabo Frio, Cantagalo, cabeceiras de Macacú e Guapi, informando a necessidade de ordens ao vice-rei do Estado do Brasil, [conde Resende, D. José Luís de Castro] para que os capitães-mores dêem todo o apoio; e que se paguem as despesas que se fizerem com os índios e negros no manejo do trabalho. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro.



Documento 88717. 12 de agosto de 1797. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate>>.

Inventário de Antonio Fernandes Lagoas – 1871. Arquivo do Fórum de Cachoeiras de Macacu – Estado do Rio de Janeiro

Inventário e Partilha amigável a que procedem os abaixo assignados na qualidade de herdeiros do fallecido Pai o Commendador Henrique José de Araújo dos bens pelo mesmo deixados no tempo do seu falecimento. Arquivo Nacional - 1875

Inventário post mortem de Antonio de Araújo Braga – 1871 – Arquivo Nacional.

Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31/05/1784. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

LEÃO, Manuel Vieira. Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brasil - 1767. Cartografia CAM.02,008. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Lei de Terras, Capítulo IX, parágrafo 97. Disponível em <<http://www.webhistoria.com.br/lei1850.html>>.

Lei de Terras. Capítulo IX, parágrafo 91. Disponível em <<http://www.webhistoria.com.br/lei1850.html>>.

Lembrete sobre a genealogia de Francisco Cordovil de Sequeira e Mello. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 81052. 1750. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>>.

Lista de Sesmarias Extraídas dos Livros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. Lata 90, Pasta 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Rio de Janeiro.

Livro de Tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo da Capitania do Rio de Janeiro. Sesmarias. Catálogo I-32,3 , 1571- 1729. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

LOTT, Miriam Moura. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** FAFICH/UFMG. Texto apresentado no VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, realizado na Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: MG, 2005. Disponível em: <[br.geocities.com/adarantes/artigos\\_miriam\\_lott/CONSTITUI\\_ES\\_PRIMEIRAS\\_DO\\_ARCEBISPADO\\_DA\\_BAHIA.doc](http://br.geocities.com/adarantes/artigos_miriam_lott/CONSTITUI_ES_PRIMEIRAS_DO_ARCEBISPADO_DA_BAHIA.doc)>.

Mappa corographico da Capitania do Rio de Janeiro por Domingos Capassi da Compa. de Jesu [Ca.1730]. Cartografia ARC.023,01,001. Biblioteca Nacional.

Memorial descritivo da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu (Cachoeiras de Macacu) com: localização, portos, estradas, produção, população e dois quadros demonstrativos. O primeiro refere-se às madeiras da região, indicando-se-lhes a utilidade; o segundo contém dados sobre engenhos, instituições, habitantes e contingentes militares. Sf. 7 de abril de 1797. 61 p. IEB/USP – COL.ML, 88.1.

Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião...1779. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1884, t. XLVII.

Notícia da chegada das Religiosas que vierão da Bahia para fundarem o Convento de N. Senhora da Conceição d'Ajuda na Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro este anno de 1749. Manuscrito, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. (BN – ms- II – 34, 15, 45).

Offícios ao Conde de Bobadela, tratando do seqüestro dos bens, reclusão e expulsão e demais providências tocantes aos Jesuítas” (de 21/07/1759 a 19/10/1760), existentes na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Ofício do intendente da Marinha José Caetano de Lima, datado do Rio de Janeiro à 14 de Agosto de 1800 e dirigido a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre objetos relativos aos cortes de madeira de construção nas mattas da Posse e da Papaocaya ou Collegio, nos districtos de Tapacurá e de Macacú. Rio de Janeiro, 1800 Cópia. Manuscrito. 7,4,55 – Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional

Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/14p164.htm>>.

Pastoraes e Visitas da Freguesia da Santissima Trindade. Rio de Janeiro (1727-1812). Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Cópia manuscrito. 140 f. 14,3,7.

Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para casar sua filha com Joaquim Henrique de Araújo, filho do comendador Henrique José de Araújo. 1843 - C-0317,011 nº 005.Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional.

Processo de Prestação de Contas que faz Bárbara Maria de Jesus contra o Coronel Francisco José Fernandes Panema – 1873. Arquivo do Fórum de Cachoeiras de Macacu. Estado do Rio de Janeiro.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876, 12 volumes.

Reconhecimento do Rio de Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo (Colônia Suíça),1819. Localização: ARC 003, 13,026 ex.1 Cartografia ARC.014,04,006 ex.2 Cartografia ARC 004, 01, 017 ex.3 Cartografia. Seção de Cartografia. Biblioteca Nacional.

Registro de falecimento de Nicolao Antonio Bonorota. Habilitação Matrimonial de Antonio de Oliveira Braga. Caixa 1065 - Notação 2831- Maço 68. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

Registros Paroquiais de Terras do Século XIX, Santo Antônio de Sá de Macacu, Freguesia da Santíssima Trindade, Livro 79, 1854-1857. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Disponível em: <<http://www.docvirt.no-ip.com/aperj/acervo.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Santo Antonio de Sá de Macacu. Freguesia da Santíssima Trindade. Livro 79 (1854-1857). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Disponível em <<http://www.docvirt.no-ip.com/aperj/acervo.htm>>.

Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte 1 – 1913- Rio de Janeiro, 1980.

Relatório apresentado ao Exmo<sup>o</sup> Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o Snr. Doutor José Ricardo de Sá Rego pelo presidente o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. Nictheroy: Typographia de Quirino & Irmão, 1855.p.54. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u831/000056.html>> .

Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1<sup>o</sup> de outubro a 28 de dezembro de 1864 de preceder a um inquerito sobre as causas principaes e accidentaes da crise do mês de setembro de 1864. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Documentos anexos ao Relatorio da comissão de Inquerito (...), serie A, p.4.

Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1855, p.08. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u832/000007.html>>.

Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1856, p.3. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u833/000006.html>>.

Requerimento do alferes da Companhia do capitão Alexandre Álvares de Castro do Terço das Ordenanças da vila de Macacu, Joaquim Ferreira da Silva, do qual é capitão-mor Francisco Marinho Machado, por seu procurador Manoel Lourenço Monteiro, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação da carta patente no dito posto, vago por promoção de Antônio da Costa Sousa a tenente. 23 de dezembro de 1805. Documento 92523 AHU-ACL-N- Arquivo Histórico Ultramarino - Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>>.

Requerimento de Antonio de Oliveira Braga e seus irmãos à rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação da doação de metade das terras pertencentes ao engenho novo Nossa Senhora da Piedade, de metade do campo do engenho, das casas de vivenda e capela do engenho novo, situado na freguesia de Irajá, feita a si e seus irmãos menores por seu tio o capitão Francisco Caetano de Oliveira, bem como de metade da data de terras de São Bernardo, que o suplicante comprara a seu pai Bento de Oliveira Braga, conforme comprova a escritura de ratificação das doações. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 85954. 10 de fevereiro de 1780. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>>.

Requerimento de Felipe Cordovil de Siqueira e Melo à rainha [D. Maria I], solicitando ser provido no ofício de provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, do qual foram proprietários seus avô, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, e seu pai, Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, em reconhecimento pelos serviços prestados pelo suplicante e atendendo ao direito legítimo tem ao mesmo ofício. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Documento 88.348. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/resultadopesquisa.jsp>>.

Requerimento de João da Costa Cardoso, por seu procurador Antônio Lopes Soares, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação da carta patente no posto de tenente da 2ª Companhia da 1ª meia Brigada de Cavalaria de Milícias do Rio de Janeiro, do qual é chefe o brigadeiro Joaquim José Ribeiro da Costa, vago por promoção de Francisco Marinho Machado a capitão-mor das Ordenanças da vila de Santo Antônio de Sá. AHU-Rio de Janeiro, cx. 221, doc. 27. AHU-ACL-N-Rio de Janeiro. Doc. 92181, 25 de maio de 1805. Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?iddoc=92181&idimg=1202953&pagina=1>>.

Requerimento do escriturário e contador da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Antônio de Oliveira Braga, por seu procurador Manoel José Nunes, ao príncipe regente [D. João], solicitando um hábito da Ordem de Cristo, em remuneração dos seus serviços. Documento 91120, 23 de novembro de 1802. AHU-ACL-N- Rio de Janeiro. Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?iddoc=91120&idimg=1193937&pagina=2>> .

Requerimento do tenente de Cavalaria Auxiliar do Rio de Janeiro, Francisco Marinho Machado, ao príncipe regente [D. João], solicitando nomeação por decreto no posto de capitão-mor das ordenanças da vila de Santo Antônio de Sá – 22 de dezembro de 1880. Documento 90309 AHU-ACL-N- Arquivo histórico Ultramarino – Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/resgate/resultadopesquisa.jsp>>.

Requerimento do tenente de Cavalaria Auxiliar do Rio de Janeiro, Francisco Marinho Machado, ao príncipe regente [D. João], solicitando nomeação por decreto no posto de capitão-mor das Ordenanças da vila de Santo Antônio de Sá. AHU-Rio de Janeiro, cx.171, doc. 119. AHU-ACL-CU\_017, Cx. 188, Doc. 13618. Arquivo Histórico Ultramarino, 22 de dezembro de 1800. Disponível em: <<http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?iddoc=90309&idimg=1186205&pagina=1>>.

Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê do Habito da Ordem de Cristo. Solicita também certidão das madeiras remetidas gratuitamente para o Arsenal da Marinha situado na Freguesia da Santíssima Trindade da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu.1809-1827.19 doc.Original manuscrito.Catálogo C-0266,006. Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional.

Revista Nossa História, Ano I, nº 4, 2008.

Revista Trimensal do IHGB; tomo LXIII, parte 1ª; Rio de Janeiro, 1901

Revista Semana Ilustrada nº 197. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1864.

Tabela provisória dos fretes de cargas e taxas de passageiros na estrada de ferro do Porto das Caixas à raiz da serra de Friburgo. Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1860, p.790, AD-4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/790/000114.html>>.

The Bay and Environs of Rio de Janeiro, 1908. Stanford's general map of the Federal District, showing railroads, major and minor, as well as those projected. Site Old and Historic Maps of Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.brazilbrazil.com/riomaps.html>>.

Tombo dos bens pertencentes ao Convento de N. Sa. do Monte do Carmo da capitania do Rio de Janeiro.[s.d.] Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Loc. 02,2,14. 295 p. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Translado dos Autos de Prestação de contas que faz D. Barbara Maria de Jesus contra o Coronel Francisco José Fernandes Panema – Sant'Anna de Macacu – 1873. Arquivo do Fórum de Cachoeiras de Macacu.

TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista. Vol. V. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

Visitas Pastoraes de Monsenhor Pizarro e Araújo, 1794-95. Cópia datilografada do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Pinto de. **Mandioca – Pão do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Comunidade e Sociedade: conceito e utopia**. Revista Raízes. Ano XVIII, Nº 20, novembro/99.

AMANTINO, Marcia. **Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832**. In: LOCUS Revista de História, v. 12, nº 02. Juiz de Fora: UFJF, 2006

\_\_\_\_\_, Marcia. **O mundo das feras**. Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Anablume, 2008

\_\_\_\_\_, Marcia. **Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas-Rio de Janeiro, século XVIII**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, Setembro de 2008. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/marciaamantino.pdf>>.

\_\_\_\_\_, Marcia. **Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas na Capitania do Rio de Janeiro – século XVIII**. In: XVI Encontro Regional de História, 2008, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Regional de História: Belo Horizonte: UFMG, 2008 – v. 1.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. 1864: conflito entre metalistas e pluralistas. Rio de Janeiro: IFCS In: MULLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX**. (versão preliminar).UFRJ. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)>

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais**. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, Dissertação de mestrado, 1996

ANDRADE, Vitória Fernanda Schetinni. **Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé, 1852 – 1888**. XV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – Minas Gerais – Brasil, 2006.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça Brasileira (1910-1960)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 157. Disponível em: <[www.btdt.ndc.uff.br/tde\\_busca/processaArquivo.php?codArquivo=2168](http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=2168)>.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965
- BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo: Do Barroco ao Moderno. 1492-1800.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003. p. 85 a 99.
- BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliva. **Instabilidade financeira na primeira década republicana.** Campinas, São Paulo: 2002. p. 11. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000246437>>.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850.** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu- Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2004.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. **Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII: evidências empíricas para a região do Vale do Macacu.** Revista Ambiente & Sociedade, Vol. VII, nº 2, jul/dez. 2004. Disponível em <[www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/1103/5461/file/24691.pdf](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/1103/5461/file/24691.pdf)>.
- \_\_\_\_\_, Diogo de Carvalho, **‘Pau-para-toda-obra’:** Paisagem Florestal e Usos da Madeira na Bacia do Rio Macacu, Rio de Janeiro, final do século XVIII. Brasília: PPGHIS/UFRJ, 2006. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA553-04032006-191500.PDF](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA553-04032006-191500.PDF)> Acesso em: 15 abr. 2008
- \_\_\_\_\_, Diogo de Carvalho. **A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental.** Revista de História Regional. 12 (1):133-162, Verão, 2007.
- \_\_\_\_\_, Diogo de Carvalho. Floresta, Agricultura e Extrativismo Madeireiro na Modelagem da Paisagem Agrária do Rio de Janeiro Colonial Tardio: o caso da bacia do Macacu. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol.1. Nº 3, Ago/Dez. 2007. Disponível em: <[www.heera.ufjf.br/artigos/03\\_artigo03.pdf](http://www.heera.ufjf.br/artigos/03_artigo03.pdf)> Acesso em: 19 abr. 2008.
- CARDOSO, Vinicius Maia. **Páginas da História Macacuana:** de Santo Antonio de Sá a Cachoeiras de Macacu. Cachoeiras de Macacu: Trielli Editorações, 1995. 65 p.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história.** Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista.** A vida e a construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte. RJ: Jorge Zahar
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

- CHAUNU, Pierre. **A história como ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). **Brasil: Colonização e escravidão**. RJ: Nova Fronteira, 2000.
- ENGEMANN, Carlos. **Comunidade Escrava e Grandes Escravarias no Sudeste do Século XIX**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003, Caxambu, 2003.
- \_\_\_\_\_, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_, Sheila de Castro. **Identidade e comunidade escrava: um ensaio**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João et alli. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- \_\_\_\_\_, Manolo & GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo Garcia & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- \_\_\_\_\_, Manolo; RIBEIRO; Alexandre & SILVA, Daniel. **Aspectos Comparativos do tráfico de Africanos para o Brasil (séculos XVIII-XIX)**. Afro-Ásia, Salvador, 2004.
- \_\_\_\_\_, Manolo. (Org.) **Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- \_\_\_\_\_, Manolo. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- \_\_\_\_\_, João et alli. **Nas rotas do império (eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português)**. Vitória:Lisboa:Brasília:Edufes:Instituto de Investigações Científicas e Tropicais:Brasília, 2006
- \_\_\_\_\_, João Luís R. **Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888**. Niterói: UFF, 1990 (Tese de doutorado).



\_\_\_\_\_, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790 – 1830**. RJ: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_, João Luís R. **Afogado em nomes: temas e experiência em história econômica**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 41-70. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a2.pdf>>.

FREIRE, Jonis. **Expectativas e tensões: estabilidade das famílias escravas, em uma sociedade escravista mineira, século XIX**. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008, Muriaé. Anais do II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org), **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986

GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GRAHAM, Douglas H. & MERRICK, Thomas W. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GUEDES, Roberto. **Notas sobre fontes paroquiais de batismo**. In: Caderno de Estudos e Pesquisas. Ano VIII. Nº 19 (janeiro/abril 2004). São Gonçalo, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2004, p.98

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850** In:

GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes (orgs.) **Campos em Disputa: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Anablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007.

IVO, Isnara Pereira & PAIVA, Eduardo França. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KRUGER, Jean Marcos. **Projeto de Impacto nos Negócios – PIN**. Cursos auto-instrucionais no BB – avaliação e propostas de melhoria. Fundação Getúlio Vargas online. Florianópolis – SC, 2006, Disponível em: <[fgvrj82.fgv.br/Uploads/PINEAD\\_T16\\_022005/2CA7D\\_ED619\\_D99D5\\_TRABALH\\_O\\_FINAL.doc](http://fgvrj82.fgv.br/Uploads/PINEAD_T16_022005/2CA7D_ED619_D99D5_TRABALH_O_FINAL.doc)>.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do Grande Mar Redondo** – riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LEITE, Serafim, S.J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. SP: Brasiliense, 1988.

LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade**: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ, Volume 6, número 11, jul-dez, 2005.

LISBOA, Balthazar da Silva. **Anais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 [1834-5].

MACHADO, Cacilda. **As muitas faces do compadrio de escravos**: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: Revista Brasileira de História vol.26, nº.52, São Paulo, Dez. 2006.

MAIA FORTE, José Matoso. **Vilas Fluminenses Desaparecidas** – Santo Antônio de Sá. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1980).

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996

MATTOS, Hebe Maria. **A Cor Inexistente**. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_, Hebe Maria. *A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*, in FRAGOSO, João et alli. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. **Produção de alimentos e atividade econômica na comarca de Serro Frio** – Século XVIII. IX Seminário sobre a Economia Mineira. Minas Gerais, p.134-135. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MENESES.pdf>>.

MINTZ, Sidney W. *Culture: an anthropological view*. In: The Yale Review, Yale University Press, 1982.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o Império**: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro(1808-1831).Campinas;UNICAMP,2006.p.65-66.Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br>>.

MOTT, Luiz. **De Escravas a Senhoras**. Estudios Afroamericanos Virtual, maio, 2004. Disponível em: <<http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/mott.pdf>>.

MULLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX**. (versão preliminar). Rio de Janeiro: UFRJ. p.22. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)>.

NETTO, Rangel Cerceau . **"Um em casa de outro"**: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas 1720/1780. São Paulo: Annablume, 2008.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Ampliando a família escrava**: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. História e População. Estudos sobre a América Latina- BEP/IUSSP/CELADE. São Paulo, 1990.

NICOULIN, Martin. **A Gênese de Nova Friburgo – 1817 a 1827**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismos de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto 1712-1750**. In: XI Seminário sobre Economia Mineira, 2004, Diamantina. CD-ROM. Belo Horizonte : UFMG, 2004. v. 01.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII) In: **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista et alli. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PESAVENTO, Fábio. O azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **A Construção da Autonomia**: o Corpo de Comercio do Rio de Janeiro. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu (MG). Anais Eletrônicos do V Cong Bras de Hist Econômica e 6ª Conf Int de História de Empresas. Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

\_\_\_\_\_, Théo Lombarinhas. **Política e crédito agrícola no Brasil do século XIX**. Revista America Latina em la Historia Económica. Num. 6, Julio-diciembre de 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990 (38ª. ed.).

PRIORE, Mary Del & VENANCIO, Renato Pinto. **Ancestrais**: uma introdução á História da África. São Paulo: Campus, 2003.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Crédito e circulação monetária na Colônia**: o caso fluminense, 1650-1750. Disponível em <[http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_75.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf)>.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Niterói: UFF, 2004 (Dissertação de Mestrado) <Disponível em [http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2184](http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2184)>

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). RJ: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Cap. 11.

\_\_\_\_\_, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico. Vol. 1, Lisboa, 1965.

SILVA, Eduardo & REIS, João. **Negociações e conflitos**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

\_\_\_\_\_, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. RJ: Nova Fronteira, 1999

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão: ofícios e liberdade no Rio de Janeiro**: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Afrânio Biscardi. Debret e Ewbank: A leitura estrangeira do modus vivendi barroco no Brasil oitocentista. **Miradas e imágenes urbanas en la literatura de viajeros**, 2006, Buenos Aires, D. F.. La experiencia del viaje. IV Encuentro. Buenos Aires, D. F. : FADU-UBA, 2006.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.105-117. Revista Jangada Brasil. Ano 5, setembro/2002, nº 49. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br/setembro49/especial20.htm>>.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina. **Que Deus os abençoe**. Batismo de escravos em Angra dos Reis (RJ), no século XIX. História e perspectivas. Revista dos cursos de História. Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

WETZEL, Herbert Ewaldo. Mem de Sá Terceiro Governador Geral: 1557-1572. Conselho Federal de Cultura: Rio de Janeiro, 1972.